

Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Sustentável

# **Sobre Ter e Não Faltar**

**Segurança Alimentar e Territorialidade Kalunga no Cerrado**

Cecilia Ricardo Fernandes  
Tese de Doutorado

Brasília – DF, abril de 2019

Universidade de Brasília – UnB

Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

# **Sobre Ter e Não Faltar**

**Segurança Alimentar e Territorialidade Kalunga no Cerrado**

Cecilia Ricardo Fernandes

Orientador: Ludivine Eloy

Tese de Doutorado

Brasília – DF, abril de 2019

Fernandes, Cecilia Ricardo

**Sobre Ter e Não Faltar: Segurança Alimentar e Territorialidade Kalunga no Cerrado.** Cecilia Ricardo Fernandes. Brasília, 2019.

303 p.: il.

Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

Universidade de Brasília, Brasília.

1. Segurança Alimentar. 2. Agrobiodiversidade. 3. Quilombola.

4. Territorialidade. 5. Cerrado.

I. Universidade de Brasília. CDS. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

---

Assinatura

## **Sobre Ter e Não Faltar**

### **Segurança Alimentar e Territorialidade Kalunga no Cerrado**

Cecilia Ricardo Fernandes

Tese de doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutora em Desenvolvimento Sustentável.

Aprovado por:

---

Ludivine Eloy (CNRS - CDS/UnB)  
(Orientador)

---

Mônica Celeida Rabelo, Doutora (FUP/UnB)  
(Examinador Externo)

---

Stéphane Guéneau (CIRAD - CDS/UnB)  
(Examinador Interno)

---

Patrica Goulard Bustamante (EMBRAPA)  
(Examinador Externo)

Brasília-DF, 29 de Abril de 2019.

À comunidade Kalunga, que resiste através dos séculos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos os Kalungas por terem aceitado e se interessado por essa pesquisa, em especial aquelas famílias que me acolheram durante os trabalhos de campo (muitas para serem citadas, mas muito especiais para serem esquecidas).

Agradeço aos membros da Associação Quilombo Kalunga, que sempre estiveram abertos ao diálogo, dando direcionamentos e boas recomendações.

Agradeço aos meus colegas de doutorado por compartilharem conhecimentos, mas também por compartilharem aflições e angústias.

Agradeço à professora Ludivine Eloy que me orientou nessa jornada, sendo capaz de ver e organizar pensamentos que eu mesma ainda não conseguia.

Agradeço às diversas professoras e pesquisadoras que cruzaram meus caminhos acadêmicos, servindo de inspiração e de trilheiro nesse universo tão masculino.

Agradeço às amigas e amigos que não desistiram de mim e que sempre estiveram na torcida: Mariana, Thais, Renata, Gau, Mari, Helen, Ana, Rafael, Ceará e Makaeh.

Agradeço à pesquisadora e amiga Ju Flor, pelos conselhos, acalantos e puxões de orelha.

Agradeço à minha companheira Juliana, pela amorosidade e pela paciência de todos os dias.

Mas acima de tudo, eu agradeço aos meus pais e aos meus avôs por entenderem a importância dos estudos, me apoiando sempre e permitindo que eu me sentisse livre para escolher meu próprio caminho.

O alimento – e o estudo cuidadoso de como é produzido, comercializado e consumido – é um elemento capaz de abrir nossos olhos para o que nos tornamos e para onde estamos indo.

Carlo Petrini

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise e reflexão das diferentes estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) desenvolvidas pelas famílias da comunidade quilombola Kalunga, divididas entre a região nordeste do estado de Goiás e o sul do Tocantins. Em um cenário de políticas agroambientais homogeneizadoras, os sistemas agrícolas tradicionais têm enfrentado o desafio de manterem suas práticas e sua agrobiodiversidade a partir de suas próprias dinâmicas espaço-temporais. Além disso, as escalas utilizadas para avaliação da segurança alimentar dessas comunidades costumam enfatizar aspectos aquisitivos em uma escala doméstica, desconsiderando a importância da produção para autoconsumo e das redes alimentares ao longo do território. Utilizando uma abordagem qualitativa e os procedimentos de observação participante, entrevista semiestruturada, mapeamento participativo em diferentes escalas de análise, buscou-se obter informações que permitissem uma compreensão das práticas produtivas e alimentares localmente desenvolvidas. Foram mapeadas 950 residências e 2.120 roças, distribuídas ao longo de 12 microrregiões. Das 128 famílias, 90 foram entrevistadas de forma semiestruturada, enquanto as outras 38 famílias foram entrevistadas a partir da metodologia aberta. Observou-se que a comunidade estrutura sua segurança alimentar a partir de estratégias pluriativas em uma ocupação multilocal do território, onde a diversidade agrícola, as redes de troca de sementes e o fluxo de alimentos têm fundamental importância. Encontramos que as roças resguardam 19% da agrobiodiversidade total identificada (85 espécies), enquanto que os quintais correspondem a 53% e os sertões a 20% dela. Contudo, apesar dos quintais apresentarem uma diversidade específica maior, foi nas roças que encontramos a maior diversidade intraespecífica onde, das 221 variedades identificadas, 18 eram de mandioca, 16 de arroz, 8 de milho, 17 de feijão, 7 de aboboras e 17 de bananas. Também observamos que o programa Bolsa Família auxilia o trabalhador rural a continuar suas atividades voltadas para o autoconsumo sem comprometer a segurança alimentar da sua família, a partir do aumento do poder de escolha das mesmas sobre os seus produtos agroextrativistas. Assim, podemos dizer que, mesmo frente a diversos fatores de influência (des)estruturadores, a comunidade tem ressignificado suas dinâmicas, em uma estratégia que combina inovações sociotécnicas, renovação das dinâmicas de mobilidade e a luta constante da população em prol das suas tradições e relações territoriais.

**Palavras-chave:** Segurança alimentar. Agrobiodiversidade. Quilombolas. Territorialidade. Cerrado.



## **ABSTRACT**

This thesis presents an analysis and reflection on the different strategies of Food and Nutrition Security developed by the families of the quilombola community Kalunga, divided between the northeast region of the state of Goiás and the south of Tocantins. In a scenario of homogenizing agri-environmental policies, traditional farming systems have faced the challenge of maintaining their practices and agrobiodiversity from their own spatiotemporal dynamics. In addition, the scales used to evaluate food security in these communities usually emphasize purchasing aspects on a domestic scale, disregarding the importance of production for self-consumption and food networks throughout the territory. Using a qualitative approach and participant observation procedures, semi-structured interview, participatory mapping at different scales of analysis, we sought to obtain information that would allow an understanding of locally developed production and food practices. 950 residences and 2,120 farms were mapped out over 12 microregions. Of the 128 families, 90 were semi-structured interviewed, while the other 38 families were interviewed using the open methodology. It was observed that the community structures its food security based on pluriactive strategies in a multilocal occupation of the territory, where agricultural diversity, seed exchange networks and food flow are of fundamental importance. We found that the farms account for 19% of the total agrobiodiversity identified (85 species), while the backyards correspond to 53% and the backlands to 20% of it. However, although the backyards present a greater specific diversification, it was in the farms that we found the greatest intraspecific diversity where, of the 221 varieties identified, 18 were of cassava, 16 of rice, 8 of corn, 17 of beans, 7 of pumpkins and 17 of bananas. We also noted that the Bolsa Família program helps the rural worker to continue his activities aimed at self-consumption without compromising the family's food security, by increasing their power to choose their agro-extractive products. Thus, we can say that, even in the face of various factors of (de)structuring, the community has reassigned its dynamics, in a strategy that combines sociotechnical innovations, renewal of mobility dynamics and the constant struggle of the population for their traditions and territorial relations.

**Keywords:** Food safety. Agrobiodiversity. Quilombolas. Territoriality. Cerrado



## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – MODELO CONCEITUAL DOS NÍVEIS DE DETERMINANTES ASSOCIADOS À SEGURANÇA ALIMENTAR .....	45
FIGURA 2 – MAPA MENTAL DA LIGAÇÃO MAIS COMUM ENCONTRADA ENTRE ESSES CONCEITOS CHAVES DENTRO DA LITERATURA. ....	50
FIGURA 3 – MAPA MENTAL DA LIGAÇÃO PROPOSTA ENTRE OS CONCEITOS CHAVES. ....	51
FIGURA 4 – MAPA MENTAL ACRESCIDO DAS RELAÇÕES ENTRE POLITICAS/PROGRAMAS, SATS E A SAN DA COMUNIDADE. ....	51
FIGURA 5 – MAPA DO TERRITÓRIO KALUNGA (GOIÁS E TOCANTINS) E SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS. ....	56
FIGURA 6 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DENTRO DA RESBIO CERRADO.....	62
FIGURA 7 – COMPARAÇÃO ENTRE AS DIFERENTES FITOFISIONOMIAS QUE COMPÕEM O BIOMA CERRADO.....	63
FIGURA 8 - PROPORÇÃO DE VEGETAÇÃO NATURAL NAS ÁREAS PRIORITÁRIAS DO ESTADO DO GOIÁS.....	65
FIGURA 9 – LOCALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO KALUNGA, ENTRE OS ESTADOS DO TOCANTINS E DO GOIÁS.....	67
FIGURA 10 – MAPA DA HIPSOMETRIA DO TERRITÓRIO KALUNGA.....	69
FIGURA 11 – MAPA DE DECLIVIDADE DO TERRITÓRIO KALUNGA .....	69
FIGURA 12 - DISTRIBUIÇÃO DE ROÇAS SOBRE OS TIPOS DE SOLO ENCONTRADOS NO TERRITÓRIO KALUNGA .....	71
FIGURA 13 – MACRORREGIÕES DO TERRITÓRIO KALUNGA .....	75
FIGURA 14 – MACRORREGIÃO DO VÃO DE ALMAS E SUAS QUATRO MICRORREGIÕES .....	80
FIGURA 15 - MACRORREGIÃO DO VÃO DO MOLEQUE E SUAS QUATRO MICRORREGIÕES SOBRE O MAPA DE TIPOS DE SOLO .....	84
FIGURA 16 - MACRORREGIÃO DO ENGENHO E SUAS TRÊS MICRORREGIÕES SOBRE O MAPA DE TIPOS DE SOLO.....	88
FIGURA 17 – MAPA DA OCUPAÇÃO DA ETNIA AVA-CANOEIRO NA CAPITANIA DE GOIÁS (1760-1798).....	109
FIGURA 18 – UM DOS PRIMEIROS MAPAS DO TERRITÓRIO KALUNGA, APRESENTADOS POR BAIOCCHI EM 1986.....	115
FIGURA 19 – MAPA DE REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBO KALUNGA (GOIÁS) .....	117
FIGURA 20 – SOBREPOSIÇÃO DO MAPA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DAS RESIDÊNCIAS.....	118
FIGURA 21 – PERFIS VEGETAIS DE UMA PARCELA ARBORIZADA E CULTIVADA COM SISTEMA DE DERRUBADA-QUEIMA .....	131
FIGURA 22 – ESQUEMA DE ORGANIZAÇÃO DE UMA PEQUENA REGIÃO DE CULTIVADORES FLORESTAIS .....	133
FIGURA 23 – MAPA DOS TIPOS DE SOLO COM A LOCALIZAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS MAPEADAS DURANTE A PESQUISA. ....	135
FIGURA 24 – MAPA DOS TIPOS DE SOLO COM A LOCALIZAÇÃO DAS ROÇAS MAPEADAS DURANTE A PESQUISA .....	135
FIGURA 25 – PLANTAÇÃO DE FUMO EM ROÇA DE VAZANTE NA REGIÃO DO VÃO DE ALMAS .....	143
FIGURA 26 – COMPARAÇÃO ENTRE DOIS ESTÁGIOS DO POUSIO DE UMA CAPOEIRA E A SUA POSTERIOR ABERTURA EM ROÇA.....	147
FIGURA 27 – HORTA SUSPensa EM GIRAL, COMUNIDADE DO VÃO DE ALMAS .....	152
FIGURA 28 – PASTAGEM NATIVA NA REGIÃO DO ENGENHO, UMA SEMANA APÓS O MANEJO DO FOGO.....	159
FIGURA 29 – COMPARAÇÃO ENTRE OS DIFERENTES MANEJOS DE FOGO ENCONTRADO DENTRO DO TERRITÓRIO: .....	160
FIGURA 30 – MORADORA DO VÃO DE ALMAS COLHENDO MANDIOCA DOCE, EM MEIO À PLANTAÇÃO.....	191
FIGURA 31 - FEIJÃO ASSOCIADO AO MILHO (JÁ SECO E DOBRADO), NA COMUNIDADE DO ENGENHO II .....	195
FIGURA 32 – PORCENTAGEM DAS FAMÍLIAS QUILOMBOLAS DISTRIBUÍDA DE ACORDO COM OS CINCO MUNICÍPIOS .....	213
FIGURA 33 - DESENHO ESQUEMÁTICO DAS DINÂMICAS MULTIRESIDENCIAIS DA COMUNIDADE KALUNGA .....	222
FIGURA 34 - PERFIL DE ESTRATÉGIAS SOCIOECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS KALUNGAS, NA REGIÃO DO VÃO DE ALMAS .....	232
FIGURA 35 - PERFIL DE ESTRATÉGIAS SOCIOECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS KALUNGAS, NA REGIÃO DO VÃO DO MOLEQUE .....	234
FIGURA 36 - PERFIL DE ESTRATÉGIAS SOCIOECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS KALUNGAS, NA REGIÃO DO ENGENHO .....	235
FIGURA 37 – COMPARAÇÃO ENTRE OS DIFERENTES PERFIS DE ESTRATÉGIAS SOCIOECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS KALUNGAS.....	237
FIGURA 38 – COMPARAÇÃO ENTRE O PERFIL DE ESTRATÉGIAS SOCIOECONÔMICAS DO MEIO RURAL E DO MEIO URBANO.....	237
FIGURA 39 – COMPARAÇÃO ENTRE A IMPORTÂNCIA RELATIVA DE CADA ESTRATÉGIA SOCIOECONÔMICA D .....	238
FIGURA 40 – MAPA DE APTIDÃO AGRÍCOLA DO TERRITÓRIO KALUNGA, SOBREPOSTO PELA LOCALIZAÇÃO DAS ROÇAS.....	250

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - QUADRO COMPARATIVO DAS MACRORREGIÕES DO TERRITÓRIO KALUNGA .....	90
TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS DOMICÍLIOS, SEGUNDO A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA .....	116
TABELA 3 – CICLO PRODUTIVO ANUAL DE ALGUMAS VARIEDADES CULTIVADAS NO TERRITÓRIO KALUNGA.....	140
TABELA 4 – COMPARAÇÃO DO TEMPO MÉDIO DE POUSSO E DE USO DAS ROÇAS, DE ACORDO COM A REGIÃO DO TERRITÓRIO.....	148
TABELA 5 – MÉDIA DA ÁREA DAS ROÇAS DE PASTO (PASTOS PLANTADOS) DE ACORDO COM A MICRORREGIÃO DO TERRITÓRIO. ....	166
TABELA 6 – REBANHO MÉDIO DE ACORDO COM A REGIÃO DO TERRITÓRIO ANALISADA.....	171
TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS DOMICÍLIOS, SEGUNDO A CULTURA DE SUBSISTÊNCIA. ....	175
TABELA 8 - ESPÉCIES DE VALOR ALIMENTÍCIO NA COMUNIDADE KALUNGA.....	176
TABELA 9 – RESUMO DAS PRINCIPAIS DIFERENÇAS REGIONAIS RELACIONADAS À AGROBIODIVERSIDADE DO TERRITÓRIO .....	202
TABELA 10 – RELAÇÕES ENTRE OS MEMBROS DOS GRUPOS DOMÉSTICOS (RURAL) E A AGROBIODIVERSIDADE.....	205
TABELA 11 – DADOS DOS IDHM DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO KALUNGA.....	210
TABELA 12 – DADOS MUNICIPAIS REFERENTES AO CENSO DE 2010 (IBGE) .....	210
TABELA 13 – COMPARAÇÃO DE DADOS DOS CINCO MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O TERRITÓRIO KALUNGA, .....	211
TABELA 14 - NÚMERO DE FAMÍLIAS E DE HABITANTES QUILOMBOLAS KALUNGAS .....	212
TABELA 15 – NÚMERO DE FAMÍLIAS E PESSOAS POR LOCALIDADE KALUNGA, NO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE – GO.....	213
TABELA 16 – ESTRATÉGIAS SOCIOECONÔMICAS DOS GRUPOS DOMÉSTICOS . ....	229
TABELA 17 – PORCENTAGEM DOS PERFIS DE APTIDÃO AGRÍCOLA DENTRO DO TERRITÓRIO KALUNGA .....	249
TABELA 18 – PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS PELA COMUNIDADE COM OS RESPECTIVOS VALORES.....	265

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1. PLANTAS DOMESTICADAS, CULTIVADAS OU MANEJADAS?.....	32
QUADRO 2 – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	43
QUADRO 3. GRUPO FAMILIAR E GRUPO DOMÉSTICO .....	46
QUADRO 4 - SURGIMENTO DA AGRICULTURA .....	126

## **LISTA DE SIGLAS**

AKC – Associação Kalunga de Cavalcante  
AKMA – Associação Kalunga de Monte Alegre  
AKMT – Associação Quilombo Kalunga do Mimoso Tocantins  
AKT – Associação Kalunga de Teresina  
AQK – Associação Quilombo Kalunga  
ASQUIKATO – Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Quilombola Kalunga do Tocantins  
CAT – Centro de Atendimento ao Turista  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento  
EBIA – Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EPOTECAMPO – Associação de Educação do Campo do Território Kalunga e Comunidades Rurais  
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura  
Fubra – Fundação Universidade de Brasília  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás  
LEdoC – Licenciatura em Educação do Campo  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
MIF – Manejo Integrado do Fogo  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
ONG – Organização não Governamental  
PBF – Programa Bolsa Família  
PENAP – Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas  
PIB – Produto Interno Bruto  
Pronaf – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
RBC – Reserva da Biosfera Cerrado  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial  
SHPCK – Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga  
TCR – Transferência Condicionada de Renda  
UFG – Universidade Federal de Goiás  
UnB – Universidade de Brasília  
UFT – Universidade Federal do Tocantins

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>REFERENCIAL CONCEITUAL-ANALÍTICO .....</b>	<b>22</b>
Segurança Alimentar.....	23
Agrobiodiversidade .....	26
Sistemas Agrícolas Tradicionais.....	29
Sistemas Agrícolas Quilombolas .....	35
Políticas Públicas .....	39
Políticas e Segurança alimentar: a questão das escalas .....	43
Sistema agrícola Kalunga .....	39
<b>CAMINHOS METODOLOGICOS .....</b>	<b>53</b>
Pesquisando Saberes .....	53
A Escolha da Área de Estudo e dos Sujeitos da Pesquisa .....	55
Combinando Métodos: a coleta de dados .....	56
<b>PARTE I - O ESPAÇO E O TEMPO .....</b>	<b>61</b>
<b>1. O TERRITÓRIO KALUNGA.....</b>	<b>62</b>
1.1. As Regiões e Suas Subdivisões.....	72
Região do Vão De Almas (GO).....	75
Região do Vão Do Moleque (GO).....	82
Região do Engenho (GO) .....	85
Região do Mimoso (TO).....	89
<b>2. UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA NO SERTÃO DO BRASIL .....</b>	<b>91</b>
2.1. Escravidão e Quilombos .....	91
2.2. Gouyazes – Sertão, Ouro e Pecuária.....	95
2.3. A Arribação dos Kalungas .....	99
2.4. História Agrária .....	107
2.5. Marcos Legais.....	119
<b>PARTE II – O SISTEMA AGRÍCOLA KALUNGA .....</b>	<b>125</b>
<b>3. DINÂMICAS DO SISTEMA AGRÍCOLA KALUNGA .....</b>	<b>126</b>
3.1. As Roças.....	128
A Roça De Toco (Terra Seca).....	128
A Roça De Vazante .....	141
As Capoeiras .....	144
3.2. Os Quintais .....	149
3.3. Cerrados e Sertões.....	153
3.4. Pastagens e Pastos .....	156
Pastagens Nativas Manejadas.....	158
Pastos Plantados.....	162
O Rebanho e o Consumo.....	167

3.5.	Rios.....	172
<b>4.</b>	<b>AGROBIODIVERSIDADE, REGIÕES E ECOSISTEMAS .....</b>	<b>173</b>
4.1.	“É bom pra Comer, é bom pra ter, é bom pra não perder” .....	173
4.2.	Comida Que Vem da Roça .....	182
	O Arroz .....	184
	A Mandioca.....	188
	O Milho .....	191
	Feijão .....	192
	Gergelim .....	195
4.3.	Comida Que Vem do Mato .....	196
4.4.	As Regiões e a Agrobiodiversidade.....	198
4.5.	Agrobiodiversidade Familiar .....	203
	<b>PARTE III – SOBRE TER E NÃO FALTAR .....</b>	<b>206</b>
<b>5.</b>	<b>DINÂMICAS DO SISTEMA SOCIAL PRODUTIVO.....</b>	<b>209</b>
5.1.	Limites domésticos e familiares .....	215
5.2.	Mobilidade.....	217
5.3.	Pluriatividade.....	224
	Estratégias Familiares .....	226
	Diferentes Estratégias para Diferentes Regiões .....	230
<b>6.</b>	<b>PROJETOS E PROJEÇÕES .....</b>	<b>239</b>
6.1.	Comida invisível: o estigma da “comida de pobre” e “comida de fome”.....	242
6.2.	Políticas agrárias e a Homogenização das Paisagens .....	245
6.3.	Bolsa Família e o Poder de Escolha.....	252
6.4.	A Revolução da Educação do Campo.....	257
6.5.	Turismo e Diversificação da Renda Familiar .....	259
6.6.	Gastronomia em defesa da Biodiversidade .....	262
6.7.	Políticas Ambientais e o Manejo do fogo .....	266
6.8.	Sobre Territórios e Comidas .....	270
	<b>ENTRE OCEANOS E VÃOS .....</b>	<b>276</b>
	<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>283</b>



## **INTRODUÇÃO**

Os sistemas agrícolas tradicionais vêm ganhando, na última década, visibilidade e reconhecimento em relação a sua importância sobre a conservação da agrobiodiversidade e das suas paisagens, mas são muito pouco compreendido no que diz respeito as estruturas que mantêm a segurança alimentar das suas comunidades. Entretanto, esse cenário atual emergiu de um contexto global de homogeneização das práticas e saberes agrícolas (EMPERAIRE, 2015). A “modernização” da agricultura, promovida pela *revolução verde*<sup>1</sup> a partir da década de 1950, se baseia em processos de uniformização dos espaços para a maximização produtiva, direcionada para a indústria e para a exportação de *commodities* (SANTILLI, 2009a; SHIVA, 2003a).

Além de promover a concentração e especulação fundiária, o êxodo rural, a degradação ambiental e o uso insustentável dos recursos naturais, esse modelo agrícola provoca a marginalização das outras agriculturas, em especial da agricultura tradicional e familiar. No Brasil, um projeto político nacional, que teve início da década de 1940, com a marcha para o oeste, direcionou os esforços produtivos do campo em direção as indústrias, a partir de leis de regulação e incentivo específicas para esse modelo, invisibilizando e criminalizando outras formas de se produzir alimento (ELOY et al., 2015; EMPERAIRE; ELOY, 2008; GIUSTINA, 2013).

Subjacente a esse processo reside a premissa de que os outros sistemas produtivos são vazios de um sistema de saber próprio, ou inferiores e primitivos em suas tecnologias e que, por isso, podem ser uniformizados e incorporados aos sistema dominante (SHIVA, 2001). Isso tudo seria justificado pelos resultados desse modelo, que deveria aumentar a produção mundial de alimento e garantir o “fim da fome no mundo”<sup>2</sup>. Contudo, a alta produtividade das monoculturas não significou a diminuição da insegurança alimentar mundial, deixando claro que a quantidade não era mais o problema, mas sim o acesso (COATES, 2013).

No Brasil não foi diferente e, apesar de safras recordes entre 2003 e 2004, um estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro demonstrou que a segurança alimentar do país não aumentou, apresentando ainda 3 milhões de famílias rurais

---

<sup>1</sup> A revolução verde foi um movimento agrícola, iniciado na década de 1950 nos Estados Unidos, baseado na “invenção” distribuição de novas sementes para aumentar a produção mundial a por meio do uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo. Foi baseada na utilização de sementes geneticamente alteradas e produção em massa de produtos homogêneos.

<sup>2</sup> Esse era o slogan da Fundação Rockefeller durante o auge da Revolução Verde.

vivendo em situação de extrema pobreza (ISA, 2008). Em contra ponto a essa realidade, a agricultura de base familiar atualmente emprega 74% da mão de obra do campo, sendo responsável pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo nacional (BRASIL, 2019a).

Em resumo, 70% de todo o alimento consumido pelas famílias brasileiras se origina dessa categoria de produtores, que carrega em si uma grande diversidade de sistemas, como aqueles mantidos por indígenas, quilombolas, seringueiros, pescadores, camponeses, sertanejos e tantos outros, também chamados de “tradicionais”, assim como os seus sistemas. A homogeneização desses sistemas em direção a uma agricultura “moderna” representa uma redução das bases culturais e genéticas que sustentam a agrobiodiversidade nacional (EMPERAIRE, 2015). É a partir dela que podemos ter uma alimentação diversificada de qualidade, coerente com as práticas culturais de cada população e sustentável do ponto de vista ambiental, cultural, econômico e social, como prevê a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional brasileira<sup>3</sup> (BELIK, 2012a).

Além disso, os sistemas agrícolas diversificados propiciam colheitas diversificadas, em períodos alternados do ano e com maior resistência a adversidades ambientais, como pragas e mudanças climáticas (FONTES, 2011; SANTILLI, 2009). A importância desses sistemas reside exatamente na singularidade de cada um e como, individual e coletivamente, eles contribuem para a manutenção da agrobiodiversidade. Assim, cada um desses sistemas agrícolas apresenta seus objetos, suas formas de fazer e seus conceitos, que os caracterizam e identificam como um sistema agrícola específico e, “*por consequência, qualquer alteração ou desaparecimento o descaracterizará*” (EMPERAIRE, 2015, p. 3).

O avanço da fronteira agrícola aliado à homogeneização rural, subjacente às políticas agrícolas vigentes, tem agido como elemento desestruturadores dos sistemas agrícolas tradicionais (ELOY; CARVALHO; FIGUEIREDO, 2017a; MOLINA, 2011; SAUER, 2018; WANDERLEY, 2014), chamando a atenção para a necessidade de ferramentas de conservação e valorização das suas práticas e, conseqüentemente, da sua diversidade agrícola. Nesse sentido, instrumentos legais e iniciativas públicas e privadas tem emergido no cenário mundial, evocando a

---

<sup>3</sup> Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

patrimonialização dos sistemas agrícolas tradicionais (EMPERAIRE; VAN VELTHEM; DE OLIVEIRA, 2008; FAO, 2018a; ISA, 2013). Na esfera acadêmica as pesquisas ao redor dos SATs tem ganhado destaque, e lentamente trazem a tona sua importância (EMPERAIRE; ELOY, 2008; HECHT, 2009; NIEMEYER, 2011a; ROBERT et al., 2012).

Contudo, os sistemas agrícolas quilombolas permanecem invisíveis a esse processo, e muitas vezes chegam até a serem desqualificados ou criminalizados, quando seus territórios são sobrepostos por unidades de conservação (ELOY; FERNANDES, 2015; STEWARD; LIMA, 2017). A invisibilização das contribuições dos povos negros para a formação social, agrícola e econômica do Brasil é um fato histórico que nos remete a um sistema escravocrata que perdurou por quase quatro séculos (CARNEY, 2001; DIAS et al., 2017; GOMES, 2015) deixando-nos um preconceituoso e excludente legado. Por outro lado, as reivindicações territoriais do movimento quilombola tem enfatizado pouco a relação entre as paisagens agrícolas e a territorialidade de suas comunidades, transparecendo que, talvez, ainda não esteja internalizada a percepção de que os SATs são identificadores culturais tanto quanto as manifestações artísticas e religiosas de um povo<sup>4</sup>.

No Cerrado, os sistemas agrícolas quilombolas também enfrentam processos de homogeneização decorrentes da sua invisibilização, social e tecnológica, e da ação de políticas agroambientais. Nesse contexto, se encontram vários grupos cerratences, como os Kalungas do nordeste goiano, que se encaixam em duas categorias de SATs pouco estudadas: os do Cerrado e os quilombolas. Apesar dos Kalungas já terem sido alvo de muitos estudos, das mais diversas áreas do conhecimento (ALMEIDA, 2010a; BAIOCCHI, 1999; ISOLDI; SILVA, 2008; MARINHO, 2013; MOURA et al., 2011; SANTOS, 2012b; SIQUEIRA, 2012; VALENTE, 2007b) os sistemas agrícolas dessa comunidade só começaram a receber atenção recentemente (FERNANDES, 2014; PEREIRA; ALMEIDA, 2011; SOUZA, 2018; UNGARELLI, 2009), e mesmo assim de forma fragmentada e pontual.

Contudo, essas abordagens anteriores contemplam muito pouco da escala do território que é a responsável por permitir que as práticas agrícolas revelem outras

---

<sup>4</sup> Podemos citar como exceção a essa padrão observado, o reconhecimento do Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo, como patrimônio Cultural Brasileiro, pelo IPHAN (ISA, 2013)

nuances, que muitas vezes passam despercebidas nas menores escalas. Além disso, seu amplo território é cenário de muitos projetos e políticas que, na maioria das vezes, atuam de forma isolada a partir de dinâmicas “prontas”, pertencentes a pacotes tecnológicos que muito contrastam com a cultura agrícola local e com as dinâmicas alimentares da comunidade. Quais as dimensões territoriais da segurança alimentar na comunidade? Como as dinâmicas do sistema agrícola tradicional estruturam as práticas de segurança alimentar da comunidade? E como essas práticas se relacionam com as políticas e projetos acessados pela comunidade?

Para responder a essas perguntas, a presente tese buscou identificar as dinâmicas espaço-temporais das práticas agropecuárias e extrativistas em uma comunidade tradicional do Cerrado, a fim de compreender como se estabelece a segurança alimentar das famílias e como ela está relacionada ao território, em diferentes escalas de análise. Isso se deu a partir da comunidade Kalunga a partir da qual estabelecemos quatro objetivos menores a fim de conduzir a pesquisa. Primeiro, analisar e reconstruir a história agrária do território. Segundo, compreender as dinâmicas sociais e agrícolas do sistema agrícola Kalunga. Terceiro, levantar os principais ecossistemas cultivados da comunidade e a diversidade agrícola relacionada a cada um, em diferentes escalas de observação. E, por fim, compreender como as políticas e projetos se relacionam com as estratégias socioeconômicas da comunidade e de que forma eles podem afetar a segurança alimentar da comunidade.

Para isso, foi escolhida uma abordagem interdisciplinar, baseada em metodologias das ciências sociais e da geografia, como entrevistas, observações participante, percursos guiado, mapeamentos participativos e análises de SIG<sup>5</sup>. Apesar de ser uma pesquisa qualitativa, alguns dados quantitativos foram levantados, servindo para validar parte das informações obtidas durante as entrevistas e observações de campo.

O primeiro capítulo estabelece o *referencial conceitual-analítico* da pesquisa, definindo os principais conceitos que foram mobilizados na construção da tese. Para isso mobilizamos o conceito de *segurança alimentar*, como ele se relaciona com as perspectivas atuais de *agrobiodiversidade* dentro de *sistemas agrícolas tradicionais*, em especial os quilombolas, e como as *políticas públicas* se relacionam com os

---

<sup>5</sup> Sistema de Informação Geográfica.

processos produtivos e alimentares das comunidades, em diferentes escalas de análise, na literatura específica. No segundo capítulo reconstruímos os *caminhos metodológicos* percorridos, detalhando as metodologias usadas e a forma de obtenção dos dados e informações.

Na primeira parte da tese, “O Espaço e o Tempo”, procuramos descrever o território kalunga a partir de seus aspectos físicos e históricos. No capítulo 1, “O Território Kalunga”, descrevemos os aspectos ambientais dessa comunidade, dando destaque para as quatro diferentes regiões que surgiram a partir de determinantes espaciais e históricos. No capítulo 2, “Uma História de Resistência no Sertão Goiano”, buscamos reconstruir os principais marcos da história de ocupação da região e da luta quilombola que resultou no surgimento da comunidade Kalunga.

Na segunda parte, “O Sistema Agrícola Kalunga”, descreve o SAT, a partir dos ecossistemas cultivados e da agrobiodiversidade. No capítulo 3, “Dinâmicas do Sistema Agrícola Kalunga”, usamos como unidade de análise os diferentes ambientes produtivos da comunidade, destacando as roças, os quintais, as capoeiras, os “sertões”, as pastagens e os pastos, e os rios. O capítulo 4, “Agrobiodiversidade”, iniciamos a discussão a respeito das relações existentes entre a agrobiodiversidade e a comunidade, descrevendo os principais cultivos das roças, pastos e sertões, e como eles se apresentam em cada macrorregião e nos grupos familiares.

A terceira parte, intitulada de “Sobre ter e Não Faltar”, traz o debate sobre as estruturas sociais e as suas dinâmicas na construção e manutenção do SAT Kalunga, descrevendo os principais aspectos socioeconômicos da população e os limites domésticos e familiares. No capítulo 5, “Dinâmicas do Sistema Social Produtivo”, abordamos a mobilidade rural-rural e rural-urbana, e quais alterações elas sofreram nos últimos anos. Além disso, avaliamos as principais atividades produtivas/econômicas da comunidade, e como elas variam de acordo com a região analisada. No capítulo 6, “Projetos e Projeções”, aprofundamos a discussão a respeito dos principais projetos político-sociais atuantes na comunidade e como eles estruturam ou desestruturam as dinâmicas produtivas da comunidade.

## REFERENCIAL CONCEITUAL-ANALÍTICO

A segurança alimentar é um conceito que correlaciona diversas dimensões de uma questão, que apesar de parecidas, abordam aspectos muito distintos de uma problemática: o acesso ao alimento. Essa questão, presente em todos os continentes, é particular a cada nação, mas na América Latina e, em especial, no Brasil a insegurança alimentar está intimamente ligada a fatores socioeconômicos históricos, como a concentração de renda e a concentração fundiária (VINHAS, 2010), indicando-nos uma forte relação entre territórios e segurança alimentar.

Apesar de ser um assunto antigo da humanidade, o conceito de SAN é relativamente recente, tendo sido utilizado pela primeira vez na década de 1970 (COATES, 2013). No Brasil, esse tema foi historicamente negligenciado e pouco comentado, principalmente durante a ditadura militar (VINHAS, 2010), mas a década de 2000 viu a segurança alimentar entrar na agenda política brasileira, iniciando um novo cenário nacional. A partir do Programa Fome Zero, criado em 2003 pelo governo recém-empossado, diversas políticas abriram caminho para uma reestruturação das estratégias usadas para se lidar com a insegurança alimentar.

Apesar do curto espaço de tempo, os últimos quinze anos presenciaram o surgimento da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (LoSAN) (Lei nº11.346/2006), o Programa Bolsa Família (PBF) (Lei nº10.836/2003), o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (2006), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (Lei nº10.696/2003) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Lei nº11.947/2009) que são importantes marcos no combate a insegurança alimentar nacional e que beneficiaram milhões de brasileiros (VASCONCELOS et al., 2019) e milhares de comunidades urbanas e rurais.

O acesso a alimentos “*em quantidade suficiente*”, “*adequados em qualidade nutricional*”, “*aceitos culturalmente*”, “*seguros*” e de forma “*certa e estável*” são os princípios da segurança alimentar (COATES, 2013), mas também são conceitos chaves na compreensão e entendimento das problemáticas alimentares atuais. Contudo, abordar a produção de alimentos e sustentabilidade em termos de políticas públicas tem se mostrado um grande desafio, ainda intensamente presente na América Latina (BARRETO, 2012; ELOY et al., 2015; NIEMEYER, 2011b). E quando esse debate se sobrepõem as questões pertinentes às populações tradicionais e

seus direitos fundiários, emerge um cenário ainda muito pouco contemplado pelos governos.

No Cerrado, um conjunto de fatores tem levado as comunidades rurais com sistemas agrícolas baseados na agricultura itinerante de corte e queima a um estado de vulnerabilidade (DURIGAN; RATTER, 2016; ELOY et al., 2015; ELOY; CARVALHO; FIGUEIREDO, 2017b), uma vez que as suas práticas produtivas são pouco conhecidas e as políticas públicas que chegam ao seu alcance não são adaptadas a sua realidade. Por outro lado, tem crescido o reconhecimento dos conhecimentos agrícolas locais a nível nacional e internacional, por meio de iniciativas como, por exemplo, o registro dos bens culturais imateriais, conduzido pelo IPHAN-MinCs, ou o programa GIAHS (Globally Important Agricultural Heritage Systems) lançado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em 2002. Assim, muitas comunidades buscam gerar debates e conhecimento sobre a questão produtiva nos seus territórios com o objetivo de encontrar parcerias e soluções sociotécnicas adaptadas à sua realidade dinâmica e aos seus projetos políticos.

É importante buscar compreender como os sistemas agrícolas tradicionais se relacionam com seus espaços e em que medida essas relações estão ligadas às práticas alimentares? Como elas estruturam a segurança alimentar da comunidade e como as políticas públicas atuantes na região interagem com essas dinâmicas? Quais as relações entre a conservação dos sistemas agrícolas tradicionais e a segurança alimentar das comunidades? Como a perda de agrobiodiversidade pode afetar essas relações? E de que forma a agrobiodiversidade desses sistemas é afetada pelas transformações, sociais e econômicas, que as comunidades vêm vivenciando? A seguir apresentaremos os principais elementos do referencial conceitual necessário para debater as questões que norteiam a problemática geral da tese.

## **SEGURANÇA ALIMENTAR**

A segurança alimentar, ou a insegurança alimentar, pode ser vista por quatro dimensões principais: a da *quantidade*, a da *qualidade*, a da *regularidade* e a da



*dignidade*<sup>6</sup>. O processo histórico que possibilitou a construção teórica desse conceito, após o fim da Primeira Guerra Mundial, favoreceu os parâmetros da disponibilidade e do acesso (que poderiam hoje fazer um paralelo com a quantidade e regularidade) (KEPPLE; SEGALL-CORREA, 2011; VARGAS; BORBA; GODOY, 2013; VENDRAMINI; OLIVEIRA; CAMPI, 2012). Cada uma dessas dimensões, ou parâmetros, da segurança alimentar é medida de forma distinta e possui indicadores diferentes como, por exemplo, os diários alimentares, utilizados para calcular se quantidade e a qualidade dos alimentos ingeridos são suficientes pra um indivíduo ou núcleo familiar.

A definição mais utilizada em políticas públicas internacionais, oriunda da Declaração de Roma (FAO, 1996) estabelece Segurança Alimentar como o “*estado em que todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e econômico a alimentos em quantidade suficiente, seguros e nutritivos para atender às suas necessidade nutricionais e preferencias alimentares para uma vida ativa e saudável*”<sup>7</sup>. No Brasil, a definição mais empregada vem da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) de 2006, que vai além, dizendo que segurança alimentar e nutricional é a:

Realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentação de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e sejam social, economicamente e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Cabe aqui comentar que seguiremos a linha de raciocínio que entende que o alimento possui propriedades intrínsecas que cumprem finalidades físicas e psíquicas. As físicas estando relacionadas à energia, a bioquímica, a estrutura e funcionamento dos corpos, e a as finalidades psíquicas que são aquelas relacionadas às necessidades sensoriais, ligadas a cultura e historicidades daqueles que comem (VENDRAMINI; OLIVEIRA; CAMPI, 2012).

Nesse sentido, se tomarmos o conceito amplo e interdisciplinar de segurança alimentar (KEPPLE; SEGALL-CORREA, 2011), que considera não só o aspecto nutricional quantitativo do problema, mas também os níveis sociocultural, ambiental

---

<sup>6</sup> Também pode-se subdividi-la em cinco constituintes: disponibilidade, acesso, qualidade, inocuidade e sustentabilidade (VENDRAMINI; OLIVEIRA; CAMPI, 2012).

<sup>7</sup> “[...]state in which all people, at all times, have physical and economic access to sufficient, safe and nutritious food to meet their dietary needs and food preferences for an active and healthy life” (FAO, 1996)

e produtivo, adotaremos tal conceito como o eixo condutor da presente tese. Ele atravessa as temáticas referentes às políticas públicas e as questões fundiárias na busca de uma compreensão de como o tema se insere no cenário brasileiro e, mais especificamente, no bioma Cerrado.

Ao voltar-se o olhar novamente para os aspectos da disponibilidade dos alimentos, a relação entre produção e agricultura logo emerge, trazendo à tona questões primordiais (como utilização das terras, propriedade fundiária e tecnologias utilizadas), levando-nos a pensar que essa discussão ocorreria primariamente no ambiente dos estudos agrícolas. Contudo a abordagem do Setor da Saúde, que focaliza a saúde física e nutricional, tem sido dominante nas discussões, levando também a ser a abordagem mais frequente durante a formulação das políticas públicas e dos indicadores (COATES, 2013).

Os esforços atuais tendem para o campo da Saúde, focando no aspecto nutricional do conceito de fome<sup>8</sup>, e da insegurança alimentar como sinônimo de desnutrição e, dessa forma, grande parte das ações governamentais também são direcionadas para esses problemas, a partir de uma abordagem emergencial, como a distribuição de cestas básicas da CONAB<sup>9</sup> ou do Ministério do Desenvolvimento Social, o programa Leva Leite ou Vivaleite<sup>10</sup>, ou programas de restaurantes comunitários como o da Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social<sup>11</sup>.

Apesar de ser uma problemática multidimensional, a insegurança alimentar tem sido abordada, nas últimas décadas, maioritariamente por políticas públicas voltadas para os aspectos quantificáveis da questão (COATES, 2013), deixando de fora importantes elementos dessa complexa problemática. Por conta disso, autoras como Jennifer Coates defendem a desconstrução racional do conceito de *Segurança*

---

<sup>8</sup> A FAO define fome como uma “denominação geral com a qual se faz referência a uma situação de baixo consumo alimentar ou desnutrição, habitualmente crônica. Segundo a FAO, “O conceito de fome costuma utilizar-se em situações de intensa privação de alimentos relativamente a diversas formas de desnutrição, entre elas as devidas a um acesso limitado à quantidade suficiente de alimentos e a um déficit de nutrientes essenciais presentes nos alimentos necessários desde o ponto de vista nutricional, o que se repercute nas faculdades físicas e mentais da pessoa ou pessoas afetadas”.

<sup>9</sup> “A Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais Específicos tem como objetivo a aquisição de gêneros alimentícios básicos e a distribuição gratuita desses gêneros em forma de cestas de alimentos, com o intuito de atender, em caráter emergencial e complementar, famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional” (MDS, 2018b).

<sup>10</sup> Programas que pretende ajudar no combate a anemia ferropriva, no estado de São Paulo, distribuindo leite pasteurizado

<sup>11</sup> Os restaurantes comunitários são considerados pelo governo como equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, que buscam garantir à população em situação de vulnerabilidade social o acesso a alimentação adequada.

*Alimentar*, buscando demonstrar que ele apresenta diversas dimensões que, mesmo intimamente conectadas, possuem diferentes formas de serem medidas e tratadas.

Aqui buscaremos uma compreensão ampla, multidimensional e transdisciplinar desse conceito, por compreendermos que a segurança alimentar não existe separada do conceito de *soberania alimentar*, na qual cada povo tem “*o direito a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e o direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo*” (VIA CAMPESINA, 2003). Por isso, uma abordagem que privilegia apenas o aspecto nutricional (como a distribuição de alimentos<sup>12</sup>) não será, na nossa perspectiva, uma política capaz de atuar verdadeiramente sobre a mitigação da insegurança alimentar, vista aqui como a ausência de soberania alimentar.

## **AGROBIODIVERSIDADE**

A partir da década de 1980, iniciou-se um debate a nível mundial a respeito da diversidade biológica e as ameaças que ela vinha sofrendo frente a um cenário de acelerada degradação da natureza. Edward Wilson (1988) foi um dos cientistas a popularizar essa discussão que posteriormente consolidou o termo “biodiversidade”, no contexto da conservação. Em 1989, o Fundo Mundial para a Natureza a define como “*a riqueza da vida na terra, os milhões de plantas, animais e microrganismos, os genes que eles contém e os intrincados ecossistemas que eles ajudam a construir no meio ambiente*”, considerando a diversidade biológica em três níveis básicos: diversidade das espécies, diversidade genética e a diversidade ecológica (PRIMACK; RODRIGUES, 2001; SANTILLI, 2009b; WILSON, 1997).

Contudo, as abordagens iniciais do tema, que construíram o campo da “biologia da conservação”, traziam em si a premissa que o problema da biodiversidade era de ordem ecológica, causado principalmente as populações pela pressão populacional do terceiro mundo (WILSON, 1997). Mas alguns autores, como Diegues questionam essa abordagem, defendendo que os problemas básicos da conservação são políticos, econômicos e sociais, e que quando esses elementos

---

<sup>12</sup> Não se quer com isso dizer que essas políticas nutricionais não sejam de extrema importância em seu caráter emergencial frente às populações vulnerabilizadas, onde a desnutrição é uma questão gravíssima de saúde pública e essas políticas salvam vidas.

são desconsiderados as ações pró-conservação estariam fadadas ao fracasso, antes mesmo de começarem. Nessa perspectiva, é impossível se dissociar as espécies de plantas e animais de seus domínios culturais (DIEGUES et al., 1999).

A partir dessa corrente de pensamento, com o intuito de enfatizar o caráter social/cultural da biodiversidade, propomos o uso dos termos *sociobiodiversidade* ou *agrobiodiversidade*, que buscam incorporar a importância das práticas culturais que mantêm essas espécies em seus habitats. A compreensão dessa abordagem é parte de um contexto interdisciplinar, que relaciona agronomia, antropologia, ecologia, botânica, genética, biologia da conservação e diversas outras áreas do conhecimento em busca de uma biodiversidade que pertença ao domínio natural e ao domínio cultural (DIEGUES et al., 1999; SANTILLI, 2009b). Assim, a partir da Convenção sobre Diversidade Biológica<sup>13</sup>:

[...] a agrobiodiversidade é um termo amplo, que inclui todos os componentes da biodiversidade que têm relevância para a agricultura e a alimentação, e todos os componentes da biodiversidade que constituem os agroecossistemas: a variedade e a variabilidade de animais, plantas e micro-organismo, nos níveis genético, de espécies e de ecossistemas, necessários para sustentar as funções-chave dos agroecossistemas, suas estruturas e processos (SANTILLI, 2009b, p. 93).

A agrobiodiversidade, assim, encobre quatro níveis de variabilidade: a diversidade das espécies cultivadas, a diversidade genética, a diversidade de ecossistemas agrícolas (ou cultivados) e a diversidade dos sistemas socioeconômicos e culturais que geram essa diversidade (SANTILLI, 2009a). Ela pode ser entendida como um patrimônio cultural e biológico que circula em espaços de convívio, onde se compartilham saberes, valores e normas locais (ROBERT et al., 2012). Também pode ser analisada pela perspectiva do conjunto das plantas “*cultivadas, cuidadas ou manejadas e os conhecimentos tradicionais que as pessoas têm sobre essas plantas, seus nomes, as formas de cultivá-las, as suas histórias*” (ROBERT et al., 2012, p. 341).

Seja no conjunto das espécies e variedades ou na escala dos agroecossistemas, a agrobiodiversidade possui um dinamismo que a coloca em constante transformação. Esse *dinamismo adaptativo*, é criado pelas relações entre

---

<sup>13</sup> A CDB não apresentou uma definição de agrobiodiversidade, mas a Decisão V/5 adotada durante a 5ª conferência das Partes da CDB, em maio de 2000, propôs a definição citada.

peças, plantas e ambiente, que precisam constantemente buscar novas alternativas para os empecilhos e problemas que surgem nos seus sistemas agrícolas, sendo a característica mais importante para a sobrevivência agrobiodiversidade (SANTILLI, 2009b). E qual é a importância de se preservar essa diversidade junto aos povos e culturas que as geraram ou mantiveram? Juliana Santilli explica que a agrobiodiversidade:

[...] reflete as dinâmicas e complexas relações entre as sociedades humanas, as plantas cultivadas e os ambientes em que convivem, repercutindo sobre as políticas de conservação dos ecossistemas cultivados, de promoção da segurança alimentar e nutricional das populações humanas, de inclusão social e de desenvolvimento local sustentável (SANTILLI, 2009b, p. 67).

Dessa forma, podemos dizer que a agrobiodiversidade é fundamental para que exista segurança alimentar, garantindo uma alimentação diversificada, com alimentos de qualidade e em quantidade suficiente (THRUPP, 2000), como estabelece a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, de 15 de setembro de 2006 (Lei nº11.346), que assegura o direito humano à alimentação. Pois, quando a diversidade agrícola é reduzida existe um empobrecimento das dietas alimentares, que afetam não só os produtores, mas também os consumidores locais. Por isso, as estratégias de combate à fome e a miséria devem passar por práticas de conservação da agrobiodiversidade, em busca de um sistema agrícola mais sustentável (MDS, 2018a; SANTILLI, 2009b; VENDRAMINI; OLIVEIRA; CAMPI, 2012).

A diversidade de plantas cultivadas responde a necessidades locais, não só alimentares, mas também medicinais, tecnológicas e espirituais, além de trazer diversas vantagens ecológicas e agronômicas que aumentam a estabilidade dos sistemas agrícolas locais (EMPERAIRE, 2005). Dentre essas vantagens estão o alto nível de adaptação ao ecossistema regional, como a maior resistência às variações climáticas locais (como a seca prolongada do cerrado seguida de intensas chuvas), a melhor utilização dos nutrientes disponíveis em solos específicos, maior adaptabilidade às doenças e pragas locais.

[...] manter uma alta diversidade de plantas cultivadas é uma garantia de adaptabilidade a diversidade de condições ecológicas, climáticas e de resistência às doenças e predadores. Segundo, essa diversidade permite diversificar a alimentação, de manejar o calendário das colheitas e é, além disso, uma garantia contra os azares do cotidiano (doenças,

deslocamentos, necessidade de recursos monetários...) <sup>14</sup> (EMPERAIRE, 2015, p. 5. trad. pers.)

A partir da década de 1960-70 a conservação da biodiversidade se tornou uma temática mais evidente para o meio acadêmico, principalmente a partir da percepção da crescente erosão dos recursos genéticos. Com isso, cresceram também as estratégias de conservação desses recursos a partir da catalogação e estocagem da diversidade biológica em coleções. Essa forma de conservação da agrobiodiversidade ficou conhecida como conservação *ex situ*. Na década de 1990, a defesa de uma conservação *in situ* cresceu, dando-se ênfase a importância de se manter as espécies conservadas junto de seu habitat natural, onde poderiam ocorrer trocas genéticas com os seus parentes selvagens. Dessa forma, “os processos de evolução e de adaptação às mudanças ambientais seriam (...) preservados” (EMPERAIRE, 2005, p. 3).

Assim, a recomendação da conservação da biodiversidade *on farm* é apresentada, a partir da Convenção sobre a Diversidade Biológica. Nessa modelo, a proposta é trazer como protagonista da conservação as populações locais que já o fazem, incentivando o manejo tradicional destinado a cada variedade. Apesar de dinâmico, essa nova forma agrega um importante elemento, que nem a *in situ* e a *ex situ*, conseguiram garantir às gerações futuras: o conhecimento associado à agrobiodiversidade (EMPERAIRE, 2005; WOOD; LENNÉ, 1997). Com isso, não apenas os recursos genéticos e variabilidade fenotípica precisam ser conservados, mas também os saberes referentes a cada espécie, que estruturam os sistemas agrícolas dessas comunidades. Mas que sistemas são esses e em que medida eles se diferenciam de outros? Como os SATs se estruturam quais são suas relações com a agrobiodiversidade e a segurança alimentar desses grupos?

## **SISTEMAS AGRÍCOLAS TRADICIONAIS**

Sistemas produtivos, sistemas alimentares, sistemas agrícolas, sistemas agrários, são conceitos que podem ser bem utilizados para se abordar a

---

<sup>14</sup> “Mantener una alta diversidad de plantas cultivadas es una garantía de adaptabilidad a la diversidad de condiciones ecológicas, climáticas y de resistencia a las enfermedades y a predadores. Segundo, esa diversidad permite diversificar la alimentación, de manejar el calendario de las cosechas y es, además, una garantía contra los azares del cotidiano (enfermedad, desplazamientos, necesidad de recursos monetario...)”

complexidade existente entre comunidades humanas, as suas práticas produtivas e alimentares e seus territórios, área de interesse dessa pesquisa. Mas, ampliaremos<sup>15</sup> o conceito alimentar levando-o até as suas fronteiras produtivas, discutindo os conceitos de sistema alimentar e de sistema agrícolas a fim de mostrar como suas conceituações muitas vezes convergem, diferindo-se umas das outras na escolha das palavras chaves e dos conceitos destacados.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) possui uma definição ampla de sistemas alimentares, definindo-os como “*o meio ambiente, as pessoas, as instituições e os processos pelos quais os produtos agrícolas são produzidos, processados e levados aos consumidores*” (FAO, 2013). Já para Malassis “sistema alimentar é o modo pelo qual os homens se organizam no espaço e no tempo para obter e consumir sua comida (...) dizendo respeito a todas as atividades que contribuem para a função alimentar em uma dada sociedade” (MALASSIS, 1994)

Contudo, as duas definições anteriores dão pouca ênfase a um conceito, que para os fins dessa tese, é importante: a agricultura. Portanto escolheu-se buscar uma conceituação que privilegiasse e enfatizasse as diferentes formas de agricultura, tratando-as como “objetos reais de conhecimento”, como colocam Mazoyer e Raudart ao defenderem a abordagem sistêmica da agricultura (MAZOYER; ROUDART, 2010). Ainda segundo esses autores, é importante que se perceba a agricultura como um conjunto de práticas que variam no espaço e no tempo e são tão diversas quanto às observações feitas sobre elas. Sendo esse objeto tão complexo, escolheu-se chama-lo de *sistema* a fim de delimita-lo, separando-o dos outros, mas sem isola-lo.

Essa transição de uma visão fechada da agricultura para a ideia de sistemas procura colocar em evidência as interações entre os diversos saberes, entre o campo prático do cultivar e o campo cultural que o envolve, entendendo ele como um conceito aberto que relaciona sociedade, território e plantas (EMPERAIRE, 2015). Mas esses conceitos próximos estão tão correlacionados que na definição de

---

<sup>15</sup> Escolheu-se o termo ampliar em decorrência da evolução teórica da pesquisadora, que durante o seu mestrado acolheu o termo “sistema alimentar”, mas após algum aprofundamento teórico escolheu a conceituação de “sistemas agrícolas” para a pesquisa do seu doutorado.

Laure Empeaire de Sistemas Agrícolas, no contexto do seu trabalho no Rio Negro, o sistema alimentar é englobado como elemento de um sistema agrícola:

[...] Entendemos por sistema agrícola, o conjunto de saberes, mitos e relatos, práticas, produtos, técnicas, artefatos e outras manifestações associadas que envolvem os espaços manejados e as plantas cultivadas, as formas de transformação dos produtos agrícolas e os sistemas alimentares locais.(EMPERAIRE; VAN VELTHEM; DE OLIVEIRA, 2008. Grifo da autora)

Em 2009, o Projeto PACTA II (Populações, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais Associados) buscou uma definição de sistemas agrícolas que fosse ampla e que respeitasse a sua complexidade, também incluindo os sistemas alimentares como subsistemas dos agrícolas, como conceituado abaixo:

[...] o conjunto formado pelas práticas e saberes de manejo dos espaços e dos recursos biológicos vinculados a uma certa base territorial e a certos grupos culturais, incluindo-se os conceitos e normas, bem como a cultura material e sistema alimentar. (PACTA II, 2009).

Propomos aqui a forma transdisciplinar de analisar os sistemas agrícolas, buscando embasamento em diversas áreas, como a ecologia, a biologia, as ciências sociais, a geografia e a história. Para realizar essa análise, mobilizamos a conceituação de Mazoyer, que propõem uma análise dividida em dois subsistemas principais: o *ecossistema cultivado* e o *sistema social produtivo* (MAZOYER; ROUDART, 2010). Nessa abordagem a organização, o funcionamento e as inter-relações são elementos fundamentais da análise, sem os quais não seria possível se estudar a complexidade dos sistemas.

O ecossistema cultivado é composto por diversos subsistemas, cada um com sua organização própria, mas também organizados entre si para suprirem as necessidades do sistema maior. Esses subsistemas podem ser hortas, roças, campos, pastagens, florestas, capoeiras, veredas e terras cultiváveis em geral. Para uma análise mais detalhada, cada um deles ainda podem ser abordado de forma mais fragmentada, privilegiando suas partes (solos, plantas, parcelas).

Já o sistema social produtivo, que também pode ser chamado de *sistema técnico, econômico e social*, é formado pela comunidade produtiva, pelos meios e pela matéria viva. A parcela da sociedade envolvida (homens e mulheres) atua com sua força de trabalho, conhecimentos e saberes. Os meios, ou meios inertes, são os instrumentos e equipamentos produtivos e a matéria viva diz respeito às plantas



cultivadas (Quadro 1) e os animais domésticos que compõem o sistema (MAZOYER; ROUDART, 2010).

### **Quadro 1. Plantas Domesticadas, Cultivadas ou Manejadas?**

O processo de transformação biológica que se iniciou no período neolítico (idade da pedra polida), conhecido como Revolução Agrícola Neolítica, se baseou na capacidade das populações humanas começarem a seleção de plantas e animais. Esses, de tanto serem cultivados e criados, adquiriram novos caracteres, que atendiam melhor as necessidades das populações produtoras. Dessa forma, após sucessivas gerações, espécies “selvagens” agora dotadas de novas características passam a ser chamadas de “domésticas” ou “domesticadas”. A reprodução dessas novas espécies em condições artificiais (preparação do solo, insumos, irrigação, poda) foi o que ficou conhecido como protoagricultura, que deu origem as populações agricultoras de hoje em dia.

Contudo, essas espécies selecionadas desenvolvem algo conhecido como “síndrome de domesticação”, quadro no qual a planta (ou animal) começa acumular caracteres genético, morfológicos e comportamentais que facilitam o seu cultivo e consumo, mas que são desfavoráveis para a sua reprodução em ambiente natural não controlado. Por exemplo, a fácil debulhagem de alguns grãos é uma característica desejável a uma planta doméstica, mas em condições “selvagens” traz desvantagens, uma vez que os frutos imaturos podem se soltar antes da hora, impedindo a maturação completa do grão e, dessa forma, inviabilizando a reprodução adequada da espécie (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Entretanto, existem formas de se favorecer uma espécie útil sem domestica-la, apenas preservando e protegendo ela da superexploração e, em alguns casos, ajudando na sua propagação. Esse é o caso dos Buritis, dos Baobás e dos pequizeiros na Amazônia e no Cerrado. Essas espécies podem ser chamadas de “semi-domesticadas”, de “favorecidas não domesticadas” ou de “manejadas”.

Já o conceito de planta cultivada está relacionada com a intencionalidade daquela planta estar presente em um determinado local. “São consideradas cultivadas as plantas que mobilizam um conjunto de saberes e práticas, resultam de uma intencionalidade de presença num lugar, sem omitir que essa noção de cultivo se insere num gradiente que vai do espontâneo ao cultivado” (EMPERAIRE; VAN VELTHEM; DE OLIVEIRA, 2008. p.3), não se restringindo as plantas semeadas ou plantadas por estaquia. Ou seja, o conceito de *cultivada* engloba tanto as plantas domesticadas quanto as *manejadas* (semi-domesticadas), desde que a existência daquele espécime esteja sujeita a uma intenção das populações circundantes.

Ainda pode-se buscar auxílio de mais um conceito similar para definir o objeto desse estudo, o de *Globally Important Agricultural Heritage Systems* (GIAHS) lançado pela FAO em 2002, a fim de reconhecer as formas locais de agricultura

como patrimônios culturais que guardam em si conhecimentos tradicionais<sup>16</sup>. O nome adotado no Brasil pela própria FAO foi Sistemas Engenhosos de Patrimônio Agrícola Mundial, definidos da seguinte forma:

Globally Important Agricultural Heritage Systems (GIAHS) are outstanding landscapes of aesthetic beauty that combine agricultural biodiversity, resilient ecosystems and a valuable cultural heritage. Located in specific sites around the world, they sustainably provide multiple goods and services, food and livelihood security for millions of small-scale farmers. (FAO, 2018b)

Essa última definição introduz outro elemento importante, o conceito de *conhecimento tradicional*, no sentido de hereditário, de herdado, contrapondo-se ao sentido de “tradicional” que estacionou no tempo passado. Ou seja, alguns sistemas agrícolas estão alicerçados sobre saberes locais e seus conhecimentos associados transmitidos de geração em geração chamados de “conhecimentos tradicionais”, que são definidos amplamente como:

Todos os conhecimentos pertencentes aos povos indígenas, às populações agroextrativistas, aos quilombolas, aos ribeirinhos e aos outros grupos sociais que se dizem tradicionais, que sejam utilizados para suas atividades de produção e reprodução nas suas respectivas sociedades (LITTLE, 2010, p. 11).

Mas Manuela Carneiro da Cunha (1999) ainda nos lembra de que todo saber é uma construção histórica que se modela, reinventa e se modifica, e que os saberes locais são um processo investigativo e de recriação que ultrapassam a definição de mero conjunto de informações, formando uma “*combinação de pressupostos formas de aprendizado, de pesquisa e de experimentação*” (p.157). Logo, essa “combinação tradicional” pode ser entendida como uma forma específica e local de se praticar ciência (CUNHA, 1999).

Sendo assim, consideramos os conhecimentos tradicionais relativos à agricultura de uma comunidade como sua forma particular de fazer ciência, de desenvolver sua agricultura, que é feita de “*inovações, trocas, intercâmbios de práticas, plantas e saberes diversos*” (EMPERAIRE, 2015, p. 1). Dessa forma, cada sistema agrícola é construído sobre dois grandes pilares, a comunidade e os seus conhecimentos tradicionais associados, mas esses dois são sustentados pelo território onde o sistema se insere.

Esses sistemas agrícolas baseados em conhecimentos tradicionais são conhecidos como Sistemas Agrícolas Tradicionais (SATs). Esses sistemas são de

---

<sup>16</sup> Nomeados pela FAO de *TEK – traditional ecological knowledge*.

extrema importância para a manutenção das comunidades rurais, na preservação de conhecimentos e saberes, e na proteção de paisagens frágeis e sua agrobiodiversidade (FAO, 2018b). De uma forma mais completa um SAT pode ser definido como:

[...] um conjunto de elementos que inclui saberes, mitos, formas de organização social, práticas, produtos, técnicas/artefatos e outras manifestações associadas. Eles formam sistemas culturais que envolvem espaços, práticas alimentares e agroecossistemas manejados por povos, comunidades e agricultores familiares tradicionais. (FAO, 2018c, p. 1)

Esses sistemas compõem, junto de outras práticas culturais, o patrimônio cultural imaterial de suas comunidades, e por serem exemplos vivos de uma agricultura sustentável que atravessou séculos devem ser respeitados, protegidos e promovidos, pois atualmente passam por um processo de homogeneização e simplificação que coloca em risco sua própria existência (EMPERAIRE, 2015). Para Emperaire, os sistemas agrícolas tradicionais, ao contrário de algumas abordagens que os tratam como artefatos arqueológicos, são resultados de processos dinâmicos:

Los sistemas agrícolas tradicionales resultan de continuas adaptaciones a modificaciones ambientales, socioeconómicas e culturales. Son sistemas altamente dinámicos elaborados por las poblaciones locales y cuyo calificativo de “tradicional” se refiere a una estrecha imbricación entre territorio y sociedad y no a un inmovilismo anclado en el pasado (EMPERAIRE, 2015, p. 1) .

Dentro desse grupo de populações conhecidas por serem detentoras e guardiãs dos conhecimentos tradicionais estão às comunidades quilombolas ou remanescente de quilombolas. Essas comunidades são definidas pelo artigo 2º do Decreto 4887/2003 como “*grupo étnico-racial [...] com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida*” (BRASIL, 2003). Dentro das suas relações territoriais específicas encontramos os seus sistemas agrícolas, que compartilham técnicas, espécies e saberes específicos, relacionados à luta histórica dessas populações, como veremos a seguir.

## SISTEMAS AGRICOLAS QUILOMBOLAS

Estudos recentes tem tornado mais clara a influência de outras culturas sobre a os sistemas agrícolas quilombolas, enfatizando as diversas origens das suas tecnologias, plantas e paladares (CARNEY, 2001; CARNEY; VOEKS, 2003; VOEKS, 2009). A influência europeia foi por muito tempo exaltada como principal (e muitas vezes única) fonte tecnológica da agricultura, principalmente quando nos referimos aos sistemas agrícolas de comunidades quilombolas, que tem seu passado histórico apagado, e as influências da diáspora africana ignoradas como explicado por Judith Carney:

Pesquisas geográficas sobre as plantas que mediaram a sobrevivência africana no Mundo Atlântico desafiaram a errônea crença de que os milhões de africanos, que foram assentados à força no Brasil, nada mais eram do que trabalhadores de plantações e que transformavam paisagens apenas sob a direção de seus senhores. [...] Ao utilizarem plantas de origem africana para fins alimentares, medicinais e espirituais, visando a sobrevivência e as práticas religiosas, os negros brasileiros afirmaram a sua identidade cultural e resistência enquanto africanizavam uma colônia ibérica (CARNEY; VOEKS, 2003, p. 10)<sup>17</sup> (trad. pers.).

Os sistemas agrícolas quilombolas, dessa forma, carregam em si elementos dos milhões de imigrantes que foram forçados a saírem de suas comunidades no continente africano por quase quatro séculos. Seja em variedades cultivadas (arroz, quiabos, inhames, gergelim, dendezeiro), em técnicas agrícolas (plantio em áreas alagadas, manejo pastoril do fogo), ou nas formas de processamento dos alimentos (confecção de óleos e farinhas de coquinhos), o legado das culturas do continente africano são fortes componentes da agricultura quilombola, assim como as culturas indígenas (CARNEY, 2001; GOMES, 2009, 2015; VOEKS, 2009).

As primeiras décadas século XX marcaram o início do reconhecimento dos sistemas agrícolas indígenas (principalmente amazônicos) dentro das pesquisas acadêmicas, incorporando-se, mesmo que lentamente, as suas contribuições para a produção alimentar brasileira (FAO, 2013; HORNBERG; HILL, 2011; KUHNLEIN; ERASMUS; SPIGELSKI, 2009). As tecnologias e cultivares oriundos dessas culturas são elementos chaves nos sistemas agrícolas tradicionais sul-americanos. As

---

<sup>17</sup> "Geographic research on the plants that mediated African survival in the Atlantic World will challenge the erroneous belief that the millions of Africans who were forcibly settled in Brazil were nothing more than plantation laborers and that they transformed landscapes only under the direction of their masters. [...] In using edible, medicinal and spiritual plants of African origin for survival and religious practices, Brazil's blacks affirmed cultural identity and resistance while Africanizing an Iberian colony".

técnicas envolvidas nas “roças de toco” (coivara, manejo do fogo), as ferramentas de processamento dos alimentos (tapiti, quibano, forno de farinha) e cultivares essenciais (como a mandioca e batata doce) são heranças culturais das civilizações complexas que habitavam a Amazônia e o Cerrado muito antes da colonização europeia (ALVES, 2001; FRIKEL, 1958).

A revisão da literatura nos dá indicativos de que partes desses sistemas agrícolas teriam sido incorporados às práticas quilombolas, estruturando um novo sistema de saberes, que alia elementos trazidos da diáspora africana, da cultura dos povos indígenas e da experiência forçosa vivida no sistema agrícola europeu (CARNEY, 2001; CARNEY; VOEKS, 2003; KATZ, 2009a; SANTOS, 2012a; VOEKS, 2009).

No que diz respeito aos estudos dos SATs de comunidades tradicionais e suas práticas, encontramos um quadro tímido, mas crescente, de trabalhos. A maioria dos estudos, antigos e atuais, trata de sistemas agrícolas indígenas, independente do bioma, ou da abordagem escolhida (ELOY, 2009; ELOY; LASMAR, 2011a; HAMLIN; SALICK, 2003; HECKLER; ZENT, 2008b; NIEMEYER, 2011a; ROBERT et al., 2012). Contudo, os estudos sobre SATs de comunidades tradicionais do Cerrado tem crescido, abordando grupos como os geraizeiros (CARVALHO, 2014; RIBEIRO, 2005; SOUSA SOBRINHO, 2012), indígenas (MISTRY et al., 2005; NIEMEYER, 2011a) e os Criadores do Fecho de Pasto (BARRETO, 2012).

Especificamente sobre as comunidades quilombolas, observamos que tem aumentado o interesse acadêmico por suas questões, mas por mais que a definição de quilombola diga muito a respeito da luta e da resiliência desse povo (FRANCO, 2012; MATTOSO, 1990; SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002a; SOUZA, 2008), ela diz muito pouco sobre os sistemas agrícolas dessas pessoas. Enquanto que elementos culturais artísticos são valorizados e usados como marcos identitários para caracterizar esses grupos (DIAS, 2016; GOMES, 2009; ROSA, 2016; SANTOS, 2011), os saberes agrícolas, a agrobiodiversidade e a gastronomia, são elementos pouco abordados.

Porém, podemos citar como exemplos relacionados aos estudos de sistemas agrícolas quilombolas a pesquisadora Judith Carney (CARNEY, 2001) e colaboradores (CARNEY; VOEKS, 2003; CARNEY; MARIN, 1999; VAN ANDEL et al., 2016) que abordando a relevância do arroz como alimento chave da diáspora

africana nas américas e como esse processo influenciou a formação dos sistemas agrícolas desse continente, em especial os quilombolas. Sluyter e Duvall (SLUYTER; DUVALL, 2016) trazem a influência africana sobre a tecnologia do manejo do fogo na criação de gado. Adams e seus colaboradores (ADAMS et al., 2013) abordam a perda da complexidade de paisagens em comunidades quilombolas da Mata Atlântica, enquanto que Kohler e colaboradores (KOHLER et al., 2011) abordam a resiliência dessa comunidade tradicionais frente a globalização. Nasuti e colaboradores (NASUTI et al., 2015a) tratam dos sistemas de mobilidade de comunidades quilombolas na Amazônia brasileira.

Algumas práticas agrícolas de diferentes comunidades quilombolas apresentam semelhanças. Esse é o caso da produção de arroz e os saberes associados à essa espécie (CARNEY, 2001; CARNEY; VOEKS, 2003; CARNEY; MARIN, 1999), a agricultura itinerante de corte e queima (ADAMS et al., 2013; BAIOCCHI, 1995; ISA, 2013; JÚNIO et al., 2008; KOHLER et al., 2011), a coleta de produtos da biodiversidade local e a criação de gado solto em áreas de uso comum com o manejo do fogo (BORGES et al., 2016; ELOY et al., 2013; ELOY; CARVALHO; FIGUEIREDO, 2017a; ISA, 2013; O'DWYER, 2002; VAN ANDEL et al., 2016), além de algumas outras práticas de processamento e da agrobiodiversidade.

Contudo, a característica principal inerente a todos os sistemas agrícolas quilombolas, desde seus primórdios, é a produção de alimentos, remédios e autonomia de forma paralela e persistente a uma agricultura comercial opressora, baseada em um sistema que sempre perseguiu e marginalizou as comunidades negras rurais, durante o período escravocrata e depois dele (CARNEY; VOEKS, 2003; CARNEY; MARIN, 1999; GOMES, 2015; SANTOS, 2012a; WANDERLEY, 2014). Assim, os SATs quilombolas, além das práticas produtivas que podem compartilhar (produção de arroz, roça de toco, gado na larga), resguardam em si as características de um sistema que, apesar de marginalizado, alimentou e nutriu (física e ideologicamente) diversos grupos negros no meio rural a partir de conhecimentos associado a uma complexa agrobiodiversidade

Alguns poucos trabalhos focam diretamente nos sistemas agrícolas de comunidades quilombolas, como Steward e Lima (STEWART; DE MAGALHÃES LIMA, 2017) em Minas Gerais, Marli de Araújo (MARLI, 2012) em Pernambuco, Júnior (JÚNIO et al., 2008) e o ISA (ISA, 2013) abordando o Vale do Ribeira, em

São Paulo. Todos esses trabalhos, e outros que complementam as pesquisas a respeito desses sistemas (ADAMS et al., 2013; KOHLER et al., 2011; NASUTI et al., 2015a, 2015b), foram realizados na Amazônia e na Mata Atlântica. No cerrado, esse tema, já pouco abordado, se limita ainda mais, com alguns representantes no Jalapão (BORGES et al., 2016; ELOY et al., 2013; ELOY; FERNANDES, 2015), em Minas Gerais (STEWART; LIMA, 2017) e no Território Kalunga.

O reconhecimento das populações tradicionais também é usado, atualmente, como uma estratégia de preservação cultural (ISOLDI; SILVA, 2008), mas falar em identidade quilombola é falar sobre territorialidade. Para essas comunidades, que na maioria das vezes mantêm forte vínculo com a agricultura de subsistência, a terra possui muito mais que uma função produtiva e de sobrevivência. Ela está intimamente relacionada com a construção da identidade, em uma interação recíproca, onde o homem molda e dá significado ao lugar, assim como o lugar cria e molda o homem (FELD; BASSO, 1996).

A territorialidade “se configura como uma mediação na relação entre homem e natureza e desses com o espaço” (ISOLDI; SILVA, 2008), a forma que os indivíduos se apropriam dele. Essa apropriação pode ser traduzida pelo uso dado aos espaços, às formas tradicionais de apropriação do meio que criam as paisagens, como, por exemplo, os sistemas produtivos de uma determinada comunidade.

Assim, o território é construído socialmente em uma produção coletiva do espaço baseada em sua identidade étnica. Entretanto, segundo Hornborg e Hill (2011), essa identidade não existe por si só, ela é atribuída externamente, experiência internamente e, acima de tudo, comunicada. A identidade só existe em relação aos outros grupos, em uma interação contínua e dialética entre traços socioculturais objetivos e experiências subjetivas de identidade, ao qual esses autores chamam de etnicidade.

Sendo assim, elementos externos à comunidade também possuem o poder de moldar essa identidade, e conseqüentemente a forma como essas populações expressarão sua territorialidade, como irão se apropriar de seus espaços, pois é o uso dado a ele, e não ele em si, que define a identidade associada de uma comunidade (NOGUEIRA, 2009; SANTOS, 2002). Questões políticas, como demarcação de terras ou sobreposição de territórios com diferentes funções, podem

mudar significativamente a forma como determinados grupos se apropriam de lugares, alterando o significado original dos lugares ou criando locais polissêmicos.

## **SISTEMA AGRÍCOLA KALUNGA**

No início da década de 1980, o meio acadêmico desconhecia a existência dos remanescentes de quilombolas habitantes dos vãos do nordeste goiano. Foi em 1982, que a primeira pesquisadora, Mari de Nasaré Baiocchi, entrou em contato com essas comunidades. Quase quarenta anos se passaram, e os Kalungas já foram alvo de muitos estudos, das mais diversas áreas do conhecimento (ALMEIDA, 2010a; BAIOCCHI, 1999; ISOLDI; SILVA, 2008; MARINHO, 2013; MOURA et al., 2011; SANTOS, 2012b; SIQUEIRA, 2012; VALENTE, 2007a), os sistemas agrícolas dessa comunidade só começaram a receber atenção recentemente, como com o trabalho de Lourivaldo Souza (SOUZA, 2018) sobre as transformações dos sistemas agrícolas na região do Mimoso, com Daniella Ungarelli (UNGARELLI, 2009) sobre produção de alimentos na comunidade do Engenho II e com Maria Souza (SOUSA, 2017) na análise do manejo das sementes crioulas.

Destaca-se nesse contexto de estudos sobre o território Kalunga, o crescimento da produção acadêmica realizada por membros da comunidade, debatendo sobre suas próprias práticas e cultura (COSTA, 2013; CUNHA, 2015; ROSA, 2014b, ROSA, 2013, SANTOS, 2015a; SANTOS, 2013; SANTOS, 2015b; SOUSA, 2017; SOUZA, 2018)

Na análise da agrobiodiversidade, alguns trabalhos já apresentaram levantamentos de espécies e de variedades cultivadas no território (BAIOCCHI, 1999; LONDRES, 2009; ROCHA-COELHO, 2009; SOUZA, 2018; UNGARELLI, 2009), mas, como já foi dito, essas análises aparecem restritas a uma ou outra comunidade, ou a uma região. Além disso, agroecossistemas analisados não são especificados ou separados, o que também não nos permite compreender as diferentes importâncias de cada um dentro do sistema como um todo.

No que se refere a segurança alimentar da comunidade, alguns trabalhos também abordaram a temática (CORDEIRO, 2013; MAROCLO et al., [s.d.]; VALENTE, 2007b), mas alguns a partir de uma abordagem nutricional (escala do



indivíduo) e outros a partir de uma visão ampla, mas pouco detalhada, baseada em algumas generalizações do local pro global, que não representam a complexidade da rede alimentar presente na comunidade, e todos eles baseados em critérios monetários para determinar o acesso aos alimentos.

Nas análises do sistema social da comunidade encontramos uma quantidade maior de trabalhos, abordando diversos aspectos, como dinâmicas de consumo (MARINHO; VALE, 2011), praticas culturais (BORELA, 2011; OLIVEIRA, [s.d.]; ROSA, 2014a, 2014b; SOUSA, 2014), medicina tradicional (BORGES DA C., 2015; MASSAROTTO, 2008; SANTOS, 2015b), gênero (GODINHO, 2008), identidade étnica (CHIANCA, 2010; LIMA, 2012) e territorialidade (BORELA, 2011; JESUS, 2007; MARINHO, 1988, 2008)

Contudo, o conjunto dos trabalhos ainda aborda o sistema agrícola da comunidade de forma pontual, dando-nos vislumbres de uma complexa realidade que quando analisada de forma fragmentada corre grande risco de ser simplificada e generalizante, perdendo seus elementos mais fortes e estruturantes: a diversidade de espaços e espécies, aliada ao amplo espectro de atividades produtivas que conectam a territorialidade e a alimentação, como já foi debatido no tópico anterior. Dessa forma, se mostra pertinente análises que considerem as diferentes escalas da segurança alimentar e da territorialidade da comunidade, buscando-se minimizar as distorções causadas pela fragmentação da análise.

## **POLITICAS PÚBLICAS**

Para Celina Souza (2006), a formulação de políticas públicas que consigam aliar uma economia equilibrada com as políticas de inclusão social ainda é um dos grandes desafios dos países da América Latina. Pois, além das dificuldades intrínsecas na elaboração e implementação das políticas, esse mesmo processo (o de formulação e implementação) *“também influencia os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre política pública”* (SOUZA, 2006, p. 2). Ou seja, as soluções propostas e elaboradas em forma de políticas podem, em si, já estarem alterando os sistemas antes mesmo de atuarem sobre os problemas para os quais foram criadas.

Também existe o problema da falta de informações, ou informações incompletas ou imperfeitas nos processos de tomada de decisões políticas que é visto como crítico na esfera das ciências políticas desde a década de 1950 (SOUZA, 2006), mas ainda hoje é um obstáculo entre comunidades e governo. Essas limitações ainda se somam ao fato de que, mesmo nos melhores cenários, onde as políticas públicas são precisas e funcionais em suas propostas e conseguem realmente combater as injustiças sociais, muitas vezes ainda se deparam com outras políticas, voltadas para um problema diverso, que acaba por atrapalhar ou interferir no resultado esperado.

Dessa forma, chegamos a um dos problemas centrais da pesquisa, tentando entender como o complexo universo das políticas públicas (e todas as outras problemáticas inter-relacionadas já mencionadas) interagem com o estado da soberania alimentar das comunidades tradicionais, levando em consideração o viés multidimensional do conceito: Como as dinâmicas socioeconômicas da comunidade interagem com as políticas e projetos acessados pelas famílias? Como a comunidade reestrutura suas dinâmicas frente a essas políticas? Quais as mudanças mais frequentes enfrentadas por essas populações?

De uma forma geral, a revisão da literatura nos mostrou cinco grandes categorias de mudanças, oriundas principalmente da globalização, da urbanização, dos conflitos fundiários e das políticas públicas. Essas categorias, que não se isolam umas das outras, são: perda de agrobiodiversidade, (in)segurança alimentar; mudança nos padrões alimentares; desestruturação das práticas produtivas e mudança de uso/cobertura do solo.

A *perda de agrobiodiversidade* se refere a alterações no número de espécies ou variedades encontradas em comparações espaciais ou temporais que indiquem diminuição da biodiversidade cultivada (ADAMS et al., 2013; HECKLER; ZENT, 2008a; PEDROSO JÚNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008a). Ela também pode estar relacionada à forma como as espécies e variedades são incorporadas ou experimentadas (ou não) pela comunidade e pelos grupos familiares (WOOD; LENNÉ, 1997). A *(in)segurança alimentar* é um processo que (como já foi citado) relaciona diversas esferas, como o acesso ao alimento, a qualidade, a quantidade e redes de trocas que podem não estar sendo atendidas devido a alterações ambientais ou culturais (FIORETI, 2010; SILVA et al., 2008; YUYAMA et al., 2008).

Já as *mudanças dos padrões alimentares* são um fenômeno que não se restringe aos centros urbanos, sendo caracterizada pela alteração de espécies e variedades consumidas, aumento de produtos industrializados e dependência de mercados (KATZ, 2009a; PETRINI, 2009).

Os processos que influenciam a *desestruturação das práticas agrícolas* geralmente agem estruturalmente sobre as questões produtivas, as trocas de tecnologias, a colonização dos modelos agrícolas e das sementes utilizadas (ELOY; BRONDIZIO; PATEO, 2015; KOHLER et al., 2011). Muito próximo a essa última alteração, se encontra a *mudança de uso e cobertura do solo*, marcada por uma transição de terras utilizadas para determinados fins que ganham novas designações, muitas vezes permanentes, como a transição de terras de roça para terras de pasto (ADAMS et al., 2013; COOMES; GRIMARD; BURT, 2000; PAUTASSO et al., 2013; PEDROSO JÚNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008a).

A visão ampla de segurança/soberania alimentar que escolhemos utilizar engloba todas as categorias de mudanças que vem ocorrendo nos sistemas, e é exatamente por isso que esse conceito chave foi eleito. Perda de agrobiodiversidade, desestruturação de práticas produtivas e mudança de uso do solo são elementos igualmente preocupantes, além de também serem indicadores de um quadro de insegurança alimentar. Diminuição das variedades consumidas, perda das tecnologias e de espaços produtivos são sintomas de que a segurança alimentar, ou a soberania alimentar, está seriamente ameaçada.

Por isso, sustenta-se aqui que a perspectiva alimentar sobre uma comunidade produtiva é capaz de abordar uma complexa gama de elementos e indicadores reesponsáveis por comunicar muito mais do que apenas a saúde nutricional de uma família ou as comidas típicas de um povo. Um olhar sobre a segurança alimentar pode abordar questões fundiárias, políticas públicas, agrobiodiversidade, conflitos ambientais, sistemas produtivos, tecnologias associadas, saberes, sabores e liberdade de exercer suas tradições. Da mesma forma, mas no sentido contrário, todos esses elementos influenciam a segurança alimentar de um sistema agrícola tradicional e devem ser acompanhados e estudados como partes integrantes dessa problemática.

## **Quadro 2 – Programa Bolsa Família**

A fome é um fenômeno universal que ocorre em todos os continentes, mas se manifestando de formas distintas entre os países (CASTRO, 1984; VASCONCELOS, 2008). Ela é a manifestação mais grave da insegurança alimentar (VINHAS, 2010), e no Brasil esse problema está intimamente ligado a fatores socioeconômicos históricos, como a concentração de renda e a concentração fundiária, que construíram um contexto de pobreza, que é o “determinante principal da insegurança alimentar, isto é, do não acesso regular a uma alimentação adequada” (MALUF, 2000, p. 22).

Em 2003, o governo Lula cria o programa de governo chamado “Fome Zero” visando o combate a fome a partir de suas causas estruturais, com o objetivo de erradicá-la do país. O programa contava com três frentes de atuação, a construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, um grande mutirão nacional contra a fome e um conjunto de políticas públicas, dentro das quais estava o “Programa Bolsa Família” (PBF), oficializado pela Lei nº10.830/04. O PBF foi codificado a partir de programas anteriores, unificados e ampliados para todo o território nacional, se tornando o maior programa de transferência condicionada de renda do mundo. Tendo beneficiado, até 2010, 12,8 milhões de famílias brasileiras (VASCONCELOS et al., 2019).

O PBF atende famílias em situação de vulnerabilidade, em estado de pobreza (até R\$178,00/mês) ou de extrema pobreza (até R\$89,00/mês), com benefícios mensais determinados de acordo com a composição familiar, variando entre R\$41,00 e R\$205,00 (dados de 2018). O programa foi considerado modelo internacional de combate à insegurança alimentar a partir do viés da distribuição de renda, e quinze anos depois de sua implementação ter começado seus impactos positivos na redução dos índices nacionais de desigualdade e de pobreza, minimizando a pobreza e a fome (FAO; IFAD; WFP., 2015; PEÑA et al., 2015).

O PBF, junto a outras políticas em alimentação e nutrição (como a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, O programa de Aquisição e Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, o programa Brasil Sem Miséria, entre outros) surgiu de um cenário político favorável, onde essas políticas representavam uma prioridade dentro dos planos de governo, onde se destacavam como elementos centrais no discurso governamental, a partir do combate à fome e à miséria, vigorando fortemente no primeiro e segundo mandato do presidente Lula, e no primeiro mandato da presidenta Dilma. Contudo, a partir do governo Temer, tem se estabelecido um processo de ruptura a partir de cortes orçamentários e retrocessos em direitos evidenciando uma mudança dentro da conjuntura da política nacional (VASCONCELOS et al., 2019).

## **POLÍTICAS E SEGURANÇA ALIMENTAR: A QUESTÃO DAS ESCALAS**

Políticas alimentares voltadas para grupos populacionais específicos são ainda muito recentes, e geralmente, com pouca especificidade de ação. Esses grupos são, aos olhos do governo, os povos indígenas, as comunidades remanescentes de quilombos e as famílias acampadas que aguardam acesso ao Plano Nacional de Reforma Agrária (MDS, 2018a). Isso poderia indicar que, para além da pouca compreensão sobre como se estruturam os sistemas alimentares e agrícolas dessas populações, ainda soma-se a isso um baixo entendimento de como se desenvolver ações que sejam efetivas no fortalecimento da segurança alimentar das mesmas.

Isso significa, segundo Almeida e colaboradores, fazer com que esses grupos sociais possam participar das decisões que afetam suas vidas, tendo acesso a emprego, educação, saúde e informação para que, dessa forma, não estejam vulneráveis e a mercê das políticas públicas (ALMEIDA; ALMEIDA; FERRANTE, 2015). Pois, mesmo os programas de transferência condicionada de renda (como o Bolsa Família<sup>18</sup>) não são capazes de retirar seus participantes integralmente do quadro de insegurança alimentar quando esses se encontram em condições extremas de vulnerabilidade social, necessitando de políticas públicas “multissetoriais” (ANSCHAU; MATSUO; SEGALL-CORRÊA, 2012).

Em alguns casos, as políticas públicas podem agir como elementos transformadores, moldando novos padrões produtivos e sistemas alimentares, ao invés de apenas auxiliá-los ou mantê-los. Isso ocorre com políticas de conservação em comunidades quilombolas (ADAMS et al., 2013), com políticas de supressão de fogo em comunidades tradicionais do Cerrado (MISTRY, 1998; MISTRY; BIZERRIL, 2011a), com políticas ambientais restritivas arbitrariamente direcionadas para pequenos produtores e produtores tradicionais (ELOY et al., 2015) e com tantas outras comunidades em situações de vulnerabilidade. O que existe em comum a esses e tantos outros casos, são as mudanças acarretadas nos sistemas produtivos. A mudança do sistema agrícola tradicional em si não é algo que deve ser condenado, pois é intrinsecamente dinâmico (CUNHA, 1999; EMPERAIRE, 2015), mas é desejável que se tenha consciência de tais processos e em quais direções eles estão sendo conduzidos.

Para visualizar de forma mais clara os determinantes associados à segurança alimentar e nutricional, iremos utilizar o modelo conceitual de Kepple e Segall-Coreea (KEPPLE; SEGALL-CORREA, 2011), que os divide em três níveis: a. Macrossocioeconômico; b. Regional e Local; c. Domiciliar. Cada nível afeta e influencia os determinantes do nível seguinte, da mesma forma que as políticas e ações relacionadas com cada um (Figura 1). Nessa mesma linha de pensamento, podemos transpor essa separação para os indicadores utilizados para medir a segurança alimentar, separando-os de acordo com o nível de abrangência avaliada.

---

<sup>18</sup> Programa Bolsa Família (PBF) é o principal programa de Transferência Condicionada de Renda em vigência no Brasil. Foi criado em 2004, em todos os municípios do país, para atender famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

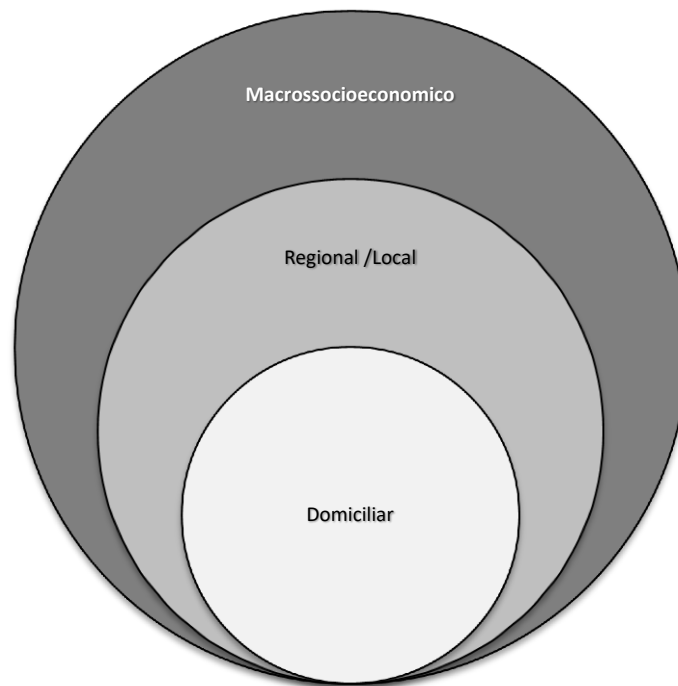


Figura 1 – Modelo Conceitual dos níveis de determinantes associados à segurança alimentar e nutricional. (Baseado em KEPPLÉ; SEGALL-CORREA, 2011)

Os indicadores mais comumente utilizados dentro do âmbito da segurança alimentar, desde o surgimento desse conceito, sempre foram os que avaliam elementos domiciliares. Dentre eles podemos citar as medidas antropométricas<sup>19</sup>, os recordatórios e diários de alimentação, as estimativas de gasto diário *per capita* com comida, avaliação psicométrica e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Todas essas ferramentas analisam, a partir de diferentes parâmetros, o estado da segurança alimentar de um indivíduo, ou de seu domicílio, dando ênfase ao aspecto nutricional e calórico da SAN.

Dentro do nível "macrossocioeconomico" podemos listar os indicadores que relacionam o balanço entre alimentos produzidos e exportados de um país, calculando a quantidade média de alimento *per capita*, as estimativas a partir da renda média *per capita* comparadas aos valores nacionais para aquisição de alimento, indicadores de calorias *per capita*, entre outros. Esses indicadores são amplamente usados para medirem aspectos da SAN em grandes escalas, como avaliações nacionais, comparativos entre diferentes regiões e criação de parâmetros internacionais (COATES, 2013).

<sup>19</sup> É a verificação do peso corporal, de altura e circunferência abdominal.

Contudo, ao nível dos indicadores regionais/locais, existe uma lacuna de avaliação, nacional e internacional. A maior parte dos estudos e pesquisas se utiliza do “grupo familiar” como unidade de análise, entretanto sua definição é genérica, fracamente conceituada (YOTEBIENG; FORCONE, 2018). O contexto de análise revela que “grupo familiar” e “grupo doméstico” (Quadro 3) são tratados como equivalentes, excluindo as possíveis redes familiares que se estendem em nível local e regional (COATES et al., 2006; FASO et al., 2006; KEPPLER; SEGALL-CORRÊA, 2011; NASUTI et al., 2015b, 2015a).

### **Quadro 3. Grupo Familiar e Grupo Doméstico**

Grupo familiar (household), ou agrupamento familiar, é uma unidade de análise utilizada pelas ciências sociais e formuladores de políticas públicas para definirem a “família” em um determinado contexto. Para a antropologia a definição desse conceito se baseia em três elementos principais: o parentesco, a coabitação e a divisão das funções domésticas e responsabilidades. É a unidade a partir da qual o trabalho é organizado e repartido. Contudo, esse conceito não deve ser compreendido a partir de uma perspectiva rígida, pois o grupo familiar se adapta e muda com o tempo, sendo um conceito fluido, podendo ser definido como “*grupo de pessoas compartilhando uma residência comum engajadas em atividades compartilhadas de consumo e socialização*”<sup>20</sup> (BAUTISTA, 2011, p. 9. trad.pers.). Compõem um espaço de desenvolvimento social, onde são perpetuados os elementos culturais de um grupo, sendo moldado pelas condições socioeconômicas ao seu redor, e mudando juntamente com elas (YOTEBIENG; FORCONE, 2018).

O grupo familiar é frequentemente composto por unidades menores de análise, unidades residenciais mínimas, chamadas na língua inglesa de “*hearth-holds*”, grupo familiar doméstico (grupo doméstico), onde cada uma dessas unidades menores possui e atua em relativa autonomia. Seriam famílias dentro de um grupo familiar maior, onde cada núcleo resguarda certa autonomia, mas também compartilha de diversos processos decisórios. Para a antropologia, essa distinção entre grupo familiar e grupo doméstico (família) precisa ser clara, pois carregam aspectos diferentes, podendo alterar os resultados de uma análise de acordo com a escala observada. Contudo, as definições acadêmicas atribuídas a esses conceitos são vagas, e pouco explícitas, obscurecendo a compreensão de que grupo está sendo avaliado e dificultando a comparação de resultados entre pesquisas (YOTEBIENG; FORCONE, 2018).

Num contexto jurídico, grupo familiar e família são vistos como sinônimos, sempre carregando a noção de viventes sobre um mesmo teto, definindo o grupo doméstico como unidade de análise, que também é utilizada como regulador de políticas públicas assistenciais. Mas para as demais áreas, é importante que haja uma contextualização do termo, permitindo que se compreenda quais dinâmicas e manifestações estão presente, fazendo uma distinção, não impositiva, sobre sua composição. Ao compreendermos essa distinção entre grupo familiar e grupo doméstico, podemos avançar para o entendimento de aspectos importantes de um sistema agrícola, como as migrações intra grupos familiares, redes de troca de alimento entre grupos domésticos e grupos familiares multilocalizados e pluriativos.

Por ser uma unidade de análise fluida, adaptativa em relação ao tempo e ao espaço e com flutuações sazonais dentro dos ciclos de desenvolvimento de uma família, compreendemos a necessidade de contextualização junto a cada pesquisa, a fim de que se respeitem as particularidades de cada comunidade. Por isso, neste trabalho consideraremos os *grupos domésticos* como a unidade mínima de análise (também referida como família), seguida do *grupo familiar* em sua dimensão ampla e coletiva, podendo ser formada a partir de uma ou mais famílias multilocalizadas, onde todos os núcleos compartilham obrigações e responsabilidades, mas cada unidade mínima de análise mantém certo nível de autonomia frente as escolhas do dia-a-dia.

<sup>20</sup> “Group of people sharing a common residence and engaging in common activities of consumption and socialization”

Esse cenário não é diferente para as avaliações realizadas junto a comunidades quilombolas brasileiras. Diversos estudos, realizados principalmente a partir de 2003, buscaram avaliar e medir a segurança alimentar dessas populações (MARIN-LEON et al., 2011; NASCIMENTO; GUERRA, 2016; PINTO et al., 2014; SÁ, 2010; SEGALL CORRÊA, 2004; SILVA et al., 2017), adaptando metodologias internacionalmente aceitas, como no caso da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Entretanto, assim como acontece com a população não quilombola, rural e urbana (ALMEIDA; ALMEIDA; FERRANTE, 2015; HELLEBRANDT; ALLISON; DELAPORTE, 2014; KEPPLER; SEGALL-CORREA, 2011; TRALDI; ALMEIDA; FERRANTE, 2012), a escala de análise utilizada se baseia primordialmente na unidade doméstica.

Pensar a segurança alimentar de uma perspectiva mono-localizada, no caso de populações tradicionais, pode excluir fatores importantes de seus sistemas alimentares, como os agrupamentos familiares, as redes de troca e a multilocalidade (capítulo 5). A realidade sócio-cultural quilombola aparenta resguardar particularidades, como a importância do aspecto coletivo para a sensação de segurança alimentar, que não são comuns a todas as populações rurais. Assim, os conceitos utilizados pelos indicadores de nível doméstico fogem da compreensão sentida dos entrevistados, como também ocorre em populações indígenas (YUYAMA et al., 2008).

Dessa forma, acreditamos que quando a segurança alimentar da comunidade é avaliada sem se considerar os determinantes intermediários (nível local/regional) (KEPPLER; SEGALL-CORREA, 2011), que dizem respeito às dinâmicas do sistema agrícola, não se compreende a real complexidade da situação alimentar das comunidades. As relações entre grupos domésticos, entre agrupamentos familiares e entre redes de troca locais e rural/urbano, são exemplos de processos que envolvem a alimentação diária das famílias (ELOY; BRONDIZIO; PATEO, 2015; EMPERAIRE; ELOY, 2008; NASUTI et al., 2015a), mas que são deixados de fora em grande parte das avaliações.

Além disso, o elemento “financeiro” apresenta um peso muito grande dentro das avaliações que produzem os indicadores de SAN, destacando a capacidade de aquisição comercial da maioria dos alimentos em seus questionários. Como



podemos ver nas estimativas de renda necessária para a aquisição da alimentação básica mensal das famílias, ou dos recordatórios que indicam os gastos com cada alimento, ou ainda nas perguntas realizadas pela EBIA:

1. Preocupação que a comida acabasse antes que tivesse condições de comprar mais.
2. A comida acabou antes que tivesse dinheiro para comprar mais?
3. Ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

(Perguntas utilizadas para avaliar a insegurança alimentar na EBIA (SEGALL-CORRÊA et al., 2008)

No roteiro utilizado na EBIA, as questões são apresentadas a partir da capacidade aquisitiva, como podemos ver pela inclusão das palavras “dinheiro” e “comprar” em todas as quinze perguntas do questionário. Esse padrão também é observado em outros países da América e América Latina (COATES, 2013; COATES et al., 2006; FASO et al., 2006) Esses tipos de avaliações produzem indicadores que não são representativos da real situação alimentar de comunidades tradicionais (como indígenas e quilombolas) que produzem a maior parte dos seus alimentos, ou que fazem parte de agrupamentos familiares complexos, onde grande parte da alimentação é adquirida pela própria produção e pela troca de produtos (YUYAMA et al., 2008).

Nesses casos, os produtos adquiridos por compra apresentam diferentes níveis de importância nutricional, a depender do perfil socioeconômico da família (capítulo 5), demonstrando uma economia interna altamente estruturada em relações familiares de reciprocidade (EMPERAIRE; ELOY, 2008; JÚNIO et al., 2008; SABOURIN, 2010), e pouco dependente de recursos financeiros (YUYAMA et al., 2008).

Por fim, percebemos que outro elemento da segurança alimentar que é invisibilizado pelas avaliações e indicadores é a agrobiodiversidade, mas que é cada vez mais considerada como essencial no desenvolvimento de políticas e projetos de desenvolvimento local sustentado. Santilli (2009) defende que só sistemas agrobiodiversos favorecem dietas nutritivas e equilibradas, que apresentam diversos componentes das conceituações mais aceitas de segurança alimentar, como a qualidade dos alimentos, a promoção de práticas alimentares promotoras de saúde, respeito a diversidade cultural dos indivíduos e a sustentabilidade. Além disso, a

alternância de cultivos ao longo do ano e a diversidade genética são elementos que aumentam a estabilidade desses sistemas, diminuindo a instabilidade e insegurança alimentar vivenciada por grande parte das famílias em situação de insegurança alimentar.

Essa relação entre agrobiodiversidade e segurança alimentar tem sido pouco considerada durante as avaliações nacionais e internacionais (ELOY, 2009). Uma das iniciativas a esse respeito são os “índices de diversidade dietética” (HODDINOTT; YOHANNES, 2002) que relacionam a diversidade de alimentos, ou grupos alimentares, à ingestão de calorias, demonstrando uma relação positiva entre esses dois elementos. No que se refere às comunidades quilombolas essa abordagem ainda se mostra muito insipiente, mas alguns trabalhos vêm permeando as discussões a respeito da conservação da biodiversidade e da manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais (BUSTAMANTE; DIAS, 2010; SANTILLI, 2009b).

Com essas questões não se quer desmerecer a eficiência dos indicadores produzidos a partir dessas escalas, pois representam grandes avanços dentro da SAN, uma vez que privilegiam aspectos subjetivos da fome, como o medo e a vulnerabilidade familiar, e não apenas aspectos calóricos e nutricionais. Mas, fazemos o questionamento se, para comunidades rurais que apresentam sistemas agrícolas tradicionais, essas metodologias, baseadas em grupos domésticos e poder aquisitivo, são suficientes para cobrir os vários aspectos que compõem o arcabouço de sustentação da alimentação?

Dessa forma, propomos refletir a respeito das relações existentes entre SAN e os sistemas agrícolas tradicionais, buscando entender de que forma eles se estruturam dentro do território Kalunga, a partir de diferentes escalas de análise. O mapa mental a seguir (Figura 2) procura demonstrar como os conceitos chaves se relacionam na maioria dos trabalhos citados anteriormente, onde SAN é encarada a partir de uma perspectiva monoescalar, e as relações com a territorialidade das comunidade são estabelecidas apenas para os SATs.

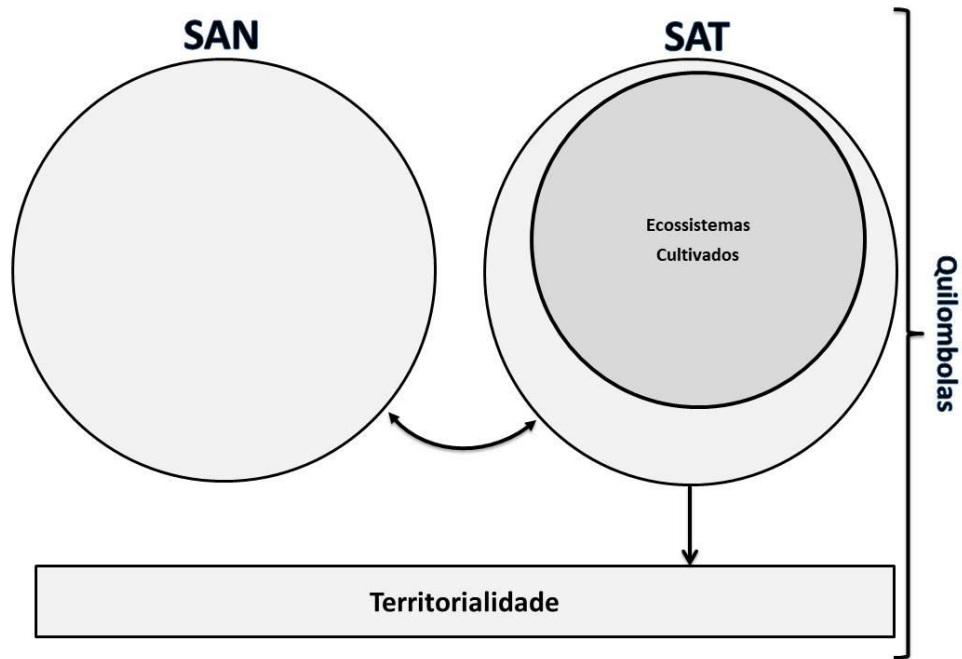


Figura 2 – Mapa mental da ligação mais comum encontrada entre esses conceitos chaves dentro da literatura.

Já o segundo mapa mental demonstra a ligação que propomos entre os conceitos chaves, demonstrando os vários níveis existentes dentro do conceito de SAN e dentro do conceito de SAT, como eles se estruturam e como, ambos, estabelecem conexões com a territorialidade da comunidade, a partir da multilocalidade e das redes de troca que se estabelecem entre os diferentes níveis de análise (doméstico, familiar/local, macro/território) (Figura 3). O terceiro mapa mental adiciona o elemento das políticas e projetos, assinalando as frentes de atuação mais focadas por elas dentro da comunidade e quais aspectos estão mais descobertos por essas ações (setas vermelhas) (Figura 4).

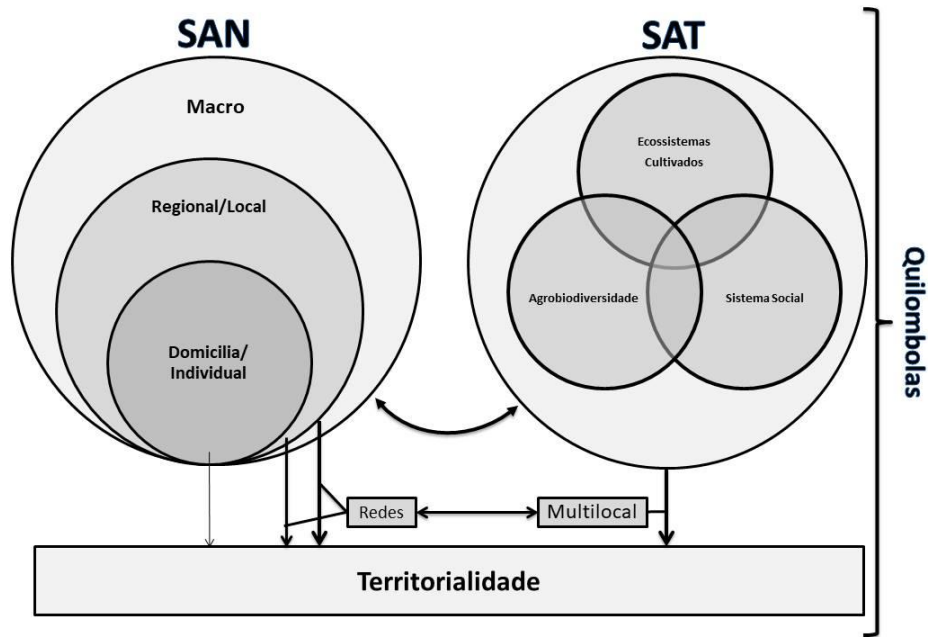


Figura 3 – Mapa mental da ligação proposta entre os conceitos chaves.

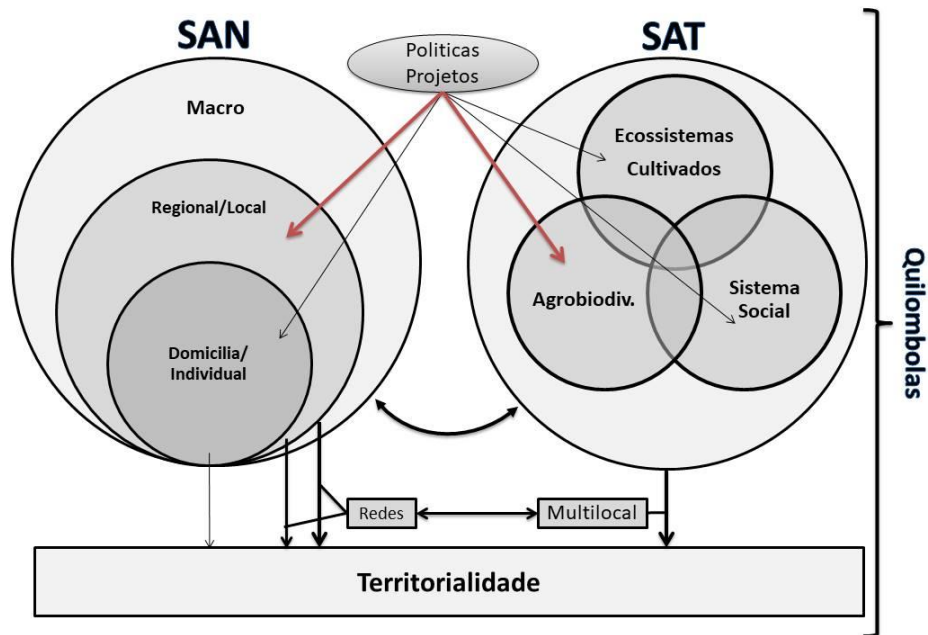


Figura 4 – Mapa mental acrescido das relações entre políticas/programas, SATs e a SAN da comunidade.

Antes de seguirmos pelos caminhos metodológicos da tese, iremos estabelecer três premissas, baseadas no quadro conceitual, acima delimitado, que auxiliaram a responder os questionamentos dos capítulos seguintes:

1. A segurança alimentar das comunidades é construída a partir das práticas alimentares e agrícolas de sua população e, por isso, não pode ser dissociada do seu sistema agrícola e da sua agrobiodiversidade.

2. As áreas tradicionalmente ocupadas do Cerrado são marcadas por singularidades históricas e espaciais que geram diferenciações territoriais, com dinâmicas próprias, influenciadas por fatores internos e externos a comunidade e que agem sobre os seus sistemas agrícolas.

3. A agrobiodiversidade, em seus três níveis de análise (variedades, espécies e agroecossistemas), é sustentada pelas comunidades locais que mantêm e desenvolvem os conhecimentos a ela associados, dos quais não deve ser separada. Dessa forma, as análises a respeito da sua conservação ou perda perpassam tanto pela escolha da escala quanto pela compreensão da complexidade de elementos e atores envolvidos em cada um dos níveis.

A partir dessas premissas, e a partir do referencial conceitual que será apresentado, a presente tese tem como objetivo identificar as dinâmicas espaço-temporais das práticas agropecuárias e extrativistas do sistema agrícola Kalunga, a fim de compreender como se estabelece a segurança alimentar das famílias e como ela está relacionada ao território, em diferentes escalas de análise.

Considerando essas informações e reflexões, defendemos quatro hipóteses principais. A primeira é de que a segurança alimentar da comunidade possui uma dimensão territorial, ligada aos seus diferentes espaços, e que, por conta disso, as várias escalas de análise irão se complementar em informações. A segunda é que o sistema agrícola Kalunga se estrutura a partir de uma dinâmica produtiva pluriativa distribuída em uma estrutura multilocal, onde os principais ecossistemas produtivos mobilizam a agrobiodiversidade de formas distintas. A terceira é que as regiões que se destacaram dentro do território se distinguem pelas dinâmicas produtivas e socioeconômicas que são influenciadas, não só por fatores históricos e ambientais, mas também pelos projetos políticos que vigoram na região. E por fim, a quarta hipótese é a de que a conservação da agrobiodiversidade na comunidade é um processo dinâmico, que quando analisado na escala familiar indica variações significativas entre os núcleos domésticos, mas quando abordada pela escala territorial, demonstra relativa estabilidade e conservação, graças as inovações criadas e absorvidas pela comunidade

## **CAMINHOS METODOLOGICOS**

A delimitação conceitual dessa tese teve início ainda durante a minha pesquisa de mestrado (FERNANDES, 2014), que também abordou o território Kalunga como estudo de caso. A dissertação me levou de encontro às questões que deram origem ao projeto de doutoramento, uma vez que a abordagem fragmentada que eu encontrava na literatura não me parecia representativa da complexidade territorial dessa comunidade e dos seus quase 300 mil hectares de Cerrado.

A compreensão das diferentes escalas de análise foi o gatilho na busca pelas respostas que haviam permanecido em aberto ao final do mestrado, mas me traziam cada vez mais a certeza da escolha por abordar o território em sua totalidade, e não mais de forma pontual. Isso me impunha o grande desafio de percorrer muitas regiões ainda não visitadas e ampliar em muitas vezes o número de famílias entrevistadas. Mas a oportunidade de residir em um dos municípios próximos tornou a tarefa mais palpável, mesmo que ainda desafiadora.

Foram centenas de cafezinhos no “fresco” das casas, dezenas de refeições compartilhadas ao lado do fogão, muitas conversas ao redor do candeeiro, feitura de farinha, colheitas e plantios, travessias de canoa, de mula, a pé, e de carro, foram folias e festejos. Mas, o mais importante foi a oportunidade, que me foi dada pela comunidade, de vivenciar e refletir academicamente a respeito de tudo isso ao longo dos últimos cinco anos.

## **PESQUISANDO SABERES**

Pesquisar saberes é sempre um interessante desafio, pois partimos do princípio que eles são dinâmicos, assim como os lugares e sociedades onde se manifestam, e por isso necessitam de uma abordagem que respeite essa complexidade inerente a sua fluidez (GOMES, 2009). Para isso, o presente estudo se valeu de uma combinação de metodologias: análises teóricas, observação participante, entrevistas abertas e semi-estruturadas individuais e coletivas, percursos guiados, listagens livres, relatos orais e mapeamento participativo. A partir dessas técnicas valorizamos as diferentes escalas de análise, a fim de coletar dados e informações que pudessem ser avaliados de acordos com diferentes escalas:

micro-local (domiciliar), local (grupo familiar/comunidades) e regional (entre diferentes regiões do território, rural-rural, e entre território e cidades, rural urbano).

A abordagem da pesquisa qualitativa foi escolhida para conduzir esse trabalho, mesmo que diversos dados quantitativos tenham sido produzidos ao longo dos anos da pesquisa. Tivemos como ponto de partida entender, descrever e, algumas vezes, explicar, os fenômenos sociais e culturais de grupos específicos. Para isso, os roteiros de pesquisa foram construídos respeitando a fluidez das questões levantadas durante as visitas exploratórias e os conceitos elencados durante a revisão bibliográfica, mas compreendendo-se que:

[...] a liberdade dos roteiros remete à compreensão de que as relações entre os objetos, entre os seres, e entre os seres e os objetos são diversas, dinâmicas e complexas, não permitindo que sejam enclausuradas em modelos únicos, sem maleabilidade (GOMES, 2009, p. 35)

A partir da etnografia, como abordagem metodológica, buscamos compreender os significados atribuídos pelos sujeitos nesses contextos e a racionalidade intrínseca ao sistema pesquisado, respeitando as categorias émicas e reconhecendo a agência desses sujeitos sobre a sua realidade. Essa abordagem permitiu o reconhecimento do caráter inter-subjetivo entre pesquisadora e comunidade, mas a imersão em campo e a construção de laços de confiança possibilitou, após o reconhecimento dessas questões, ir mais além. A descrição do sistema foi a porta de entrada, mas que permitiu alcançar outras camadas de significado, que muitas vezes não estão óbvias na superfície da descrição .

Compreendemos que essa diversidade de interações, relações e reações sociais e ecológicas necessitam de uma grande gama de abordagens, constantemente revisitadas e repensadas, para que a cada novo elemento possa-se readaptar as estratégias da pesquisa. Também entendemos que toda observação carrega um caráter subjetivo, pois o olhar nunca está desconectado do universo subjetivo-objetivo, assim como da relação observador/pesquisador. O indivíduo sempre antecede o significado, pois aquele que observa não é vazio de significados, nem neutro ao significado da observação (PEREIRA, 1991).

Além disso, partilhamos da corrente de pensamento na qual se acredita que o pesquisador deve construir a entrevista a partir de uma relação de troca, confiança e respeito pelo tempo do entrevistado, pela linguagem e pelo universo simbólico da cultura a ser estudada. Dessa forma, a possibilidade de dados mais fidedignos se

torna maior, pois os entrevistados percebem a valorização de seus saberes e se sentem (como deveriam sempre) parte do processo, ansiando por poder contribuir no processo da pesquisa (GOMES, 2009; PEREIRA, 1991) Assim, o ambiente da entrevista se torna um espaço de confiança e diálogo, no qual surge a possibilidade de obtenção de dados que dificilmente se mostrariam em entrevistas estruturadas, de caráter inquisitivo e com curto espaço de tempo.

## **A ESCOLHA DA ÁREA DE ESTUDO E DOS SUJEITOS DA PESQUISA**

Como já foi dito, a escolha do Território Kalunga como área de estudo teve início nos anos do mestrado, mas inicialmente o recorte metodológico dessa pesquisa se restringia a parcela goiana do território Kalunga, desconsiderando-se a região do Mimoso, que se encontra do outro lado da fronteira entre Goiás e Tocantins. Contudo, durante o 3º Encontro de Pesquisadores da Comunidade Kalunga, que ocorreu em Março de 2017 na cidade de Goiânia, vários representantes da parcela tocantinense da comunidade pediram, durante as palestras, que se parasse com a divisão estadual dos territórios, e que se compreendesse que “família é família, de um lado do rio ou do outro lado do rio”. Elizeth da Costa Alvez, representante dos pesquisadores da região do Mimoso, pediu o reconhecimento de seus pares do estado de Goiás, argumentando a respeito da importância de se dar visibilidade para a parcela do território que ficou separada a partir da década de 1980, com a criação do estado do Tocantins.

Levando em consideração as informações compartilhadas durante esse evento, e a pesquisa bibliográfica realizada durante os dois primeiros anos do doutorado, escolhi ampliar o recorte metodológico para que abrangesse toda comunidade Kalunga, uma vez que o objetivo era retratar as dinâmicas da comunidade com um todo, diminuindo a fragmentação existente nos trabalhos anteriores. Entretanto, as limitações de tempo restringiram a pesquisa sobre o Mimoso ao caráter bibliográfico e de sensoriamento remoto, a partir de dados espaciais fornecidos pelos órgãos estaduais.



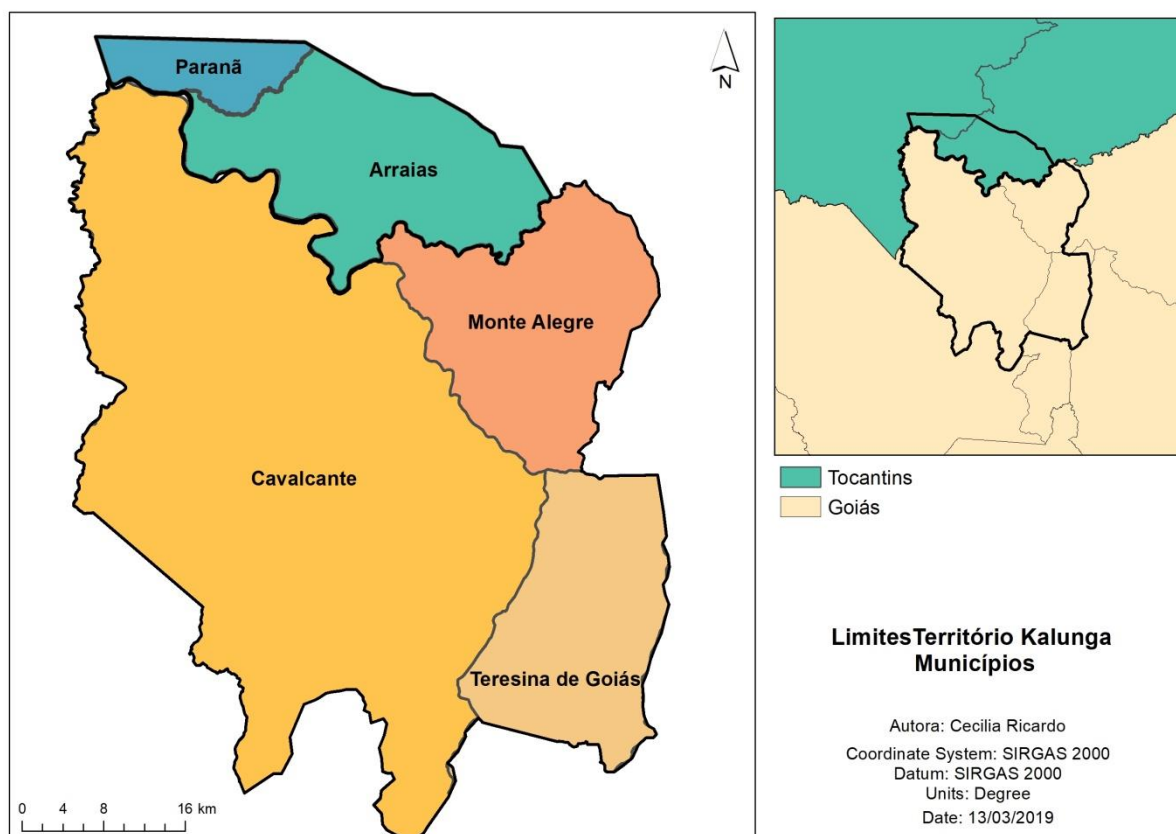


Figura 5 – Mapa do território Kalunga (Goiás e Tocantins) e seus respectivos municípios.

Portanto, no que se refere às pesquisas de campo, as observações participante, as entrevistas semiestruturadas e aos mapeamentos participativos, a comunidade do Mimoso não está incluída. Para suprir essas informações, foram levantados dados da agrobiodiversidade, das práticas agrícolas e dos históricos das famílias a partir da literatura pertinente, com especial destaque para os trabalhos de Rosy de Oliveira (OLIVEIRA, 2007), Lourivaldo dos Santos Souza (SOUZA, 2018) e Fabiane Rocha-Coelho (ROCHA-COELHO, 2009). Entretanto, mesmo com as diferentes formas de obtenção de dados que compuseram a pesquisa, acredita-se ter dado um passo a mais na direção da inclusão e reconhecimento da importante contribuição da parcela tocantinense dentro da história e cultura do povo Kalunga.

## COMBINANDO MÉTODOS: A COLETA DE DADOS

Antes do início da pesquisa, foram realizadas reuniões com os membros da Associação Quilombo Kalunga (AQK - Associação Mãe), que representa as comunidades dos três municípios Goianos (Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás). Na primeira delas foi entregue os resultados da pesquisa de

mestrado e explicada a natureza e os objetivos da continuação da pesquisa no território durante o doutorado. Em um segundo encontro, foi entregue a carta de intenções e o resumo do projeto de pesquisa solicitando o consentimento para a realização da pesquisa dentro do território do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. A terceira reunião se deu junto ao presidente da associação, Vilmar Silva, para a apresentação do Projeto Sociobiocerrado, ao qual a pesquisadora esteve vinculado por quase três anos e custeou parte das despesas de campo.

Ainda foram realizadas mais três reuniões pré-exploratórias, uma em cada macrorregião do território goiano (Vão de Almas, Vão do Moleque e Engenho). Essas reuniões foram divididas em duas etapas, a primeira tratando da conversa devolutiva referente a dissertação do mestrado, e a segunda explicando os objetivos pretendidos para a pesquisa de doutorado e pedindo autorização da comunidade para a realização das entrevistas e observações em suas respectivas regiões.

A parte teórica foi pautada na pesquisa bibliográfica e na revisão da literatura. Elas se iniciaram a partir de buscas nas plataformas virtuais da Biblioteca da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Federal do Tocantins e no portal de periódicos da CAPES. A essa busca se sucederam visitas à Biblioteca da Fundação Cultural Palmares e à Biblioteca do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB.

As visitas à comunidade, contando-se os trabalhos de campo iniciados durante o mestrado, ocorreram entre dezembro de 2013 e janeiro de 2019, mais de 40 visitas ao território, com tempos de permanência variando de 3 a 10 dias. Nesse período foram entrevistadas 118 famílias do meio rural e 10 do meio urbano (todas do município de Cavalcante) que, segundo os dados do cadastro único de 2018, representam aproximadamente 6% das famílias Kalungas do estado de Goiás, e 5% das famílias do território geral (Goiás e Tocantins). A média de habitantes por unidade familiar foi de cinco pessoas. 84% das famílias entrevistadas declararam ser beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e/ou receberem aposentadoria rural.

Os dados foram coletados por meio de observação participante, adjuntórios<sup>21</sup>, entrevistas semiestruturadas, listagem livre, percursos guiados, mapeamentos

---

<sup>21</sup> Usamos o termo *adjuntório* aqui para nos referirmos à prática de ajudar nas atividades produtivas e domésticas das famílias participantes da pesquisa, a fim de se compreender melhor as práticas da comunidade. Além disso, nesse ambiente de auxílio mútuo, os participantes geralmente estão abertos a responderem questionamentos e perguntas referente as práticas.

participativos e análises de imagens de satélite. As observações participantes e os adjuntórios, realizados durante todo o tempo do trabalho de campo, tiveram como princípio direcionador a aproximação entre a pesquisadora e a comunidade em foco, através da convivência com as famílias, proporcionando uma compreensão sobre o funcionamento da comunidade e de suas práticas sociais, produtivas e alimentares (modo de vida, composição familiar, histórico de vida, formas de produção, estratégias econômicas, composição da dieta familiar, composição das compras urbanas, transporte, entre outras).

As entrevistas semiestruturadas tiveram por objetivo estimular os entrevistados a falarem e comentarem a respeito de determinados temas, sem perder o foco da pesquisa e o direcionamento da entrevista. Para a realização dessas atividades, sempre se buscou criar um ambiente confortável, em momento oportuno para o entrevistado, para que esse pudesse se expressar livremente, sem as limitações impostas por um questionário. Das 128 famílias participantes, apenas 90 foram entrevistadas a partir da mesma guia de entrevistas, enquanto as outras 38 famílias foram entrevistadas abertas, onde era permitido se explanar sobre quaisquer assuntos referentes a comunidade que os participantes achassem relevante.

As listagens livres e os percursos guiados foram utilizados para o reconhecimento das espécies presentes nos ecossistemas manejados pela comunidade, servindo tanto para identificação dos produtos mais relevantes (de acordo com a frequência e ordem das citações) quanto para o levantamento da agrobiodiversidade, das práticas agrícolas e os calendários de manejo.

Os mapeamentos participativos foram realizados durante as visitas as comunidades, sempre que se reuniam grande número de indivíduos nas residências e existia ocasião para a reunião. Ao total foram 15 mapeamentos, em grupos de 3 a 8 pessoas. A ferramenta se mostrou extremamente eficaz, uma vez que agradava aos participantes a observação das imagens de satélite e a localização dos seus marcos espaciais. Contudo, após os dois primeiros mapeamentos, percebeu-se que as imagens escolhidas não eram do agrado dos participantes, que preferiam (e pediam) as imagens referentes a ferramenta virtual “google maps”, por, segundo eles, “mostrar melhor e com mais detalhes as estruturas da comunidade”, como casas, roças e estradas. A partir daí, as imagens fornecidas durante as reuniões eram sempre retiradas dessa plataforma, com diferentes recortes e ampliações, que

variavam de acordo com a região onde iria se realizar a coleta de dados. Além desses mapeamentos participativos coletivos, ainda foram realizados 7 outros mapeamentos individuais com colaboradores-chaves dentro da comunidade.

Ao final dos mapeamentos participativos e da análise remota dos dados coletados, foi possível registrar a distribuição espacial de aproximadamente 950 residências e 2.120 roças, distribuídas ao longo de 12 microrregiões, que foram construídas a partir dos relatos e mapeamentos realizados com os membros da comunidade. Contudo, duas microrregiões foram pouco exploradas durante os mapeamentos – Ribeirão dos Bois e Contenda -, e por isso apresentam um levantamento espacial mais fraco. Isso pode levar a uma interpretação equivocada dos mapas produzidos, aparentando-se vazios demográficos em duas áreas que na verdade apresentam uma quantidade significativa de residências e roças.

As demais regiões foram mapeadas exaustivamente junto a comunidade, e posteriormente por sensoriamento remoto. Dessa forma, acreditamos que as microrregiões foram mapeadas em mais de 90 % das suas roças e residências, com exceção das duas citadas acima, que tiveram menos de 30% de sua área coletivamente mapeada.

Os nomes dos entrevistados foram omitidos em decorrência de alguns pedidos realizados ainda durante as pesquisas exploratórias do mestrado. Por compreender os motivos e receios dos participantes, optou-se por suprimir todos os nomes, e não só dos entrevistados que solicitaram o ocultamento. Assim, trazemos ao longo da tese como identificação a região onde se encontra a residência principal de cada sujeito e a idade apresentada no ano da entrevista.

A respeito da agrobiodiversidade utilizamos a unidade mínima de análise como as variedades. A caracterização e distinção das diferentes variedades são feitas a partir de um conjunto de traços específicos, como cor do caule ou da folha, formato de folhas, elementos das casas, cheiro, formato das raízes, cor das sementes e dos frutos, e assim por diante. Serão valorizados os nomes populares atribuídos pela comunidade, ao invés dos nomes científicos que nem sempre conseguem dar conta da ampla diversidade encontrada nos ecossistemas cultivados da comunidade. Dessa forma, a diferenciação intraespecífica realizada pela comunidade durante os percursos guiados foi a base de distinção realizada pela pesquisa. Por conta disso, e para se evitar sobreposições de nomes populares, os diversos nomes de uma única

variedade foram perguntados e registrados, e posteriormente comparados, excluindo-se variedades iguais mais com distintos nomes de uma região para outra.

Além disso, o levantamento sistematizado da agrobiodiversidade não pretendeu exaurir todas as espécies alimentícias utilizadas pela comunidade, tendo-se certeza que muitas outras não estão presentes na lista (Tabela 8). Estas podem ter passado despercebidas pelo olhar da pesquisadora, ou não estarem presente nos espaços produtivos das famílias visitadas ou apenas não terem sido consideradas, no momento das entrevistas, como integrantes da categorias menos prestigiadas de alimento, como será abordado no capítulo 4 e 6.

A respeito da análise das estratégias socioeconômicas e da pluriatividade das famílias, escolheu-se a unidade doméstica como unidade de análise, a fim de simplificar a infinidade de combinações possíveis entre as diferentes combinações de estratégias possíveis. Elencamos quatro estratégias principais: Agropecuária, Extrativista, Turismo e Outros trabalhos remunerados. Contabilizou-se o número de vezes que uma das quatro principais estratégias aparecia durante as entrevistas como economicamente relevante para os integrantes do núcleo familiar obtendo-se, assim, a importância relativa de cada atividade em relação ao total de atividades registradas ao longo das entrevistas (no território e nas macrorregiões). Cabe reforçar que a relevância de uma atividade não está relacionada apenas a importância financeira dela, e sim a importância que ela tem dentro da segurança alimentar e econômica da família.

## **PARTE I - O ESPAÇO E O TEMPO**

# 1. O TERRITÓRIO KALUNGA

Considerado o mais antigo bioma do país e o segundo maior em extensão, o Cerrado é rico não só em belezas naturais, biodiversidade e recursos hídricos, ele também é o guardião de diversos povos e comunidades tradicionais e rico conhecimento. Esse bioma se estende através do Distrito Federal e dez estados: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Maranhão, Bahia, Piauí, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, somando aproximadamente 1.330 municípios (BRASIL, 2014c). Ele representa 24% do território nacional, conhecido como a *savana tropical* da América do sul e, apesar da ideia equivocada de que seria biologicamente pobre, compõe a savana mais rica do mundo, com 5% da fauna e flora mundial, motivo que a levou a ser considerada um dos 34 *hotspots* do mundo (MYERS et al., 2000).

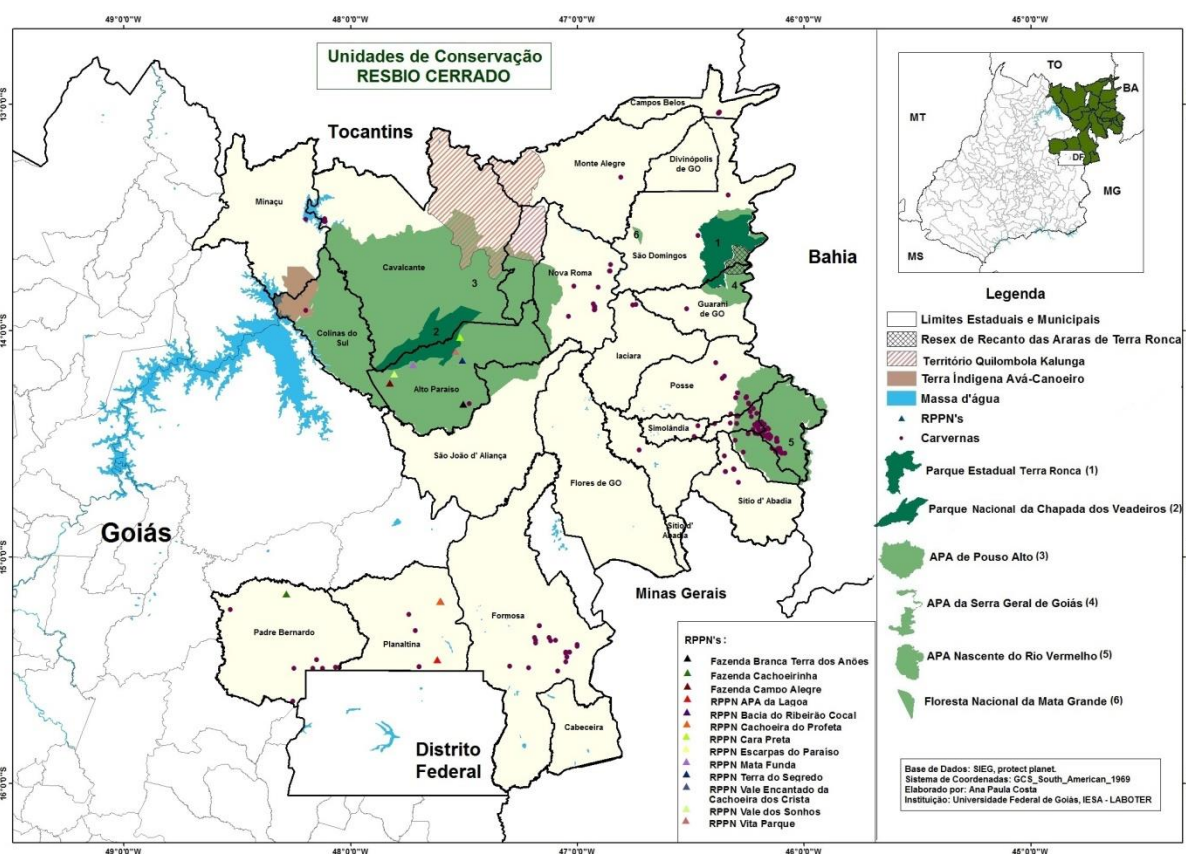


Figura 6 - Unidades de Conservação dentro da RESBIO Cerrado (Fonte: LABOTER-UFG).

O estado do Tocantins é coberto originalmente por 91% de Cerrado, enquanto que o estado do Goiás era composto por 94% desse bioma (IBGE, 2007). Entretanto o sul do Goiás apresenta um quadro adiantado de degradação, enquanto o norte possui grandes extensões de áreas de Cerrado preservado. A região nordeste do

estado abriga a microrregião Chapada dos Veadeiros, conhecida por seu alto grau de endemismo e biodiversidade e por isso considerada pelo Ministério do Meio Ambiente como uma região de fundamental importância para a preservação do Cerrado (LIMA, 2013).

A forma de relevo predominante da região são os chapadões, ou chapadas, formações residuais de superfícies antigas que foram desgastadas. Conhecido como berço das águas, a relevância hidrológica do Cerrado é central, uma vez que abriga partes importantes da Bacia Amazônica, Bacia do rio São Francisco, Bacia Tocantins/Araguaia e Bacia do Paraná (LIMA e SILVA, 2008). Além disso, sua localização estratégica permite que ele interligue quase todos os biomas brasileiros, com exceção dos pampas gaúchos e dos ecossistemas costeiros e marinhos.

O solo predominante do bioma Cerrado é o Latossolo, presente em aproximadamente 46% de todas as suas áreas. Esse tipo de solo, altamente intemperizado, é marcado pela sua alta permeabilidade, assemelhando-se a um solo arenoso, o que permite o desenvolvimento de espécies que necessitam de áreas drenadas. Entretanto, esse tipo de solo é altamente suscetível a erosões e voçorocas quando perde sua cobertura vegetal. O Latossolo, juntamente com uma gama de outros tipos de solo, permite a existência de diversas fitofisionomias, com uma rica variabilidade vegetal. Toda essa biodiversidade pode ser classificada em 11 tipos distintos de cerrado (RIBEIRO e WALTER, 1998), subdivididos em três categorias de formações; florestais, savânicas e campestres.

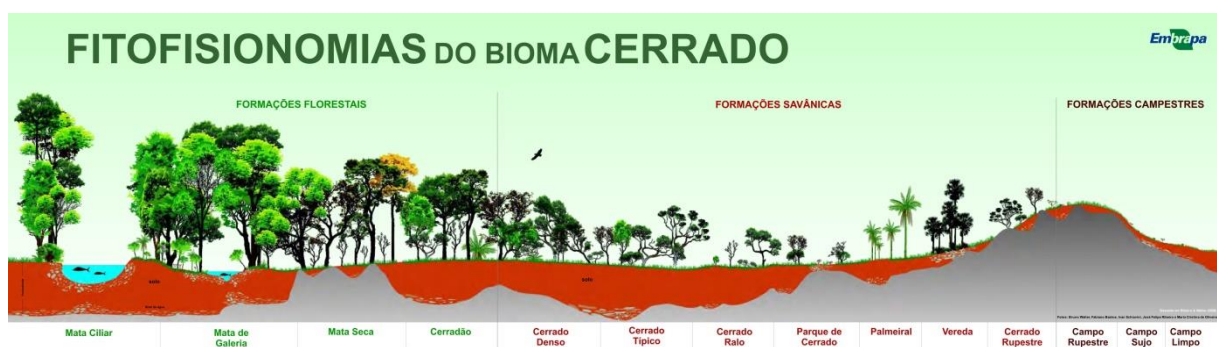


Figura 7 – Comparação entre as diferentes fitofisionomias que compõem o bioma Cerrado (fonte: RIBEIRO; WALTER, 2008).

As formações florestais do Cerrado estão tipicamente associadas aos recursos hídricos, acompanhando cursos de água, mas podem ocorrer desvinculadas deles,



em solos mais ricos. Essa categoria possui quatro subdivisões: a *mata ciliar*, a *mata de galeria*, *mata seca* e *cerradão*. Já os ecossistemas savânicos e campestres, são tipicamente associados ao Cerrado, e espalham-se de acordo com variáveis climáticas e pedológicas. O tipo de solo, a escassez de água em grande parte do ano, e a passagem do fogo são fatores que delimitam as fitofisionomias cerratences.

Pesquisas em ecologia mostram que o Cerrado é um mosaico de fisionomias moldadas pela diversidade de regimes de fogo (MIRANDA 2010). Dentre as formações savânicas estão o *cerrado sentido restrito*, o *parque de cerrado*, o *palmeiral* e as *veredas*, compostas pela presença predominante de buritis. As fitofisionomias campestres são apenas três, o *campo sujo*, o *campo rupestre* e o *campo limpo*.

A abundância desse bioma é responsável, no Brasil, por 50% das espécies de aves, 45% dos peixes, 40% dos mamíferos e 38% dos répteis (AGUIAR e CAMARGO, 2004), além de mais de 10.000 mil espécies vegetais catalogadas, de acordo com a Conservation Internacional (CI). O Cerrado, sozinho, representa mais de 30% da diversidade biológica brasileira. Pela sua grande biodiversidade, ele foi considerado uma área prioritária de conservação, e vem chamando a atenção de instituições e pesquisadores de dentro e fora do país.

Entretanto, o Cerrado tem sido ameaçado pelo avanço da agricultura industrial e pelas políticas agrícolas, focadas no aumento da produtividade das lavouras, enquanto suas comunidades tradicionais e seus sistemas produtivos permanecem quase sempre invisíveis às políticas públicas e à população (ELOY; CARVALHO; FIGUEIREDO, 2017a). A abertura de novas áreas de plantio e de pastoreio são as maiores causadoras de desmatamento neste bioma. A expansão do agronegócio, nos últimos quarenta anos, devido aos avanços tecnológicos no campo dos cultivos adaptados ao clima semiárido, principalmente nas culturas de milho e soja, aliada à urbanização e ao crescimento econômico, tem causado impactos alarmantes em relação a esse ecossistema (KLINK; MACHADO, 2005).

Estima-se que atualmente só restem cerca de 20% da sua cobertura vegetal original ou pouco perturbada, e alguns estudos mais pessimistas já apontam o completo desaparecimento dele até o ano de 2030 (MYER, MITTERMEIER, *et al.*, 2000). No estado do Goiás o nível de degradação ambiental chega a 75%, causado principalmente pela atividade agropecuária. Os 25% restantes abrigam diferentes

estados de áreas conservadas, e incluem os 4,5% de territórios protegidos por unidades de conservação (UNGARELLI, 2009).

No ano de 2009 o Ministério do Meio Ambiente (MMA) definiu uma hierarquização de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade no país inteiro. Para isso, se baseou em critérios de representatividade, persistência e vulnerabilidade (GIUSTINA, 2013). Essas áreas podem ser vistas na Figura 8, que ainda destaca a quantidade de vegetação natural em cada área definida como importantes para preservação. Ao sobrepormos o mapa de prioridade para conservação com o nordeste goiano e o sul tocantinense, fica clara a relevância biológica do nordeste goiano, uma vez que ele abriga a maior parte do cerrado preservado do estado e ainda está quase completamente definido dentro das áreas prioritárias de conservação.

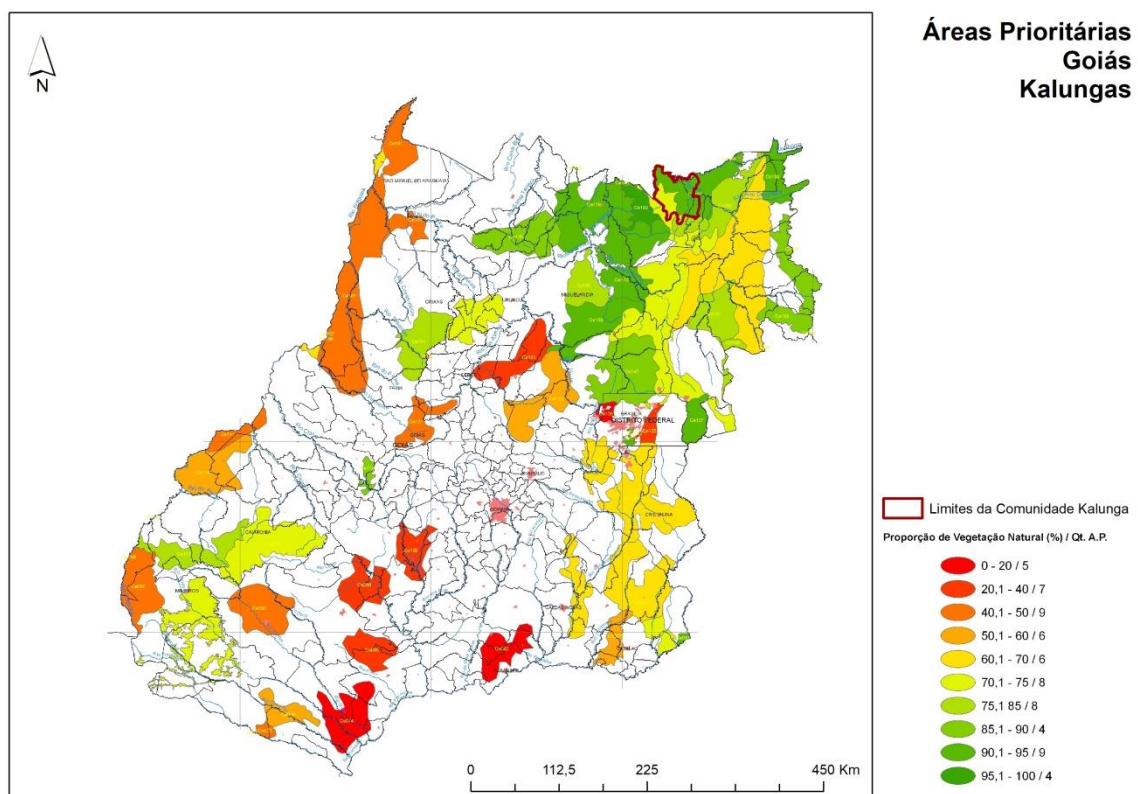


Figura 8 - Proporção de vegetação natural nas áreas prioritárias do estado do Goiás e a localização do território Kalunga. (Fonte: LAPIG - UFG /dados do IBGE, MMA e PROBIO; Adaptação: Autora)

A microrregião da Chapada dos Veadeiros, com cerca de 21.000 km<sup>2</sup>, conta com oito municípios (Alto Paraíso, São João da Aliança, Teresina de Goiás, Nova

Roma, Monte Alegre de Goiás, Campos Belos, Colinas do Sul e Cavalcante), todos eles dentro de áreas prioritárias, segundo o MMA, e com alto índice de vegetação natural presente.

Outro dado preocupante em relação ao Cerrado é o alto índice de fragmentação das áreas preservadas, onde a maioria dos fragmentos encontrados é de pequeno porte (FELIZOLA e FELFILI, 2006). Isso acarreta uma maior fragilidade das áreas remanescentes nativas, em decorrência da sensibilização típica causada pelo efeito de borda, que aumenta de forma inversa ao tamanho do fragmento. Esse dado alerta para a importância das ações integradas de gestão quando se trata de preservação, já que o tamanho e a forma do território tem relação direta com a qualidade e efetividade da conservação realizada. Dentro dessa área de grande riqueza ambiental se encontra o Território Kalunga<sup>22</sup>, que abriga não só serras, rios, vãos e matas, mas também os Kalungas que, com suas vozes e reivindicações, fazem o “barulho da terra”<sup>23</sup>.

Dito isso, o Território Kalunga, localizado no coração dessas áreas prioritárias (Figura 9), composto por grandes extensões de cerrado preservado. É caracterizado como terra quilombola, de acordo com o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PENAP), criado pelo decreto 5.758, de 13 de abril de 2006, e se enquadra no perfil de área protegida, mas permanece sobre o domínio das comunidades, o que permite o exercício da agricultura, pecuária, caça, pesca, retirada de madeira e mineração.

---

<sup>22</sup> Usaremos o termo “Território Kalunga” para representar o conjunto das comunidades do Kalunga do Tocantins (Mimoso) e do Kalunga do Goiás, como será explicado mais adiante.

<sup>23</sup> Barulho da Terra é a expressão kalunga, relatada pela pesquisadora Rosy de Oliveira (OLIVEIRA, 2007), que faz referência as lutas agrárias travadas pela comunidade ao longo dos anos.

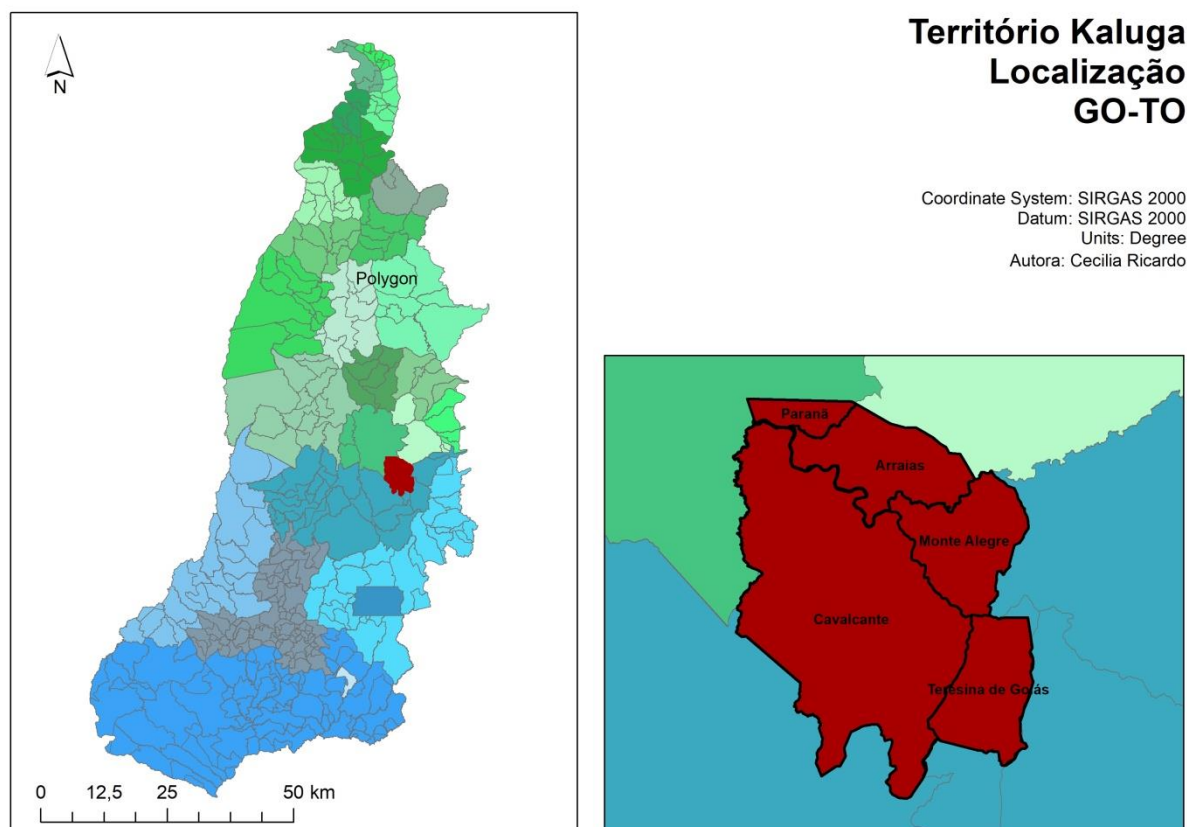


Figura 9 – Localização do Território Kalunga, entre os estados do Tocantins e do Goiás (esquerda), e municípios (direita) (fonte: Autora).

O direito à terra das comunidades remanescentes de quilombolas é inegável e inalienável, assim como aquele concedido as populações indígenas em seus territórios, não existindo sentido em exigir deles a adoção de um comportamento mais “harmonioso” em relação à natureza do que o resto da sociedade brasileira adota (DRUMMOND, 2014). Mas então, como se dá essa relação entre homem e natureza dentro do espaço do Quilombo Kalunga? Qual perspectiva futura dessa comunidade frente às questões ambientais? Existe uma consciência de sustentabilidade sobre os recursos naturais e as formas de produção? O kalunga e pesquisador Vilmar Souza Costa, atual presidente da Associação Quilombo Kalunga (AQK), exemplifica um pouco mais dessa relação em um trecho do seu trabalho, onde comenta que:

[...] Os primeiros quilombolas tiveram que aprender a sobreviver na região da Chapada para poderem continuar livres. Essa adaptação deu origem à cultura de envolvimento e preservação da natureza que temos hoje. Há muito tempo atrás, éramos nós que dependíamos da natureza para sobreviver. Hoje, é a natureza que também passou a depender do povo

Kalunga para sua preservação, porque é aqui que se conservam diversas espécies de animais ameaçados de extinção [...] (COSTA, 2013, p. 23).

O Território Kalunga, composto por sua parcela goiana (o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga) e sua parcela tocantinense (Território Quilombola Kalunga do Mimoso) é um território grande, que soma quase 300 mil hectares, mais da metade da área do Distrito Federal. Essa enorme extensão, já em 2004, abrigava aproximadamente 60 povoados, onde grande parte não passava de agrupamentos de no máximo dez casas. Hoje em dia, o número de famílias por comunidade já cresceu bastante, mas os dados atualizados só existem de forma fragmentada, relatando apenas algumas localidades.

Esse grande território que permeia dois estados<sup>24</sup>, cinco municípios (Cavalcante - GO, Monte Alegre - GO, Teresina de Goiás - GO, Arraias - TO e Paranã – TO) é formado por um grande número de comunidades<sup>25</sup> que se espalham heterogeneamente por entre as serras do Mendes, Mocambo, Morro Mangabeira, Boa vista, Contenda, Bom Jardim, Bom Despacho, São Pedro, Moleque, Morro Branco, Ursa, Areia, Maquiné e parte de Serra Geral de Goiás (BAIOCCHI, 1995; GONÇALVES, 2012).

As altitudes encontradas no território variam em média entre 800m e 300m, mas apresentando regiões com até 1.650m (Figura 10 e Figura 11). As regiões mais altas do território se encontram à sudoeste, enquanto que as mais baixas estão ao longo do Rio Paranã. O clima é marcado, como em quase todo o Cerrado, por uma estação chuvosa (novembro a março) e uma estação seca, com um período forte de estiagem (junho-agosto), com precipitações anuais de 1.400mm. As temperatura média é de 24°C, mas em decorrência das grandes variações de altitude, as regiões apresentam climas muito distintos, com temperaturas variando em seus extremos de 10°C a 40°C. Os kalunga, nomeiam a estação chuvosa de inverno, e a seca de verão, inversamente ao que acontece nas definições oficiais.

---

<sup>24</sup> É importante lembramos que até 1988 Goiás e Tocantins formavam um único estado. Logo as comunidades do “outro lado” do Rio Paranã foram separadas no papel, sem nunca terem realmente se separado territorialmente.

<sup>25</sup> Aqui usamos o termo “comunidades” para nos referirmos aos pequenos agrupamentos de residências espalhados pelo território, pois a maioria não se configura como vilas ou vilarejos, pela ausência de comércios e serviços.

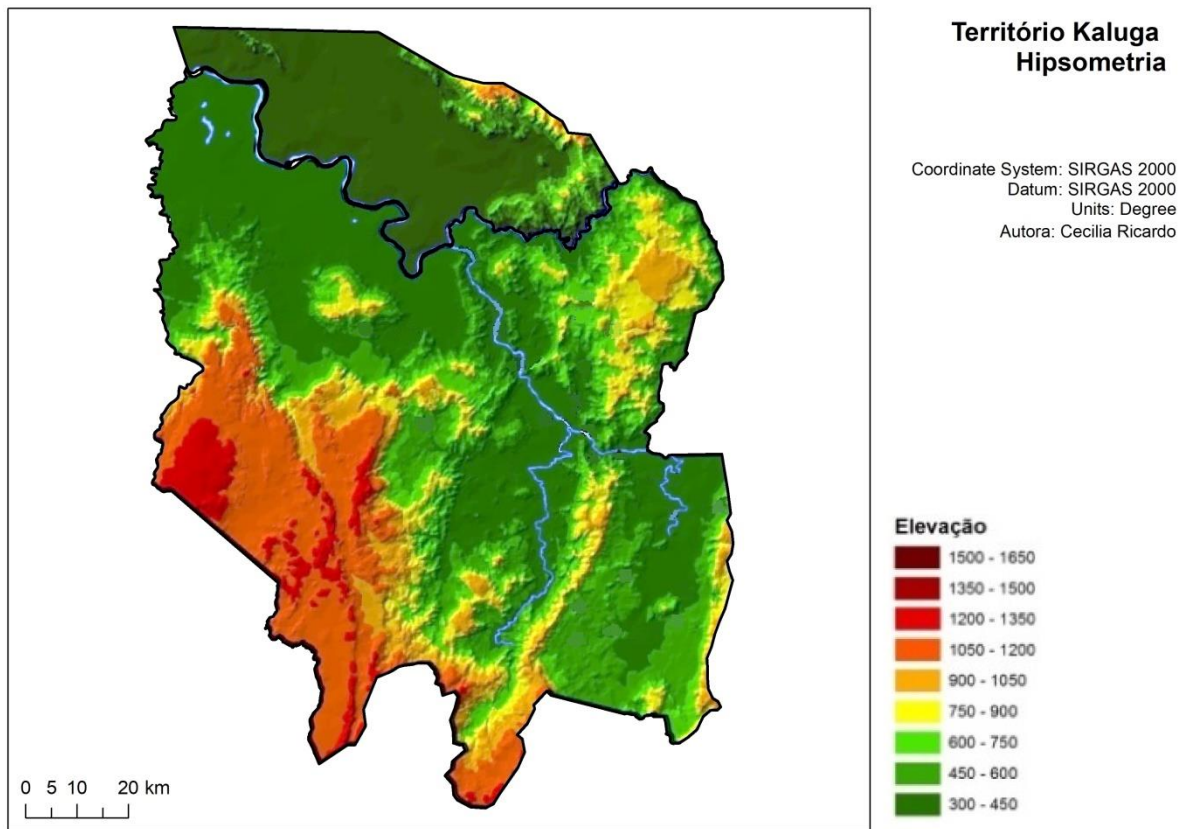


Figura 10 – Mapa da hipsometria do Território Kalunga (fonte: Autora, baseado no trabalho de AGUIAR, 2011).

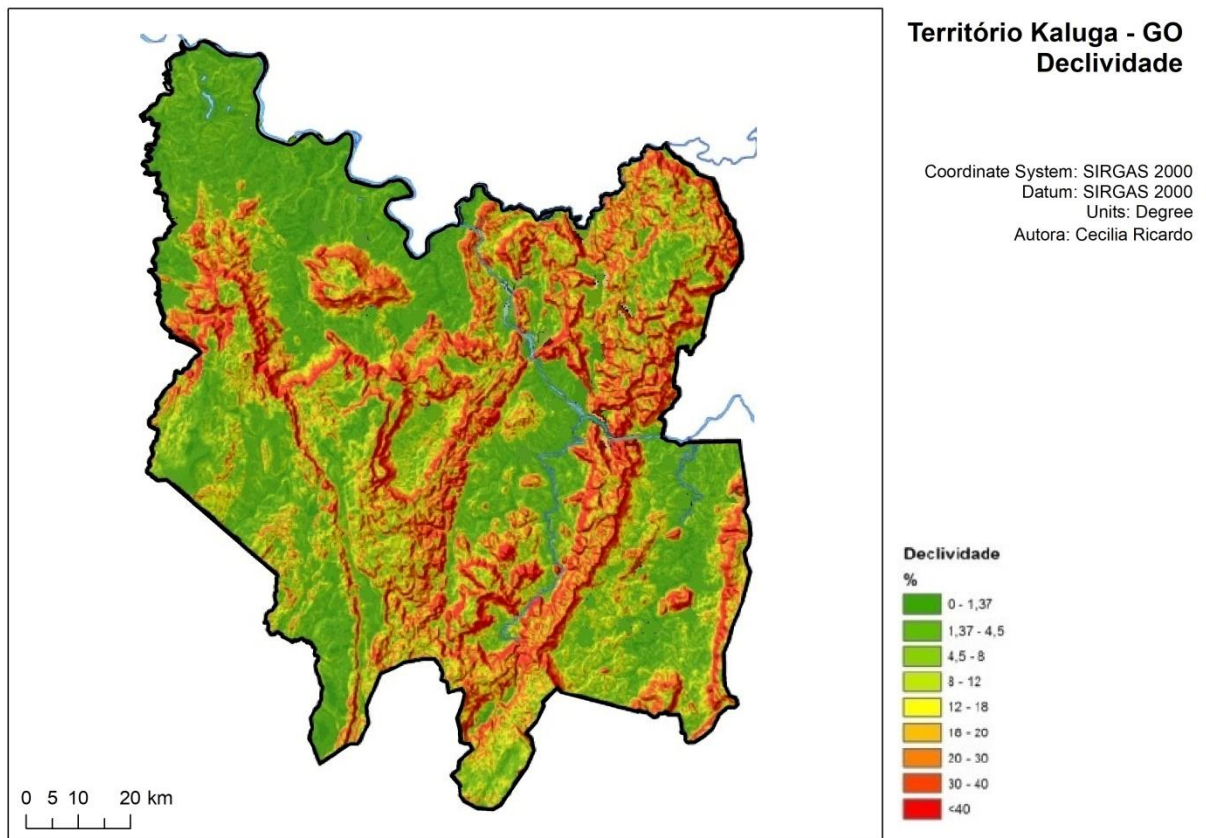


Figura 11 – Mapa de declividade do Território Kalunga (fonte: Autora, baseado no trabalho de AGUIAR, 2011)

Todas as regiões do território fazem parte da bacia hidrográfica do Rio Tocantins, que drena 11% de todo o território nacional. Seus principais rios são o Paranã, o Rio Almas<sup>26</sup>, o Rio dos Bois, o Rio Bezerra, Rio Gameleira e o Rio Capivara. O Rio Paranã e o Rio Bezerra são conhecidos pelas suas cheias, onde sobem vários metros fertilizando as terras das margens, que após a descida do rio, durante a estação seca, se tornam áreas extremamente produtivas, chamadas de *roças de vazante* (tópico 0).

Mais de 80% do território apresenta formações de cerrado preservado, mas isso não é o mesmo que dizer cerrado intocado, pois sabemos que há quase 300 anos a comunidade local maneja as paisagens presentes dentro desse território, mesmo que não seja possível identificar isso em análises de sensoriamento remoto<sup>27</sup>. Encontramos todas as fitofisionomias típicas do Cerrado ao longo das serras e vãos Kalungas, entretanto as nomenclaturas locais podem divergir das oficiais, por isso faremos um breve comparativo antes de prosseguirmos.

As áreas de mata ciliar e mata de galeria são localmente chamadas simplesmente de “*matas*”, as matas secas, cerradões, cerrado denso, cerrado ralo e cerrado típico são conhecidos como “*cerrado*” ou “*sertões*”<sup>28</sup>. Em algumas regiões o cerradão e o cerrado denso podem ser também nomeados de “*capão*”. Já as áreas de campo sujo, campo limpo, veredas e palmeirais são chamadas de “*campos*” ou “*veredas*”. Para o campo rupestre e o cerrado rupestre não foram identificados nomenclaturas particulares<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> O Rio Almas foi recentemente “rebatizado” de Rio Branco por um padre que permaneceu algum tempo na comunidade. A intenção da alteração do nome foi a de afastar os “maus agouros” que fazem com que tantas pessoas morram afogadas ao longo do seu tortuoso curso.

<sup>27</sup> Adiante iremos mostrar algumas análises de imagens de satélite e seus respectivos ambientes manejados.

<sup>28</sup> Veremos mais adiante que esse termo também pode ser usado para definir uma categoria de espaço produtivo, voltado para o extrativismo.

<sup>29</sup> Isso se deve a falta de atividades de campo em áreas com essas fitofisionomias, mas não significa que a comunidade não tenha suas própria nomenclatura.

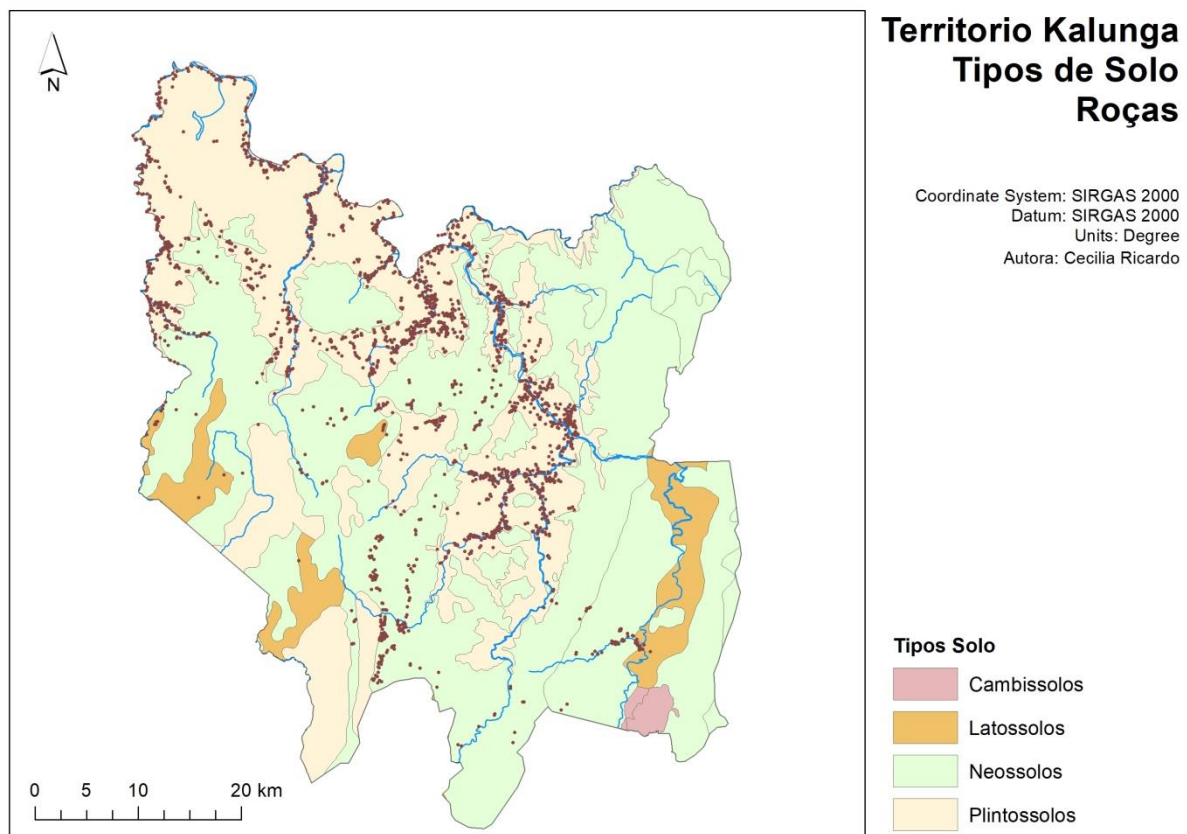


Figura 12 - Distribuição de roças sobre os tipos de solo encontrados no Território Kalunga (fonte: Autora).

A maior parte da área Kalunga se localiza sobre Neossolos e Plintossolos, mas pequenas manchas de Cambissolo e de Latossolo também podem ser encontradas, como pode ser visto no mapa acima (Figura 12). Os Neossolos podem ser eutróficos (com maior profundidade e fertilidade natural) ou distróficos (mais rasos e de baixa fertilidade). Independente do tipo, os neossolos tem uma tendência natural à acidificação e, quando de textura arenosa, costumam apresentar baixa capacidade de reter umidade. Quando em relevos com declividade mais acentuada são desaconselháveis para a agricultura (EMBRAPA SOLOS, 2006), aqui tratada como agricultura mecanizada. Seu manejo convencional<sup>30</sup> geralmente requer correção de acidez e de teores considerados nocivos de alumínio e *“para os Neossolos de encostas, além destas, há necessidade do uso de práticas conservacionistas devido à forte suscetibilidade aos processos erosivos”* (ZARONI; SANTOS, 2019, p. 1).

Os Plintossolos são solos marcadamente ácidos, típico de regiões com estação seca bem definida. Por seu processo de formação alternar ausência de água com

<sup>30</sup> Convencional aqui é empregado pra se referir a agricultura industrial e mecanizada.



excesso de água são solos tipicamente mal drenados (EMBRAPA SOLOS, 2006). Comumente encontrado em áreas de várzeas<sup>31</sup>, seu potencial agrícola se deve mais ao seu relevo plano (ou suavemente ondulado) do que a sua fertilidade, que é considerada baixa e de alta acidez (SANTOS; ZARONI, 2019). Já o Cambissolo é fortemente drenado considerado com alto potencial agrícola, assim como o Latossolo, mas esse é devido aos seus relevos tipicamente planos, uma vez que também apresenta alta acidez e teor de alumínio elevado (EMBRAPA SOLOS, 2006).

Essas avaliações de aptidão agrícola são geradas e difundidas por outros modelos de sistemas produtivos. As avaliações do que é um solo propenso para a “agricultura” são pensadas para um sistema agrícola mecanizado e voltado para o agronegócio. Contudo, do mesmo modo que os mapas de aptidão agrícola (p.247), essas informações são tomadas pelos gestores como verdades absolutas durante as formulações de políticas públicas, desconsiderando outras tecnologias agrícolas que possam existir. Isto fica visível na Figura 12 que sobrepõem as áreas de roças com os tipos de solo dentro do território Kalunga. A partir dela podemos questionar quais os parâmetros utilizados pelo conhecimento quilombola que determinam as regiões de plantio. Quais elementos, bióticos e abióticos, são levados em consideração na seleção dos espaços cultivados que diferem dos parâmetros oficiais das instituições governamentais? Ao longo do tópico seguinte buscaremos, a partir das particularidades e convergências de cada região, especificar os elementos necessários às respostas desses questionamentos.

## **1.1. AS REGIÕES E SUAS SUBDIVISÕES**

Como já foi dito acima, a grande extensão do território Kalunga abriga uma ampla gama de fitofisionomias, climas e paisagens. Barreiras físicas como serras, rios e vãos propiciaram (junto a fatores históricos e culturais) uma diferenciação territorial ampla. A ideia de diferenciação ou de disparidade territorial, objeto central da geografia social, remete à repartição desigual dos recursos naturais e das infraestruturas, mas também à projeção no espaço das desigualdades sociais (renda, acesso à serviços e políticas públicas, etc.) (BRET 2009; THERY, DE

---

<sup>31</sup> Terrenos cultiváveis, tipicamente localizados próximos a rios.

MELLO-THERY 2012; FOURNIER et RAOULX, 2004). Nesse tópico descreveremos brevemente as particularidades espaciais, geofísicas e culturais de cada uma das macro e microrregiões analisadas.

Essas localidades foram distribuídas em cinco grandes regiões, por Baiocchi (1999) que as chamou de municípios<sup>32</sup>: o Kalunga, o Vão das Almas, o Vão do Moleque, o Ribeirão dos Bois e a Contenda. Entretanto, essa divisão se modificou ao longo dos anos e alguns novos arranjos começaram a emergir, como no trabalho de Magalhães (2013), onde são citadas três grandes regiões: o Vão de Almas, o Vão do Moleque e o Vão da Contenda. Já no trabalho de Costa (2013), ele agrupa a população em Vão de Almas, Vão do Moleque e Engenho, definição essa que foi escolhida como norte para os mapeamentos dessa pesquisa, uma vez que o pesquisador Costa é nascido e criado no território Kalunga, e sua abordagem foi considerada mais pertinente, respeitando as denominações dadas pela comunidade local. Adicionamos a essa divisão a macrorregião do Mimoso, pois consideramos que ambos os territórios formam um único povo, apenas divididos pelo processo político de fragmentação de um estado e todas as complicações sociais que se sucederam a isso (GONÇALVES, 2012; OLIVEIRA, 2007).

Ao longo das pesquisas de campo, essa divisão em quatro grandes macrorregiões se sustentou, sendo uma categorização realmente empregada pela comunidade e pelas populações das comunidades vizinhas. São regiões usadas como marcadores identitários, servindo como referências geográficas de pertencimento coletivo:

[...] Eu nasci lá no (Vão do) Moleque, nê! Pro lado do Prata. Sabe onde é? Mas quando casei vim viver mais minha mulher aqui, por que tinha uma terra de minha avó pelo lado de minha mãe. (Morador do Vão de Almas, 30 anos)

[...] Quando eu era mocinha, todo ano pai levava a família toda durante a época de plantação, lá praquelas bandas de lá. Sabe? No rumo do Engenho! Lá que tinha uma terra boa pra feijão e arroz. (Moradora do Vão de Almas, 48 anos).

[...] Minha mãe é nascida lá no Vão de Almas, pro rumo da Capela. Mas veio pra cá quando casou com meu pai. A família dele era dessas bandas de cá, aí quando eu casei continuei por aqui, aqui no Engenho. Já tentei morar fora, lá pra Alto Paraíso, mas não é bom não. Bom é a gente estar na terra da gente. (Morador do Engenho II, 38 anos)

---

<sup>32</sup> Em seu livro “Kalunga: povo da terra” Mari de Nasaré Baiocchi explica que os núcleos ou grupos de moradias eram denominados de “municípios” pela população da época (1982-1999).

Assim, podemos entender que a apropriação, concreta ou abstrata, de um espaço faz com que os atores dessa ação “territorializem” esses espaços transformando-os em áreas simbólicas nomeadas de *territórios* (RAFFESTIN, 1993), que juntamente com as relações de parentescos formam a *identidade* desse povo (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002b). Dessa forma, nota-se que não apenas a territorialidade quilombola “do Kalunga” é invocada nos discursos de identidade, pois também observamos identidades distintas oriundas de uma partição da territorialidade Kalunga em regiões menores. Assim, identidades mais específicas como a dos “Molequeiros” e a dos “Kalungas do Mimoso” surgem, dando-nos indicativos das separações regionais internas dessa comunidade.

Dentre essas regiões que emergem do discurso dos moradores, a identidade relacionada ao Engenho é a mais recente delas, não pela sua ocupação, mas pela sua denominação como uma região e não apenas como uma comunidade familiar. A região do Vão de Almas é a maior, com um maior número de barreiras geográficas e de microrregiões, e o Vão do Moleque é a menos acessível das três regiões goianas, com as estradas mais suscetíveis a precarização durante o período das chuvas, com uma distância média de 100km até a sede do município mais próximo, Cavalcante (GO). A região do Mimoso é acessível apenas pelo estado do Tocantins (carro) ou por travessia a barco do rio Paranã a partir do território Kalunga do Goiás.

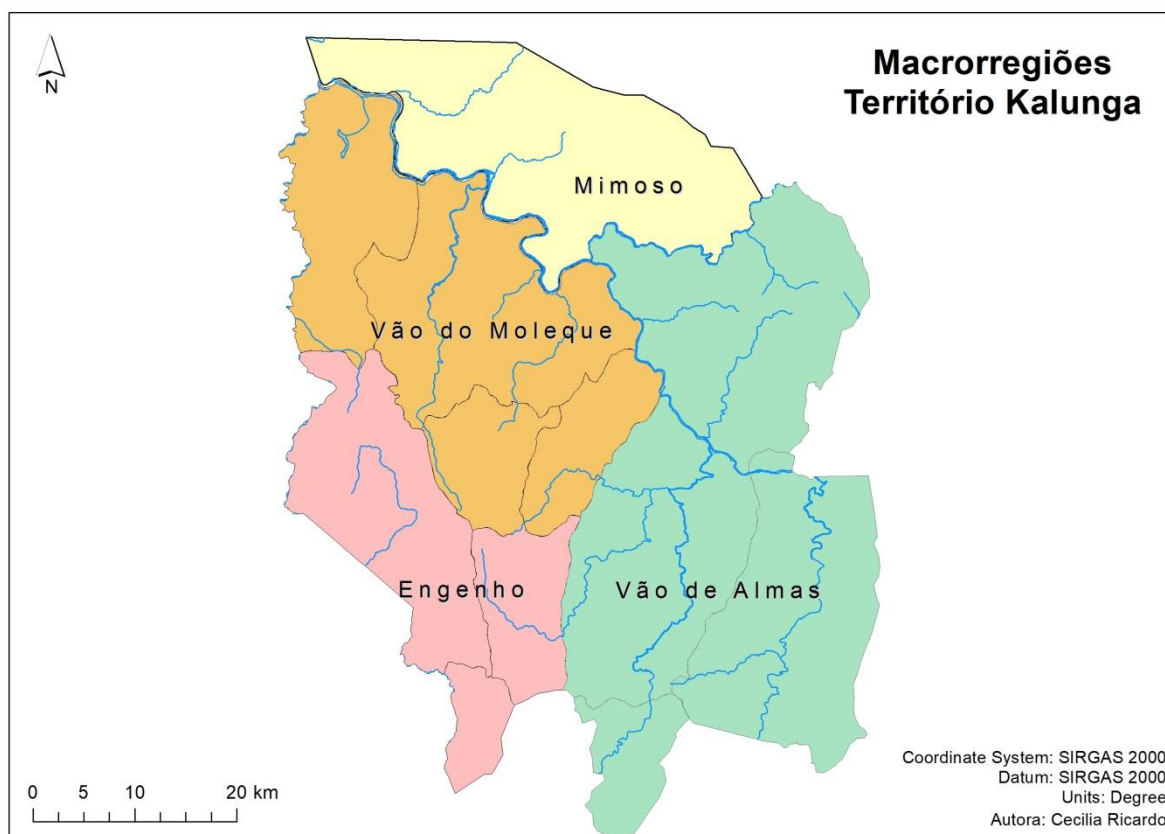


Figura 13 – Macrorregiões do Território Kalunga (Fonte: Autora).

A seguir descreveremos cada uma das quatro regiões do Território Kalunga, dando ênfase nas suas características e subdivisões. As particularidades produtivas e históricas de cada região serão abordadas nos capítulos subsequentes, onde serão discutidas as origens dessas diferenças e as consequências delas para os perfis produtivos de cada região.

### **Região do Vão De Almas (GO)**

A região do Vão de Almas é a maior das regiões analisadas, abrangendo três municípios (Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre) (região verde da Figura 13). Seus principais limites geográficos são a Serra do Pouso do Padre<sup>33</sup> (leste), Serra do Segredo/Mato de Fora (sudoeste) e o rio Paranã (norte). Contudo, uma parcela da comunidade se localiza acima do rio Paranã sendo considerada por essa

<sup>33</sup> Adotamos os nomes utilizados pela própria comunidade, que nem sempre são os mesmo que adotados pelos mapas oficiais.

pesquisa como uma das microrregiões encontradas nessa parcela do território, chamada de Contenda ou Vão da Contenda.

Segundo a antropóloga Mari de Nasaré Baiocchi (1999), o povoamento do Vão de Almas se deu por um processo migratório interno de moradores da região hoje conhecida como Contenda, do Saco Grande e do Vão do Moleque. As famílias que primeiro teriam migrado seriam os Pereiras, os Dias, os Faria, os Fernandes de Castro, os da Cunha, os Magano, os Santos e os Ribeiro de Souza. Como os moradores da comunidade gostam de dizer:

[...] Aqui nós somos todos parentes, tudo primo! Mesmo que da família distante, mas nós conhecemos os parentes tudo! (Morador do Vão de Almas, 46 anos)

A região do Vão de Almas apresenta as menores altitudes dentro da área Kalunga (300 m em média), com uma predominância de cerrado sentido restrito. Seus solos são predominantemente plintossolos e neossolos (GeoGoiás, 2003), geralmente considerados como de “baixa fertilidade” ou “impróprios para a agricultura” pelos mapas de aptidão de solo das instituições federais (como já citado), mas usados e chamados pelos Kalunga de “terra branca”. Esses solos são impróprios para espécies muito exigentes, como o feijão e o arroz, mas ótimos para o plantio de mandioca, por exemplo. Apesar da aparente fragilidade desses solos, a disponibilidade de terras cultiváveis ainda não é um problema na região, por sua grande extensão espacial.

Segundo dados de 2013, a região do Vão de Almas é composta por 215 famílias, que somadas representam 1.075 habitantes espalhados ao longo de vinte e sete localidades, na maioria das vezes representadas por pequenos agrupamentos familiares. Entretanto, em algumas literaturas encontramos a comunidade denominada de Capela identificada como Vão de Almas, uma vez que é lá que ocorre o maior festejo da região, a Festa de Nossa Senhora D’Abadia, durante o início do mês de setembro. Para os fins da presente pesquisa, a terminologia “Vão de Almas” está sendo empregada para a macrorregião Vão de Almas, e para a microrregião do Vão de Almas (região centro sul), e não para o povoado do festejo.

Devido ao difícil acesso, a região só foi atendida com infraestruturas básicas, como estradas e escolas, muito recentemente (a partir do ano 2000) e ainda hoje sofre com a dificuldade de locomoção, baixa eletrificação rural, inconstância do

transporte escolar e baixo acesso a políticas públicas. Muitas das pesquisas e trabalhos assistências que visam a comunidade Kalunga se limitam a microrregião do Engenho II (ou comunidade Engenho II), pela facilidade de acesso (apenas 25km de Cavalcante), pela visibilidade social (por ser perto da cidade e ter um grande fluxo de visitantes) e pela popularidade da comunidade que ficou muito conhecida por seu principal atrativo turístico, a cachoeira Santa Barbara. Tudo isso acabou por criar uma imagem equivocada de que a comunidade Engenho II representa a realidade da Território Kalunga como um todo, criando uma invisibilidade para o restante das regiões, onde a permeabilidade das políticas públicas, pesquisas e projetos sociais é muito baixa.

Assim como a maior parte dos povoados do território Kalunga, a região do Vão de Almas também não possui energia elétrica<sup>34</sup>, água encanada ou rede de esgoto, com exceção de algumas aglomerações familiares próximas a rodovia GO-118. O Vão de Almas conta com sete escolas de ensino fundamental, sendo seis municipais e uma estadual (ROSA, 2013). São elas a Escola Vazantão, Bucaina, Kalunga I, Jurema, Joana Pereira, Terra Vermelha e Córrego da Serra.

Entretanto, a região não foi contemplada com nenhum colégio de ensino médio, o que acarreta diversas complicações sociais e logísticas para a comunidade, como a migração temporária ou permanente das famílias para as cidades mais próximas ou a concessão da tutela informal e temporária das crianças em idade escolar para familiares, compadres ou famílias abastadas<sup>35</sup> que vivem nos centros urbanos.

Fazem parte do corpo docente da região dezesseis professores, sendo que quatro possuem segundo grau completo, dois completaram a graduação e dez estão cursando Licenciatura em Educação do Campo (dados de 2013). A situação do ensino é mais bem explicitada pela pesquisadora kalunga, e ex-secretária de Igualdade Racial de Cavalcante, Wanderleia dos Santos Rosa, que relata:

[...] Em Vão de Almas o ensino é ofertado de forma multisseriada em praticamente todas as escolas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. O

---

<sup>34</sup> Durante a realização dessa pesquisa, o projeto de eletrificação rural do estado de Goiás avançou na instalação de energia elétrica em algumas partes da região do Vão de Almas, mas ainda estando limitada a alguns povoados. No dia do Festejo de Nossa Senhora da Abadia de 2017, em meio a muita festa e alegria, foi inaugurada a eletrificação no festejo, sendo um marco cultural para a celebração.

<sup>35</sup> A necessidade dessas práticas de afastamento das crianças de suas famílias muitas vezes coloca os estudantes em situações de vulnerabilidade, chegando a alguns casos extremos de abuso sexual, como foi divulgado na imprensa nacional alguns anos atrás (TÚLIO, 2015).

ensino regular é ofertado pelo Estado em parceria com o município e compreende do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Concluídas essas fases de ensino a maioria dos jovens não tem a menor condição para continuar os estudos, pois ali não é ofertado o ensino médio. [...] Impedidos de dar continuidade à vida escolar alguns jovens costumam sair para trabalhar nas fazendas ou lavouras mais próximas, outros migram para Brasília e Goiânia com expectativas de estudar e arranjar outro tipo de trabalho. Isso é um prejuízo para esses jovens, pois muitas vezes se tornam presas fáceis para o mundo das drogas nas grandes capitais do Brasil (ROSA, 2013, p. 22).

A região também não conta com nenhuma infraestrutura relacionada ao sistema de saúde, e todas as demandas hospitalares precisam ser resolvidas em Cavalcante, Teresina ou Campos Belos. Para se tratarem, os moradores do Vão de Almas necessitam caminhar longas distâncias até as vias principais, e depois pagarem de vinte a trinta reais pelo “carro de linha” (caminhão adaptado para transportar pessoas na caçamba) que os leva para as cidades próximas. Contudo, a estrada que dá acesso ao vão é uma das mais perigosas da região e mesmo com as melhorias recentes, continua sendo ideal apenas para carros com tração 4x4, o que gera acidentes quase todos os anos.

Mesmo assim, problemas mais sérios de saúde são encaminhados pelo município para Brasília ou Goiânia, o que demanda das famílias dinheiro de passagem e hospedagem durante todo o tratamento do enfermo. Além disso, na época das águas, os rios sobem de nível, deixando seus moradores isolados por vários dias, a depender da frequência das chuvas e da localidade. A ausência de pontes e manutenção nas estradas é uma das mais recorrentes reclamações dos moradores da região, sendo constante pauta política em períodos eleitorais, mas muito pouco tem sido efetivamente feito em relação a isso nos últimos anos de acordo com os moradores. A insatisfação dos moradores fica evidente na fala de uma senhora entrevistada durante o festejo de Nossa Senhora da Abadia, em 2016, quando o atual prefeito do município apareceu na celebração:

[...] mais é muita coragem mesmo. Esse homem aparecer aqui quase na eleição pra pedir o nosso voto de novo sendo que não fez nada das pontes que prometeu. Num arrumou as que já tinham, não arrumou as estrada nada! Mas não acha que fica assim, ele num veio falar comigo pra pedir os votos? Agora eu vou mais ele cobrar satisfação de cadê (as coisas)! Por que coisa que a gente não é é bobo! (Senhora do Vão de Almas, 56 anos)

Os moradores da região tomam banho nos rios próximos às suas casas (o que também é determinante na hora da escolha dos locais de construção das residências), uma vez que a água é levada até as moradias em baldes e bacias.

Algumas famílias possuem geradores a gasolina para ligar as bombas de água que abastecem pequenas caixas de água nos quintais, mas mesmo essas famílias, muitas vezes, mantêm o costume, já que assim podem economizar em combustível. A dinâmica de “descer” até os cursos d’água também é empregada para a lavagem de utensílios domésticos e roupas, ao final de cada dia de atividades domésticas<sup>36</sup>.

A ocupação territorial no Vão de Almas (e na maior parte do território) segue um formato adotado durante os anos de fuga das condições brutais da escravidão. Essa dinâmica territorial é baseada na invisibilização, onde o posicionamento das casas dificulta a visualização para aqueles que passam nas estradas. Essa estratégia estava ligada à sobrevivência das comunidades, que dependiam do isolamento e do sigilo de seus parapeiros para resistirem às investidas de recaptura por parte dos escravocratas. Esse modelo de distribuição espacial chamou a atenção de outros pesquisadores (BAIOCCHI, 1999; BARRETO, 2006; JATOBÁ, 2002), como demonstra Jatobá em sua dissertação:

As residências mantêm-se com um significativo afastamento e ficam invisíveis em meio ao cerrado. Revela-se pra mim, então, o segundo traço da estratégia social historicamente adotado por essa comunidade: a invisibilização (JATOBÁ, 2002).

Entretanto, esse modelo está, aos poucos, sendo substituído por pequenas aglomerações de casas ao redor de regiões que ofereçam melhorias mínimas nas condições de vida da comunidade, como escolas, estradas, posto de saúde ou energia elétrica. O professor Jaime Almeida, em um artigo de 2005 a respeito da comunidade Kalunga, já antevia que isso ocorreria inevitavelmente:

Com a introdução dos equipamentos de educação formal e de saúde, construções prediais, e as estradas de rodagem pelo Estado haverá naturalmente modificação substantiva naquela configuração espacial (ALMEIDA, 2005).

Contudo, essa forma de ocupar o território ainda se mantém presente na maioria das comunidades visitadas e, além das vantagens históricas, também possibilita aos habitantes dos povoados manterem suas casas próximas às áreas de roçado, facilitando o escoamento da produção, que não precisa ser transportada por serras e morros até o local onde será processada ou armazenada, como no caso de outras regiões.

---

<sup>36</sup> Esse momento também costuma ser uma atividade lúdica para as crianças da família, que brincam no rio enquanto as mães lavam as roupas e dão banho nas crianças menores.



A distância média entre casas e roças na Região do Vão de Almas é inferior a 1km, e na maioria das vezes a residência, o quintal, o rancho<sup>37</sup> e a roça formam um único complexo residencial. Outra particularidade da região são os tamanhos médios das roças que são inferiores a média do restante do território, assim como a quantidade de pastos plantados. A distribuição espacial das roças é tipicamente ao longo dos cursos de água, enquanto que a criação de gado se dá preponderantemente em pastagens nativas manejadas.

As quatro divisões internas identificadas dentro da Região do Vão de Almas foram a microrregião homônima Vão de Almas, a Contenda, o Ribeirão dos Bois e a microrregião Fazenda Larga da Boa Vista, localizada na região extremo sul do Vão de Almas, que possui esse nome por conta da fazenda, de mesmo nome, que ainda está em processo regulatório perante a justiça (Figura 14).

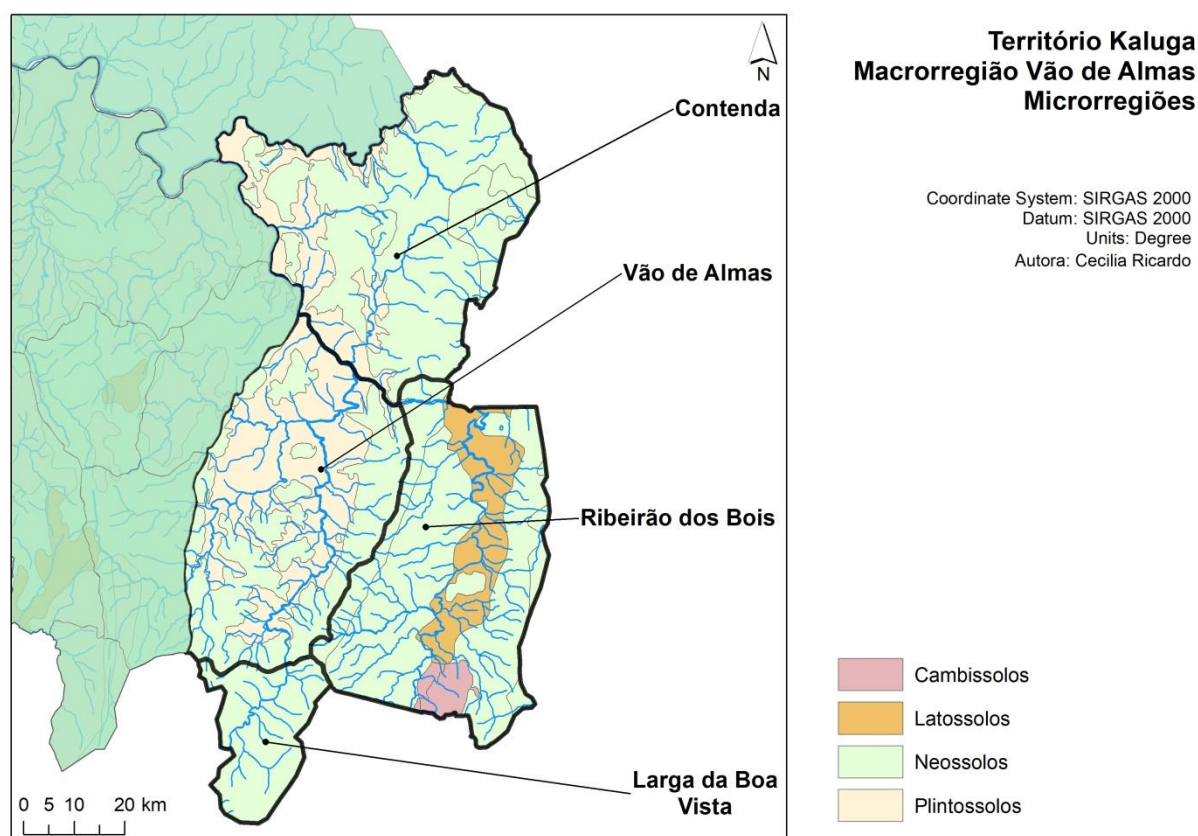


Figura 14 – Macrorregião do Vão de Almas e suas quatro microrregiões sobre o mapa de tipos de solo e hidrografia. (Fonte: Autora)

<sup>37</sup> Rancho é o nome dado à pequena casa, geralmente de estrutura de madeira e coberta com folhas de palmeiras, construídas ao lado das roças para armazenar os utensílios agrícolas e as colheitas. Quando as roças são localizadas longe das casas, os ranchos também servem para o pernoite e para a preparação das refeições.

A microrregião Vão de Almas é a mais isolada dessa parcela do território, ficando cercada por serras de todos os lados e limitada pelo rio Paranã na sua parte superior. Está localizada dentro do município de Cavalcante e apresenta as altitudes mais baixas (300m) com uma vegetação predominantemente de cerrado sentido restrito (do denso ao ralo). Seus principais rios são o Rio Almas (Branco), o Rio Capivara (Maquine), o Rio Gameleira e o Rio Paranã.

A Microrregião da Contenda (ou Vão da Contenda), que em alguns trabalhos também é considerada uma macrorregião a parte (BAIOCCHI, 1999), era a região inicialmente denominada como Kalunga, onde o primeiro grupo de pesquisadores chegou para tentar auxiliar no processo de demarcação das terras. Está localizada inteiramente no município de Monte Alegre de Goiás, na parte norte/nordeste do território e seus principais rios são o Rio Paranã, o Rio Bezerra, o córrego Buriti, o córrego Preto, o córrego Areia e o córrego Cana-Brava. Segundo Baiocchi, a região nasceu da doação das terras por parte de uma madrinha<sup>38</sup>, e que a maior parte da população original teria vindo da exploração de mão de obra escrava da região de Arraias (TO). Foi também dessa região que surgiram as primeiras denúncias contra as grilagens e agressões que a comunidade vinha sofrendo ao longo da década de 1970 e 1980.

A Microrregião do Ribeirão dos Bois, também chamado da década de 1980 de Ribeirão dos Negros, é um agrupamento relativamente recente, em comparação a região da Contenda e do Vão de Almas, pois foi uma das parcelas mais griladas do território, contando com quase 100 famílias desalojadas ainda na década de 1990 (mesmo que a titulação coletiva tenha saído ainda em 1985)(BAIOCCHI, 1995, 1999). Após a titulação das terras, as invasões das aumentaram, chegando a um despejo de quase 600 pessoas, que permaneceram no território, mas espalhadas em diversos povoados sem suas terras, e por isso tendo que trabalhar em fazendas e municípios vizinhos. Essa microrregião é cortada ao meio pela GO-118, e limitada pela Serra do Pouso do Padre a oeste. Seus principais rios são o Rio dos Bois, o Rio Paranã e o córrego Limoeiro.

E por fim, a Microrregião Fazenda Larga da Boa Vista, localizada no extremo sul dessa parcela do território, é uma área pouco habitada. Acredita-se que isso seja

---

<sup>38</sup> Sobre essa informação não possuímos mais nenhum dado bibliográfico, a não ser a citação no livro "Kalunga: Povo da Terra" e no artigo "Kalunga: a sagrada terra", da referida autora.

devido à presença da fazenda homônima, ainda em processo de desapropriação que ocupa quase toda essa região (CCDRU<sup>39</sup> emitido) (SEPPIR, 2016), pois ao analisarmos o mapa de residências sobreposto ao mapa de áreas ainda em processo de regularização, perceberemos como as casas parecem contornar os limites da fazenda de forma artificial, sem nenhuma relação com o relevo ou hidrografia local, como ocorre nas demais regiões. Seu principal rio é o Rio Almas (Branco) que atravessa toda a microrregião, do sul ao norte.

### **Região do Vão Do Moleque (GO)**

A região do Vão do Moleque está localizada no noroeste do território Kalunga (região laranja da Figura 13). Também apresenta uma predominância de plintossolos e neossolos (GeoGoiás, 2003; Figura 12) com uma altitude média de 400m. Sua fitofisionomia predominante é o cerrado sentido restrito, mas com alta presença de cerrado campo sujo. Seus principais rios são o Paranã, o Rio da Prata, o Rio Corrente, o Rio Curriola, o Rio Correntinho e o córrego dos Porcos.

Segundo Thais Alves Marinho (MARINHO, 2008), a ocupação territorial dessa região remete ao período colonial no qual grande parte desse vão seria ocupada por uma grande fazenda de gado (chamada Curriola), pertencente a Luciano Alves Moreira. Muitas versões dessa história são contadas, mas a que parece ter mais bases históricas e documentais é a de que este fazendeiro teria tido uma filha<sup>40</sup> para quem deixou essas terras. Os herdeiros dessa família seriam os “Santos Rosa”<sup>41</sup>, sobrenome muito presente nas comunidades do Vão do Moleque e do Vão de Almas.

Essa inclinação histórica/espacial para a criação de gado “na solta” teria permanecido no legado das famílias, como observado em vários relatos feitos pelos mais velhos, contando a respeito dos parentes peões e tropeiros, que viajavam pra longe levando seus rebanhos e trazendo produtos de terras distantes.

[...] ai eu lembro do pai do meu pai e do (meu) pai saindo montado no cavalo pra tocar o gado. Eu era mocinha, sabe? Do tamainho dessa menininha ai na frente. Ficava tempo sem ver eles, era menina e não sabia

<sup>39</sup> Contratos de Concessão de Direito Real de Uso, emitido pelo Incra.

<sup>40</sup> As divergências principais rondam ao redor do fato de ser uma filha legítima que casou com um homem negro ou uma filha bastarda nascida de uma mulher negra.

<sup>41</sup> Paulino Santos Rosa (parente de vários moradores atuais do Vão do Moleque) o elo de ligação, como Marinho mostra na reconstrução da árvore genealógica dessa família em seu trabalho (MARINHO, 2008).

quanto tempo passava, mas lembro do barulho que era quando voltava! Vixi! Alegria era muita, sabe?! E não tinha uma vez que pai não trazia algo pra gente. Tinha vezes que era uma fita, ou uma caixinha das mais lindas [...] (Senhora do Vão do Moleque, 73)

Vale lembrar que a população dessa região nem sempre é tratada de Kalunga, designação mais recente, e são referenciados muitas vezes como “povo do sertão”, “do Vão”, “os molequeiros”, “os preto da chapada” ou “os Kalungueiros” (MARINHO, 2008), mas eles se autodenominam “Molequenses” (SANTOS, 2013). Sua região foi a primeira a ter acesso por meio de uma estrada, inaugurada em meio a atividades políticas durante os festejos religiosos. Somando-se as oportunidades políticas, as empresas rurais e as mineradoras, a região do Vão do Moleque é vista por essa pesquisa como uma das regiões mais vulneráveis do território. Baiocchi, em 1999, já fazia essa colocação em decorrência dos acontecimentos que se sucederam a demarcação das terras quilombolas, mas o cenário atual não é muito diferente, como será tratado mais adiante nesse trabalho. A relativa distância da sede do município, a grilagem mal resolvida das terras e as políticas públicas mal direcionadas tem fragilizado os sistemas produtivos das comunidades dessa região. Além disso, essa é parcela do território onde existe o maior número de imóveis ainda em desapropriação.

Nessa macrorregião, vivem aproximadamente 400 famílias (SANTOS, 2013), o acesso à água e a boas terras de cultura já são problemas citados pelos moradores em algumas microrregiões, assim como as mudanças climáticas<sup>42</sup> e falta de acesso a políticas públicas e infraestrutura (ex. baixa eletrificação rural, qualidade das estradas, transporte escolar). A distribuição espacial das famílias ao longo da paisagem mantém o mesmo padrão encontrado no Vão de Almas, com pequenas aglomerações de moradias dispersas, mas com maior concentração próxima das escolas e estradas.

A região, assim como o Vão de Almas, não possui estrutura de atendimento básico de saúde, mas existem agentes comunitários de saúde espalhados pela região que fazem acompanhamento da saúde das famílias. Essa parcela do território conta com nove escolas, sendo oito de educação infantil e apenas uma com ensino fundamental (SANTOS, 2013).

---

<sup>42</sup> A percepção de ‘mudança climática’ da comunidade está associada às alterações no regime de chuvas, como o atraso do início da estação das águas, as secas prolongadas e as enchentes decorrentes da variação volumétrica das chuvas.

Os pontos fortes da produção agrícola dessa região são a mandioca e o arroz, mas esses elementos variam de acordo com a microrregião considerada. Também se beneficiam das roças de vazante nos principais rios (Paraná e Prata), mas a criação de gado reveste uma importância central nesta comunidade, mais do que nas outras regiões do território. Em decorrência disso, também é a região com mais pastos plantados. O escoamento da produção, assim como no Vão de Almas, é complicado e depende de estradas de difícil acesso e baixa manutenção.

A Microrregião do Prata está localizada na região noroeste do território Kalunga, entre o Rio Paraná e o Rio Prata (Figura 15). A região é de difícil acesso, e pela grande quantidade de rios e córregos se torna muito isolada durante a época das chuvas, uma vez que as estradas são precárias e as pontes são quase inexistentes, deixando as mais de 70 famílias residentes ilhadas durante esse período (SOUSA, 2017). Em 2015, uma cheia atípica do rio da prata, deixou diversas famílias desabrigadas e destruiu muitas roças da comunidade.

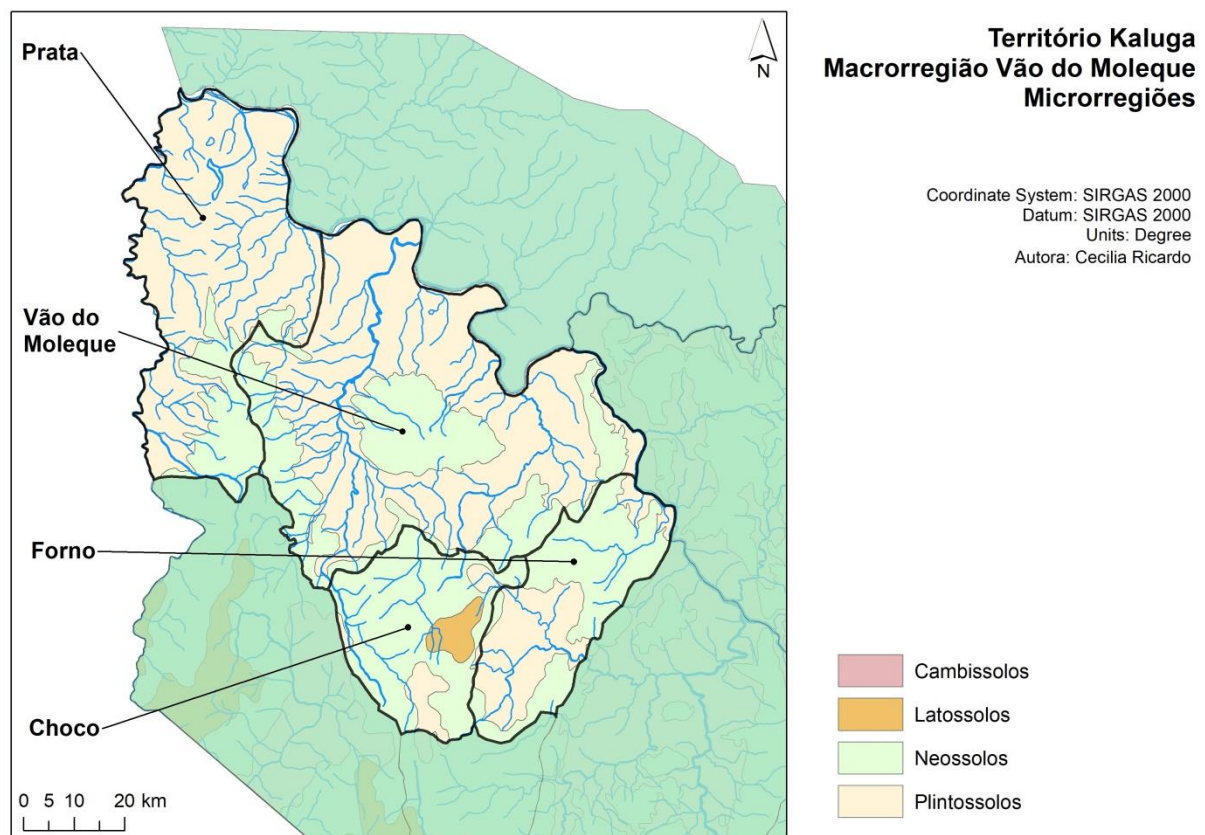


Figura 15 - Macrorregião do Vão do Moleque e suas quatro microrregiões sobre o mapa de tipos de solo e hidrografia. (Fonte: Autora)

A Microrregião Vão do Moleque, é reconhecida como representante dessa macrorregião, estando localizada no centro dessa área. O morro chamado Dedo do Moleque dá nome a região, que esta localizada entre diversos morros em um vão próximo ao Rio Paranã. Apesar da demarcação de terras, essa ainda é uma região muito influenciada pelos anos de grilagem, onde os antigos donos ainda exercem grande pressão fundiária sobre os moradores e a localização das suas roças.

A Microrregião do Forno está localizada em uma pequena faixa de terra alta entre a microrregião do Vão de Almas e a microrregião do Vão do Moleque e rodeada por serras. Possui um clima mais quente que das comunidades ao seu redor, mas apresenta um solo considerado extremamente fértil pela população local, que o usa para a criação de gado e para o desenvolvimento da agricultura, onde encontramos um dos poucos exemplares de engenhos antigo de cana-de-açúcar do território como um todo.

E por último temos a microrregião do Choco, que possui esse nome em decorrência de uma grande fazenda presente da região, que ainda aguarda liberação de recursos financeiros para ser indenizada. A área tem uma baixa densidade de residências<sup>43</sup>, mas comumente utilizada para criação de gado na solta, em pastagens nativas.

### **Região do Engenho (GO)**

A Macrorregião do Engenho está localizada na parcela sudoeste do território Kalunga e apresenta uma predominância de latossolos e neossolos, o que talvez justifique a recorrente citação da população local que diz que “no Engenho tudo que planta dá” (região rosa da Figura 13). Suas roças estão localizadas em áreas de terra preta e vermelha e a região apresenta uma média de altitude de 1000 m, com clima mais ameno ao longo do ano e com abundância de formações florestais.

Podendo ser considerada a região mais recentemente povoada do território, é importante que não se imagine que essa era uma parcela desocupada de terra. As famílias que aqui viviam tinham uma distribuição espacial difusa, como nas outras áreas, mas pela proximidade com a cede do município muitas famílias (do Vão de Almas e do Vão do Moleque) preferiam continuar morando afastadas, e apenas se

---

<sup>43</sup>Não se sabe se isso se deva a grilagem das terras ou a geografia local.

mudarem temporariamente para as terras do Engenho durante os meses de plantio (uma vez que para os locais a distância é pequena, uma caminhada de 6-8h).

Atualmente essa região engloba a maior comunidade do território, chamada Engenho II, com aproximadamente 200 famílias, se caracterizando como o principal povoado do território em nível de população e de influência política. Nessa parcela do território, ao contrário do que ocorre nas outras comunidades, as residências das famílias estão hoje em dia aglomeradas em formato de vilarejo<sup>44</sup>. Essa organização oferece as vantagens da proximidade de uma escola, luz, acesso aos pequenos comércios, fácil circulação dos produtos agroextrativistas, trocas e acesso as novas estratégias econômicas que o turismo proporciona.

Contudo, essa distância espacial entre local de produção e local de armazenamento dificulta o escoamento da produção familiar da roça até as casas, criando a necessidade do deslocamento prolongado até os ranchos durante a época produtiva. As roças se localizam em média a 5-8 km das casas e por estarem localizados entre vãos e serras, esses espaços produtivos são de difícil alcance, e geralmente acessados a pé ou de mula.

O histórico de grilagem forte, que marcou definitivamente as estratégias sociais e econômicas da comunidade local, foi mais acentuado entre as década de 1970 e 1990, onde a comunidade teve suas principais áreas produtivas tomadas pelos “paulistas”<sup>45</sup>. A partir daí, as famílias desabrigadas começaram a se juntar em áreas relativamente seguras do ponto de vista jurídico, de onde simbolicamente emergiu a luta dos moradores dessa região pelo reconhecimento e devolução de suas terras. Em 2007, ainda existiam treze fazendas griladas e/ou invadidas<sup>46</sup> dentro dessa região o que limitava de forma considerável as áreas livres para plantio (VELLOSO, 2006). Atualmente apenas três dessas ainda estão em etapas do processo de desapropriação, mas quando analisamos a distribuição espacial das atuais moradias e roças fica evidente os impactos sociais e produtivos que a lentidão desse processo tem causado: as regiões ainda não desapropriadas são grandes desertos

---

<sup>44</sup> Hoje em dia esse povoado já poderia ser classificado como um vilarejo dada a presença de comércios e hospedarias.

<sup>45</sup> Forma de se referir aos fazendeiros e grileiros vindos de outras regiões do Brasil.

<sup>46</sup> Usaremos a denominação utilizada pela comunidade local, citada no trabalho do pesquisador Kalunga Lourivaldo dos Santos Souza, ao se referir ao mesmo processo ocorrido nas terras na região do Mimoso (TO), onde “invasores” são aqueles invadem áreas já ocupadas por um morador, enquanto “grileiros” são aqueles que constroem cercas e casas e se apropriam de uma parcela de terra que aparenta não ser ocupada (SOUZA, 2018)

demográficos, enquanto as regiões já devolvidas à comunidade esbanjam diversidade produtiva.

Algumas pesquisas se aprofundaram nas questões legais e fundiárias no território Kalunga, como é o caso dos trabalhos de Siqueira (2012) e Franco (2012). O primeiro trata dos instrumentos jurídicos que estão envolvidos na questão agrária da comunidade, e o segundo trabalho aborda mais especificamente a regularização fundiária do grupo, enfocando a desapropriação das propriedades ditas particulares, que se localizam sobrepostas às terras quilombolas, abordando os atos legais que regem essas atividades.

Essa região, mais especificamente a da comunidade Engenho II, também é palco de diversas pesquisas acadêmicas e projetos governamentais, e é difícil que se faça uma visita ao povoado sem que se encontre outra atividade sendo realizada, como oficinas de confecção de sabonetes, curso de panificação, curso de condutor turístico, oficinas de bordados, tecelagem ou cerâmica, projeto de hortas medicinais, hortas nos quintais, levantamento de potencial turístico, cursinhos preparatórios para o ENEM, além das pesquisas sendo desenvolvidas em diversas áreas, como ecologia, botânica, antropologia, geografia e turismo<sup>47</sup>.

A região também se localiza em uma área estratégica para o território, pois dá acesso ao Vão de Almas e ao Vão do Moleque. Os moradores dessas outras regiões encurtam os caminhos até as cidades, vindo a cavalo ou a pé até o povoado do Engenho II. Nele ainda observa-se uma grande exploração das atividades turísticas, a facilidade de acesso e escoamento da produção local e a escola de ensino médio, única dentro do Território Kalunga.

---

<sup>47</sup> A constância dessas atividades desenvolvidas a partir de demandas externas torna os seus moradores habituados a tais dinâmicas, mas também desconfiados em relação aos seus resultados. É comum observar a chegada de ônibus de instituições universitárias que descarregam grandes grupos de graduandos que, em um ritmo frenético, adentram casas e abordam moradores em busca de dados e informações para alguma nova pesquisa.



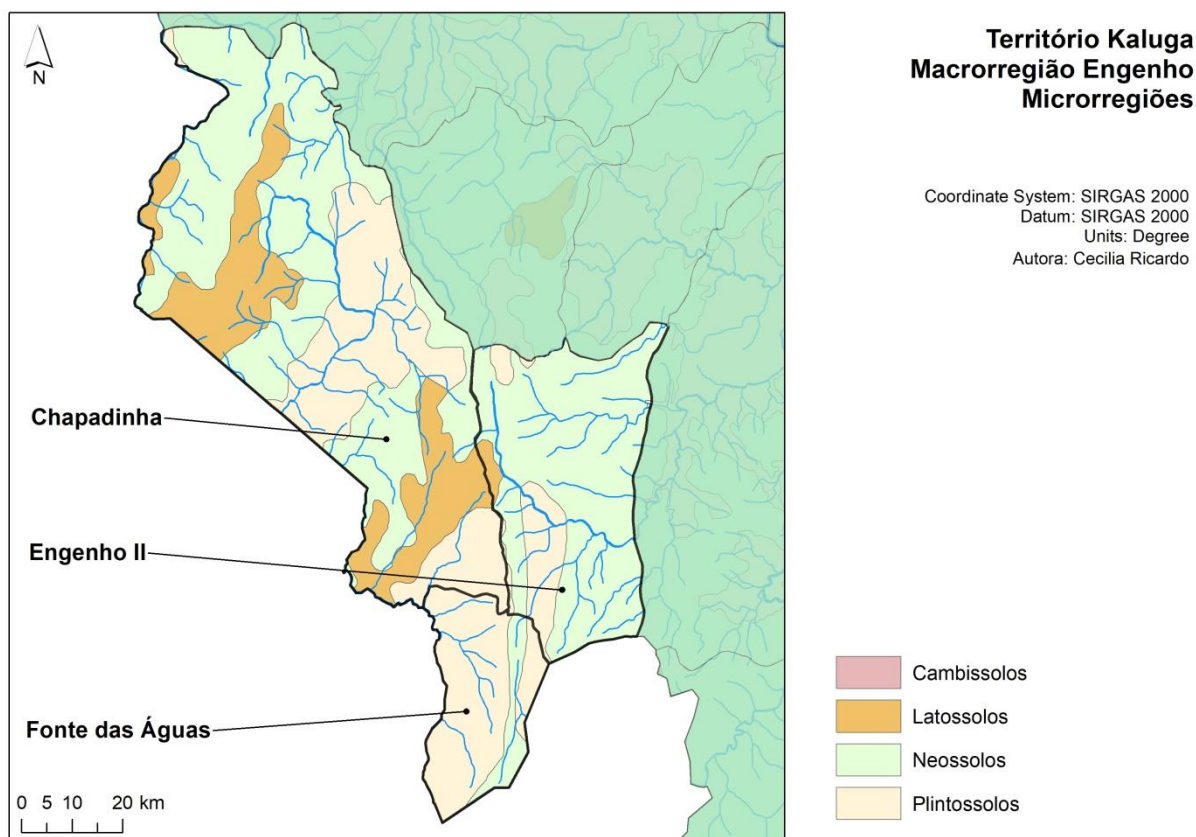


Figura 16 - Macrorregião do Engenho e suas três microrregiões sobre o mapa de tipos de solo e hidrografia. (Fonte: Autora)

A macrorregião Engenho é composta de três microrregiões: Engenho II, Chapadinha e Fazenda Fonte das Águas (Figura 16). As duas últimas são áreas com povoamento quase nulo, sendo atualmente utilizadas apenas para a solta de gado e uns poucos ranchos. Já a região Engenho II é delimitada pelo povoado e pelas roças de seus moradores. A microrregião Engenho II é um grande centro turístico, recebendo centenas de visitantes todos os dias em decorrência de seus atrativos naturais. Suas principais cachoeiras são a Santa Bárbara, a Capivara e a Candarú, mas novos atrativos vêm sendo abertos para distribuir melhor o público que chega até a comunidade. Também em decorrência do turismo, o povoado tem crescido em infraestrutura, com mercadinhos, campings, pousadas e lojinhas de produtos locais

## **Região do Mimoso (TO)**

Essa região do Território Kalunga, atualmente pertencente ao estado do Tocantins e teve seu reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares como comunidade quilombola apenas em 12 de setembro de 2005, e em 16 de dezembro de 2010 o Governo Federal decretou a criação do Território Kalunga do Mimoso (região amarela na Figura 13), enquanto que a comunidade Kalunga de Goiás foi reconhecida em 1991, por uma lei estadual que decreta a criação do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, com seu território decretado e pelo INCRA em 2009.

Esse espaço temporal, de quatorze anos, entre os dois processos de reconhecimento como comunidades quilombolas foi decorrente de uma primeira recusa da comunidade com o rótulo de quilombolas, tanto pelo tom da pele, quanto por acreditarem possuir os títulos de suas terras. Esse complexo dilema comunitário, que gerou uma divisão identitária e política dentro da comunidade é muito bem relatado pela pesquisadora Rosy de Oliveira, em sua tese de doutorado “O Barulho da Terra: nem Kalunga nem Camponeses”, que trata especificamente do caso do Mimoso. Outros autores também abordam o território do Mimoso de maneira individualizada, dando enfoque às questões particulares dessa parcela do território e as histórias do seu povo, como na agricultura (SOUZA, 2018), na etnobotânica (ROCHA-COELHO, 2009) e no direito, educação e cultura (ARAÚJO; FOSCHIERA, 2012; COSTA, 2017; CUNHA, 2010a; SILVA, 2016).

Esse tema se torna relevante para que possamos compreender porque o Território Kalunga tratado nesse trabalho considera ambas as parcelas (do Goiás e do Tocantins) como um único território, apenas dividido por um grande rio, a fragmentação de um estado e 14 anos de titulação. Esse processo de incerteza em relação à auto identificação quilombola não foi exclusivo da região do Mimoso, e para que possamos entender as razões dessas comunidades é preciso entender a complexidade de categorias em que o negro rural do período colonial estava inserido<sup>48</sup>, que não se resume a dicotomia “escravo” e “escravo fugido”, como algumas simplificações históricas fazem parecer.

A região Kalunga do Mimoso, segundo sua demarcação atual, possui 58.853ha onde estão distribuídos 13 núcleos residenciais ao longo da margem direita do rio

---

<sup>48</sup> Tema que será um pouco mais abordado no capítulo 2 (p.87).

Paraná: Curral Velho, Esperança, Mimoso, Santa Rita, Forte, Areião, Aparecida, Santa Maria, Matas, Ponta da Ilha, Belém, Crispiano e Albino. Sua área está dividida entre os municípios de Arraias e Paraná e “a distribuição sócio-espacial das famílias se fundamenta tanto na história das contingências, marcada pelas cheias dos rios, como na vivência da opressão produzida por conflitos agrários vivenciados por indivíduos do grupo” (OLIVEIRA, 2007).

As relações entre a população da região do Vão do Moleque e da Região do Mimoso é estreita, e conectada por uma rede de laços de parentescos que se tornam mais óbvios a partir de 1913, quando os “molequeiros” começam a ocupar parte das terras do Mimoso em decorrência das frequentes cheias do rio Paraná<sup>49</sup>. Essas informações só reforçam a ideia de Seu Emílio (kalunga do Mimoso) quando diz “família é família, de um lado do rio ou do outro lado do rio<sup>50</sup>”. Essa macrorregião não será subdivida por se entender que nela os agrupamentos famílias presentes ainda são mais fortes que a subdivisão espacial da terra em outras categorias.

Tabela 1 - Quadro comparativo das macrorregiões do Território Kalunga, com as principais características e os pontos fortes e fracos do ponto de vista agroeconômico (fonte: Autora).

Macrorregiões	Características geográficas	Pontos fortes	Pontos fracos	Obs.
<b>Vão de Almas</b>	-Plintossolo e neossolo - Terra branca -Temperaturas Altas -Baixa altitude (300m) -Cerrado sentido restrito	-Mandioca (Farinha) -Extrativismo -Pesca -Turismo Religioso -Roças de Vazante	-Feijão (com exceção do verde/de corda) -Escoamento da produção -Turismo de recreação	Apesar de o solo ser mais fraco não faltam áreas cultiváveis.
<b>Vão do Moleque</b>	- Plintossolo e neossolo - Terra branca - Temperaturas Altas - Baixa Altitude (400m) - Cerrado sentido restrito	-Gado -Mandioca e arroz - Roças de vazante	- Feijão -Escoamento da produção -Acesso à água e a terras de cultura -Turismo	-Transição de roças para pastos.
<b>Engenho</b>	-Latosolos e neossolos - Terra preta e vermelha -Temperaturas mais amenas -Alta altitude (1000m) - Cerrado sentindo amplo com muitas formações florestais	-Arroz, feijão, gado (“Bom pra tudo”) -Turismo -Comercialização de produtos locais -Escola de ensino médio (jovens permanecem)		-Roças longe das casas, - Possibilidade de conflito por novas terras disponíveis

<sup>49</sup> Esse fluxo migratório interno do Vão do Moleque para outras regiões levou moradores não só para o Mimoso, mas também para o Vão de Almas e Para o Ribeirão dos Bois (OLIVEIRA, 2007).

<sup>50</sup> Comunicação oral no 3º Encontro de Pesquisadores da Comunidade Kalunga, em 2017, na mesa de debate intitulada “Kalunga do Mimoso”.

## **2. UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA NO SERTÃO DO BRASIL**

Tendo anteriormente descrito os principais aspectos espaciais do território e identificado as principais disparidades internas, neste capítulo passaremos aos processos históricos que explicam disparidades atuais, a fim de que possamos compreender as especificidades e dinâmicas do seu sistema agrícola. Como os ciclos econômicos e as atividades produtivas do estado, ao longo dos séculos, influenciaram a formação do território quilombola Kalunga e suas principais atividades produtivas? Para responder a esta pergunta iremos lembrar alguns elementos históricos relacionados com a presença do povo negro no continente brasileiro e da história da interiorização do país junto à formação do estado do Goiás. Paralelamente, procurar-se-á identificar os principais marcos legais que influenciaram e influenciam as dinâmicas das comunidades quilombolas e, em especial, o Território Kalunga.

### **2.1. ESCRAVIDÃO E QUILOMBOS**

Não se sabe ao certo quando o primeiro africano escravizado foi trazido ao território brasileiro, mas a escravidão negra só teve início no continente brasileiro depois de repetidos fracassos na exploração da mão de obra indígena. No princípio os avanços tecnológicos dos colonizadores portugueses, oriundos dos constantes conflitos no território europeu, juntamente com as epidemias causadas pelos germes trazidos do antigo continente, levaram a um rápido extermínio de etnias indígenas (DIAMOND, 2012). Os que resistiram a essas atrocidades eram poucos e muitas vezes considerados “bravos” e “selvagens” demais para trabalharem para os portugueses. Esses dois fatores levaram a uma crescente necessidade de mão-de-obra, que foi suprida pelo braço negro escravizado (GODINHO, 2008).

Estima-se que em 1538 a primeira remessa de escravos, vindo diretamente da Guiné, teria aportado no Brasil. O surgimento desse tráfico de mão-de-obra vinda do continente africano não visava simplesmente fornecer trabalhadores para as plantações coloniais, ele também gerava grandes lucros para a coroa portuguesa, que os aprisionava na costa do continente e os vendia aos senhores de engenho brasileiros (FAUSTO, 1996). O continente africano contava com uma estrutura

política bem organizada, representada por impérios, confederações tribais e reinos (GODINHO, 2008) onde a escravidão era um elemento presente. Dessa forma, em algumas regiões exploradas pelos traficantes de escravos, a captura dos cativos se dava pelas mãos de outras etnias locais, que os vendiam em troca de especiarias, utensílios e armas (MATTOSO, 1990).

Os cativos escravizados eram arrancados de suas terras, afastados de seus familiares, obrigados a se converterem à religião cristã, misturados a integrantes de outras etnias, com outras línguas e costumes e encarcerados em condições precárias, onde muitos não sobreviviam nem à viagem. Eram tratados como mercadorias, objetos vazios que poderiam ser preenchidos com a cultura do colonizador. Dessa forma podia-se entender que:

[...] ao perder a liberdade, o africano via-se destituído do que é mais importante na vida de uma pessoa: sua identidade, uma condição que não lhe toma somente o que possuía antes, mas rouba-lhe, também, o ser que ele era em sua sociedade africana de origem e transforma-o em um cativo totalmente desarmado. (GODINHO, 2008; p.19-20)

Contudo, a escravidão, apesar de brutal e desumana, não conseguiu despojar essas pessoas de seus passados e, através do Atlântico, esses povos levaram um sistema de conhecimento rico e complexo que permeava todas as esferas de suas vidas, como a gastronomia, a religião, as artes e a agricultura (CARNEY, 2001; CARNEY; VOEKS, 2003). Ao contrário do “mito do africano sem passado”, que limita a influência africana no continente americano a sua mão de obra não especializada, cada grupo étnico cativo que chegava ao novo continente trazia consigo diferentes especialidades que deram início a um grande intercâmbio cultural dentro da “bacia do Atlântico”(CARNEY, 2001).

O Brasil foi o país americano onde mais desembarcaram povos escravizados do continente africano ao longo de quase quatro séculos, onde as estimativas mais conservadoras apontam para uma entrada de mais de quatro milhões de cativos (CARNEY; VOEKS, 2003). Os elementos culturais e econômicos decorrentes dessa massiva influência foram essenciais para o estabelecimento da colônia, principalmente no que se refere aos sistemas agrícolas e pastoris (CARNEY, 2001; CARNEY; VOEKS, 2003; SLUYTER; DUVALL, 2016), pois “*não somente as sementes (...) foram transferidas em toda a bacia do Atlântico, mas também os sistemas de cultura*” (CARNEY, 2001, p. 31).

Esses saberes, técnicas e cultivos foram historicamente espoliados e apropriados pela cultura europeia, quando não negados. Contudo, Daniel Littlefield (1981. Apud CARNEY, 2001) mostrou através de relatórios de navios e anúncios de jornais sobre fugitivos, que os donos de plantações nas Américas tinham conhecimento das especialidades de cada etnia, valorizando essa ou aquela de acordo com os seus interesses comerciais. Como no caso das plantações de arroz, os conhecimentos ambientais e agrícolas dos escravos moldaram as paisagens coloniais, nas grandes plantações comerciais como mão de obra cativa, mas também em suas próprias roças (CARNEY; VOEKS, 2003).

Apesar das fugas terem sido sem dúvida a forma mais comum de protesto contra a sociedade escravista, a ocupação agrária e a criação de territórios baseados no manejo coletivo das terras também foram formas importantes de resistência. Tanto nas áreas rurais quanto nas suburbanas, a existência desses espaços produtivos, mantidos com muita luta, espalhava o sentimento de resistência e esperança que estimulava novas fugas. Além disso, a própria produção de alimentos em si, a escolha dos alimentos preferidos ao paladar e as tecnologias ancestrais empregadas foram elementos significativos como resistência representando um espaço de memória e de socialização (GOMES, 2015; NEIVA; SERENO; FIORAVANTI, 2011; WANDERLEY, 2014)

Além dos conhecimentos agrícolas, os povos africanos são historicamente conhecidos pela mineração e pela invenção da metalurgia. Por conta disso, durante o ciclo minerador os cativos desse continente eram muito valorizados nas minas (SILVA, 1999). A entrada dos escravos africanos na mineração trouxe as práticas da lavagem do ouro em bateias de madeira, assim como a técnica da *canoas* “*em que o resíduo das bateias é lançado sobre um couro com pelos que retém o ouro com granulometria mais fina*” (GIUSTINA, 2013, p. 96).

Mas, independente de onde essas populações eram alocadas, plantações ou minas, as condições eram extremamente penosas. E, assim, junto com a escravidão surge, indubitavelmente, a resistência à escravidão no Brasil.

[...] os movimentos de rebeldia dos escravos, a violência usada por eles contra o sistema escravista são subestimados constantemente. Esquecem-se esses estudiosos de que a violência também é uma categoria econômica. Daí por que vemos tanto papel ser gasto na discussão do problema, como se o escravo não existisse no sistema escravista como sujeito coletivo atuando na dinâmica social. Mas o escravo não era apenas

“coisa”, do outro lado era “ser”. Por mais desumana que fosse a escravidão, ele não perdia, pelo menos totalmente, a sua interioridade humana. O escravo não foi aquele objeto passivo que apenas observava a história e não foram [...] testemunhas mudas da história [...] (MOURA, 1981, p. 8)

Essa resistência se dava de diversas formas, algumas mais sutis, como a redução da capacidade produtiva de forma deliberada e a perda das ferramentas de trabalho (CARRIL, 1997), e outras vezes de formas mais incisivas, expressas pelos suicídios, abortos, violência contra os senhores, sabotagem das plantações, guerrilhas e fugas para locais de difícil acesso (AMADO, 2004). Essa última caracterizou uma forma de resistência que no Brasil ficou conhecida como *quilombagem*.

As fugas para áreas isoladas eram uma alternativa viável e frequentemente adotada pelos escravizados na busca pela liberdade, mas eram vistas pela Coroa Portuguesa e pelos senhores de terras brasileiros como rebeliões que deveriam ser contidas e reprimidas. Entretanto, só em 1740, ao se reportar à realeza lusitana, o Conselho Ultramarino utiliza-se da primeira definição formal de *quilombo*, que era caracterizado como:

[...] toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles (Conselho Ultramarino, 1740, apud. CHIANCA, 2010, p. 19).

Essa definição foi adotada em diversos documentos posteriores, e utilizada para caracterizar e reconhecer um quilombo, perdurando até a abolição da escravidão, no ano de 1888, quando os quilombos foram considerados formalmente extintos. Esse conceito de quilombo, segundo (ALMEIDA, 2011), carrega ainda as noções legais de fuga, quantidade mínima de fugitivos, isolamento geográfico, moradia habitual (rancho) e capacidade de reprodução e de autoconsumo (pilão). Essas cinco características foram a base de diversas conceituações posteriores a respeito da quilombagem e seus participantes.

Para controlar esse movimento de fuga, existia um aparato de repressão violento e uma legislação que fundamentava a criminalização e penalização das fugas (SOUZA, 2008). Os atores dessa força repressora eram os *capitães-do-mato* e os bandeirantes, que recebiam uma quantia estabelecida de ouro para cada negro fugido recuperado. O resultado disso foi a dizimação quase total de todos os quilombos encontrados (GODINHO, 2008). Muitos daqueles que conseguiram permanecer ocultos existem até os dias atuais, honrando a origem da palavra

“quilombo”, que vem da cultura Bantu e significa acampamento guerreiro, lugar cercado e fortificado (BAIOCCHI, 1999).

Com o fim da escravidão, em 1888, a marginalização desses grupos não foi abrandada, e as populações negras libertas continuaram sem acesso a terras, excluídas da economia nacional, a não ser como mão-de-obra barata para os latifúndios e para as cidades. Desde então, as comunidades remanescentes dos quilombos lutam por seus direitos e garantia de território (NEIVA et al., 2008).

## **2.2. GOYAZES – SERTÃO, OURO E PECUÁRIA**

A ocupação humana no Cerrado remete há aproximadamente 10.000 anos, com grupos de caçadores-coletores que habitavam o Brasil central. Essas comunidades ficaram conhecidas pelo nome de Tradição Itaparica, um grupo completamente adaptado ao ambiente cerradense (GIUSTINA, 2013). Contudo, mesmo um século depois da chegada dos portugueses ao Brasil, a região hoje conhecida como Goiás ainda era uma área desconhecida para os colonizadores, considerada o “*sertão*”, onde muitas etnias indígenas ainda viviam.

Com o enfraquecimento econômico da Coroa Portuguesa, no século XVI, em decorrência de sucessivas guerras e perda de algumas de suas colônias no território asiático, o rei Afonso VI ordenou a intensificação das buscas de ouro e pedras preciosas no sertão brasileiro. Os principais responsáveis por cumprir as ordens reais foram os bandeirantes, que adentravam o território nacional em busca de riquezas, negros fugidos e indígenas. Luís Palacín (1986) relata que, por volta de 1590, o primeiro grupo de bandeirantes partiu de São Paulo rumo ao Goiás, comandada por Antônio Macedo e Domingos Luiz. Em 1682, Bartolomeu Buono<sup>51</sup> parte de São Paulo rumo ao centro-oeste onde encontra os indígenas da etnia Goya, que utilizavam ouro em seus adornos e foram forçados a revelar a localização dos depósitos do metal (SOUZA; RICARDO, 2005).

---

<sup>51</sup> Bartolomeu Bueno da Silva (pai) foi o bandeirante que ficou conhecido como Anhanguera, termo tupi que significa “diabo velho”. O nome foi utilizado com orgulho, mesmo sendo decorrente das inúmeras atrocidades cometidas contra as populações indígenas com que sua bandeira cruzou.



Assim, até meados do século XVIII, acredita-se que cerca de quatorze bandeiras tenham “penetrado o sertão goiano” (SALLES, 1992. p.53), exterminando dezenas de tribos indígenas presentes na região:

[...] Ao tempo de descoberta, eram numerosas as tribos de índios em Goiás, cobrindo todo o seu território [...] Podemos entre as mais importantes destacar: Caiapó, Xavante, Goiá, Crixá, Araes, Xerente, Carajá, Acroá [...]. Durante a época da mineração, a relação entre índios e mineradores foram exclusivamente guerreiras e de mútuo extermínio (PALACÍN, 1986, p. 37)

Em 1722, Bartolomeu Bueno Filho e João Leite da Silva Ortiz dão início a uma incursão que resultou no ciclo minerador conhecido como “Minas dos Goyazes” (BAIOCCHI, 1999). Bartolomeu foi nomeado como superintendente das minas de Goiás, em 1728, ganhando o direito de distribuir sesmarias<sup>52</sup> e cobrar a passagem dos córregos. A partir da década de 1730 várias novas minas de ouro foram encontradas ao longo do estado, como as de Niquelândia, Paracatu, Cavalcante, Arraias e Natividade (GIUSTINA, 2013).

Em 1749, Goiás foi elevado à Capitania, mas a elevação política não trouxe organização social para a região, que se tornava cada vez mais caótica em decorrência da falta de investimentos e da situação fronteiriça, como relata Wilhelm Ludwig von Eschwege em sua obra “Pluto Brasiliensis”, de 1744:

Nasceram, no curso de dois anos, muitos lugares populosos. Os homens, porém cuidavam somente da mineração do ouro e ninguém plantava. As grandes tropas carregadas de víveres, que chegavam diariamente de São Paulo, através do único caminho existente, não condiziam o bastante, de modo que tudo era vendido por enormes preços. [...] Deste modo, os negociantes que vendiam tais artigos enriqueciam-se tanto, ou mesmo mais que os garimpeiros. Os poucos que tratavam da agricultura tiveram grandes lucros nesse ramo de atividade. A cobiça deu causa aos maiores crimes. Bandos dissolutos de velhos e crianças, de homens e mulheres, estadeavam impunemente as suas paixões desenfreadas, sem receio de castigo, pois não havia leis nem juizes. Nessa conjuntura, Bueno foi obrigado a intervir autoritariamente, para extinguir esses excessos, que dia-a-dia se tornavam mais sérios. [...] Assim que se descobria indício de uma boa ocorrência (de ouro) ninguém mais respeitava a propriedade alheia. Isto deu motivo a numerosos crimes de morte. [...] À igreja ninguém ia se não armado de trabucos, facas e espadas. Em muitos lugares, era proibida a construção de igrejas, sendo imediatamente expulsos os padres que por ventura aparecessem. Em outros havia padres poderosos, que oprimiam os fracos e diziam missa armados até os dentes. Eram respeitados pela força de que dispunham e não pela dignidade sacerdotal de que eram investidos (ESCHWEGE, 1744, p. 56 apud GIUSTINA, 2013, p.95)

---

<sup>52</sup> No Brasil, em 1536, a Coroa portuguesa dividiu o território em 15 grandes parcelas, doadas a pessoas de confiança da realeza, essas parcelas foram chamadas de *Capitânicas Hereditárias*. Para pagarem os impostos devidos Portugal, foi estabelecido o *sistema de sesmarias*, onde era permitido aos colonos cultivarem parcelas de terra, tornando-as produtivas. Contudo, muitos sesmeiros não conseguiam administrar suas parcelas, locando suas terras para pequenos lavradores, chamados de posseiros, que não tinham direitos legais sobre as terras cultivadas.

A extração do ouro no estado teve seu auge na década de 1750, com a extração de 28 toneladas/ano declaradas oficialmente. Acompanhando a mineração, a população do estado de Goiás cresceu rapidamente, passando de vinte mil habitantes, em 1736, para quase o dobro em 1750, e sessenta mil em 1783. Com o crescimento da mineração uma grande onda migratória em direção ao Goiás teve início, aumentando consideravelmente o comércio e, conseqüentemente, a abertura de vias de acesso aos povoados e vilarejos que tinham suas populações infladas pela “aventura do ouro” (GIUSTINA, 2013; PALACÍN, 1986).

E assim, a partir de um crescente consumo de mercadorias, serviços e necessidade de mão de obra para trabalho pesado, o trabalho escravo africano foi introduzido na região pelos grandes mineradores. Inicialmente a atividade ocorria através da simples extração das areias dos córregos, com a separação manual dos grãos de ouro visíveis. Com a chegada do trabalho dos cativos africanos novas tecnologias foram empregadas na região, tornando a mineração local mais produtiva, como já foi citado (ESCHWEGE, 1979). Mas, a partir de 1754, a mineração começa a diminuir constantemente até 1822, marcando o declínio do ciclo minerador de Goiás.

Paralelamente, se não antes<sup>53</sup>, à chegada da mineração na região centro-oeste, a criação de gado já era praticada por pequenos produtores. Juntamente com uma agricultura modesta, essa atividade tinha por objetivo sustentar as populações das frentes de mineração, que já não conseguiam ser abastecidas pelos mercados de outras regiões (nordeste e sudeste). Contudo, a crise da cana-de-açúcar nordestina no século XVIII permitiu que a pecuária crescesse de forma autônoma, consolidando-se rapidamente no nordeste do Goiás, seguindo a tendência adotada nos sertões da Bahia, de Pernambuco, do Ceará e do Maranhão (BARREIRA, 1997; GIUSTINA, 2013).

Ainda segundo Celene Barreira, a região do nordeste goiano era uma região estratégica no abastecimento dos mercados consumidores de São Paulo e das minas (Minas Gerais e Goiás), pois além de ser uma região de passagem ainda contava com abundância de pastagens naturais (BARREIRA, 1997). As condições das estradas e vias de acesso da região também eram um fator limitante a quase

---

<sup>53</sup> “Em 1725, Anhanguera teria avistado vestígios da presença de gado quando adentrou o vale do rio Paranã [...] Apesar de a região do Vão do Paranã não dispor de grandes depósitos de ouro, este vale tinha características naturais propícias para a criação de gado”. (GIUSTINA, 2013, p. 108).

todas as atividades econômicas, mas que não afetavam a criação de gado, “*tendo em vista a mobilidade do gado que se autotransportava sobre os precários caminhos e estradas*” (GIUSTINA, 2013, p. 108).

A chegada da família real em 1808 e a proclamação da independência em 1822 tiveram pouca influência sobre os modos de vida no Goiás que, em decorrência da decadência da mineração, apresentava uma redução e dispersão da sua população. A transição do período colonial para o imperial, na verdade, representou um momento de escassez e diluição de muitos arraiais e, em decorrência da falta de escravos, a mão-de-obra se tornou excessivamente cara.

Nessa fase, entre o final do século XVIII e a assinatura da lei Aurea (1888), o decréscimo econômico da região gerou uma relativa alteração no perfil da mão-de-obra escravizada. Se durante o auge da mineração procurava-se predominantemente homens para trabalhar nessa atividade, a retração do sistema minerador levou ao estabelecimento de novas sesmarias, focadas na produção agrícola e pecuária, necessitando de trabalhadores especializados. Essa informação se torna relevante ao analisarmos qual o perfil dos africanos escravizados que chegavam até a região, e quais influências do sistema social colonial eles carregavam ao buscarem o refugio dos vãos.

A partir do século XIX, a população do Goiás volta a crescer, mesmo após várias perdas territoriais<sup>54</sup>. Várias novas cidades surgem por todo o estado<sup>55</sup>, e na região nordeste esse crescimento é influenciado pelas comitivas de gado que cruzavam o território. Dessa forma, pode-se dizer que o estado vivia “*uma transição em curso, de uma matriz mineral [...] decadente, para uma economia agrária, embora em fase embrionária. Ou seja, a pecuária foi uma forma de adaptação recessiva da economia goiana*” (GIUSTINA, 2013, p. 111).

Apesar da região sul do estado, depois da decadência da mineração, ter desenvolvido um sistema pecuário mais forte em decorrência da proximidade dos centros comerciais de Minas Gerais e São Paulo, em 1804, a região de Cavalcante produzia mais gado que todo o sul da província (BARREIRA, 1997; GIUSTINA, 2013). A região do Vão do Paranã foi uma das primeiras, ao longo do século XIX, a

---

<sup>54</sup> No início do século XIX a região de Pastos Bons foi doada para o Maranhão e a região do triângulo mineiro foi anexada à Província de Minas Gerais (PALACÍN, 1986)

<sup>55</sup> Em especial no nordeste goiano podemos citar: Campos Belos, Nova Roma, Posse, Mambaí, Aruanã, Iaciara e Divinópolis de Goiás (GIUSTINA, 2013).

ter um modelo de produção economicamente viável e estruturado na pecuária, atraindo para o estado um grande número de migrantes, principalmente da Bahia. Contudo, com o colapso da economia açucareira (do nordeste) e a transição para a matriz cafeeira (centro-sul), a região nordeste do estado de Goiás entrou novamente em um declínio econômico, quadro que iria perdurar até o século XX com a Marcha para o Oeste (em 1930) e a criação do Distrito Federal (1956) (BARREIRA, 1997; GIUSTINA, 2013; PALACÍN, 1986; SOUZA; RICARDO, 2005).

### **2.3. A ARRIBAÇÃO DOS KALUNGAS**

A compreensão da formação do quilombo Kalunga não é simples, uma vez que esse apresenta um território amplo, composto por diversas regiões que guardam, cada qual, suas particularidades a respeito da ocupação populacional e resistência histórica. Por isso, nos tópicos anteriores, retomaram-se os eventos marcantes que dão indícios da luta das populações negras que nessa região buscaram refúgio, terras e condições melhores de vida frente a uma sociedade racista e excludente economicamente.

Antes da chegada da mão-de-obra africana no Goiás, o extermínio e fuga dos indígenas locais já indicavam a importância que a população negra teria no estado. Apesar de, por muitas décadas as bandeiras adentrarem na região atrás de novos grupos indígenas para serem escravizados, o relevo complexo já tornava o local um refúgio das etnias que haviam sido expulsas do litoral. Muitas delas eram consideradas “bravas”, e sustentavam uma reputação violenta que mantinham muitos afastados. Essas etnias que habitavam a região, ou tinham feito dela seu refúgio, tiveram especial importância no surgimento dos agrupamentos rurais negros da região, seja pelos conflitos entre ambos, seja pela troca de conhecimentos e alianças formadas.

Os Avá-canoeiro, por conta da sua distribuição espacial, foram a etnia que manteve maior contato com os Kalungas ao longo dos últimos trezentos anos. Esse grupo é conhecido na região como Povo Invisível, pois fazem questão de não serem vistos. Seu nome é inspirado no meio de transporte mais comumente utilizado por eles, a canoa, na qual sempre desciam os rios da serra de Santana no mês de abril.

Os índios eram muito desconfiados e acreditavam que os negros faziam parte do mundo dos brancos, com o qual não queriam contato. Os negros também temiam os índios e diziam se tratar de índios bravos, que costumavam fazer brincadeiras por “malinezas”, conforme diziam os kalungas, como roubar galinha e devolver quatro dias depois, jogar pedras nos animais dos kalungas e nos próprios kalungas (ROCHA, 2009).

Essa relação é fortemente enfatizada por alguns dos membros mais velhos do território, que se identificam com a origem indígena, relatando serem netos ou bisnetos de índias. Essa miscigenação entre indígenas e quilombolas foi particularmente exaltada no material didático produzido pelo MEC, no ano de 2001, chamado “Uma História do Povo Kalunga” onde se coloca que:

[...] pouco a pouco crescia a confiança entre negros e índios. Os índios tinham curiosidade para ver, mesmo que de longe, como viviam os quilombolas. Dizem até que, no tempo antigo, os índios vinham de noite espiar, quase se faziam as rezas e festas, com muita música e dança. Eles ficavam vendo sem serem vistos, participando de longe da alegria geral. De manhã cedo, quando iam embora, um ou outro ficavam pra trás. Saía do bando, entrava no meio dos negros e aceitava uma piga. E tentava conversar, apesar de não entender a língua que ele falava. Isso era no tempo mais antigo, mas, por incrível que pareça, até poucos anos atrás ainda aconteciam histórias assim (BRASIL, 2001).

A pesquisadora Danielle Jatobá, em seu trabalho de 2002 (JATOBA, 2002), demonstra que essa interação também representou uma vantagem adaptativa para os quilombolas refugiados na região, uma vez que significava a aquisição de conhecimentos imprescindíveis sobre o Cerrado e as formas de manejo mais adequadas a esse bioma. Os Kalungas chamavam os índios de compadres ou de tapuias, e essas relações estão vivas até hoje na memória dos mais velhos, representando uma parte importante do imaginário identitário da comunidade. Atualmente os Avá-canoeiros possuem território demarcado entre os municípios de Minaçú e Colinas do sul, com aproximadamente 38.000ha, mas que até o ano de 2000 contava apenas com 16 residentes.

A partir de 1682, com as informações levantadas pela bandeira de Bartolomeu Bueno, o ciclo das minas de *Gouyazes* se inicia oficialmente com a distribuição de sesmarias e cobrança de impostos. Juntamente com o aumento da mineração também aumenta a necessidade de mão de obra para ser empregada nas minas e nas fazendas que sustentavam os vilarejos mineradores. Dessa forma, chega ao centro-oeste brasileiro a mão de obra africana escravizada, utilizada principalmente para o trabalho pesado das minas.

Essa atividade oferecia condições precárias e penosas aos cativos que, em decorrência da alimentação deficiente e das graves doenças originadas pelos locais e tipos de trabalho, tinham uma expectativa de vida de 10 a 12 anos (SILVA, 1999). Muitas vezes, os cativos que fugiam para os vãos e serras do nordeste goiano continuavam a manter relações comerciais com o sistema econômico da mineração. Como no caso dos que insistiam na atividade mineradora, mas relacionando-se com os mercadores clandestinos, com os quais desenvolviam estratégias de sobrevivência frente ao sistema escravista:

[...] O escravo mineiro que fugia ligava-se constantemente ao faisgador e ao contrabandista de diamantes, com eles mantendo um comércio clandestino que era severamente combatido. Em face dessa vinculação econômica e financeira, os contrabandistas prestam serviços aos quilombos informando as medidas tomadas pelo aparelho repressivo escravista para combatê-los (MOURA, 1981, p. 27–28).

Com o declínio da mineração, na segunda metade do século XVIII, muitos senhores saíram da região com seus escravos, mas outros chegavam em busca de sesmarias. Dessa forma, o desenvolvimento do estado continuou a ser sustentado pela mão-de-obra escrava. Entretanto, a distância do litoral e das forças militares coloniais que lá se encontravam, também representavam uma utopia de liberdade para os negros e indígenas que buscavam refúgio vindos do Maranhão, da Bahia e de Pernambuco (AVELAR e DE PAULA, 2003).

As chapadas ofereciam grande possibilidade de liberdade, mesmo que o Cerrado tornasse a fuga mais difícil, uma vez que não oferece uma cobertura vegetal densa. Entretanto, caso o foragido conseguisse chegar até as matas que margeavam os cursos d'água, a chance de ser encontrado pelos *capitães de mato* eram remotas. Outro fator que tornava a resistência quilombola em Goiás tão abundante e difícil de rastrear era o fato de serem formadas por pequenos agrupamentos familiares, ao invés de grandes aldeamentos fortificados, como o emblemático Quilombo dos Palmares<sup>56</sup>. Além disso, suas casas tinham caráter temporário, evitando a permanência prolongada em qualquer localidade, com o intuito de não serem descobertos (GODINHO, 2008).

Além das famílias que procuravam a segurança dos vãos fugindo do ciclo minerador, a região também contava com negros libertos que não encontravam

---

<sup>56</sup> O Quilombo dos Palmares foi o mais famoso quilombo da época colonial, localizado no atual estado de Alagoas. Ele resistiu por mais de um século, abrigando milhares de pessoas, tornando-se símbolo da resistência negra ao sistema escravocrata.

condições dignas de vida nas cidades e vilarejos. O território, que continuou atraindo moradores, mesmo depois da Lei Aurea, representava mais do que uma fuga do sistema escravocrata. Um refúgio, onde era possível encontrar o que o sistema fundiário e social negava: o direito a terra no qual quem produzia e lavrava tinha direito a ela. Inicia-se, assim, o processo “*de luta histórica pela construção de outros espaços, nos quais homens e mulheres negros pudessem se estabelecer e se organizar coletivamente*” (SILVA, 1999, p. 30)

Os *quilombolas*, apesar de viverem em pequenos grupos dispersos pelas montanhas e cerrados, causavam grande incomodo a sociedade colonial que constantemente buscava localizar e destruir esses agrupamentos. Em 1760, a “ameaça” quilombola era tão significativa que foi organizada uma bandeira, pelo Governador Manoel Passos de Mello, com o intuito de destruir os quilombos localizados às margens do Rio Paranã (OLIVEIRA, 2007). A empreitada teria sido bem sucedida, capturando cerca de 200 quilombolas que viviam refugiados na região.

[...] A formação de quilombos em Goiás acabava sempre em tragédias, os derrotados eram mortos ou devolvidos à escravidão. No entanto, uma minoria conseguiu evitar repressão e recaptura, formando pequenas comunidades rurais que perduram até o presente (KARASCH, 1996, p. 257)

[...] os quilombos continuaram a surgir nas zonas montanhosas das principais vilas mineradoras da comarca do Norte de Goiás – São Félix, Natividade, Arraias, Cavalcante e Paranã. Isso porque o rio Paranã cortava toda a região, formando uma rota de fuga de escravos e abrigando diversos núcleos de quilombolas, incluindo famílias com “crias” nos denominados quilombos do Brasil Central e do Baixo Amazonas. (OLIVEIRA, 2007, p. 33)

Com a decadência da mineração, no final do Século XVIII, muitos donos de escravos migraram para outras regiões mineradoras, como o sul do estado, mas outros, em função de dívidas e do alto custo de manutenção dos cativos, fizeram diferentes acordos com os trabalhadores negros em busca de mantê-los (como, por exemplo, a oferta de trabalho em atividades externas em troca da alforria, sistema de meia em roças), mas em alguns casos, os escravos simplesmente eram deixados para traz nas regiões decadentes.

Dessa forma, as comunidades negras rurais do nordeste goiano começam a agregar novos perfis, onde não se encontravam apenas fugitivos do sistema escravocrata, mas também indivíduos marginalizados em um sistema econômico decadente. A transição do sistema minerador para o agropastoril, baseado nas

fazendas senhoriais, demandou uma especialização diferenciada do trabalho escravo, que agora passa a ser incorporado no trato com o gado. Os libertos e os nascidos após a Lei do Ventre Livre, em 1871, se tornam mão de obra barata para as fazendas, sendo empregados como vaqueiros/boiadeiros, tocando o gado por entre os vãos e serras da região. As roças senhoriais também crescem, assim como as pequenas roças mantidas para a subsistência dos escravos (dentro das fazendas) e dos libertos (em áreas afastadas e escondidas, em decorrência da lei de terras de 1850, que criminalizava os posseiros).

A partir de 1888, com o fim oficial da escravidão do Brasil, muitos dos negros que trabalhavam nas fazendas e nas criações de gado se juntam aos refúgios quilombolas em busca de autonomia e terras. A região do Vão do Moleque é uma das parcelas do território que foi fortemente influenciada pelas fazendas desse período, seja no aspecto fundiário, seja no perfil social dos seus moradores que incorporaram muitas das práticas dos criadores de gado (BAIOCCHI, 1995, 1999; OLIVEIRA, 2007).

Com o colapso do ciclo da cana de açúcar no nordeste e a estruturação produtiva da pecuária no sertão brasileiro, o final do século XIX foi marcado pela chegada de muitos migrantes vindos da Bahia, do Maranhão e de Pernambuco para a região do nordeste goiano, principalmente no Vão do Paranã (BARREIRA, 1997). Alguns desses eram fazendeiros, donos de terras e nobres, mas uma boa parcela era composta de negros em busca de trabalho. A liberdade legal concedida a essas populações não refletia a escravidão econômica gerada pela marginalização desses cidadãos que, a partir de 1888, foram “incluídos” em uma sociedade que não os aceitava realmente.

Dessa forma, muitos dos migrantes nordestinos que chegaram nesse período buscavam empregos nas grandes fazendas, mas outros tantos vinham atrás das mesmas condições básicas de vida que já havia levando tantos outros a se “aquilombarem” na região. Assim, populações negras da região nordeste do país também se somaram a resistência quilombola que viria a se tornar o Território Kalunga.

Dessa forma, podemos dizer que o Território Kalunga possui uma formação complexa, com múltiplas ondas migratórias que ajudaram compor a diversidade



cultural do seu povo. O que vai muito além da fixação de uma data alegórica<sup>57</sup> de surgimento, pois guarda, como elemento comum, a contínua chegada de “fugitivos” de um sistema socioeconômico racista, elitista e excludente.

Ao longo dos anos, alguns relatos escritos a respeito de comunidades negras escondidas nos vãos de Goiás foram feitos, indicando que essas populações já residiam de forma permanente em algumas localidades. O primeiro desses relatos foi feito pelo Sargento Antônio J. Pereira, no dia 16 de abril de 1821. Ele escreveu para o Sargento-Mor Conde de São Félix, dizendo:

[...] passam rumores entre o Arrayal de S. Félix e a Vila de Palma no lugar chamado o estreito existe um caminho muito seguido que vai da margem oriental do rio Maranhão à Serra que da lugar a que pessoas pensem que na sua serra existe índios que se comunica com os índios Canoeiros, persuadidos, outros ao contrário que são negros fugidos que ali habitam, sobre este objetivo deverá um tomar as(...) informações que (mi) farás conhecer pelo correio seguinte (Antônio J. Pereira apud. BAIOCCHI, 1999, p.40).

Em 1912, Hugo de Carvalho Ramos faz algumas alusões literárias à existência dos negros escondidos nos vãos, mas é apenas em 30 de janeiro de 1962 que o primeiro artigo de jornal cita a existência de comunidades remanescentes próximas ao município de Cavalcante. O artigo, publicado no Jornal de Goiânia, relata as atividades do engenheiro Manuel Passos e mostra que a denominação “Calunga” já era usada para referir-se aos quilombolas da região:

[...] A seguir, o engenheiro Manuel Passos fez a revelação de transcendental relevância para os pesquisadores, notadamente para o Centro de Estudos Brasileiros, da Universidade Federal, ora empenhada na coleta, em seu aspecto inédito, de dados referentes à história de Goiás: “Com o nome de Calungueiros ficaram designados os habitantes da região CALUNGA, um pequeno quilombo que se estabeleceu às margens do rio Paranã, constituído dos negros fugidos dos duros trabalhos de mineração das minas de ouro de Arraias, Monte Alegre e Cavalcante. E até hoje continuam os Calungueiros na mais extrema miséria, vivendo quase que exclusivamente da caça e da pesca, sem se aperceberem da evolução do nosso século” (BAIOCCHI, 1999).

Apesar do ideal idílico do isolamento Kalunga, expresso nas palavras finais de Manuel Passos, os aquilombados da região mantinham relações econômicas e sociais com o “mundo externo”, representado pelos vilarejos próximos, as etnias indígenas ainda presentes e, algumas vezes, com centros comerciais distantes. O

---

<sup>57</sup> O decreto nº 3.912/2001 (revogado em 2003 pelo decreto nº4.887) atribuía à Fundação Cultural Palmares a função de delimitar terras quilombolas, mas “*que só poderia ser reconhecida a propriedade sobre terras ocupadas por quilombolas em 1888 e que ainda estivessem ocupadas pelos quilombolas*” (SANTILLI, 2006, p. 33).

contato com os vilarejos próximos era buscado principalmente para o escambo, que tinha por finalidade primeira a aquisição de sal, café, roupas e utensílios domésticos. Entretanto esse contato ocorria de forma esporádica e inconstante, para não expor as famílias escondidas. A fim de evitar se revelarem aos moradores do entorno de seus territórios, muitas comunidades Kalungas enviavam indivíduos em jornadas fluviais de um ano ao longo do rio Paranã e Tocantins. Esse trajeto, de quase 5 mil quilômetros (ida e volta), ficou conhecido como Rota do Sal<sup>58</sup>.

Poderia se pensar que tal cuidado era desnecessário após 1888, quando a escravidão foi legalmente abolida, mas o pensamento a respeito do lugar dos negros na sociedade continuava fortemente presente nos discursos locais que, até pouco tempo, ameaçavam as comunidades por meio de insinuações a respeito do retorno da escravidão (BAIOCCHI, 1986, 1995).

Outra matéria de jornal é escrita em 1970, na folha do povo, por Aziz Cosac. Nela o jornalista constata a existência da comunidade de Contenda, atualmente no município de Monte Alegre, Goiás. Esse relato possui um tom mais poético e idílico ao tratar da comunidade, mas nos mostra algumas particularidades observadas à época, como os tipos de construções e traços culturais. O artigo se chamava “A Arribação<sup>59</sup> dos Calungas”, e um dos seus trechos relatava:

Encravada numa cadeia de montanhas num mundo esquecido pela humanidade, a aldeia de Calunga, formada por ex-escravos evadidos da cidade de Arraias no Nordeste goiano, situou-se nos confins daqueles seridós. Mesmo na região, poucas pessoas conhecem a aldeia formada através dos séculos, cujos moradores fazem questão da ausência do homem branco naquelas paragens. [...] E assim, foi formada a hoje aldeia Calunga nos sertões goianos nas imediações de Monte Alegre, recanto do Rio Paranã. As suas arribanas, construídas com palhas de babaçu e outros coqueiros, conservam características e a simplicidade das aldeias da África. [...] fizeram daquela aldeia o seu refúgio, criando os seus filhos, casando nos seus rituais e buscando nas lavouras os seus alimentos e no algodão a matéria-prima para os seus enfeites e suas vestes (AZIZ, 1970).

Entre 1970 e 1971, a Universidade Católica de Goiás, por meio da pesquisadora Mari de Nazaré Baiocchi, iniciou o projeto São Domingos, que objetivava planificar e executar pesquisas antropológicas na região nordeste do

---

<sup>58</sup> O documentário “A Rota do Sal Kalunga” aborda esse aspecto da história da comunidade (BRAGA; AMANCIO; SILVA, 2012).

<sup>59</sup> Arribação é uma expressão utilizada comumente na década de 1970 para indicar “chegada a uma região para nela se permanecer algum tempo”. Também tem relação com arribana, substantivo sinônimo de “choupana”, “palhoça” ou “choupana onde se recolhe o gado”.

estado. Entretanto, foi só a partir de 1982, com o Projeto Kalunga – Povo da Terra, que a pesquisadora realmente estabeleceu contato com as comunidades quilombolas da região. No dia 10 de junho de 1982, com o auxílio de uma pequena equipe e uma tropa de oito animais, Baiocchi chegou à comunidade da Contenda (BAIOCCHI, 1999; OLIVEIRA, 2007).

## Quadro 2. Calunga com C ou Kalunga com K?

A origem da palavra “Kalunga” remete a diferentes fontes, e não existe um consenso a seu respeito. A palavra “calunga” segundo o escritor Alberto da Costa (COSTA apud. BAIOCCHI, 1999) faz referência a uma boneca de madeira, chamada *lunga* ou *calunga*. Entretanto, a palavra “kalunga” com k remete a uma palavra mágica do culto bantu, ao “mar divinizado dos angolenses ou ao Deus das profundezas do globo terrestre (LIENHARD, 1998). Já no dialeto quimbundo a palavra é usada para o tratamento de pessoas ilustres, mas também pode significar a morte, o inferno, o mar ou o senhor (BAIOCCHI, 1999). Para o Candomblé e para a Umbanda “Calunga” ou “Kalunga” é o nome da morada dos mortos (calunga pequena) ou o espaço mágico do mar (calunga grande).

Para os Kalungas, segundo Baiocchi (1999), a palavra pode ter dois sentidos. Um deles faz alusão a um espaço sagrado, que não pode ser apropriado por uma só família, um lugar para todos, ou um pântano que nunca seca. O segundo significado, mais comumente citado pelos integrantes do território, refere-se a uma árvore da família das Simarubáceas, *Simaba ferrugínea*, comum na região: “*é uma planta resistente, daqui mesmo da região. É remédio, usada pra curar um bocado de coisa*” (Moradora do Vão de Almas, 54 anos).

Até a década de 1980 o termo “Calungueiro” também era utilizado em alguns discursos jurídicos e administrativos, como escrito pelo engenheiro Manoel de Passos “*com o nome Calungueiros ficam designados os habitantes da região do Calunga, um pequeno quilombo que se estabeleceu às margens do rio Paranã, constituído dos negros fugidos dos duros trabalhos da mineração das minas de ouro de Arraias, Monte Alegre e Cavalcante*”<sup>60</sup> (OLIVEIRA, 2007, p. 127).

Contudo, a pesquisadora Baiocchi constatou em seus levantamentos realizados nas cidades vizinhas do território, que as expressões “calunga” ou “calungueiro” eram usadas para se referir aos moradores negros da região dos vãos que vinham à cidade para vender ou trocar sua produção de farinha. A população das cidades acreditava que eles teriam uma única origem, residindo no mesmo lugar e não passando de mais de cinquenta pessoas (BAIOCCHI, 1999).

Entretanto, essa forma de tratamento tinha um tom pejorativo, e era usada para diminuir ou debochar dos Kalungas em suas incursões aos municípios vizinhos. A palavra era usada como sinônimo de “pretos”, “sujos”, “preguiçosos” e “feiticeiros” (OLIVEIRA, 2007). Além disso, conta-se que existia uma região com um pequeno agrupamento de famílias, no Vão da Contenda, que era identificada como Calunga, próxima a onde foram realizadas as primeiras pesquisas sobre a comunidade.

Os moradores da região não se apresentavam como Kalungas, e costumavam se identificar apenas pela localidade (Contenda, Capela, Engenho, Moleque etc). Foi só a partir do

<sup>60</sup> PASSOS, Manoel, “A margem da exploração aurífera Quilombo é atração em Auromina”. Artigo 4º Poder. Dez/1962. Goiânia GO.

projeto Kalunga – Povo da Terra, das reivindicações ao território quilombola e de todas as atividades relacionadas (como artigos acadêmicos, reportagens na mídia e documentos oficiais), que a comunidade passou a se tratar com o termo aglutinador “Kalunga”. A escolha do nome com K foi realizada pela antropóloga Baiocchi, na tentativa de desvincular o termo do seu uso pejorativo e de ajudar os moradores da região a se apoderarem de uma identidade forte que remetesse as origens africanas, de acordo com o viés culturalista das pesquisas da época (OLIVEIRA, 2007).

Tal fenômeno poderia ser visto como um exemplo de etnogênese, que segundo Heckenberger (2011) é o processo pelo qual as identidades se recriam e se transformam ao longo do tempo, sem por isso serem diminuídas em relevância ou veracidade em sua nova formulação coletiva. Essa nova identidade étnica global, identificada como Povo Kalunga, trouxe maior representatividade legal as comunidade que habitavam o território, mas apresentou uma nova forma de organização comunitária baseada em lideranças locais que surgiram durante os anos de luta pela demarcação.

Ao longo desses mais de trinta anos, a população vem gradativamente se apropriando desse termo, e é cada vez mais comum escutar a comunidade quilombola se tratando por “nós, os Kalungas”. A palavra, que até pouco tempo era desconhecida dos mais velhos no seu contexto de identificação coletiva, é agora usada com força e orgulho pelas lideranças Kalungas. A origem do termo, e seu pouco tempo de uso, não enfraquecem a legitimidade dos preceitos que ele evoca para a comunidade e para seus moradores.

No tópico seguinte, buscaremos abordar os principais elementos históricos referentes ao sistema agrícola da comunidade Kalunga, a fim de delimitarmos um retrato mais claro desse sistema ao longo dos séculos, e buscando entender como seus elementos constituintes foram sendo incorporados e ressignificados coletivamente, nesse processo dinâmico de construção cultural da comunidade.

## **2.4. HISTÓRIA AGRÁRIA**

Os indígenas da tradição Una, que ocupavam os cerrados da região Centro-Oeste antes da chegada dos colonizadores europeus, cultivavam milho, cabaças, amendoim e feijões próximo a rios e lagoas, enquanto usavam as campinas para a caça e o cerrados e matas para a coleta de frutos. Esses primeiros sistemas agrícolas do Cerrado, adaptados a sazonalidade do clima árido, se baseavam no manejo da fertilidade dos solos florestais e dos cerrados, começando a incluir o uso do fogo por volta do 8 mil anos A.P.:

[...] Mas é possível que as tradições Aratu/Sapucaí, Uru e Pintada já fizessem uso de queimadas no manejo agrícola se considerada a hipótese de que os atuais Kaiapó do Sul, Akwên-Xavantes e Avá-Canoeiros,

reconhecidamente praticantes da coivara, sejam, realmente, herdeiros culturais dessas tradições neolíticas (FELTRAN-BARBIERI, 2010, p. 333)

O contado entre indígenas e quilombolas é relatado em diversos estudos acadêmicos (BAIOCCHI, 1999; ROCHA, 2009; ROSA, 2014; MEC, 2001) onde os “causos” sobre os “compadres<sup>61</sup>” e os “povos invisíveis<sup>62</sup>” dão indícios da complexa relação existente entre esses dois grupos. Os Avá-Canoeiros foram a etnia que mais manteve contado com os Kalungas, uma vez que ocupavam as mesmas regiões (Figura 17):

[...] As primeiras notícias sobre os avá-canoeiros localizam-se em meados do século XVIII nos rios Santa Tereza, Canabrava e, principalmente, no rio Almas. (PEDROSO, 1992, p. 69).

Apesar da relação entre os indígenas e os quilombolas nem sempre ter sido de paz, os indícios históricos apontam para uma gradual aceitação mútua entre as partes, que foi imprescindível para que as comunidades quilombolas conseguissem se estabelecer e prosperar em seus refúgios espalhados pelas serras e vãos do nordeste goiano. Apesar das técnicas indígenas de plantio a partir do corte e queima já ser uma técnica utilizada pelos pequenos produtores sertanejos do interior do Brasil no século XVIII (RIBEIRO, 2005), as trocas culturais se intensificaram, tanto em relação à agrobiodiversidade local, quando em relação às tecnologias agrícolas utilizadas:

[...] o povo de cá, os calungueiros, não plantavam mandioca, não! Não tinha por costume, não é mesmo?! O povo tinha por costume tirar a farinha do coco indaiá (babaçu). Comia a farinha, a poupa, usava a palha pra cobrir a casa. Mas se queria mandioca ia lá e roubava dos índios a rama, e levava pra plantar. [...] não precisava ir até as roças deles, não. Por onde eles passavam eles plantavam, sabe? Pelos caminhos mesmo. Ai era só quebrar a rama e levar pra casa. Era isso que o pai do pai contava pra gente quando menino pequeno. (Morador de Teresina, 73 anos)

[...] no tempo dele (avô) fazia uma canoa levinha, boa de navegar nos rios daqui, sabe? O povo chamava de tamburí e fazia de palmeira que encontrava na beira dos rios grandes. Eles contam que quem ensinou foi os compadres (índios) naquele tempo. (Morador do Vão de Almas, 80 anos)

Meu falecido pai conta que no tempo do vô dele, as coisas não eram fáceis, e nem sempre tinha essas facilidades de hoje. Ai ele conta que fazia machado com uma pedra bem dura amarrada no pau. Tinha que saber qual a pedra. [...] Ele contava pra nos que era igual os índios faziam, que tinha copiado por que o nosso povo também era esperto e aprendia de olhar devagar. (Moradora do Vão de Almas, 82 anos)

<sup>61</sup> Apelido atribuído aos indígenas que estabeleciam relações amigáveis com a comunidade.

<sup>62</sup> As etnias indígenas que mantinham certo distanciamento dos aglomerados quilombolas eram consideradas “ariscas”, mas sua presença era sempre percebida pelos Kalungas, que os apelidaram de “povos invisíveis”.



Contudo, os escravos que fugiam da mineração, das bandeiras e, mais tarde, das fazendas, também carregavam um passado cultural complexo, com múltiplas origens, que foram artificialmente agrupadas, pela visão europeia, na identidade de africanos, “*como se houvesse homogeneidade para inúmeros povos, línguas, culturas e religiões*” (GOMES, 2015, p. 6). E, apesar das tentativas senhoriais de forçar o abandono da sua cultura “*africana*”, cada cativo trazia consigo uma parcela de um sistema agrícola, sabedorias encentrais sobre processos produtivos e um paladar identitário com preferências e sabores particulares. Além da bagagem cultural, sementes eram carregadas com cuidado e orgulho e “sempre que as condições sociais e ambientais eram propícias” (CARNEY, 2001, p. 31) elas eram cultivadas, sendo lentamente incorporadas pelos sistemas produtivos da região. Somando-se aos conhecimentos ancestrais trazidos da África, os quilombolas levavam consigo os conhecimentos e tecnologias aprendidos durante o cativeiro, como no caso da cultura da criação do gado e do leite.

Nesse primeiro momento, antes do final do sistema escravocrata, a necessidade de não serem notados e descobertos era primordial, o que fortalecia a prática do cultivo itinerante em sistema de corte e queima. As casas e ranchos tinham caráter temporário, sendo principalmente de madeira e palha, localizados próximos às roças e aos cursos d’água, imperceptíveis na paisagem aos olhos despreparados. Não existiam estradas, e as trilhas só eram reconhecidas por aqueles que as utilizavam com frequência. A cada novo ciclo produtivo as famílias precisavam mudar de local, na esperança de não serem encontradas.

[...] meu vô, sempre que juntava o povo pra ajudar a levantar uma casa nova que nem essa aqui, ele sempre dizia bravo, de cara amarrada, que a gente era menino bobo e não sabia como era bom não ter que levantar barraco novo todo ano, [...] como era coisa boa poder colocar fogo despreocupado da fumaça, que ele de menino nem sabe quantas vezes mudou até poder construir a casa dele lá no pé daquele morro. (moradora do Vão do Moleque, 76 anos)

Gradualmente, com assinatura da Lei Aurea, as famílias foram tendo menos receio de serem reconduzidas ao cativeiro, contudo, esse perfil “desconfiado” que se desenvolveu como estratégia de defesa, ainda é uma característica que ficou marcada na comunidade (BAIOCCHI, 1999; OLIVEIRA, 2007; ROCHA, 2009).

De forma contínua, entre o século XIX e o XX, famílias continuavam a chegar na região. Alforriados, nascidos livres, “bastardos” donos de terras, os perfis eram

diversos, mas compartilhavam da exclusão social sofrida em decorrência da cor de suas peles, origens e situação econômica. Essa fase é marcada principalmente pela ocupação do Vão do Moleque e da região da Contenda que, apesar de já serem povoadas, receberam muitos dos novos moradores.

Com os novos integrantes, chegava também a cultura pecuária, que se fixou como novo modelo produtivo do estado de Goiás a partir da decadência da mineração, como já citado. Os rebanhos eram inicialmente formados pelos animais adquiridos durante os anos de trabalho junto aos fazendeiros, que remuneravam os boiadeiros/vaqueiros com uma porcentagem dos bezerros que nasciam ao longo do ano. A criação era feita na solta, onde os produtores tocavam o gado pelas pastagens naturais da região. Esse modelo pecuário tornava o gado mais arisco e bravo, demandando dos criadores um estilo de vida mais móvel, que enfrentava a face mais hostil e incerta da natureza local, como explica Eduardo Ribeiro (1998):

[...] O ofício de vaqueiro era uma arte. Trabalho em pecuária alongada além de incerto, aventureiro e a cada dia e estação sujeitar o trabalhador a uma quantidade de riscos, exigia destreza e treino. Gado criado solto embrabecia; então o vaqueiro devia dominar um serviço que exigia anos de adestramento: laçar gado bravo, domar animais de sela, amansar vacas de leite, dar campo em mangas sem fecho, colocar em boiada gado arribado que passava às vezes meses ou anos sem ver curral; era um serviço especializado (RIBEIRO, 1998, p. 139)

A chegada dos novos moradores, e de suas habilidades, dentro do território quilombola fez que, com o passar do tempo, a atividade se fortalecesse na comunidade, tornando-se, atualmente, elemento economicamente central em algumas localidades (Vão do Moleque e Contenda). A raça criada naquele período era o gado Curraleiro e o Mirandeiro, e as poucas cercas que se faziam necessárias, para a proteção das culturas, eram construídas de pedra e madeira (BAIOCCHI, 1999; BARREIRA, 1997; SOUZA, 2018).

É nesse período que também se inicia a ocupação da região do Mimoso, que foi povoada pelos moradores do Vão do Moleque que migraram a partir de 1913. Conta-se que parte das terras da região pertencia à família Santos Rosa, da qual vários Kalungas alegam laços genealógicos, como é o caso do Sr Epifanio dos Santos Rosa, nascido em 1916 na região. A pesquisadora Rosy de Oliveira, em seu trabalho “O Barulho da Terra: nem Kalunga nem Campones” (2007), descreve de forma detalhada a ocupação dessa região a partir do relato de seus moradores.



A história mostra que até esse momento, os conflitos fundiários eram muito raros dentro do território ocupado pelos quilombolas, com exceção dos embates com os indígenas no século XVIII e a perseguição dos bandeirantes entre o século XVIII e XIX. Contudo, a partir 1930, o ideal progressista do governo Vargas, apoiado pelo ideário do vazio demográfico dos sertões do Centro-Oeste, deram origem a “*Marcha para o Oeste*”. O movimento estimulava a ocupação dessa parcela do território nacional, com o excedente populacional de outras regiões, para a produção de matéria-prima e gêneros alimentícios de baixo custo, a fim de sustentar a industrialização do Sudeste.

A partir disso, em 1941, foi construída a primeira Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG)<sup>63</sup>, na região central do atual estado (município de Ceres), a partir do decreto federal nº6.882, de 14 de fevereiro de 1941. Ela foi a materialização de um dos primeiros projetos de colonização, implementado pela Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, loteando uma área de aproximadamente 2.500 hectares em pequenas parcelas (20-50 ha) que receberam uma população de aproximadamente 8 mil pessoas (GIUSTINA, 2013; PALACÍN, 1986).

Paralelamente a iniciativas do governo federal como estas, o impulso gerado pela *Marcha para o Oeste* levou a um crescente aumento do interesse fundiário em todo o estado de Goiás. Ao longo das décadas seguintes o sul do estado foi rapidamente colonizado pelo modelo agrícola vigente, baseado em técnicas “modernas” com rotação de culturas associada à pecuária. Contudo, somente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) é que a motomecanização das plantações chegou definitivamente ao Brasil (GIUSTINA, 2013; MAZOYER; ROUDART, 2010; NETO, 1985; SOUZA; RICARDO, 2005).

O norte do estado, por outro lado, teve uma “evolução” agrícola mais lenta, baseada na pecuária extensiva (vocação descoberta no final do século XIX). Mas o início da década de 1960, marcado pela transposição da capital para a região central do país, colocou o nordeste goiano em evidência. Essa dinâmica levou, definitivamente, a fronteira agrícola nacional até o bioma Cerrado, atualmente considerada a fronteira mais dinâmica do país (ELOY et al., 2015). A abertura de estradas estava entre os principais incentivos governamentais para atrair produtores para a nova fronteira.

---

<sup>63</sup> As CANGs são consideradas as primeiras experiências da reforma agrária Brasileira.

As partir desse período, vários projetos de governo são lançados com o objetivo de incentivar a ocupação e modernização do Cerrado, a partir do cultivo de soja, eucalipto, grãos, café e cana. Dessa forma, os escondidos vãos onde os Kalungas haviam se refugiado por quase 250 anos, entram na rota da agricultura de grande escala despertando, inevitavelmente, o interesse de *grileiros*<sup>64</sup> que viam na região erma e desassistida a possibilidade de grandes lucros em cima de “terras devolutas” e pequenos posseiros.

Começam, nessa década, os primeiros relatos de Kalungas sendo expulsos de suas terras, ou sendo forçados a trabalharem como meeiros, caseiros e vaqueiros, em suas propriedades por meio da violência e ameaças dos “paulistas”, como eram denominados todos os forasteiros e fazendeiros que adquiriam títulos de terras na região. Contudo, o cenário político da ditadura militar não favorecia a comunidade e o direito das populações tradicionais. Dessa forma, muitas famílias procuravam formar pequenos agrupamentos, cada vez mais distantes, em busca de segurança física e fundiária (BAIOCCHI, 1995, 1999; COSTA, 2013; OLIVEIRA, 2007; SOUZA, 2018).

Nessa época iniciam as tomadas das terras produtivas de muitas famílias na região do Engenho, do Mimoso e da Contenda, com cercas de arame e ameaças armadas. A aparente legalidade dos fazendeiros “*que chegavam com os papéis tudo na mão*” confundiam os moradores, que eram induzidos a se sentirem na ilegalidade, impedidos de recorrerem ao poder público. Soma-se a isso, a participação de muitos cartórios no processo de grilagem, que “davam cabo” de muitos documentos que poderiam auxiliar na comprovação da posse da terra pelo lado dos Kalungas. Na região é emblemático o caso de cartórios que por diversas vezes “pegaram fogo”, sumindo completamente com a comprovação de posse de várias terras.

A partir da década de 1970, voltam a crescer os movimentos negros<sup>65</sup> dentro do Brasil, aproveitando o mito da “*democracia racial*” que os militares haviam se apropriado durante a fase mais dura da ditadura militar (1968-1977). E, com a

---

<sup>64</sup> No Brasil a expressão “grilagem de terras” é utilizada para se referir ao processo de falsificação de documentos fundiários, com o objetivo de se apropriarem de terras devolutas ao se passarem por posseiros e proprietários. A pessoa que realiza tal atividade, geralmente ligada aos cartórios locais, é chamada de “grileiro”.

<sup>65</sup> Durante o Estado Novo, de Getúlio Vargas, todos os partidos políticos foram considerados ilegais, sendo dissolvidos e proibidos de exercerem suas atividades públicas. Entre eles estava a Frente Negra Brasileira, que atuava em diversas frentes, inclusive como partido político do povo afrodescendente.

chegada dos anos 1980 (período da ditadura chamado de “redemocratização” – 1980 a 1985), a conjuntura política da militância quilombola ganha espaço frente à eminência de uma nova constituição. Esse novo cenário possibilitou o aumento do número de denúncias relacionadas à grilagem de terras quilombolas, inclusive no estado de Goiás. Em decorrência disso, em 1983, a equipe da pesquisadora Baiocchi deu início a um mapeamento da região que objetivava a titulação das terras para os remanescentes de quilombola que ali estavam, culminando na organização de um mapa da região Kalunga, com as localidades conhecidas até aquele momento. O mesmo foi entregue ao Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO) com o intuito de motivar a titulação das terras (Figura 18).

Entre 1985 e 1988, saíram os primeiros títulos de terras beneficiando as comunidades, entretanto as investidas contrárias por parte dos fazendeiros da região se tornaram mais intensas e violentas (BAIOCCHI, 1999). Em 1987, com a ameaça da instalação de uma barragem no rio Bezerra para a construção de uma hidrelétrica, que inundaria grande parte do território quilombola, cresce a mobilização das instituições acadêmicas e jurídicas para demarcação das terras Kalungas. Nesse mesmo ano novos títulos de propriedade são concedidos aos moradores da margem direita do rio Paranã, mas, em seguida, as regiões do Vão de Almas, Vão do Moleque e Ribeirão dos Bois sofrem com a intensificação das invasões (VALENTE, 2007a)

Em 1988, no centenário da abolição da escravidão, a nova constituição estabeleceu, no artigo nº68, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que *“aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”* (BRASIL, 1988).



daquelas terras que dizia ser donos, dentro desses invasores de terras o Cartório de Cavalcante era um dos maior (COSTA, 2013, p. 36–37).

Em 1999, foi fundada a Associação Quilombo Kalunga, conhecida como associação Mãe, com a finalidade de representar e defender os direitos do povo Kalunga. Sua criação também é decorrente da necessidade legal desse mecanismo para a emissão dos títulos fundiários. No ano de 2004, um levantamento feito pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e pela Fundação Universidade de Brasília (Fubra) estimava que 11% de todos os domicílios Kalungas se encontravam dentro de áreas invadidas por fazendeiros. Essa situação fundiária era ainda mais crítica no município de Teresina, onde as propriedades invadidas chegavam a representar 17% das localidades quilombolas (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição percentual dos domicílios, segundo a situação fundiária (localização em terras invadidas por fazendeiros), por município. Comunidade quilombo Kalunga. (Fonte: SEPPIR-Fubra, 2004)

Terra Invadida por Fazendeiro	Cavalcante	Teresina	Monte Alegre	Total
<b>Não</b>	86,4%	82,4%	99,5%	86,9%
<b>Sim</b>	13,6%	17,6%	0,5%	11,1%

Finalmente, em 2009, o INCRA reconhece o direito das comunidades quilombolas da região do Sítio Histórico e Cultural Kalunga a partir da instrução normativa nº57, de 20 de outubro, que atua sobre a regulamentação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras quilombolas. Em seguida, o decreto da Presidência da República, do dia 20 de novembro de 2009, “*declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis abrangidos pelo “Território Quilombola Kalunga”, situado nos Municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás, Estado de Goiás*” (Decreto da Casa Civil de 20 de novembro de 2009).

Em 2016, a Associação Quilombo Kalunga em parceria com a Seppir divulgou o “Plano de Ações do Quilombo Kalunga” com documento composto por um conjunto de iniciativas voltadas, principalmente, para a regularização fundiária, cidadania, infraestrutura e inclusão produtiva do território (SEPPIR, 2016). Nesse sentido, o plano foi um instrumento para planejamento, implementação e

monitoramento das políticas públicas dentro do território, organizando as demandas levantadas pela própria coletividade Kalunga. O documento também divulgou um mapa com os imóveis em fase avançada de desapropriação dentro do território Kalunga do Goiás (Figura 19).

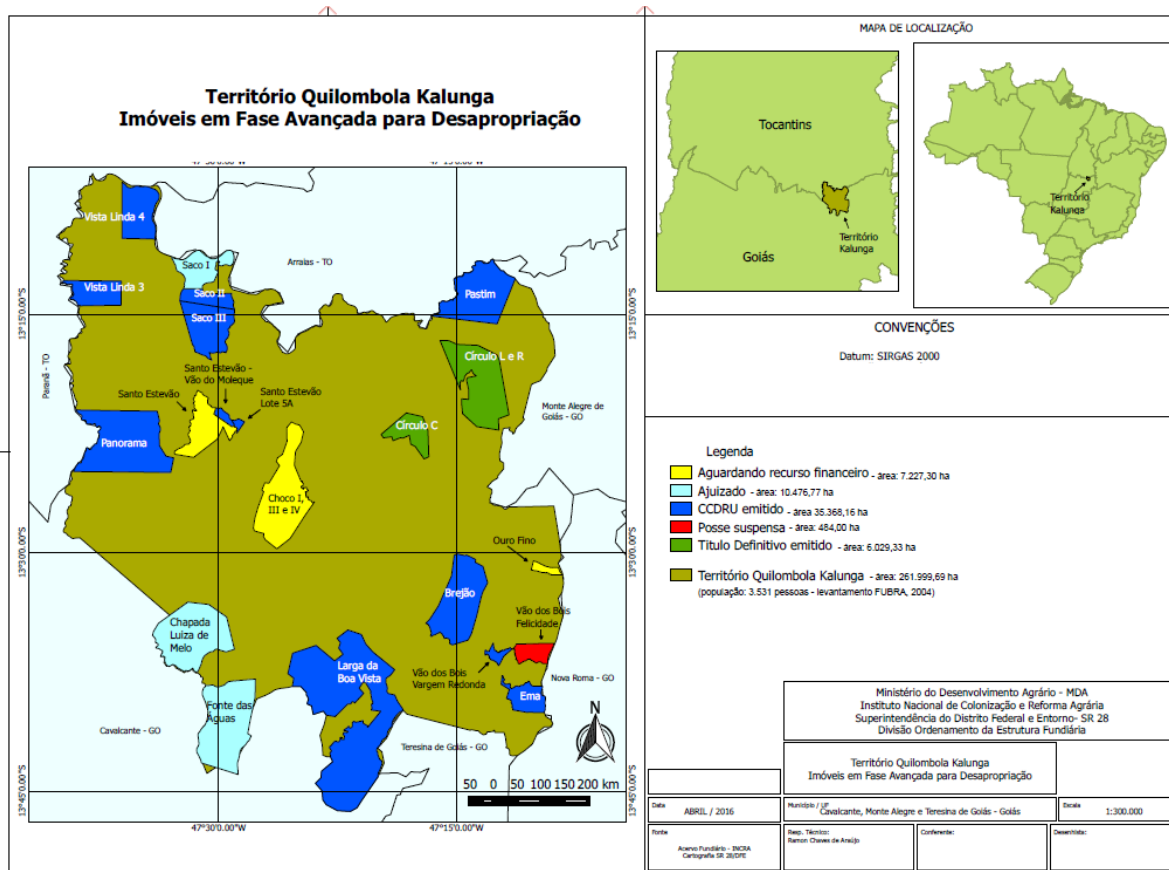


Figura 19 – Mapa do Território Quilombo Kalunga (Goiás), com sobreposição dos imóveis em fase avançada de desapropriação, retratando o panorama fundiário da comunidade no ano de 2016 (SEPIR, 2016).

Ainda segundo o Plano de Ação do Quilombo Kalunga (2016), aproximadamente 50 mil hectares estão em fase de desintração, com entrega de títulos de domínio e de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU). As terras devolutas do Estado do Goiás somam 63 mil hectares, dos 262mil hectares totais da parcela goiana do território, deixando, assim, quase 143 mil hectares de áreas particulares incidentes ainda pendente de regularização fundiária. Isso implica dizer que, atualmente, 19% do território estão em fase de desintração com entrega do CDRU, 24% são compostos por terras devolutas do Estado, e 54% ainda estão em áreas particulares incidentes, carecendo de regularização.

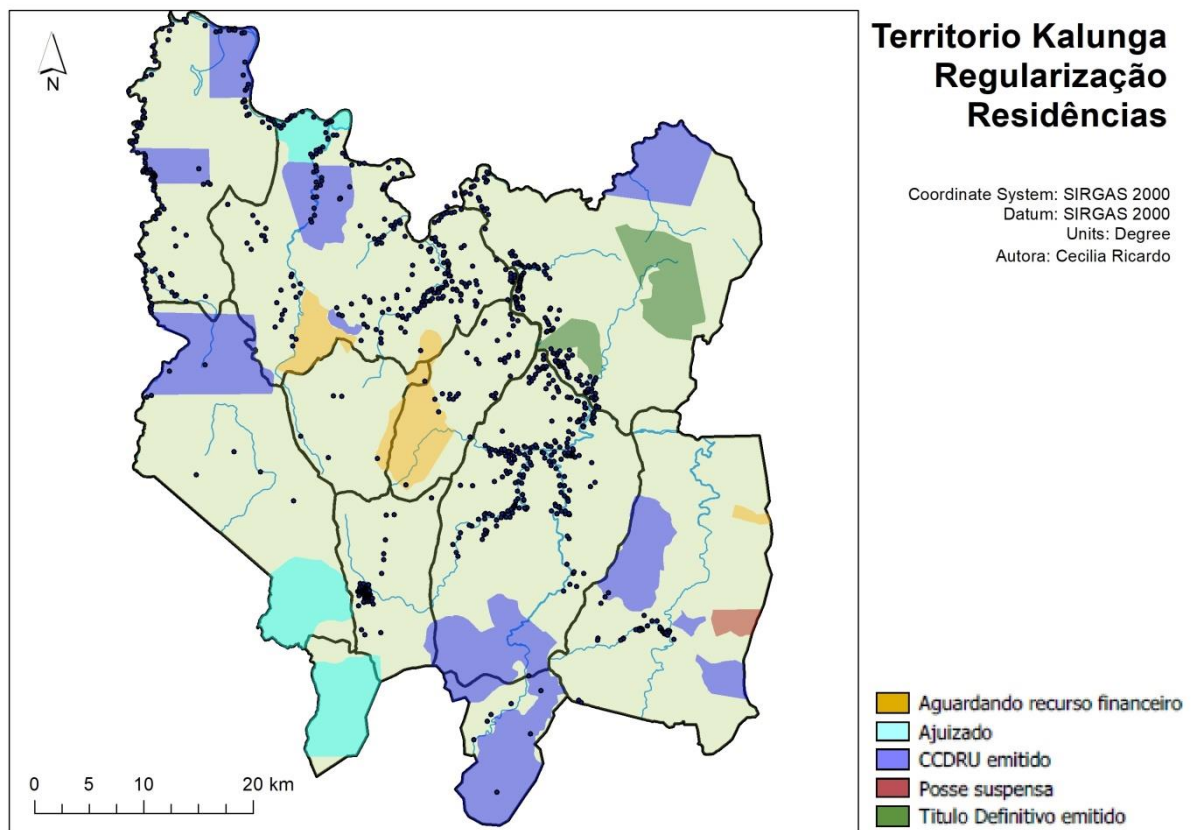


Figura 20 – Sobreposição do mapa de regularização fundiária do Território Kalunga com o mapeamento de residências realizado durante a pesquisa. (Fonte: Autora).

Contudo, essas ações tem mudado o cenário interno do território Kalunga que desde a década de 2000 tem observado a uma redução drástica dos conflitos violentos com “os paulistas de fora”, e gradualmente as famílias que ocupavam tradicionalmente as áreas griladas retornam suas atividades. Lugares ancestrais de produção que haviam sido tomados são aos poucos dotados de novos e velhos significados. Antigas capoeiras são abertas, respeitando as relações de parentesco que já estavam contidas naquele espaço, e familiares que já haviam deixado as formas tradicionais de uso do território, agora retomam seus antigos sistemas produtivos.

A segurança conferida com a titulação das terras quilombolas trouxe para os Kalungas a possibilidade de manutenção de muitas das suas práticas tradicionais que estavam ameaçadas por conta das pressões fundiárias circundantes. Apesar da desestabilização dos laços com a terra, que também significaram um novo modelo de distribuição espacial no território e novas formas de geração de renda, os laços de parentescos inscritos nas paisagens produtivas das comunidades permaneceram

vivos na história oral da população. Assim, quando da devolução das terras, os significados originais dos locais foram retomados e reforçados pela história de luta que aqueles espaços viveram e incorporaram.

Assim, apesar das muitas conquistas fundiárias da luta quilombola desde a década de 1980 até o momento atual, ainda existem muitas batalhas legais a serem travadas sobre o Território Kalunga até que as suas comunidades tenham todos os seus direitos territoriais assegurados de forma definitiva. O tópico seguinte busca descrever os principais marcos legais relacionados a essa luta, além de identificar possíveis desafios futuros referentes ao novo cenário político e as suas determinações administrativas e organizacionais.

## 2.5. MARCOS LEGAIS

Quando finalmente foi oficializado o fim do trabalho escravo das populações negras no Brasil, em 1988 com a assinatura da Lei Áurea<sup>66</sup>, já existia uma conjuntura política, baseada na Lei de Terras<sup>67</sup>, de 1850, que “aceitava” a liberdade física das comunidades negras, mas garantia o embargo a qualquer liberdade econômica ligada a propriedade que se pudesse esperar. Essa lei foi o marco legal que impediu o apossamento das terras tradicionalmente ocupadas, substituindo “o direito à terra calcado na posse por um direito auferido via registros cartoriais” (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002a, p. 3), negando o *direito legítimo* que rege as relações do campesinato tradicional.

Dessa forma, diversas populações foram deixadas à margem da regularização fundiária que se iniciava no século XIX. Esses grupos surgiram de uma grande diversidade de processos, como as fugas e ocupações de terras livres e isoladas, de heranças, doações, recebimento de terras como pagamentos de serviços prestados, a permanência em terras que já eram ocupadas e cultivadas no interior de grandes propriedades e compra de terras durante e depois do sistema escravocrata (ISOLDI; SILVA, 2008; SANTILLI, 2006; SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002a). As terras ocupadas dessa forma foram nomeadas como “*terras*

---

<sup>66</sup> Lei Áurea é o nome pelo qual ficou popularmente conhecida a Lei Imperial nº3.353, de 13 de maio de 1888, que legalmente extinguiu a escravidão no Brasil.

<sup>67</sup> Lei nº601 de 18 de setembro de 1850, chamada popularmente de Lei de Terras.



de preto”<sup>68</sup>, “território de negro” (ALMEIDA, 2011; BAIOCCHI, 1995), e posteriormente de “remanescentes de comunidades quilombolas”.

Até 1988, nenhum instrumento legal havia sido produzido no que se refere aos direitos fundiários de ex-escravos e seus descendentes (O'DWYER, 2002). A Constituição Federal de 1988 trouxe o primeiro enfoque oficial sobre essa questão, com o artigo 68 do ato das disposições constitucionais transitórias, onde está escrito que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida à propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988). “Comunidades remanescentes” ou “remanescentes de quilombolas” são termos que surgem para tentar dar conta de uma situação de desigualdade na distribuição de renda e de propriedade privada (ISOLDI; SILVA, 2008), criadas a partir do sistema escravocrata e da Lei de Terras.

Em 22 de agosto de 1988, a partir da Lei Federal nº 7.668, é instituída Fundação Cultural Palmares (FCP), ligada ao Ministério da Cultura (MinC)<sup>69</sup>, com a atribuição de “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira” (artigo 1º da lei nº7.668). Contudo, apenas em 20 de novembro de 2003, por meio do decreto nº4.887<sup>70</sup>, foi regulamentada as suas atribuições relacionadas à identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes dos quilombos.

Esse ato normativo teve origem no movimento político iniciado em 2003, com a eleição do candidato Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), que colocou as comunidades remanescentes de quilombolas na Agenda de Governo com a criação da Secretaria

---

<sup>68</sup> Essa categoria, “Terra de Preto”, é estabelecida por Almeida (ALMEIDA, 1996), que explica que nessas regiões os recursos hídricos e extrativistas não são individualizados, enquanto que áreas cultivadas (roças) são individualizadas pelas famílias.

<sup>69</sup> Em janeiro de 2019, pela medida provisória nº870, o Ministério da Cultura foi oficialmente extinto pelo atual presidente eleito Jair Bolsonaro, e suas atribuições passadas para a “Secretaria Especial da Cultura”, pertencente ao Ministério da Cidadania (criado em 1º de Janeiro de 2019), que fundiu os antigos Ministério da Cultura, Ministério dos Esportes e Ministério do Desenvolvimento Social.

<sup>70</sup> No dia nacional da Consciência Negra (20 de Novembro) de 2003, o atual presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, editou diversos atos normativos em busca de resolver questões conceituais e de atribuição relacionadas às políticas para as comunidades quilombolas. Entre eles estava o decreto nº4.887, que regulou a demarcação e titulação das terras quilombolas (SANTILLI, 2006).

Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)<sup>71</sup>, instituída em 21 de março de 2003. Entretanto, essas ações exigiram a criação de parâmetros para o estabelecimento da legitimidade das comunidades que reivindicavam seus direitos como remanescentes.

As primeiras conceituações criadas em 1990 pela Fundação Cultural Palmares tinham um viés culturalista, que exigiam a presença de resíduos arqueológicos nas áreas ocupadas pelas comunidades. Entretanto, em 1994, a FCP oficializa uma nova definição, com foco no aspecto da escolha do modo de vida e no caráter rural de subsistência:

[Os remanescentes são] comunidade negras rurais que agrupam descendentes de escravos [que] vivem da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais tem forte vínculo com o passado ancestral. Esse vínculo com o passado foi reificado, foi escolhido pelos habitantes como forma de manter a identidade (MOURA, 1981, p. 29).

O Decreto nº 4.887, acima citado, define os remanescentes de comunidades quilombolas como “*grupos étnico-raciais, segundo critério de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida*”. Essa abordagem, que privilegia a autodefinição, tem origem nas convenções internacionais referente aos Povos Indígenas e Tribais, e se consolidou como uma abordagem aceita frente a dinâmica quilombola (SANTILLI, 2006).

Esse decreto também colocou fim aos entraves e contradições jurídicas que impediam os quilombolas de exercerem seus direitos jurídicos quando suas terras estavam sobrepostas por propriedades particulares, o que fez com que a partir de 2001 a FCP só atribuísse título às comunidades que estivessem localizadas em terras devolutas. Outra garantia que o decreto trouxe estava relacionada às Unidades de Conservação, que segundo ele só poderiam se sobrepor as terras quilombolas quando fossem compatíveis com o uso tradicional dos recursos naturais. Nesse momento, duas linhas temporais se unem: a das políticas relacionadas aos territórios quilombolas e a dos povos e comunidades tradicionais.

---

<sup>71</sup> Em 2015, a partir da medida provisória nº 696, a secretaria foi incorporada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, que uniu a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria de Direitos Humanos, e a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Em 2016, o presidente interino Michel Temer extinguiu esse ministério, recriando-o em 2017 com o nome de “Ministério dos Direitos Humanos”. Em 2019, o presidente Jair Bolsonaro transformou a pasta no “Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, englobando também as políticas indígenas, por meio da Funai, que deixou de fazer parte do Ministério da Justiça.

As reflexões teóricas sobre essas categorias já foram abordadas no referencial conceitual-analítico, e por isso iremos nos ater aos aspectos jurídicos do tema.

A partir de 1930, o projeto de Estado proposto por Getúlio Vargas trazia um ideal produtivistas que tinha como um de seus objetivos principais “ocupar e valorizar” os grandes espaços “vazios” que ainda existiam no território nacional, a partir de uma política estatal de embranquecimento da nação (ISOLDI; SILVA, 2008). Com esse discurso de “vazios demográficos” dentro de um país continental reforçava-se o processo de invisibilização de diversas populações que residiam nesses espaços considerados “vazios” como, por exemplo, indígenas, seringueiros, castanheiros, negros e posseiros.

E com o avanço do progresso capitalista idealizado como Projeto Nacional, as fronteiras das zonas de modernização também avançavam, forçando o “*redescobrimto de antigos sujeitos sociais, remanescentes de outro período da ocupação do território colonial*” (ISOLDI; SILVA, 2008, p. 2). Nesse contexto, um dos sujeitos redescobertos é enquadrado no termo “remanescente de comunidades quilombolas”, mas as realidades encontradas são tantas e tão diversas que, apesar das semelhanças, outras categorias se fizeram necessárias.

Dessa forma, a partir da instituição da lei nº9.985 de 2000, o campo jurídico incorpora o conceito de “populações tradicionais” originário das ciências sociais, e cria uma íntima relação entre biodiversidade e sociodiversidade a partir do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC). Nas suas diretrizes estão presentes, além dos aspectos relacionados à preservação da diversidade biológica, a conservação da sociodiversidade (SANTILLI, 2006, p. 5):

[...] proteção aos recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. (Art.4º da Lei nº9.985/2000)

O SNUC também cria categorias de Unidades de Conservação que reconhecem a as formas de conservação e uso sustentável dos recursos que as comunidades tradicionais praticam, assegurando a elas seus direitos a unidades específicas para suas populações (Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável), a participação na gestão das UC sobrepostas aos seus territórios e a indenização e reassentamento em casos de sobreposição com UCs incompatíveis com seus modos de vida.

Contudo, dentro da esfera jurídica, a conceituação de “populações tradicionais” ainda não apresenta uma definição central. Por exemplo, a Portaria nº22/92 do Ibama as define como “*comunidades que tradicional e culturalmente têm sua subsistência baseada no extrativismo de bens naturais renováveis*”. Já no SNUC, as populações tradicionais estão definidas como populações “*cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte*” ou:

“cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptado às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica”. (Art. 20, Lei 9.985/2000).

Essas definições são amplas o suficiente para englobarem diversos modos de vida tradicionais do território nacional, inclusive as comunidades remanescentes. Mas, apesar dos quilombolas ainda não possuírem um status jurídico tão estruturado e abrangente como o dos povos indígenas, seus direitos territoriais e espaciais são mais privilegiados que os destinados à categoria das populações tradicionais “*que não tem direitos territoriais expressamente assegurados pela Constituição*” (SANTILLI, 2006, p. 2).

Assim, no que tange os marcos legais fundiários da questão quilombola no Brasil, os trinta anos que nos separam da constituição de 1988 mostraram avanços significativos a respeito da implementação prática do que dispôs o artigo 68 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Quase 2.500 comunidades foram tituladas pela FCP desde sua criação, totalizando 3.524 “comunidades remanescentes de quilombos” no território nacional atualmente.

Contudo, o processo de “*identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos*”, que até dezembro de 2018, ficava a cargo do Incra e da Fundação Cultural Palmares passou, a partir do dia 1º de janeiro de 2019 com a medida provisória nº870/2019, a ser competências do Ministério da Agricultura. A gestão dessa pasta costuma ficar sob a competência da União Democrática Ruralista (UDR)<sup>72</sup>, entidade composta por grandes proprietários rurais que se definem seus objetivos políticos como “a preservação do direito de propriedade e a manutenção

---

<sup>72</sup> Entidade associativa brasileira que reúne grandes proprietários rurais e tem como objetivo declarado “a preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem e respeito às leis do País”.

da ordem e respeito às leis do País", instalando-se, assim, uma grande zona de conflito de interesses entre Povos e Comunidades Tradicionais e ruralistas.

Dessa forma podemos refletir a respeito de como a legislação relacionada à temática quilombola (e todas as suas problemáticas internas) pode influenciar a própria dinâmica das comunidades atendidas. Assim, a demarcação territorial, além da função de resolver conflitos fundiários, age como elemento exógeno que também participam da produção coletiva do espaço dos remanescentes. Seja pela demarcação e reconhecimento, pela sobreposição de terras quilombolas e unidades de conservação, pelos conflitos fundiários ou pelo não reconhecimento, esse contato com o outro (com o externo) está constantemente criando e recriando as fronteiras que determinam os limites dessas comunidades.

Faz-se importante, pois, compreender como as relações geopolíticas que a definição de um território evoca (LOVELL, 1998) influenciam no processo de significação dos lugares tradicionalmente ocupados, assim como as consequências de novos valores que podem desestruturar os antigos modos de vida desses grupos (ISOLDI; SILVA, 2008). A oficialização, ou não, de um território tem o poder de interferir na percepção local dos lugares e na construção das paisagens, podendo aumentar ou diminuir o sentimento de pertencimento que determina as formas de uso do território.

## **PARTE II – O SISTEMA AGRÍCOLA KALUNGA**

### 3. DINÂMICAS DO SISTEMA AGRÍCOLA KALUNGA

Os sistemas agrícolas tradicionais do Cerrado guardam hoje em sua complexidade elementos de outros sistemas, mais antigos, que os influenciaram em suas técnicas, agrobiodiversidade, saberes e ecossistemas cultivados. Carregam em si elementos dos milhões de imigrantes que foram forçados a saírem de suas comunidades no continente africano por quase quatro séculos. Seja em variedades cultivadas (arroz, quiabos, inhames, gergelim, dendezeiro), em técnicas agrícolas (plantio em áreas alagadas, manejo pastoril do fogo), ou nas formas de processamento dos alimentos, o legado das culturas do continente africano são fortes componentes da agricultura quilombola, assim como as culturas indígenas.

Quais as especificidades do Sistema Agrícola Kalunga em relação aos outros sistemas agrícolas tradicionais do cerrado? Como o sistema Kalunga reflete esses elementos dentro das suas práticas agrícolas? Quais são os espaços produtivos que encontramos na comunidade e como eles são manejados pelas famílias? Quais as permanências e as transformações produtivas observadas em cada um desses espaços e como elas refletem o cenário social e produtivo atual do bioma Cerrado? Para respondermos essas questões analisaremos separadamente os principais ecossistemas cultivados observados dentro do território: as roças em terra seca, as roças de vazante, as capoeiras, as pastagens nativas, os pastos plantados (roça de pasto), o cerrado (mato/sertão), os quintais e os rios<sup>73</sup>.

#### Quadro 4 - Surgimento da Agricultura

Apesar da palavra “revolução” instigar uma sensação de movimento rápido e repentino, ou de ruptura, a Revolução Neolítica<sup>74</sup>, ocorrida 10.000 anos antes da presente era, foi um processo complexo de centenas de anos que combinou mudanças materiais, sociais e culturais na vida das comunidades caçadoras-coletoras que convergiram para o desenvolvimento da agricultura. Além disso, fatores ambientais, como o aquecimento pós-glaciário, permitiram o avanço das savanas, ricas em novas variedades comestíveis de plantas e novas espécies de caça (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Enquanto caçadoras-coletoras, era necessário que as famílias percorressem grandes distâncias, cobrindo vastas áreas de diferentes vegetações em buscas de todos os alimentos que

<sup>73</sup> Cada um desses ambientes apresenta uma importância diferente de acordo com a região do território analisada e/ou da estratégia socioeconômica adotada pelas famílias. Por tanto, as atividades descritas a seguir não devem ser consideradas como homogêneas ao longo do território, e sim como elementos complementares desse complexo sistema agrícola.

<sup>74</sup> O período Neolítico, também conhecido como Idade da Pedra Polida, que veio após o fim do paleolítico, e que começa há aproximadamente 12.000 anos antes da nossa Era.

compunham a suas dietas. Contudo, a transição para a agricultura, acredita-se hoje, não se deu por uma crise de predação<sup>75</sup>, insuficiência de recursos selvagens ou superexploração de caças por populações numerosas, mas sim por uma combinação do desenvolvimento de novas tecnologias (foices, moendas, pilões, cerâmicas), abundância de novas formações vegetais (em decorrência do aquecimento do clima) e das sementeiras acidentais em regime de protocultura.

O crescimento das populações nos vilarejos de caçadores-coletores também aumentou o tempo gasto com a predação. Isso fez com que novas alternativas ao modelo de exploração começassem a ser ponderadas, quando havia condições técnicas, demográficas e econômicas. Assim, a protocultura começa a se fortalecer como novo modelo e as sementeiras acidentais, que ocorriam próximas às moradias em solos enriquecidos com os dejetos domésticos, gradualmente migraram para os terrenos arborizados (MAZOYER; ROUDART, 2010; MONTANARI; FLANDRIN, 1998). Dessa forma, com a ajuda dos machados de pedra polida e do manejo do fogo, surge a agricultura e as primeiras “roças”, mas é importante que não se perca de vista a complexidade dessa “revolução” agrícola que:

[...] certamente exigiu dos homens que a fizeram – mesmo que isso seja impossível de compreender e reconstituir – uma infinidade de invenções, de escolhas, de iniciativas e de reflexões em todas as áreas da vida material e social, mas também nos domínios do pensamento, das crenças, da moral da linguagem e de outros meios de expressão. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 127)

Ao estruturar esse novo modelo produtivo, baseado na criação de ambientes artificiais (diferentes dos ambientes selvagens) para o cultivo de espécies selecionadas de acordo com características que satisfaziam as necessidades das comunidades (domesticação), a humanidade desenvolve seus primeiros sistemas agrícolas. Contudo, até pouco tempo acreditava-se que a agricultura teria surgido e se irradiado de apenas dois “centros”<sup>76</sup> principais (Oriente Próximo e as Américas), visão essa que diminuía a importância tecnológica e cultural das outras regiões e de como elas teriam influenciado os seus arredores .

Atualmente, a teoria mais aceita baseia-se na ideia de que a agricultura teria surgido de forma independente em várias partes do mundo, com pelo menos dez centros irradiadores, um deles sendo localizado na América Latina, chamado “centro sul-americano”. Contudo, grande parte da ênfase dada a esse centro prioriza apenas os aspectos andinos do continente e suas civilizações (Incas, Astecas e Maias), deixando grandes lacunas no que diz respeito aos povos indígenas das demais regiões, como a Amazônia, por exemplo.

As teorias que sustentavam essa visão se baseavam nos argumentos de que as terras baixas (Amazônia) seriam pouco férteis e com baixa disponibilidade de proteína animal, o que inviabilizaria o seu adensamento populacional necessário para o surgimento de um polo irradiante de agricultura<sup>77</sup> (FAUSTO, 2005; SANTILLI, 2009b). Esse pensamento perdurou predominante até a década de 1980, quando arqueólogos começaram a defenderem que as planícies aluviais da Amazônia ofereciam as condições para o desenvolvimento de sociedades complexas, que influenciaram e impactaram profundamente seus ambientes, criando paisagens domesticadas que passaram despercebidas aos observadores por muitos séculos (GIBBONS; KERR, 1990; HECKENBERGER; NEVES; PETERSEN, 1998; OLIVER, 2001, 2008).

A Amazônia tem sido, nas últimas décadas, reconhecida como um centro independente de domesticação da América do Sul. Juntos, os sistemas agrários da América Central, Andina e da Amazônia foram responsáveis pela domesticação de importantes espécies alimentícias, como o milho, a batata, a batata-doce, a mandioca, a pupunha, o feijão, o tabaco, o cacau, o tomate, o amendoim, a abóbora, a pimenta-vermelha, o abacate, o abacaxi, o caju, o mamão, o maracujá e outras (MAZOYER; ROUDART, 2010; SANTILLI, 2009b). Dentre essas espécies, o feijão, o milho e

<sup>75</sup> A refutação da teoria do surgimento da agricultura em decorrência de uma crise da predação é decorrente das dos trabalhos de J. Caivin (1978 e 1994), M. Sallins (1976) e J.R. Harlan (1972), como explicado no livro “História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea” (MAZOYER; ROUDART, 2010).

<sup>76</sup> Centros de Origem da Revolução Neolítica, ou Centros Irradiantes, de onde teriam surgido as culturas agrícolas mais importantes, que colonizaram o resto das regiões.

<sup>77</sup> Essa linha de pensamento foi bem representada na obra de Julian Steward no “Handbook of South American Indians” publicado entre 1940 e 1947.



a mandioca são, atualmente, de importância fundamental na alimentação mundial. Da mesma forma, cultivos de outros centros irradiadores são hoje vitais nas dietas sul-americanas, como o arroz (centro irradiador Africano e Asiático), o trigo e a cevada (centro irradiador do Oriente Próximo) (CARNEY, 2001; CARNEY; VOEKS, 2003; MAZOYER; ROUDART, 2010).

### 3.1. AS ROÇAS

Nesta tese, chamaremos de “roça” os ambientes criados para o cultivo pela comunidade, como as roças em terra seca, as roças de vazante, as roças de pasto plantado e as capoeiras (roças em pousio). Também poderíamos chama-las de lavouras ou de plantações, mas foi escolhido o termo mais próximo à nomenclatura adotada pela comunidade.

Ao longo dos séculos, a humanidade desenvolveu várias formas de “roçar a terra”, com diferentes tecnologias adaptadas aos mais variados biomas e condições climáticas, como os sistemas de cultivo *derrubada-queima em meio arborizado*, *sistemas agrários hidráulicos*, *sistemas de cultivo de vazante*, *sistemas com alqueive*<sup>78</sup> e *tração leve*, *sistemas com alqueive e tração pesada* até os *sistemas mecanizados e com fertilização mineral* do modelo moderno difundido pela revolução verde (MAZOYER; ROUDART, 2010). Contudo, daremos um enfoque maior a agricultura de derrubada e queima e ao cultivo em vazante, que são os dois principais modelos do sistema agrícola Kalunga (BAIOCCHI, 1999; FERNANDES, 2014; UNGARELLI, 2009).

#### A ROÇA DE TOCO (TERRA SECA)

O principal espaço produtivo da comunidade Kalunga são as roças de terra seca, geralmente localizadas em áreas com fitofisionomia como cerrado típico, cerrado denso, cerradão, mata de galeria ou mata ciliar. Essa forma de cultivo, chamada pela comunidade de *roça de toco*, é conhecido como *agricultura de corte e queima*, e pode ser amplamente definido como “*qualquer sistema agrícola contínuo no qual clareiras são abertas para serem cultivadas por períodos mais curtos de*

---

<sup>78</sup> Alqueive é o estado de uma terra lavrada, de cultivo, que se deixa descansar (ou em repouso) sem sementeira durante vários meses, e que é submetida ao pastoreio com a finalidade de ser fertilizada (MAZOYER; ROUDART, 2010). Esse termo se diferencia do *pousio* arbóreo das roças de toco tanto pelo tempo de duração quanto pelo retorno da vegetação nativa que a coivara permite.

*tempo do que aqueles destinados ao pousio*” (PEDROSO JÚNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008b).

Mazoyer e Roudart classificam esses sistemas como “cultivos derrubada-queimada em meios arborizados”, pois são praticados em meios arbóreos desmatados de forma que se mantenham as raízes (tocos) das árvores cortadas, ou seja, sem destocagem. Essas áreas abertas para o cultivo são utilizadas por períodos curtos de tempo, que variam de acordo com a região estudada, após os quais são deixadas em “pousio” por vários anos. Essas áreas cultivadas em repouso são também conhecidas como “capoeiras” e serão abordadas no tópico 0. Esta prática é uma forma de adaptação ambiental altamente eficiente quando a força de trabalho é um elemento limitante, e não a terra (PEDROSO JÚNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008b). Isso significa que em ambientes onde a disponibilidade de terra é abundante, mas a mão de obra é limitada (poucos agricultores) a prática de corte e queima é uma estratégia interessante e produtiva.

Outro nome atribuído a esse sistema é o de agricultura *itinerante*, que faz referência ao seu caráter temporário e móvel uma vez que passado o curto período de tempo em que a roça é explorada o terreno deve ser deixado em pousio (capoeiras) e outra parcela arbórea deve ser aberta para que sempre haja terrenos cultivados em diferentes estágios, permitindo o tempo de descanso correto de cada parcela. Dessa forma, esse sistema também pode ser chamado de *agricultura itinerante de corte e queima*, buscando diferencia-lo daqueles que usam o desmate seguido de fogo como estratégia agrícola, mas que não baseiam o capital energético e nutricional da plantação na recuperação da vegetação arbórea (SANCHEZ, 2005).

Essa forma de agricultura se originou no período neolítico, mas é praticado até hoje em toda a região tropical do planeta e em algumas regiões de floresta subtropical. Por conta dessa vasta distribuição, podemos encontrar diversos termos que fazem referência a essa agricultura como, por exemplo, *swidden* na Inglaterra, *rai* na Suécia, *coivara*, *milpa*, *conuco*, *roza*, *chacra*, *chaco*, *roça de seco*, *roça de broca* na América Latina, *shamba* e *chitemene* na África, *jhum* na Índia, *kaingin* nas Filipinas e *ladang* na Indonésia e na Malásia (ELOY; CARVALHO; FIGUEIREDO, 2017a; FUJISAKA; HURTADO; URIBE, 1996; PEDROSO JÚNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008a). Contudo, a nomenclatura mais utilizada na literatura é agricultura

de corte e queima (*slash-and-burn agriculture*) e agricultura intinerante (*shifting cultivation*).

Em 1985 se estimava que esse modelo de agricultura fosse responsável pela alimentação de 500 milhões de pessoas ao redor do mundo<sup>79</sup>, e que:

[...] quando praticada tradicionalmente em grandes áreas florestadas, com baixa densidade populacional, tecnologia de baixo impacto e longos períodos de pousio, a agricultura de corte e queima pode ser manejada de forma ecologicamente sustentável, sem comprometer drasticamente a fertilidade dos solos [...] (PEDROSO JÚNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008b, p. 4)

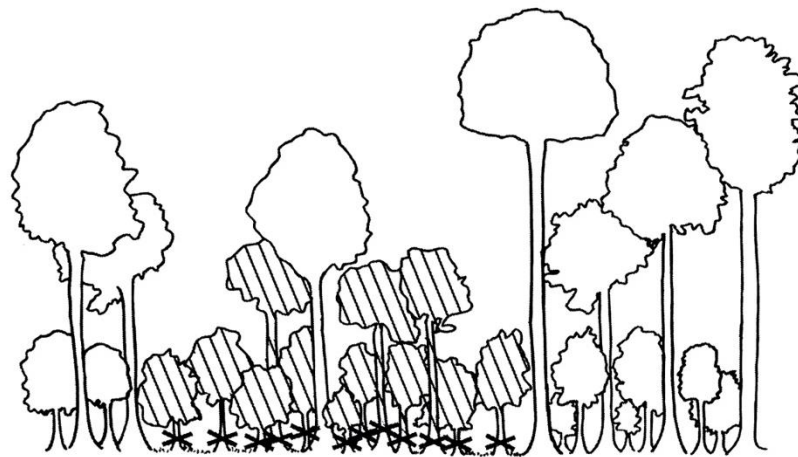
Para compreendermos melhor como é possível que esse sistema agrícola, originado no período neolítico, seja tão eficiente e tenha perdurado ativamente ao longo dos séculos, detalharemos alguns de seus elementos principais: a destocagem, a queima, o pousio, a rotação e a complementariedade dos espaços circundantes que compõem as áreas manejadas pelos produtores.

A primeira etapa da preparação de uma roça é a abertura de uma clareira em meio a uma vegetação florestal (Figura 21). Para isso, os agricultores começam por cortar a vegetação que cresce rasteira e uma parcela das árvores, outras são conservadas pela sua utilidade e/ou manejo. Contudo, esse “desmatamento” não é integral, pois as raízes e tocos são mantidos no solo (o que garante o retorno mais rápido das espécies nativas durante o pousio). Essa etapa também é chamada de *coivara* em algumas partes do Brasil<sup>80</sup>. Em seguida, a matéria orgânica é mantida sobre o solo por um período determinado até que esteja seca, aguardando as primeiras chuvas (ou a véspera delas) para serem queimadas, possibilitando que “os cultivos se beneficiem o máximo dos minerais nutritivos contidos nas cinzas” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 132).

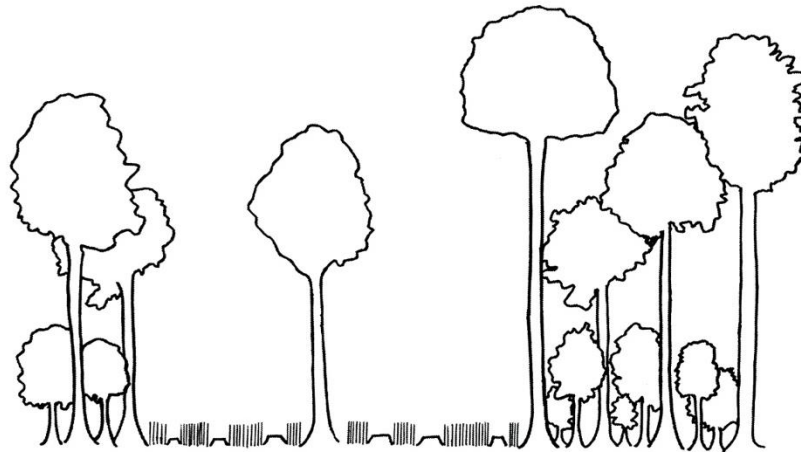
---

<sup>79</sup> FAO, Food and Agriculture Organization. The Tropical Forestry Action Plan. Rome: UN Food and Agricultural Organization, 1985.

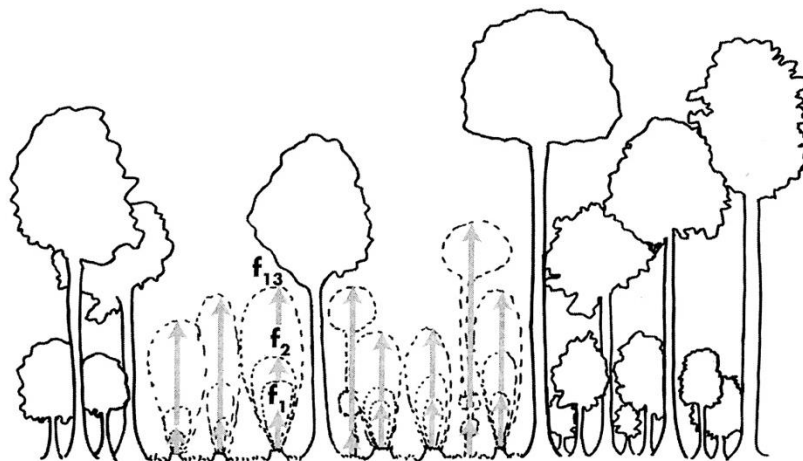
<sup>80</sup> Na Amazônia a coivara é o trabalho de recorte e queima que deve se fazer quando a roça não queimou direito.



**1** Perfil vegetal de uma parcela arborizada submetida pela primeira vez a uma derrubada-queimada parcial



**2** Perfil vegetal da mesma parcela parcialmente desmatada e posta em cultivo



**3** Perfil da mesma parcela novamente tomada pela vegetação permanente em diferentes estágios (F1, F2,..., F13)

Figura 21 – Perfis vegetais de uma parcela arborizada e cultivada com sistema de derrubada-queima (fonte: MAZOYER; ROUDART, 2010)

Depois das queimadas<sup>81</sup> ocorre a preparação dos solos, com o objetivo de favorecer e facilitar o desenvolvimento das espécies que serão plantadas. Esse trabalho geralmente é realizado com a enxada e visa a mistura das cinzas e do material orgânico com o solo. Logo em seguida instala-se o cultivo principal, seguido pelos cultivos secundários que são plantados de forma consorciada. É comum que algumas espécies de ciclo longo sejam plantadas durante os cultivos, ou nos últimos anos das roças em meio aos outros cultivares ou ao redor deles. Essa prática garante o fornecimento de espécies complementares às dietas dos produtores, durante os anos de pousio da terra, nesses espaços que serão chamados de *capoeiras*.

Após os anos de cultivo, que variam de 2 a 10 anos de produção de acordo com a região e grupo produtor (ELOY; CARVALHO; FIGUEIREDO, 2017a; MAZOYER; ROUDART, 2010), é chegada a hora da parcela ser deixada em situação de pousio, mais especificamente chamado por Mazoyer e Roudart de “pousio arbóreo de longa duração”. Ainda segundo esses autores esse tempo de “descanso” do solo pode variar de dez a dezenas de anos. A partir desse momento, onde os cultivos de ciclo curto são suspensos, essa parcela de terra passa a ser conhecida como capoeira.

Passa-se então para uma nova parcela de vegetação arbórea e assim sucessivamente até que se retorne a primeira, processo esse chamado de rotação. A organização dessas parcelas, ou *folhas*<sup>82</sup>, pode ser dar de dois modos: afolhamentos dispersos e afolhamentos regulados (Figura 22). O tempo que essa rotação dura depende do número de outras parcelas disponíveis, das plantas cultivadas e da fitofisionomia onde a folha foi aberta.

---

<sup>81</sup> Em algumas regiões a coivara só precisa ser feita quando a roça não queima de forma correta.

<sup>82</sup> Pela falta de um termo agrônomo brasileiro para definir as diferentes porções de terra de um único produtor, utiliza-se o termo de origem portuguesa “afolhamento”, como o conjunto das “folhas”(parcelas).

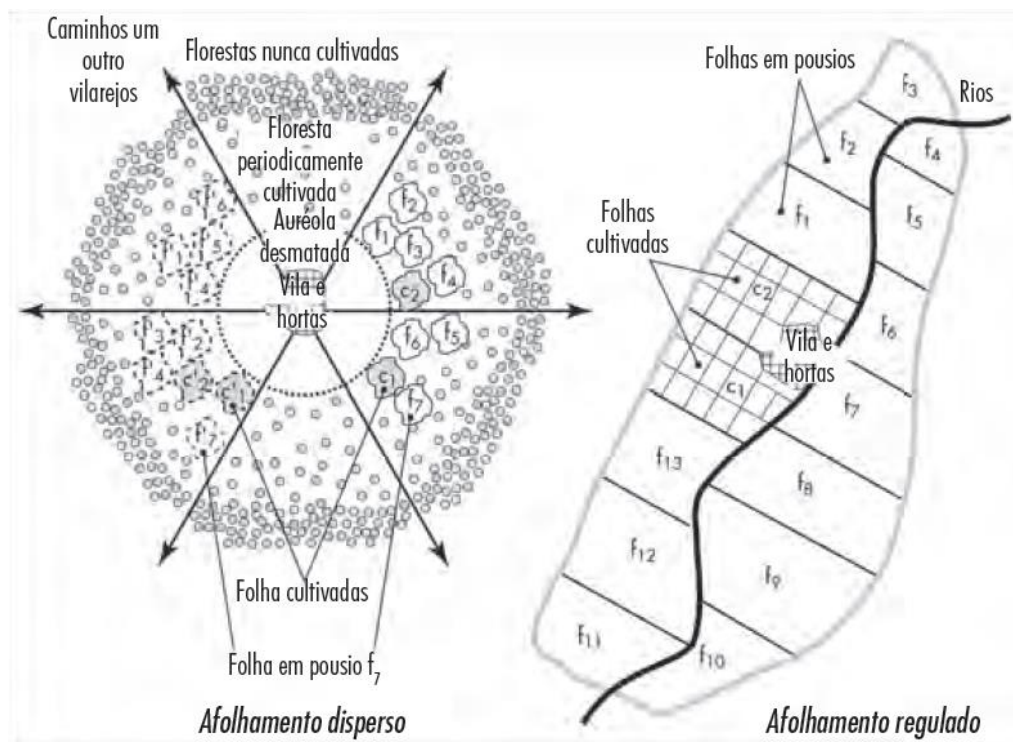


Figura 22 – Esquema de organização de uma pequena região de cultivadores florestais, comparando um afloramento disperso (esquerda) de um afloramento regulado (direita) (Fonte: MAZOYER; ROUDART, 2010).

Desse modo, o produtor espera que após o pousio ela seja capaz de produzir biomassa suficiente para um novo cultivo. O encurtamento desses ciclos (coivara, cultivo, pousio, coivara), ou a alteração para um modelo de cultivo sem pousio, pode comprometer a renovação da fertilidade, indicando alguma alteração importante no sistema agrícola dessa comunidade (como será debatido adiante).

Outro elemento importante desse sistema produtivo é a complementariedade dos espaços cultiváveis das famílias produtoras, que além das roças e suas capoeiras, mantém “florestas residuais” (nomeadas nessa pesquisa de cerrados ou sertões), hortas e pomares ao redor das suas residências. Essa dinâmica produtiva é fundamental para a segurança alimentar das famílias, garantindo diversidade e regularidade de alimentos de qualidade (capítulo 4).

## **A Roça de Toco Kalunga**

Em pesquisa realizada pela SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e pela Fubra (Fundação Universitária de Brasília) em 2004<sup>83</sup> constatou-se que a base econômica da comunidade Kalunga é a agricultura, como já havia sido descrito por Baiocchi em 1999 (*op. cit.*). Esses dados mostram que 73% das famílias ainda obtém parte dos seus recursos das roças de toco (SEPPIR/Fubra, 2004), uma vez que a comunidade tem como característica fundamental a agricultura para autoconsumo, a criação de bovinos (maior escala), suínos e aves (menor escala), o extrativismo de frutos do cerrado e o cultivo de frutas e verduras nas hortas e pomares (FERNANDES, 2014; PEREIRA; ALMEIDA, 2011; SOUZA, 2018; UNGARELLI, 2009; VALENTE, 2007b).

### *Localização das Roças*

Como já foi citado, o padrão tradicional de distribuição espacial da comunidade é dispersa, com poucos povoados maiores e uma estratégia de invisibilidade das habitações. Esse modo de viver permitiu que cada família escolhesse uma área fértil e se instalasse junto a ela, protegida de pessoas indesejadas. Algumas vezes, as casas eram construídas junto aos roçados, outras, a uma distância segura dos cursos d'água, a fim de evitar transtornos típicos da estação das chuvas. Essas distâncias entre áreas de cultivo e habitações sempre foram curtas, com os *ranchos* juntos às roças, onde se guardavam as sementes e as colheitas.

---

<sup>83</sup> A falta de levantamentos sistemático a respeito de todo o território Kalunga é um problema que a comunidade enfrenta ainda hoje. Por isso nos valem de levantamentos antigos, como esse de 2004, que apesar de estarem desatualizados trazem dados do território como um todo.

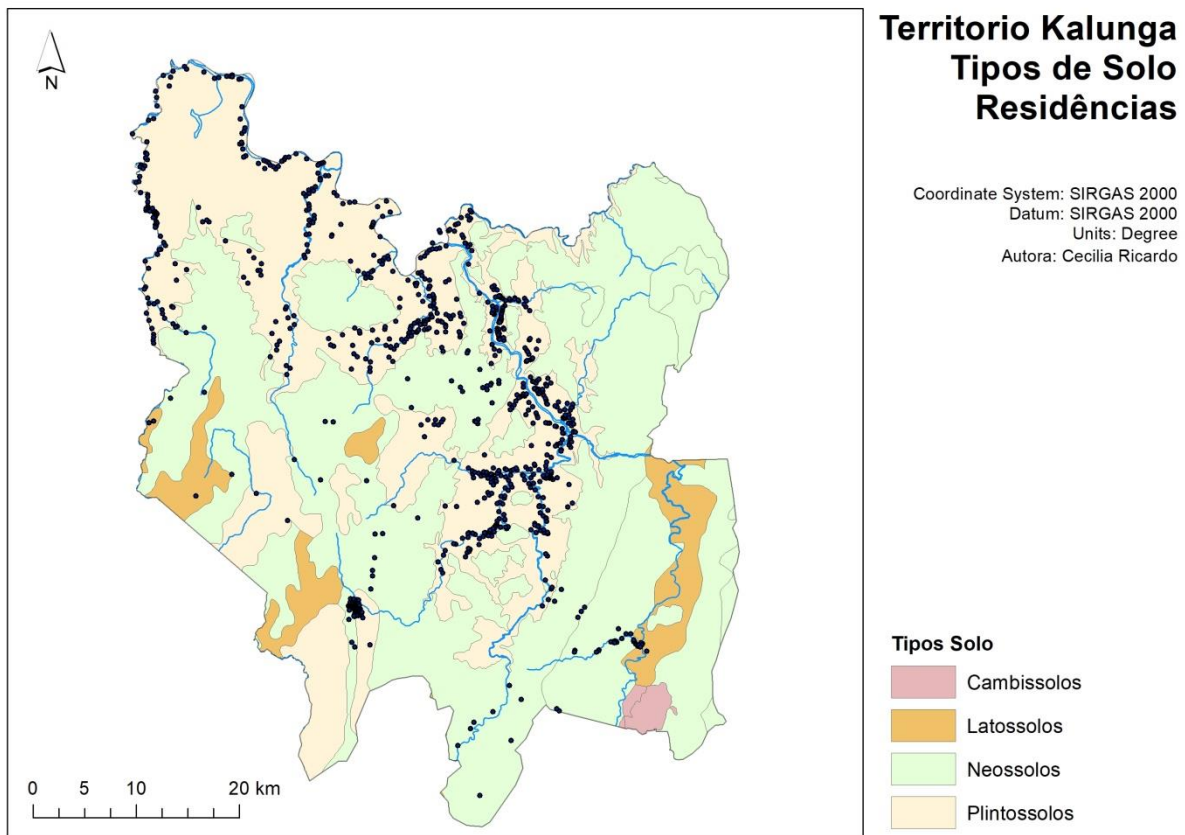


Figura 23 – Mapa dos tipos de solo com a localização das residências mapeadas durante a pesquisa. (Fonte: Autora).

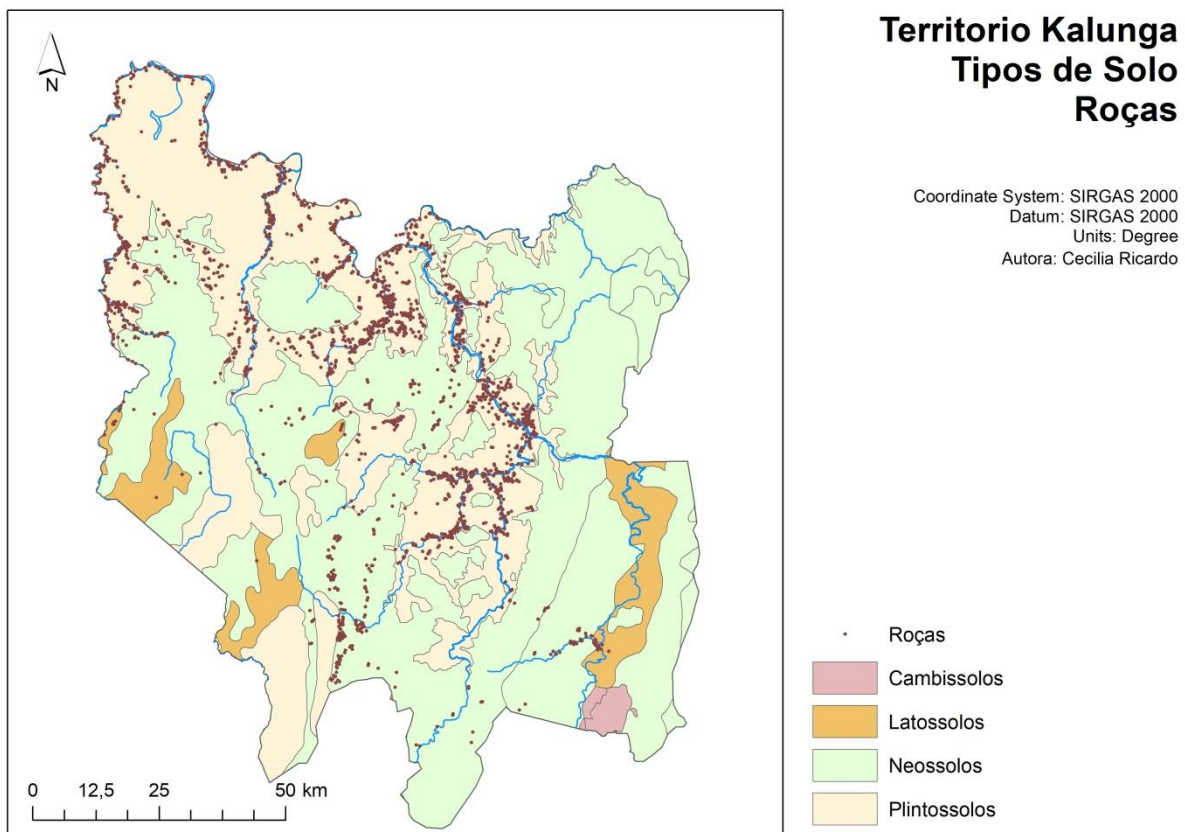


Figura 24 – Mapa dos tipos de solo com a localização das roças mapeadas durante a pesquisa (Fonte: Autora).



Dessa forma, as famílias podem produzir e processar seus alimentos próximo de suas casas, facilitando o transporte e estocagem dos mesmos. Ainda hoje, esse é o padrão espacial encontrado na maioria das microrregiões do território, onde cada família mora junto a sua área de roça, mantendo distâncias de no máximo 3 km. Essa dinâmica também implica em uma maior proximidade dos rios, córregos e grotas, utilizados para o abastecimento de água familiar<sup>84</sup>.

A microrregião que difere mais fortemente desse padrão espacial de cultivo é a do Engenho II, uma vez que a grilagem de suas terras, ao longo de quase trinta anos, os forçou a uma aglomeração espacial destoante do modelo adotado à época. Mesmo com a devolução das terras griladas às mãos dos antigos donos, o padrão das residências não retornou a sua antiga distribuição, criando uma distância entre moradias e roças, de em média 7 km, muito maior que o habitual.

Outro fator geográfico a se levar em consideração quando se fala das roças Kalungas é o relevo das áreas cultivadas. A comunidade o divide em dois grandes grupos: as *chapadas* e os *sertões*. As chapadas são as terras mais altas, nas serras, ou entre elas. Já a classificação de *sertão* é usada para se referir as terras baixas dentro dos vãos do território, mas também pode ser uma nomenclatura utilizada para se referir aos ambientes de cerrado, como um sinônimo de mato ou de região mais rústica ou selvagem.

O cultivo em regiões de chapada é realizado nas chamadas “grotas de serra”, que são as áreas mais baixas, com leve declive, próximas aos cursos de água que cortam as serras (CHIANCA, 2010; ELOY; CARVALHO; FIGUEIREDO, 2017a). As microrregiões que mais se utilizam dessas áreas para cultivo são a do Engenho II, do Forno, da Contenda e das famílias localizadas entre a microrregião do Vão de Almas e do Ribeirão dos Bois. Esse tipo de relevo é considerado pela população local como detentor das melhores terras de cultura, onde o solo seria mais fértil e produtivo. Nesses ambientes geralmente observamos as chamadas *terras pretas* e *vermelhas*, e encontramos todos os tipos de cultivos.

Contudo, o relevo acidentado desses locais torna o acesso às roças mais difícil, principalmente quando as moradias estão distantes (caso do Engenho II). O escoamento da produção, geralmente feito com as sacas carregadas nas costas ou

---

<sup>84</sup> Água para a preparação das refeições, banhos, limpeza de utensílios domésticos, lavagem de roupas e lazer (principalmente para as crianças).

em mulas, também é dificultado, gerando a necessidade da abertura de estradas que possibilitem a chegada de carros que possam retirar a produção de tempos em tempos.

Já as áreas classificadas como sertões ocorrem nas partes mais baixas do território, ou nos vãos propriamente ditos. Nessas regiões o solo encontrado é predominantemente mais fraco, nomeado de *terra branca*, e considerado menos fértil e pouco apto para a plantação de feijão comum, mas bem visto para a cultura da mandioca. Contudo, o relevo plano dessas áreas facilita o plantio de qualquer que seja a espécie, e as áreas baixas e alagadas, próximas aos rios e veredas, são utilizadas frequentemente para o plantio do arroz (tópico 0).

A disposição espacial das roças influi sobre as escolhas produtivas, tanto quanto o tipo de solo da região. O que poderia não ser uma razão aparente para agricultores equipados com tratores, estradas e caminhões, é um forte determinante sobre os padrões agrícolas Kalungas, como no caso da mandioca, que muitas vezes não é processada e colhida em quantidades maiores devido às distâncias das roças e das casas (como no povoado do Engenho II).

### *Técnicas e Calendário Agrícola*

Dentro do território Kalunga as roças de toco são abertas logo após as primeiras chuvas (que tem variado entre setembro e dezembro), quando as “*águas ainda não firmaram*”, por meio da técnica de coivara, já citada, mas muito bem explicada nas palavras de um morador do Vão do Moleque:

[...] Esse tipo de roça aqui a gente chama de roça de toco, né? E toda a vida sempre foi assim que a gente fez. Aqui nunca teve outro tipo não! A gente abre a mata é na enxada e na foice. Depois vem com o machado derrubando os pé de pau maior. [...] nós deixa alguns, fica buriti, fica coco catolé, fica um bocado de coisa. Ai quando parece que a chuva vai firmar, mas faz um dia de sol, ai nós acera no contorno pra o fogo não sair, ne? Ai depois prepara a roça, bate a enxada e planta. [...] ai quando da três, quatro, cinco anos...as vezes até seis ou sete, ai a gente larga. Deixa o mato voltar, virar capoeirão. Mais nisso a gente já ta com outro estirão aberto mais embaixo e vai abrindo e vai deixando, e vai fazendo desse jeito, até que uma hora a gente volta pra cá.[...] O capoeirão? Ai nessa altura, quando nós volta, o capoeirão já ta que nem mato fechado, ai já ta na hora de começar aqui de novo. (Morador do Vão do Moleque)

Os equipamentos tipicamente utilizados para a abertura das roças (coivara) são a enxada, a foice e o machado. Contudo inovações têm sido introduzidas nessa

etapa, onde se pode observar a utilização de motosserras para facilitar a derrubada de algumas árvores maiores. Contudo, essa é uma ferramenta cara que geralmente é alugada, ou o produtor paga uma diária pelo serviço de alguém que tenha a máquina (entre R\$80 e R\$150), por isso a prática da derrubada pelo machado ainda é predominante no território, proporcionando autonomia ao produtor e sendo mais econômica financeiramente. Outra inovação bastante difundida dentro do território é a ferramenta chamada “matraca” ou plantadeira, utilizada no plantio do arroz e do milho para a introdução das sementes de forma dosada no solo. Essa tecnologia, muito simples e barata, tem proporcionado benefícios e facilidades para os agricultores Kalungas, que puderam otimizar a etapa do plantio, sem a descaracterização do seu plantio.

Outra inovação observada em algumas regiões do território (principalmente a microrregião do Prata, do Mimoso e da Contenda) é a utilização dos tratores na abertura das roças, contudo, essa alteração influi de forma estrutural no ciclo da roça de toco, descaracterizando esse tipo de cultivo, passando para um cultivo com alqueive de tração motorizada. Isso se deve a retirada dos tocos e raízes (destoca) que são os responsáveis pelo retorno da floresta e, dessa forma, da volta da fertilidade dos solos cultivados, como explica a produtora do Engenho II:

[...] o trator pode ajudar muito na hora de abrir as estradas e arribar a colheita lá pra cima, mas se passar a maquina pra abrir a terra tira os toco tudo, e deixa de ser roça que nem a gente faz. Dá pra fazer outra roça, mais ai vai precisar de ajudar com adubo e com mineral... por que sozinha, que nem a outra (roça) não vai! As pessoas costuma fazer isso quando decide que vai ser roça de pasto, que não vai ser mais roça pra cultura, mas ai é ruim, ne?! Por que não dá pra voltar atrás. (Moradora do Vão de Almas, 58 anos)

Algumas dessas roças mecanizadas foram financiadas e apoiadas por programas de governo e políticas públicas destinadas a agricultura familiar. Também foram relatadas experiências com maquinário aliadas a projetos de assistência técnica rural. A discussão a respeito desses e outros casos de alterações no sistema agrícola serão aprofundados nos tópicos que abordaram as políticas públicas e as transformações dentro do território Kalunga nas últimas décadas.

A queimada das parcelas, após a coivara, é precedida pela confecção dos aceiros, que tradicionalmente são realizados a partir da retirada da vegetação circundante com o auxílio de enxadas. Essa atividade é habitualmente realizada pelos membros do núcleo familiar do agricultor, e ocorre nos dias que antecedem a

queima. O calendário de manejo do fogo de roça varia muito de um ano para outro<sup>85</sup>, pois acompanha o ciclo das chuvas, e por isso deve ser pensado dessa forma, e não atrelado a meses e dias. As primeiras chuvas são o alerta inicial dos produtores, que guardam em si um extenso conjunto de saberes meteorológicos empíricos, e que por conta disso conseguem fazer estimativas e previsões para as chuvas a partir de diversos indicativos, por demais complexos e abstratos para serem simplificados por esse trabalho<sup>86</sup>.

As roças são queimadas com técnicas diferentes dependendo do clima e da vegetação derrubada. Manejos do fogo de roça feitos em períodos muito úmidos podem ocorrer em horários de sol forte, no meio do dia. Anos muito quentes e secos requerem queimadas nas horas mais frias, como início da manhã ou final da tarde, pois se espera que o orvalho da noite apague ou diminua a intensidade da linha de fogo caso seja necessário. O trecho seguinte mostra a íntima relação entre o calendário de queimadas e as observações meteorológicas dos produtores, e como as mudanças climáticas os colocam em situação de vulnerabilidade produtiva e alimentar.

[...] o fogo é pra preparar as roças pra quando a chuva firmar. Então antes de começar mesmo as chuvas a gente precisa colocar o fogo. Às vezes é depois das chuvinhas finas que dão no início (da estação chuvosa), mas as vezes não. Às vezes é antes da chuva mesmo, quando nós vemos que as águas estão chegando. Dá pra saber, ué?! O problema é a falta das águas, por que aí muda tudo, entende? (Morador do Vão de Almas, 42 anos).

Cada cultivo tem um período diferente de plantio, mas todos permanecem dentro da estação chuvosa, predominantemente de outubro a fevereiro (mas podendo abranger o período de setembro a março) (Tabela 3). As colheitas se concentram entre março e julho, mas são muito diversas, de acordo com cada cultivo, e por isso podem se estender de fevereiro a agosto. Contudo, os meses de agosto e setembro são tipicamente reservados para as principais folias religiosas da comunidade, que coincidem com o final das colheitas. A Tabela 3 resume o cronograma produtivo dos principais cultivos em roças de terra seca da comunidade,

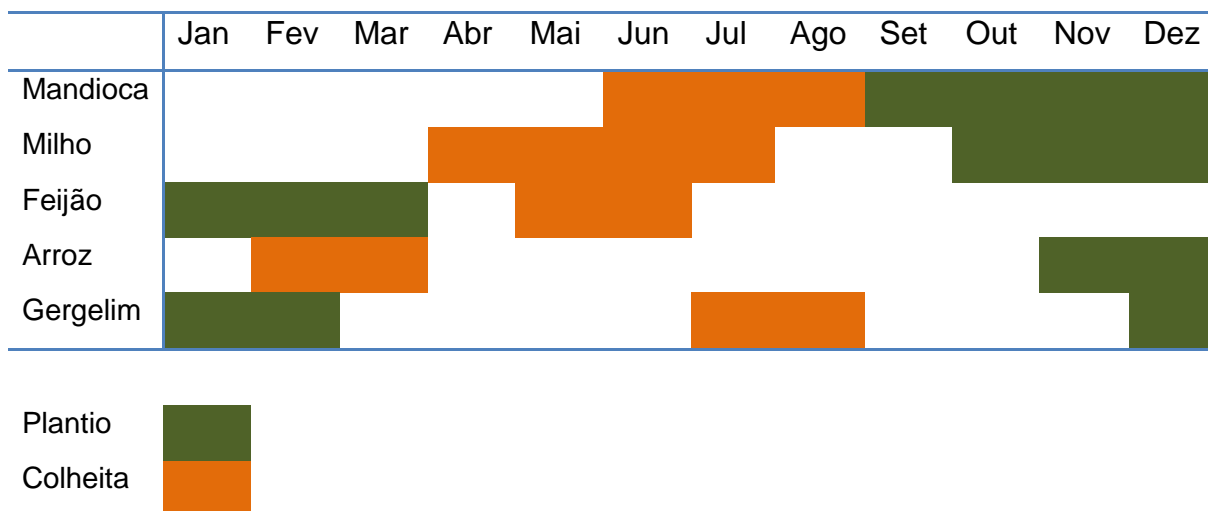
---

<sup>85</sup> Durante os seis anos da pesquisa foi possível observar alguns anos de seca intensa, onde o período das águas se firmou apenas em novembro. Mas também se observou anos considerados abundantes, onde as chuvas se iniciaram em setembro/outubro, considerado o regime hídrico natural da região.

<sup>86</sup> Caberia aqui a sugestão para estudos de diversas áreas relacionados as percepções ambientais da comunidade e as técnicas de observação climáticas empiricamente desenvolvidas, como a previsão das chuvas para vários meses de acordo com o clima dos dias santos. Ou o tipo das primeiras chuvas e a relação com a fartura das águas naquele ano.

porém não considera as variações entre microrregiões, que se mostraram muito pequenas (entre 15 e 20 dias).

Tabela 3 – Ciclo produtivo anual de algumas variedades cultivadas no território Kalunga.



O período de uso das parcelas varia em cada região do território, de acordo com o tipo de solo, vegetação e cultivos. Nas comunidades estudadas esse tempo não é muito diferente de outras regiões da América Latina (SIMINSKI e FANTINI, 2007). As parcelas abertas para as roças de toco são usufruídas pelos produtores por um período de 4 a 6 anos (ELOY; CARVALHO; FIGUEIREDO, 2017a; FERNANDES, 2014; UNGARELLI, 2009), uma média de duas a quatro colheitas de mandioca, o que equivale dizer de quatro a oito anos.

Os dois primeiros anos das roças são destinados a cultivos mais exigentes como o do arroz. Nos anos seguintes as roças são destinadas a plantios conjugados, que se intercalam com cultivos principais o feijão, milho, mandioca e gergelim (como será tratado adiante). Nos últimos anos, além dos cultivos anuais, as famílias produtoras também se dedicam a plantar espécies de ciclo longo, que serão colhidas já no estágio de capoeira das roças. Exemplo desses cultivares são as bananeiras, as árvores frutíferas (amoreiras, mangueiras, pimenteiras), e algumas palmeiras consumidas como palmito.

Após os anos de cultivo, a produção é levada para uma nova parcela (folha), que na maior parte das vezes vem a ser uma capoeira já pertencente à família. O período de pousio, contudo, pode variar bastante de acordo com a necessidade de

terras. O tempo mínimo citado ao longo das entrevistas foi de 6 a 8 anos em regiões com menor disponibilidade de áreas de cultivo, como a microrregião do Ribeirão dos Bois ou do Engenho II antes da liberação das terras pelos grileiros. Em outras partes do território, onde a dispersão demográfica é grande e as terras de cultura ainda não faltam para aqueles que sabem cultivar, os intervalos entre um ciclo de cultura e outro podem chegar a variar de 30 a 50 anos. Entretanto, todos os entrevistados estimaram que o tempo mínimo ideal<sup>87</sup> de descanso da terra era entre 10 e 20 anos, a depender do tipo de solo. O tamanho médio das parcelas abertas para as roças de toco variam de acordo com a região do território estudada. Contudo a microrregião do Vão de Almas apresenta as médias mais baixas, enquanto que a microrregião do Prata e da Contenda apresentam as maiores.

## A ROÇA DE VAZANTE

As hidroculturas<sup>88</sup> são praticadas por diversos povos ao redor do mundo, tendo ficado muito conhecidas pelos cultivos ao longo do Rio Nilo, no Egito, 5.000 anos atrás. Dentre esses tipos de culturas, encontramos os cultivos em áreas inundadas, os cultivos regados ou irrigados e os cultivos em áreas com afloramento de lençol freático. O *sistema de cultivo de vazante* é praticado pela humanidade desde o início da agricultura neolítica, sendo uma alternativa para os cultivos pluviais<sup>89</sup>, para as regiões áridas ou para aquelas regiões que já haviam sofrido com a superexploração das terras de cultura (MAZOYER; ROUDART, 2010)

Essa prática consiste em cultivar as áreas fertilizadas pelas enchentes dos rios, ao longo das terras que os margeiam e são cobertas alguns metros pela água durante o período das chuvas. É comumente praticado ao longo dos grandes rios, durante a estação seca, como uma forma de diversificação dos ambientes cultivados (ELOY; CARVALHO; FIGUEIREDO, 2017a). A adoção dessa estratégia como forma complementar de cultivo assegura uma colheita complementar, em período

---

<sup>87</sup> Tempo mínimo ideal se refere aquele intervalo de tempo considerado correto de acordo com as técnicas aprendidas com as gerações anteriores e que são considerados métodos eficientes e comprovados empiricamente.

<sup>88</sup> Estamos considerando "hidrocultura" como as técnicas que envolvem a água como ferramenta de renovação da fertilidade, como as roças de vazante, as roças de esgoto ou as roças com irrigação.

<sup>89</sup> Cultivos pluviais são aqueles dependentes das águas da chuva, ao contrário dos cultivos irrigados.

alternado, aumentando a diversificação da produção e a disponibilidade de alimentos ao longo do ano.

No Brasil, esse tipo de sistema é comum nas margens dos Rios São Francisco, Tocantins, Araguaia, Solimões e Amazonas, contudo a instalação de barragens e centrais hidrelétricas tem modificado o ciclo da cheia/vazante, prejudicando os produtores dependentes desses sistemas, assim como as proibições ambientais relativas às áreas de cultivo (ELOY et al., 2015; ELOY; CARVALHO; FIGUEIREDO, 2017a). Outros tipos de hidroculutura tradicionais, como as *roças de esgoto* do Jalapão – TO (BORGES et al., 2016; ELOY et al., 2013), a *irrigação por regos* em Terra Ronca – GO (FERNANDES, 2009) e as *roças de regadio* no oeste da Bahia (SOUSA SOBRINHO, 2012), também são modelos ameaçados por essas mesmas questões, e a ignorância a respeito de suas práticas e técnicas só as tornam mais vulneráveis e ameaçadas de desaparecerem.

Esse tipo de cultivo é encontrado concentrado principalmente ao longo dos grandes rios do território Kalunga, como no Rio Almas/Branco, Rio Bezerra e no Rio Paranã. As cheias dos rios geralmente ocorrem entre dezembro e fevereiro, enquanto que a preparação das roças é feita entre maio e junho. Contudo o tempo de pousio é maior, pois o crescimento da vegetação é mais lento nessas fitofisionomias após o plantio (SOUZA, 2018).

É importante que se faça uma diferenciação teórica a respeito de dois termos utilizados pela comunidade Kalunga que podem levar a algumas confusões. Em algumas parcelas do território, como na microrregião do Mimoso, as roças abertas em áreas de mata de galeria e mata ciliar com terra preta, independente de serem áreas alagadas ou não, são chamadas de *roças de vazante*. Diferem das *roças de capão*, localizadas em fitofisionomias de cerradão e cerrado denso, com terras vermelhas e brancas, como descrito pelo pesquisador e presidente da Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso, Lourivaldo Souza em sua dissertação (2018):

As roças eram de dois tipos: de vazante e capão. Na vazante era cultivado arroz, feijão e fumo. Já no capão se cultivava arroz, milho, feijão, mandioca, abóbora, melancia, maxixo, vitamina, jiló, cabaça, junça e amendoim. (SOUZA, 2018, p. 21)

[...] Já a fitofisionomia Cerradão corresponde a "mata capão", onde se observa vegetação com mais árvores, caracterizando uma área de mata mais fechada. As matas ciliares, [...] são as vegetações que estão

localizadas nas margens ou próximas a rios e córregos conhecidas como "vazante". (SOUZA, 2018, p. 36)

Essas roças "na" vazante (classificação local que combina uma região com vegetação e solos específicos) diferem das *roças de vazante* descritas anteriormente, que são cultivadas em solos que ficaram alagados por um período de tempo durante a cheia dos rios. Esse tópico se refere a esse segundo tipo, caracterizado como hidroculutura em contrapartida aos sistemas de cultivo itinerantes de corte e queima, descritos anteriormente.

Nesses ecossistemas as espécies tradicionalmente cultivadas são o arroz, o feijão, o milho e tabaco. Contudo, esta prática é cada vez mais rara, e atualmente os poucos espaços cultivados a partir desse sistema acabam reduzidos à produção do tabaco (fumo) e do milho. As regiões próximas aos grandes rios, como a microrregião do Vão do Moleque e a parte norte da Microrregião do Vão de Almas são regionalmente conhecidas pela produção artesanal do "fumo de rolo" ou "fumo de corda".

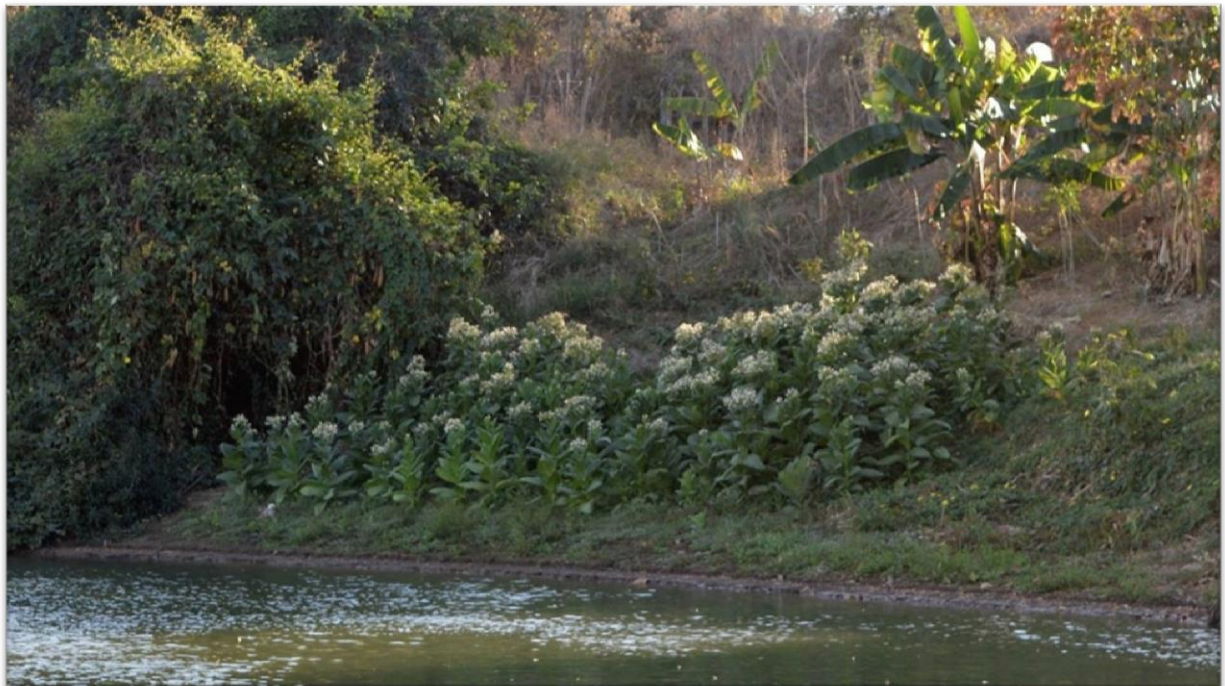


Figura 25 – Plantação de fumo em roça de vazante na região do Vão de Almas, margens do rio Paranã (foto: Rogério Coelho)



## AS CAPOEIRAS

As *Capoeiras*, para fins dessa pesquisa, são definidas como as terras em pousio (descanso). Elas são vistas como um ecossistema de baixo manejo que sucede as lavouras durante um determinado período, nomeado de pousio longo. Podemos encará-la como uma técnica agrícola de renovação da fertilidade do solo, como um ecossistema manejado ou como uma floresta secundária.

O termo *pousio*, alguma vezes empregado como equivalente de capoeira, também pode ser utilizado como sinônimo do termo agrônomo “alqueive”, que remete mais prontamente ao período de descanso do solo entre uma lavoura e outra, onde o solo é enriquecido com resíduos agrícolas ou esterco animal. Por conta disso, os pesquisadores Mazoyer e Roudart optam por fazer uma distinção nominal separando alqueive e pousio (2010), onde o termo alqueive é empregado para se referir a um trabalho agrícola no solo, enquanto que o termo pousio é definido como o “abandono” da área, sendo uma:

[...] Prática agrícola que consiste no **abandono** de uma parcela agrícola após um curto período de cultivo, com vistas a permitir o estabelecimento de uma vegetação espontânea local. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 44)

Contudo, a conotação passiva dada pelas palavras “pousio” e “abandono” levam-nos a preferir o emprego do termo “capoeiras”, muito comum na literatura brasileira (POSEY, 1987; ELOY; CARVALHO; FIGUEIREDO, 2017b; ROBERT et al., 2012) e que nos permite visualizar melhor o aspecto dinâmico que essas áreas manejadas apresentam. As diferenças entre a duração e as condições ecológicas dos pousios podem diferenciá-los em categorias, como *pousio herbáceo*, *pousio arbustivo* e *pousio arbóreo*, com intervalos de “descanso” do solo “*variando de alguns anos até várias dezenas de anos*” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 44).

A relação das famílias produtoras com as capoeiras se assemelha em alguns aspectos com a dinâmica dos quintais, onde espécies de ciclo longo são cultivadas e manejadas para formarem pequenos pomares que serão usufruídos ao longo dos anos de “pousio” da terra (NIEMEYER, 2011) Nesses espaços também são mantidas outras espécies de ciclo longo, espécies têxteis, medicinais e, por algum tempo, outros cultivos remanescentes, como a abóbora, a cabaça e as pimenteiras.

Além do fornecimento de alimentos frescos, remédios e matéria prima têxtil, as capoeiras costuma proporcionar outras duas importantes funções aos sistemas

agrícolas tradicionais: a caça e a reserva de agrobiodiversidade. Os resíduos agrícolas e o manejo do fogo são elementos que costumam tornar um espaço mais atrativo para a fauna local, gerando um pequeno aumento na incidência de animais (ISA, 2013; ROBERT et al., 2012) que pode, ou não, ser usado como espaço de caça.

A conservação da biodiversidade, entretanto, é feita de duas formas: *on farm*<sup>90</sup> e em ranchos, na forma de pequenos estoques de sementes. A primeira forma também é muito comum em comunidades indígenas e ribeirinhas da Amazônia, onde vários tipos de manivas de mandiocas são “abandonadas” nas capoeiras, que funcionam como estoques aos quais os produtores recorrem sempre que preciso. Esse recurso também é encontrado em outras comunidades e pode ser observado para outras espécies e variedades (bananas, mangas, abóboras, pimentas). Já a estocagem em ranchos é a principal ferramenta da manutenção da agrobiodiversidade dos grãos cultivados (arroz, feijão, milho e gergelim), a qual é feita com diferentes técnicas: armazenagem em sacos com cinzas em garrafas *pets* com exclusão do ar em jarros de barro e, mais recentemente, em toneis de plástico.

Essa relação estreita entre a segurança alimentar das comunidades produtivas e suas capoeiras pode ser observado em outras povos e comunidades tradicionais além dos quilombolas, como no caso da comunidade indígenas Krahô (NIEMEYER, 2011), das *ibê*, *ibêny* e *ibêtum*<sup>91</sup> dos Kaypós (ROBERT et al., 2012) e das capoeiras das comunidades ribeirinhas do Médio e Alto Rio Negro (ELOY; EMPERAIRE, 2011). Em todos esses sistemas agrícolas as áreas destinadas ao *pousio floresta de longa duração* são ecossistemas importantes e ativos, mas manejados de forma menos intensa e esporádica.

Contudo, as técnicas empregadas na lida com esses ecossistemas são relativamente pouco estudadas (ELOY; CARVALHO; FIGUEIREDO, 2017a), mas as dinâmicas de sucessão vegetal das florestas secundárias que formam as capoeiras foram temas de diversos estudos ecológicos, mas apenas na Amazônia. Como, por exemplo, as pesquisas que analisam a composição vegetal e a riqueza de espécies (GUARIGUATA; OSTERTAG, 2001; SWAINE; HALL, 1983; UHL; JORDAN, 1984) os diferentes tipos de cultivos e os impactos sobre a regeneração florestal (BROWN;

---

<sup>90</sup> Expressão utilizada para se referir a manutenção da agrobiodiversidade com espécies plantadas em ambientes naturais (não laboratoriais), diretamente no solo.

<sup>91</sup> Classificação dada pelos Kayapós para a gradação das capoeiras novas e velhas (ROBERT et al., 2012, p. 9).

LUGO, 1990; PEREIRA; VIEIRA, 2001) e a degradação do solo (STYGER et al., 2007).

Em relação aos diferentes tipos de capoeiras, de acordo com o tipo de técnica e cultivo agrícola empregado antes do pousio, a literatura indica que as capoeiras de roças de toco são as que apresentam o processo mais rápido de sucessão florestal (FERGUSON et al., 2003; PEDROSO JÚNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008) e que, em termos de regeneração das florestas secundárias, até as capoeiras oriundas do abandono de pastos são mais biodiversas do que aquelas decorrentes de uma agricultura mecanizada (PEREIRA; VIEIRA, 2001).

Além dessas funções das capoeiras, alguns autores tem mostrado que a interferência humana a partir da técnica da coivara, e dos outros manejos envolvidos na agricultura itinerante de corte e queima, atuaram como "*fonte de variabilidade, mantendo, ou mesmo, promovendo a biodiversidade regional*" (ADAMS, 2008, p. 158; ALTIERI, 1999; ANDRADE; RUBIO-TORGLER, 1994; GUPTA, 2000; NEVES, 1995; PEDROSO JÚNIOR; MURRIETA; SHANKAR RAMAN, 2001).

No território Kalunga, esses espaços constituem (como em outras comunidades tradicionais) áreas de grande importância nutricional e tecnológica para as famílias, que logo nos primeiros anos das roças plantam, além dos cultivos principais, espécies de ciclo longo, como a banana, abacaxi, pimenta, mamão, algodão e manga, entre outros. Essas espécies continuam produzindo após a interrupção dos cultivos anuais transformando as capoeiras em pomares, ou quintais, constantemente visitadas em busca de seus produtos alimentares, tecnológicos e medicinais.

Além do cultivo dessas espécies, existem aquelas que são manejadas desde o momento da abertura das roças, e que continuam a serem usufruídas durante os anos de descanso das capoeiras. Essas espécies são principalmente frutíferas, como o pequizeiro, o buriti, jatobá o coco xodó (macaúba) e o coco indaiá, mas em alguns casos também podem ser plantas medicinais e lenhosas, como a sucupira e o barbatimão. Mais adiante, quando tratarmos das roças de pasto, veremos que o manejo dessas áreas também envolvem derrubada seletiva de espécies arbóreas, mas que as espécies escolhidas são diferentes.

De forma geral, se considerarmos todas as macrorregiões do território, as capoeiras Kalungas mantêm as principais funções, já citadas, dentro do sistema agrícola dessa comunidade: Fornecimento de espécies alimentares de ciclo longo, extrativismo de espécies nativas manejadas pela comunidade com fins alimentares, lenhosos e medicinais e bancos de agrobiodiversidade (*on farm* ou em ranchos). As principais espécies encontradas nas capoeiras serão relatadas no capítulo referente à agrobiodiversidade (capítulo 4).



Figura 26 – Comparação entre dois estágios do pousio de uma capoeira e a sua posterior abertura em roça novamente – Vão do Moleque (fonte: Autora).

O tempo de pousio das capoeiras Kalungas varia de acordo com a região estudada (Figura 26). Essa variação se deve a fatores ambientais (tipo de solo, fitofisionomia escolhida para a abertura das roças, condições climáticas do período de cultivo, proximidade de cursos de água) e socioculturais (disputas fundiárias internas, escassez de áreas férteis, demarcação e devolução de terras, políticas públicas atuantes, tradição familiar e disponibilidade de mão de obra). A média geral do pousio no sistema agrícola Kalunga é de 8 a 16 anos, mas é importante que algumas considerações sejam feitas.

O tempo ideal de repouso de uma roça, para a comunidade, é entre 12 e 20 anos. Contudo, esse é um dado generalizante e deve ser relativizado, pois existem limitantes que fazem com que esse intervalo diminua, como a redução das áreas cultiváveis disponíveis próximo as residências, o tipo do solo e a sua fertilidade (solos mais férteis e melhor irrigados precisam de menos tempo em pousio) e o tipos

de culturas cultivadas durante os anos de plantio (algumas roças são abertas apenas para o plantio do arroz ou da mandioca, e por isso são utilizadas por menos tempo, demandando menos do solo.

Dessa forma, regiões com limitações em termo de disponibilidade (ou acesso) a terras de cultura apresentam pousios mais curtos, 6 a 12 anos, como no Vão do Moleque. Mas, mesmo nessa região, encontramos variações internas dependendo da fitofisionomia, do solo e da disponibilidade de mão de obra das famílias. Regiões como o Engenho, com abundância de boas áreas de cultura e com solos considerados pela comunidade como “mais férteis”, apresentam capoeiras com médias de 12 a 20 anos, mas as roças podem ser mantidas ativas por um intervalo um pouco maior, o que altera a dinâmica de rodizio das áreas cultivadas.

Contudo, existem outros fatores que estão modificando as capoeiras e suas dinâmicas. Os produtores de algumas regiões do território, como o Vão do Moleque e o Mimoso, tem mostrado uma maior tendência a transformação das parcelas de roça em pastos. Essa dinâmica ocorre de forma gradual, onde uma roça é aberta pela técnica da coivara (como já descrito), mas após 3-4 anos de plantio de espécies alimentícias, a roça é semeada com gramíneas exóticas, transformando-se em pasto plantado. Por essa ser uma alteração recente ainda não é possível dizer qual será o novo padrão de pousio dessas capoeiras.

Da mesma forma, as roças abertas com tratores também são transformações que carecem de maiores observações, uma vez que ainda não é possível se dizer se esses produtores tenderão para o repouso da terra em capoeiras<sup>92</sup> ou para a transformação dos sistemas produtivos em direção aos modelos de alqueives com aditivos químicos para reposição da fertilidade do solo. As reflexões a respeito das motivações, influências e consequências dessas transformações serão feitas mais adiante, no capítulo 6 – Projetos e Projeções). A tabela abaixo relata a média do tempo de pousio das capoeiras em cada região, além do tempo médio destinado ao cultivo das roças.

Tabela 4 – Comparação do tempo médio de pousio e de uso das roças, de acordo com a região do território.

---

<sup>92</sup> A regeneração da floresta secundária em áreas cultivadas com maquinário agrícola é muito diferente da regeneração de uma capoeira de roça de toco, levando períodos muito mais longos e com uma composição.

Macrorregião	Média pousio	Tempo de Uso da roça
Vão de Almas	8 a 16 anos	3 a 6 anos
Vão do Moleque	8 a 12 anos	3 a 6 anos
Engenho	8 a 20 anos	4 a 8 anos
Mimoso	--	2 a 4 anos

### 3.2. OS QUINTAIS

Outro espaço importante nos sistemas agrícolas das comunidades do território são os quintais, localizados ao redor das casas e que muitas vezes se estendem até as roças mais próximas. O limite entre o dentro e o fora da área domiciliar às vezes é muito tênue, já que a maioria das cozinhas Kalungas são construções externas e abertas, separadas do bloco onde se encontram os quartos. Dessa forma, cozinha e quintal se completam de tal modo que podemos, muitas vezes, encontrar a área destinada à alimentação na sombra de uma árvore próxima, ou escorada nas paredes externas da cozinha voltadas para o quintal.

Esses espaços são, em pequena escala, uma mistura entre roça, pomares e hortas, que abrigam cultivos consumidos no dia-a-dia, ervas, frutas, temperos, galinhas, porcos e algumas espécies nativas que foram selecionadas na hora da limpeza do terreno para permanecerem junto às casas (como o pequi, a cagaita, o jatobá, o buriti, a sucupira e o coco Indaiá). Em decorrência disso, algumas subdivisões às vezes podem ser observadas dentro dos quintais, como o cercado da horta (ou o giral suspenso pra ela), o galinheiro, o chiqueiro, o curral junto a um pequeno pasto plantado, o rancho, a “rocinha” e o pomar.

Os quintais talvez sejam os espaços cultivados mais frequentados, onde grande parte da cotidianidade das famílias acontece, tornando-o um local de experiências, relações e intimidade. Entende-se ele como um espaço de saberes, geralmente situado ao fundo das casas (e algumas vezes nos arredores), onde se encontram plantas, distribuídas em padrões produtivos que respeitam as funções e ciclos das espécies e variedades cultivadas. (PEREIRA; ALMEIDA, 2011).

O quintal Kalunga é mantido e administrado por suas mulheres, que o criam logo após o seus casamentos, pelo papel fundamental na saúde e na alimentação de suas famílias (ALMEIDA, 2010b; GODINHO, 2008; PEREIRA; ALMEIDA, 2011). De acordo com a região e a localização da casa, o tamanho dos quintais pode variar, mas por mais reduzido que ele possa apresentar-se, o quintal está presente no ambiente residencial de todas as famílias visitadas. Nele vamos encontrar representantes de espécies vegetais associadas as três categorias principais: alimentícias, medicinais e de uso tecnológico (confecção de utensílios e outros).

Dessa forma, esses espaços são os que melhor refletem a rica agrobiodiversidade da comunidade. Eles funcionam, muitas vezes, como espaços de experimentação de novas espécies, estoque de variedades<sup>93</sup> e de manutenção de espécies que não são mais cultivadas nas roças, mas que possuem relevância alimentar, mesmo quando deixam de ter importância comercial e de troca. No aspecto da experimentação, os quintais são a porta de entrada de todas as novas variedades de alimentos, sendo o espaço onde o primeiro cultivo se dá, seja de espécies destinadas às roças (como novas manivas de mandiocas e diferentes tipos de feijão), de espécies frutíferas (como frutas exóticas não tão comuns, como pinhas, laranjas, amoreiras) e de verduras e legumes (como novos tipos de tomates, pepinos, berinjelas e folhas).

Esse caráter multifuncional dos quintais pode se originar de alguns elementos significativos, como a irrigação manual que é feita em função da proximidade das casas, da adubação regular oriunda dos dejetos domésticos da família, e do cuidado constante em decorrência da proximidade das casas e cozinhas. Dessa forma, esses espaços se tornam pequenas ilhas de fertilidade, observados e experienciados de perto por suas “*donas*”. São neles onde se encontram as variedades doces de mandioca, utilizadas na culinária do dia-dia, os feijões consumidos frescos, uma boa parte dos legumes, temperos, verduras e frutíferas muito apreciadas para doces e sucos. As plantas medicinais também estão sempre por perto socorrendo as famílias nas mazelas mais diversas (ROCHA-COELHO, 2009; SANTOS, 2015b, 2015c; SILVA, 2013). A lista completa das espécies e variedades encontradas nos quintais é abordada no capítulo 4 (p.173).

---

<sup>93</sup> Muitas vezes, mudas e manivas são mantidas no quintal a espera do momento certo de serem levadas para as roças. Esse é o caso das galhas da mandioca colhida durante seca e que aguarda (na sombra de algum “pé de pau”) o momento certo de retornarem para a terra, ou das mudas de gueroba e coco indaiá.

A hortas ou hortas-pomares, segundo Mazoyer e Roudart, são espaços fora do meio arborizado onde parcelas cercadas de terra são cultivadas de maneira contínua, sem alternância com períodos de pousio (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 142). Esses espaços, que no território Kalunga são geralmente suspenso ou cercado, são formados por uma terra preparada que tem sua fertilidade constantemente alimentada pelos dejetos domésticos, árvores frutíferas e pelo esterco dos animais mantidos próximos da casa (gado e galinhas). Esse pequeno espaço de cultivo diferenciado estava presente em aproximadamente 20% das casas Kalungas em 2004 (SEPP/IR/Fubra, 2004), mas essa porcentagem tem crescido, como observado na comunidade Engenho II, após projetos sociais de hortas comunitárias e o Giral do Saber<sup>94</sup>, realizado por pesquisadores da UFG. Esse crescimento não se deve apenas a projetos assistenciais, mas a um aumento crescente reconhecimento da qualidade dos alimentos cultivados pela própria comunidade, como explicado no relato abaixo:

[...] alguns desses (alimentos) a gente não comia assim sempre nos tempos do pai. A comida do dia-dia era boa, era forte, mas não tinha todo dia folha. Não é que a gente não gostava, mas era uma comida que mudava de um dia pro outro do modo como a gente colhia e encontrava as coisas. Tinha dia que tinha gueroba, outro não. Tinha dia que tinha pequi, outro não, tinha dia que tinha quibebe<sup>95</sup>, outro não. Tinha dia que tinha jiló com quiabo, abobora no feijão, ovo, leite. Outro não. Tinha dia quente que mãezinha fazia suco de fruta doce, tinha dia que a gente quebrava coco indaiá e pedia pra fazer paçoca com rapadura. Hoje ainda é assim, mas hoje a gente sabe mais do importante de ter algumas coisas na comida do dia-dia, ai a gente coloca aqui no fundo, juntinho da casa, não é assim? E se às vezes aqui não tem, do lado tem, a vizinha tem, a cumadi tem, a filha tem. Ai a gente manda os meninos correndo lá buscar e num ligeiro ta pronto aqui. (Moradora do Vão de Almas, 76 anos)

Se as hortas e cozinhas são domínios das mulheres, os pomares sem dúvida pertencem às crianças, que também são suas grandes beneficiadas, uma vez que realizam todas as “entre refeições” (ou lanches) de forma autônoma, em meio às árvores frutíferas dos quintais e do cerrado circundante. Ao contrário das cozinhas, espaço rigidamente controlado pelas mães Kalungas, os pomares e matas oferecem fartura de frutas sem supervisão régia, que faz a alegria das crianças, principalmente durante a estação chuvosa na qual abundam as frutas nativas e exóticas.

---

<sup>94</sup> O Giral do Saber é um projeto de extensão da Faculdade de Artes Visuais da UFG que atua dentro da comunidade Kalunga. Ele tem parceria com a Secretaria do Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (Semira), Prefeitura Municipal de Cavalcanti e com a AQK.

<sup>95</sup> Mandioca cozida em forma de purê



Contudo, essa alimentação frugal das crianças é considerada “comida fraca”, destinado principalmente às crianças, idosos e doentes (SANTOS, 2012b). Mas, entendemos que essa abordagem acaba por descontextualizar a alimentação frugal dos pomares, que na verdade apresenta um caráter diversificador na dieta Kalunga, que se modifica de acordo com a sazonalidade dos alimentos.

Ainda nos quintais encontramos os galinheiros de pequeno porte, onde são criadas aves destinadas à produção de ovos e para o abate. A forma mais comum de criação desses espécimes é solta, onde as aves permanecem soltas durante o dia, ciscando no quintal, e são colocadas para dentro dos cercados durante a noite, protegidas de animais silvestres.

Esses espaços são essenciais para a segurança alimentar Kalunga, uma vez que complementam a dieta familiar somando-se aos alimentos oriundos das áreas de roça, fornecendo frutas, legumes e folhagens. Na realidade, mesmo nas cidades próximas ao território, essas variedades dificilmente são encontradas, devido à péssima qualidade das estradas, que encarecem o preço dos fretes e desmotivam os comerciantes locais. Ou seja, é indispensável que haja esses espaços alimentares junto às casas ou as roças, uma vez que não é possível obter essas variedades de forma regular nem quando se pode pagar por elas.



Figura 27 – Horta suspensa em giral, comunidade do Vão de Almas (foto: Juliana Nallini)

### 3.3. CERRADOS E SERTÕES

Na obra de Mazoyer e Roudart (2010) encontramos um espaço classificado como “floresta virgem residual” descrita como uma parcela residual jamais desmatada da vegetação nativa. Essas parcelas do sistema produtivo seriam mantidas apenas por serem florestas incultiváveis ou de dificuldade elevada para cultivos, em regiões de difícil acesso “*em baixios de vales demasiado úmidos ou em solos muito acidentados, esqueléticos ou pouco férteis*” (p.142). Essa descrição leva, muitas vezes, a um pensamento reducionista que insinua um lógica produtivista onde as únicas parcelas que restariam de mata em pé seriam as “inférteis”, retirando qualquer outra função produtiva ou social que as “florestas residuais” poderiam ter junto as comunidades agrícolas.

Contudo, esses espaços são caracterizados por uma utilização comunal dos recursos naturais renováveis, e suas funções econômicas, sociais e simbólicas junto à comunidade são inúmeras (alimentícias, medicinais, têxtil, tecnológica, religiosa/mística, ecológica, familiares) (DIEGUES et al., 1999). Muitas dessas atividades são nomeadas no Brasil como “atividades extrativistas”, caracterizando as populações que a praticam como “comunidades extrativistas”.

“O termo extrativismo, em geral, é utilizado para designar toda atividade de coleta de produtos naturais, seja de origem mineral (exploração de minerais), animal (peles, carne, óleos), ou vegetal (madeiras, folhas, frutos...)” (RUENDIA, 1995, p. 3).

Essa apropriação comum dos espaços “silvestres em busca de recursos (vegetais e animais) é uma prática tradicional das comunidades quilombolas cerratences que complementam a produção agrícola dos seus sistemas, em uma relação íntima entre produtos agropecuários e extrativistas que garantem a diversidade alimentar das famílias (ELOY; CARVALHO; FIGUEIREDO, 2017a; FERNANDES, 2014).

Os espaços não cultivados formam um complexo mosaico de áreas com diferentes funções junto à comunidade. A diferenciação dessas distintas partes passa despercebida aos olhos não treinados dos forasteiros, mas são limites ecológicos muito claros para a comunidade. Como no caso das áreas de coleta de determinadas frutas (como o cajuí, a mangaba e a cagaita), áreas com presença de

certas plantas medicinais (como o tiú, a calunga e copaíba) ou áreas com maior incidência de fauna (áreas preferidas pelas cotias e veados).

Na comunidade Kalunga, esses espaços não cultivados, de aspecto mais selvagem são nomeados de *cerrado*, *mato* ou de *sertões*. Esses três termos são empregado como forma de se referir a uma paisagem que não é controlada pelas famílias, um território além daquele apropriado pelas famílias. Contudo, essa distinção entre a paisagem familiar e o espaço silvestre não pode ser traduzida como uma separação real entre o espaço conhecido e desconhecido, pois esses “sertões” são conhecidos intimamente pelas famílias próximas, como descrito no relato abaixo:

[...] como o febrão não dava descanso pro menino eu pedi pra minha filha ir lá em sertão pegar um punhado de folha pra eu fazer um chá junto das que eu tinha aqui no quintal. [...] Não, não precisou falar onde tava não! (risos) A gente aqui conhece esse cerradão tudo, cada pé de pau, cada remédio. Parece que não por que a gente só mexe com ele se precisa, e não é toda hora que precisa, né mesmo? (Senhora da região do Vão do Moleque, 53 anos)

[...] naquele ano precisou. Precisou (colocar fogo) por modo de que o capim já tava alto. Fazia mais de ano que não passava fogo por lá. [...] A gente sabe, sabe onde passa o fogo tudo. Ai quando as frutas estão raleando nos lugar que costuma dá a gente ajuda a planta. Ai na época certa coloca o fogo direitinho. Ai no ano seguinte é muita fruta que dá! (Senhor do Vão de Almas, 48 anos)

Como podemos ver no segundo relato, a manutenção da “saúde” desses ambientes é fundamental para o bem estar das famílias que constantemente usufruem do cerrado, seja em busca de alimento, remédios ou matéria prima para construção e reparo das casas. Por conta disso, as famílias estão sempre cientes do que se passa nesses espaços, por mais distantes que eles pareçam das casas e das roças, e os manejam sempre que julgam necessário.

Esse é o caso relatado anteriormente, onde de forma coletiva, as famílias extrativistas se unem para manejar o fogo no início da estação seca (ou até antes do final da estação chuvosa) nas parcelas ricas em determinadas espécies frutíferas com o objetivo de impedir que fogos tardios entrem na área durante a floração ou a frutificação. Esse fogo precoce nas áreas de extrativismo, segundo a comunidade, também favorece a colheita do ano seguinte, que viria mais abundante em consequência da renovação da fertilidade do solo e da diminuição do estrato herbáceo e arbustivo. Assim, percebe-se que essas áreas consideradas como

"mato" são na verdade outro espaço manejado pelas famílias, mas de forma muito esporádica e pouco dispendiosa energeticamente.

Os produtos extraídos dessas áreas, ao longo da história Kalunga, tinham como principal destinação a complementação da dieta familiar, a saúde física, a produção de utensílios domésticos e a construção de residências e ferramentas. Esses produtos eram trocados entre famílias e regiões, e a comercialização monetarizada deles sempre foi dinâmica rara, ficando mais restrita aos produtos das roças (BAIOCCHI, 1999; FERNANDES, 2014; UNGARELLI, 2009). Contudo, tem crescido, dentro do território, a percepção do valor e da qualidade dos produtos extrativistas, aumentando a sua comercialização nas cidades próximas e nas lojas de produtos locais da região.

Nesse sentido, algumas ações têm auxiliado as famílias que possuem interesse em comercializar e processar os seus produtos, como no caso do projeto “Mãe de Óleos Kalunga<sup>96</sup>”, a construção de mini-indústrias de processamento de frutos do cerrado financiadas pelo projeto Kalunga Sustentável<sup>97</sup>, cursos técnicos oferecidos pelo SENAR e pelo SEBRAE<sup>98</sup> e a valorização dos alimentos tradicionais da comunidade a partir do projeto “Alimento Bom, Limpo e Justo” do movimento Slow Food<sup>99</sup>.

Apesar de darmos maior enfoque aos conhecimentos relacionados às plantas alimentícias do cerrado, deixando em segundo plano as variedades medicinais e destinadas a confecção de utensílios, entendemos que todos esses conhecimentos fazem parte do sistema agrícola de uma comunidade (como no caso da confecção das ferramentas agrícolas, ou dos preparados de ervas que cuidam da saúde dos cultivares). O extrativismo vegetal associado a fins medicinais da comunidade Kalunga foi amplamente abordado no trabalho da pesquisadora Natália Massarotto

---

<sup>96</sup> Esse projeto é desenvolvido pela Articulação Pacari com comunidades de Minas Gerais e Goiás. Na comunidade Kalunga ele ganha o nome citado. O projeto recebe apoio do Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN, através do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. (Página do projeto: <http://www.pacari.org.br/produtos/>)

<sup>97</sup> O Projeto Kalunga Sustentável foi uma ação financiada pelo programa “Petrobras – Desenvolvimento e Cidadania”, a partir do ano de 2011. (Página do projeto: <http://quilombokalunga.org.br/kalunga-sustentavel/>)

<sup>98</sup> Diversos cursos de capacitação técnica relacionados aos produtos do extrativismo foram levados à comunidade nos últimos anos, a maioria deles a partir dos sistemas do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Alguns exemplos são os cursos de produção de polpas de frutas, frutas desidratadas, confecção de sabonetes, processamento de plantas medicinais e doces de frutas.

<sup>99</sup> O projeto Alimento Bom, Limpo e Justo foi criado pela Organização Slow Food, no ano de 2017 no Brasil. Teve como prioridade dentro do território Kalunga a identificação de alimentos e produtos com potencial para participarem das campanhas do movimento, como as “Fortalezas” e a “Arca do Gosto”. (Página do projeto: <http://www.slowfoodbrasil.com/projeto>)

(MASSAROTTO, 2009), da Universidade de Brasília, e pode servir de aprofundamento para aqueles que busquem mais a respeito do tema.

As principais espécies nativas utilizadas para alimentação são consumidas *in natura* ou processadas, e podem ser armazenadas para o consumo ao longo do ano ou comercializadas na própria região, em outras comunidades ou nas cidades próximas. Os principais produtos processados oriundos do extrativismo e que são comercializados pela comunidade são: os óleos (de pequi, de coco, de mamona e de gergelim), as farinhas (de jatobá, de coco indaiá e do mesocarpo do barú), as polpas de frutas, os doces de frutas, as conservas, as castanhas (de coco indaiá e do barú), a cachaças (com as frutas ou as ervas) e os frutos desidratados. A lista completa das espécies, usos e seus processamentos pode ser vista no capítulo 4 (Agrobiodiversidade).

Contudo, a distribuição dessas espécies nas regiões do território varia, assim como a quantidade de espaços preservados com vegetação nativa em relação às áreas cultivadas, mesmo que esses espaços já sejam tipicamente menos propícios para a agricultura. As microrregiões onde a produção pecuária possui um maior peso na economia das famílias apresentam áreas menores destinadas ao extrativismo e, muitas vezes, a própria relevância financeira do extrativismo é menos significativa para as famílias dessas localidades. Esse assunto será abordado detalhadamente nos capítulos seguintes, quando tratar-se-á dos aspectos econômicos da comunidade Kalunga.

### **3.4. PASTAGENS E PASTOS**

As fitofisionomias de capo sujo, campo limpo e veredas são frequentemente utilizadas para o pastoreio do gado nas comunidades tradicionais do Cerrado (CARVALHO, 2014; ELOY et al., 2018a). Essas pastagens naturais, tão presentes nesse bioma, oferecem um ótimo recurso forrageiro à criação de herbívoros. As comunidades cerratences desfrutam naturalmente desses ambientes por meio da pecuária de solta na qual, graças ao manejo adequado do fogo, cria-se um mosaico com pastagens em diferentes estágios de rebrota que permitem o pastoreio do gado durante o ano inteiro (inclusive na época da seca). Além do modelo “da solta”, a

pecuária Kalunga também se dá, de forma mais recente, em pastos plantados que surgem em áreas antigamente destinadas para o plantio de lavouras (ELOY; CARVALHO; FIGUEIREDO, 2017b; ELOY; FERNANDES, 2015; SOUZA, 2018).

O fogo como fenômeno no Cerrado é antigo (registros de mais de 40 mil anos antes do presente), e considerado um fator determinante na diversificação e manutenção da vegetação savânica. As populações indígenas a ocuparem o bioma já se utilizavam, e ainda utilizam, do fogo para a caça, para as roças e para a limpeza das áreas habitadas (MISTRY et al., 2005; WELCH et al., 2013). Com a chegada da mineração no centro-oeste brasileiro, durante o século XVI, também chegaram as fazendas que sustentavam o sistema minerador.

Com o declínio dessa atividade colonial, as fazendas remanescentes se tornaram significativamente mais importantes economicamente, e investiram no aumento dos seus rebanhos. E, apesar dos diversos pontos negativos que podem ser levantados contra a criação de gado, essa atividade serviu para a interiorização dos povoamentos nos sertões goianos, além de adaptar muito bem seus sistemas ao ambiente encontrado, criando novos saberes associados específicos para os ecossistemas manejados nessa região (RIBEIRO, 1998; SILVA, 1999b).

Dessa forma, entre 1700 e 1900, a criação de gado na região onde hoje se localiza a Chapada dos Veadeiros foi significativa, deixando seu legado tanto nos escravos que fugiam e buscavam refugio nos vãos, quanto nas famílias agricultoras rurais negras (livres, alforriadas ou “clandestinas”) que encontravam nas fazendas de criação de gado (distantes das sedes dos municípios) empregos, terras e um estilo de vida que perduram e deixam traços culturais na comunidade até os dias de hoje.

Falar de criação de gado no cerrado é falar de fogo, mas infelizmente contamos com um volume considerável “*de pesquisas sobre a ecologia do fogo em vários ecossistemas*”, e, no entanto “*poucos estudos enfocam os aspectos históricos, sociais econômicos e políticos do uso do fogo em escalas locais*” (MISTRY; BIZERRIL, 2011b, p. 45). O que muitos trabalhos chamam de “queimadas controladas” são uma simplificação caricata do complexo conjunto de saberes tradicionais que envolvem o manejo do fogo para renovação da fertilidade dos solos do cerrado. Quando é dito que as comunidades tradicionais se utilizam das “queimadas controladas” por ser esse um método barato (LARA; FIEDLER; DE

MEDEIROS, 2007), invisibilizam todo um sistema técnico tradicional que se desenvolveu ao longo de séculos junto ao Cerrado. O fogo possui diversas funções quando manejado nas pastagens nativas e nos pastos plantados, como trataremos a abaixo.

Descreveremos a seguir as principais características desses dois espaços produtivos da comunidade Kalunga, além de ressaltar os conhecimentos associados ao uso dessas áreas.

### **PASTAGENS NATIVAS MANEJADAS**

O uso e o manejo das pastagens nativas no Território Kalunga é feito de acordo com o direito costumeiro, onde a terra é tratada de modo coletivo (BAIOCCHI, 1999; MARINHO, 2013; SILVA, 1999a; UNGARELLI, 2009), uma vez que as pastagens, veredas e cerrados são espaços comuns, que todos podem usufruir. Essa manutenção de espaços coletivos (pastos, veredas, brejos, cerrados) constitui, segundo Elinor Ostrom, formas de cooperação que podem ser chamada de *reciprocidade*, onde existe o compartilhamento ou partilha das parcelas manejadas (OSTROM, 1990; SABOURIN, 2011).

O Cerrado, além de ser rico em fitofisionomias de extrato herbáceo (como campo sujo, campo limpo e veredas), também apresenta o cerrado ralo, o cerrado rupestre e o parque de cerrado, que são propícios para o pastoreio do gado em sistema de solta ou “na larga”, como os moradores costumam falar:

[...] é pouquinho, a gente tem uns 6, 8 gadinhos criado na solta ai pros lado do morro da vaca. Ai ele (o marido) vai campear os bichos, de 15 em 15 (dias) pra ver se os bichinho tão bem, se não tem vaca parida, se não deu bicheira. (Moradora do Vão de Almas, 44 anos)

Esses espaços naturais, utilizados para a criação do gado, são o que estamos chamando de pastagens nativas, onde existe o chamado capim “agreste” que é manejada com o fogo ao longo do ano para fornecer, de forma alternada, alimento ao rebanho durante a época da seca. Os primeiros manejos são feitos entre maio e junho (início da estação seca). O objetivo desse primeiro fogo, chamado de “precoce” (Figura 29), é promover a rebrota do capim para alimentar o rebanho, aceirar áreas que irão ser manejadas com fogo durante a estação seca e reduzir o material combustível de áreas sensíveis a passagem do fogo tardio (casas, roças,

matas utilizadas para o extrativismo de frutíferas, veredas). O intervalo de tempo mais comum entre a queimada a o pastoreio é de 20-40 dias, variando de acordo com a localidade observada, onde pode existir maior ou menor necessidade de pastos, ou de acordo com as condições climáticas (secas prolongadas acabam por induzir a redução do intervalo entre queima e pastoreio das áreas).

Entre junho e agosto outro manejo do fogo pode ocorrer nas áreas de pastagem nativa também com o objetivo de renovação dos pastos para alimentação do rebanho, chamado de “fogo do meio da estação seca” (Figura 29). Em alguns casos, em regiões onde as pastagens nativas são abundantes, apenas um desses manejos é necessário (geralmente o do meio da estação). Contudo, em anos de seca extrema, onde as chuvas acabam cedo e demoram a retornar (outubro/novembro), como ocorrido em 2014 e 2015, um terceiro manejo pode ser necessário para os criadores que possuem um maior número de animais, ou que estão em regiões com baixa disponibilidade de pastagens.



Figura 28 – Pastagem nativa na região do Engenho, uma semana após o manejo do fogo. (Fonte: Autora).

Esse terceiro fogo, chamado de fogo tardio, é colocado entre agosto e outubro. Seu manejo é o mais delicado dos três por ocorrer no auge da estação seca e dessa forma correr maior risco de “escapar”, saindo do controle dos



produtores (Figura 29). Para evitar que isso ocorra as famílias costumam aceirar a região ao redor das pastagens no início da estação seca, convocar mão de obra extra para o dia do manejo e escolher a lua e o horário ideal para colocar fogo. Mas, mesmo com todas as precauções, é comum que alguns dos “fogos tardios” escapem, tornando-se incêndios.

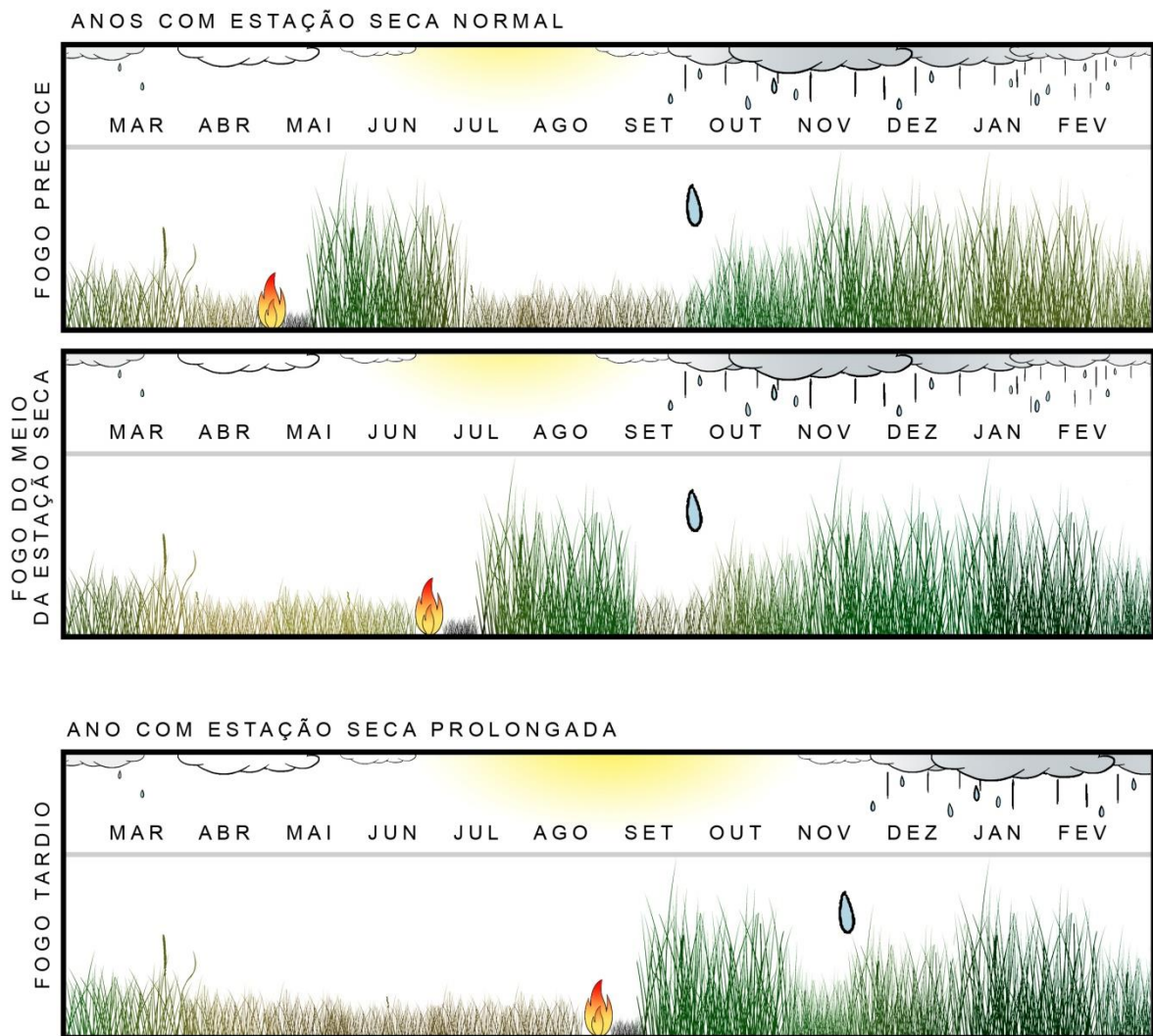


Figura 29 – Comparação entre os diferentes manejos de fogo encontrado dentro do território: fogo precoce, fogo do meio da estação seca e o fogo tardio (utilizado principalmente em anos de seca prolongada) (fonte: Autora).

Nesse sentido, a criação do corpo de Brigadistas do PrevFogo dentro da comunidade Engenho II e a Brigada da Cidade de Cavalcante tem auxiliado na parte do combate aos incêndios florestais da época da seca (entre junho e setembro). Algumas ações dessas equipes, oriundas de um novo pensamento a cerca do fogo

no cerrado, têm proposto o Manejo Integrado do Fogo (MIF) entre as comunidades produtivas, os órgãos governamentais e as brigadas locais. Esse processo, baseado numa construção coletiva de calendários de manejo, de ações preventivas e constante reavaliação das atividades realizadas, ainda se encontra em estágio inicial de implementação na região da Chapada dos Veadeiros e, principalmente, na região do Território Kalunga.

Contudo, algumas atividades têm caminhado no sentido de auxiliar os produtores na realização de seus próprios manejos nas áreas selecionadas a cada ano, desde que informem antecipadamente às brigadas, como já ocorre, por exemplo, na região do Jalapão<sup>100</sup> (BORGES et al., 2016; ELOY et al., 2018a; ELOY; FERNANDES, 2015), nas Terras Indígenas Xerente e Parque do Araguaia (MISTRY et al., 2005), e em outras partes do mundo, como África (BEATTY, 2011; KOJWANG, 2000) e Austrália (RUSSELL-SMITH et al., 1997; YIBARBUK et al., 2001). Dessa forma, tanto no momento da abertura das roças, quanto no manejo dos pastos, as famílias podem solicitar a presença da brigada para acompanhar a queimada, a fim de combater qualquer foco de fogo que, por ventura, possa “escapar” do controle.

Essa forma de manejo das pastagens (mas que também pode ser estendido para a lógica da partilha das terras produtivas) depende de relações de confiança, de engajamento das partes envolvidas e da capacidade de inovação do grupo (OSTROM, 1990). Além disso, esses espaços compartilhados são repletos de significados que vão além da esfera física, carregando em si histórias familiares e marcos identitários que passam despercebidos a aqueles que não fazem parte da cultura local. Esses elementos são geralmente determinantes no modelo tradicional de tomada de decisão sobre a utilização dos espaços.

Esse uso, apesar de coletivo, é organizado e dividido em grupos familiares ou de afinidade, que podem manejar as pastagens juntos e dividirem as obrigações do pastoreio do gado, chamado por eles de “campear”. Essa atividade consiste na localização periódica (geralmente a cada 15 dias) dos animais para avaliação de saúde e redirecionamento rumo a novas pastagens. Assim, os rebanhos são

---

<sup>100</sup> O Projeto Cerrado Jalapão, realizado entre os anos de 2012 e 2017, foi uma parceria entre o governo Brasileiro e Alemão no sentido de aprimorar o Manejo Integrado do Fogo (MIF) no Cerrado, contribuindo para a conservação da biodiversidade, para a manutenção do Bioma como um sumidouro de carbono de relevância global e para a redução de emissões de gases de efeito estufa (<http://cerradojalapao.mma.gov.br/>).

formados geralmente por animais de 3 a 5 famílias. É muito comum que os membros mais velhos da comunidade deixem seus pequenos rebanhos (2-6 cabeças) sob a responsabilidade de membros mais novos, como filhos, netos e sobrinhos.

Produtores especializados na pecuária apresentam rebanhos maiores, entre 30 e 90 animais (como será citado no tópico 0), mas que raramente são formados exclusivamente por animais de uma família. É recorrente que esse coletivo de animais seja de um único grupo familiar, mas composto de pais e filhos, ou de irmãos.

De forma complementar ao pastoreio em pastagens nativas, tem crescido a presença de pastos plantados dentro do território Kalunga. Contudo, o sistema de criação continua baseado predominantemente na prática de solta em pastagens nativas e em nenhuma família entrevistada foi verificado pastoreio exclusivamente em áreas de pasto plantado. As parcelas destinadas ao plantio do capim exótico apresentam uma função complementar, exercida principalmente no final da estação seca e para os animais que ficam próximos das residências, como será abordado no tópico abaixo.

## **PASTOS PLANTADOS**

Em algumas comunidades dentro do território Kalunga a crescente importância do gado na economia das famílias tem motivado a plantação de pastos com gramíneas exóticas, como o capim Braquiária, o Andropogon e o Jaraguá. Essa prática auxilia na garantia de pastos verdes por mais tempo ao longo da seca e proporciona um ambiente mais controlado para os animais que necessitam de atenção especial. As “*roças de pasto*”, como também podem ser chamadas, estão geralmente localizadas próximas às casas, mas essa dinâmica pode variar de acordo com a localidade observada.

A partir da década de 1960, junto com a grilagem das terras quilombolas, e dos “fazendeiros”, chegavam também as sementes de capins exóticos e as cercas de arame, tecnologias indispensáveis no modelo pecuário dominante (RIBEIRO, 1998; SILVA, 1999a; SOUZA, 2018).

[...] eu mesmo nunca tinha visto (cerca de arame) até que os paulistas chegaram. A gente fazia cercado de pau, trançando eles assim, sabe? [...] Meu pai conta que quando os fazendeiros mandavam os homens com arma

pra tirar a família da terra, num dava nem um dia e já chegava uns tanto levantando cerca de arame. (Morador do Engenho, 46 anos)

Por necessidade financeira, e muitas vezes, por intimidação e medo, muitos agricultores do território começaram a trabalhar para os fazendeiros que haviam grilado suas terras. Às vezes os membros da comunidade trabalhavam como meeiros, às vezes como vaqueiros e, em alguns casos, até como capatazes encarregados de afastar e vigiar as terras griladas contra a própria comunidade, encargo que comumente era dado a adolescentes e homens jovens, que se deslumbravam com o poder dado pelos forasteiros, como relatado abaixo:

[...] ele mesmo, esse senhor que hoje tá aí, naquela época era menino moço, mas com arma na cintura ficava todo valente, falando em nome dos paulistas, passando recado, sabe? [...] Num foi só ele, num é mesmo?! Eles escolhiam os homem moço, que ainda não tinha casado, que não tinha roça, que não sabia o que tava perdendo, não sabia a sofrida de quem tava perdendo as roças. (Moradora do Engenho II, 75 anos)

[...] Eu ainda era moço, não tinha casado, nem pensado ainda nisso. Pensar até tinha, num é?! Mas não tinha! Ai tinha o pessoal da fazenda que tinha cercado tudo isso aqui e falado que era dono, com papel na mão e tudo. O povo daqui não tinha o papel. Ai eles estavam procurando homem pra tocar o gado, campear como a gente falava. Ai pai achou que ia ser bom. A cada 10, 15, 20 bezerros, um ficava pro vaqueiro. (Morador do Vão do Moleque, 68 anos)

Dessas relações que se estabeleceram entre fazendeiros e Kalungas, as sementes exóticas de gramíneas foram o legado mais fortemente presente na cultura pecuária local. Apesar dos relatos dos produtores mais velhos não fazer referência ao nome dos primeiros capins plantados, décadas de 1960 e 1970, os principais gêneros encontrados atualmente na comunidade são o *Brachiaria* (*Brachiaria ssp.*) e o *Andropogon* (*Andropogon ssp.*). A primeira variedade é chamada pela comunidade de “*Braquiária*” e é conhecida por dominar a área semeada e gerar um fogo muito forte e rápido, quando manejada. A segunda é popularmente conhecida como capim “*Andropó*” ou “*Agropolo*”, e por ser mais resistente ao período da seca, hoje em dia é o preferido pelos criadores na hora de semear pastos.

As sementes raramente são compradas, são colhidas após a floração do capim e estocadas nos ranchos até a próxima estação das chuvas, quando são lançadas novamente na área de roça para renovação do capim e para adensamento do pasto. A troca e distribuição de sementes entre vizinhos e parentes é uma prática recorrente, muito mais comum que a venda, seja para as espécies das roças de

comida ou de pasto. Essa forma de ajuda mútua e cooperação, como já foi citado, é mais um exemplo dos processos de reciprocidade descritos por Elinor Ostrom que encontramos nas práticas produtivas da comunidade (OSTROM, 1990; SABOURIN, 2010).

Como já foi citado, o processo de surgimento do pasto plantado geralmente se dá através da transição de uma parcela de terra de cultura no modelo itinerante de roça, para uma roça fixa de pasto plantado. No momento em que a roça seria “abandonada” para se tornar uma área de capoeira (por volta do terceiro ou quarto ano) o produtor semeia o capim por lançamento manual das sementes na terra no período do início das chuvas (entre outubro e dezembro). Nesse sistema de cultivo encontramos poucas árvores, apenas aquelas selecionadas no momento da abertura das roças de toco. Esse tipo de pasto geralmente é pequeno, mantendo as dimensões originais das roças, limitadas pela disponibilidade de mão de obra para a coivara.

Em algumas comunidades, como na região do Mimoso, também se encontra uma forma de transição das roças para o pasto que acontece de forma gradual, com a convivência entre espécies alimentícias e o capim plantado, como relatado por Souza (2018) no núcleo rural Forte. Nesse exemplo, foi observado o cultivo do milho junto ao capim Braquiária.

Contudo, outros dois tipos de pasto plantado podem ser encontrado no território: o pasto plantado aberto com maquinário pesado e o que mistura a pastagem nativa e os capins exóticos. As parcelas que são manejadas com tratores necessitam de insumos agrícolas e, por terem as raízes arrancadas do solo, são áreas consideradas inaptas para voltarem a serem roças de toco, mas que por usarem mecanização conseguem atingir dimensões maiores.

[...] ajuda sim, quando chega o trator, dá pra fazer roça grande, mas se a gente passa o trator e tirar as raízes a capoeira não volta e a terra não descansa. Modo de que não tem como fazer roça de novo, só usando adubo e químico, não é mesmo assim? (Moradora do Engenho II, 34 anos)

Esse tipo de roça é encontrado principalmente na parcela do território dentro do município de Monte Alegre, na parte norte, e na microrregião da Contenda. Mas também possui uma frequência maior do que no resto do território na Microrregião do Ribeirão dos Bois. Algumas dessas roças visitadas foram abertas como áreas-modelo a partir de programas de assistência técnica rural, financiados pelo estado e

pelos municípios. Nas análises espaciais a partir de sensoriamento remoto, esse modelo de pasto é facilmente diferenciado dos demais pelo seu formato geométrico muito reto, pelas dimensões maiores e pela exposição do solo no período seguinte a abertura. Além disso, as alterações vegetais observadas ao longo do ano são muito baixas quando comparadas aos outros modelos.

O terceiro tipo de “roça de pasto”, ou pasto plantado, é na verdade o “fortalecimento” de pastagens nativas já manejadas com o fogo, a partir de sementes de capim exótico, principalmente o *Andropó*. A “lança” das sementes é feita no final da seca ou no início da estação chuvosa. Esse modelo de enriquecimento das pastagens se dá de forma gradual, tanto em densidade de capim quanto em área de pasto, geralmente partindo de uma pequena parcela próxima a residência das famílias, e crescendo de forma orgânica de acordo com a permeabilidade da vegetação circundante. Chamaremos esse terceiro tipo de roça de pasto de “*misto*” para fins de diferenciação.

Cada região apresenta uma cultura diferente em relação aos pastos plantados, que podem ser pequenos e quase inexistentes ou abundantes e grandes. As microrregiões onde os pastos plantados possuem áreas maiores são Ribeirão dos Bois, Vão do Moleque e Contenda, com a diferença que na região do Ribeirão dos Bois e da Contenda encontramos maior influência da mecanização nas roças, enquanto que na região do Vão do Moleque os *pastos mistos* e os pastos plantados manualmente são mais comuns no que diz respeito a essa categoria de pastos.

A microrregião do Vão de Almas apresenta a menor média no que diz respeito aos pastos plantados (0,2 ha). Isso se deve, principalmente, ao fato desses pastos serem cultivados nas antigas áreas de cultura, na maioria das vezes ao lado das casas. Além disso, essa região apresenta os menores rebanhos, que são criados principalmente em pastagens nativas, ou em pequenas parcelas de pastos mistos muito pouco desenvolvidos em decorrência do tipo de solo.

Tabela 5 – Média da área das roças de pasto (pastos plantados) de acordo com a microrregião do território.

Região	Microrregião	Pastos plantados
Vão de Almas	Vão de Almas	0,2Ha
	Contenda	1,9Ha
	Ribeirão dos Bois	3,7Ha
Vão do Moleque	Vão do Moleque	2,7Ha
	Prata	1,3Ha
	Forno	3,8Ha
Engenho	---	---
Mimoso	---	---

A microrregião do Engenho, que compreende principalmente o povoado do Engenho II e as roças de seus moradores, também apresenta uma baixíssima quantidade de pastos plantados e que, em decorrência da dinâmica espacial diferenciada, se encontram afastados das casas. A abundância de boas pastagens nativas nessa região faz com que a comunidade compartilhe mais essas áreas e necessite menos dos pastos plantados, o que também leva a um menor manejo do fogo ao longo da estação seca.

Outra mudança que pode ser observada ao analisarem-se os pastos plantados das comunidades é que, em algumas regiões, a demanda por áreas de pastos plantados tem crescido de forma a deslocar as roças de alimento para zonas distantes dos cursos de água. Isso cria, assim, uma inversão do padrão de distribuição espacial tradicional, onde as roças estavam próximas às casas e os pastos longes. Esse é o caso de algumas comunidades do Vão do Moleque e do Prata.

Contudo, essa inversão leva a uma diminuição da produtividade das roças, uma vez que passam a ser feitas em solos mais fracos, menos úmidos e mais distantes, acarretando em mais dificuldades que podem culminar em um menor cuidado com a terra. Nesses casos a família produtora passa a depender do dinheiro e das compras de produtos nos mercados das cidades próximas. Mas existem casos, como o do relato abaixo, em que as famílias que mudam as áreas produtivas não o fazem por vontade própria, sendo forçadas a procurarem novas terras, uma vez que os criadores de gado “reivindicam” suas antigas áreas de cultura:

[...]eu moro aqui a mais de 40 anos, sabe. E desde que eu me casei eu fazia roça perto daquele brejo. Mas ta difícil agora, por que as terras boas

pra roça não tem mais. Ai aqui onde ta a roça agora falta água, dá pouco, você entende?! [...] Não, eu saí de lá por que o menino apareceu falando que os donos da terra, os paulistas, tinha deixado ele na responsabilidade [...] e o povo só quer saber de criar gado. Ai virou tudo roça de pasto! [...] Mas e ai, o que o povo vai comer? Eles não entende que se você colocar no papel vai ver que o que você gasta pra comprar a comida todo mês é muito mais. [...] E ainda precisa comprar a comida fraca da cidade, gosto de um nada! (Morador do Vão do Moleque, 71 anos).

## O REBANHO E O CONSUMO

Historicamente, a raça de gado criada em todo o interior do Brasil, inclusive nos vãos e serras Kalungas, era o gado Curraleiro, também conhecido como “pé-duro”, extremamente resistente às condições do sertão, suportando a solta, o calor e a seca (BAIOCCHI, 1999; RIBEIRO, 1998). Essa raça teve origem com um rebanho trazido da Península Ibérica pelos portugueses, logo no início da colonização, com o objetivo de alimentar os grupos de colonos que chegavam ao “novo continente”. O deslocamento desses rebanhos pelos diferentes ecossistemas brasileiros determinou um “processo de seleção natural de populações distintas” muito adaptadas (FIORAVANTI et al., 2008).

Foi esse gado que chegou ao atual estado de Goiás, junto com os mineradores e fazendeiros durante o século de 1700, mas apesar de ser resistente a doenças, condições extremas e de produzir “na larga”, esse raça sempre foi considerada “arredia”, pouco produtiva (mortalidade alta entre os bezerros), com baixíssima produção de carne e de leite e com chifres “enormes” (RIBEIRO, 1998). A baixa fertilidade e a demora em atingir a maturidade reprodutiva também eram questões relatadas pelos criadores da época, mas entre prós e contras o Curraleiro se espalhou pelo interior, e se adaptou junto às famílias criadoras do Cerrado.

Apesar de já haverem tentativas de melhoramento nas raças de gado desde o século XIX, como o caso da mistura com o gado Malabar e com o Zebu, somente no século XX, com vários programas de cruzamento e melhoramento de raças, é que o perfil dos rebanhos do Goiás começou a mudar (FIORAVANTI et al., 2008; NEIVA; SERENO; FIORAVANTI, 2011; RIBEIRO, 1998). A introdução do gado Nelore teve uma boa repercussão junto às famílias criadoras e fazendeiros, ao ponto de, em algumas regiões, o Curraleiro até ser considerado ameaçado de extinção. Mas, o que se observa em campo é uma mistura desses dois rebanhos, onde encontramos



indivíduos com características de ambas as raças, em diferentes escalas de miscigenação a depender da região do território.

As regiões onde a produção de gado é maior e mais significativa economicamente para as famílias observamos um rebanho com características mais predominantes das raças novas, principalmente da Nelore, como é o caso da região central do Vão do Moleque e da região Norte do Vão de Almas. Já nas microrregiões onde a criação de gado possui caráter apenas complementar na renda familiar, com perfil de poupança<sup>101</sup>, vemos características mais fortes do Curraleiro no perfil dos rebanhos. Na região do Mimoso, ainda encontramos citação de mais um tipo de gado, chamada de Gado Mirandeiro. Essa raça seria maior e mais produtiva (para leite) do que o gado Curraleiro (SOUZA, 2018).

É importante ressaltar, contudo, que a permanência do germoplasma Curraleiro é significativo para o modelo de criação “na solta”, uma vez que ele se alimenta dos pastos nativos e apresenta grande tolerância alimentar, além da resistência a doenças. Já as raças mais novas necessitam de capim “manso” para complementar a sua dieta, um dos motivos pelo qual começaram a surgir os pastos plantados na comunidade, além da alteração do regime de queima das pastagens nativas, para atender melhor a demanda alimentar dos novos rebanhos.

Essa persistência, mesmo que misturada, da raça Curraleira no território Kalunga justifica algumas diferenças que surgem em relação à criação de gado em outras comunidade quilombolas, como as do Jalapão, no estado do Tocantins. Nessa região, o predomínio das raças zebuínas, mais exigentes dos pastos de capim “manso”, levaram a comunidade a mudar algumas práticas do seu regime de fogo propiciando mais pastos jovens ao longo da estação seca, além do cultivo maior de pastos plantados junto as casas. Esses espaços são fundamentais durante o início das chuvas, a fim de se evitar que o gado ingira areia junto com capim, o que seria a causa do “mal do toque” junto às raças escolhidas para aquela região (BORGES et al., 2016; ELOY; FERNANDES, 2015).

---

<sup>101</sup> A criação de algumas cabeças de gado é vista pela comunidade como uma forma de poupança, onde o dinheiro está investido de forma segura e pode ser “resgatado” sempre que necessário com a venda ou abate do animal. Essa prática é muito comum quando algum familiar se encontra doente, ou é preciso realizar alguma viagem, ou até mesmo em decorrência de uma festa ou um casamento.

O sistema pastoril dos Kalungas, como já foi citado, possui diferentes modelos econômicos que variam de acordo com o perfil da família criadora, mas de forma ampla podemos dizer que ele visa principalmente à criação de bezerros para a venda, ainda jovens, e a produção de carne para consumo interno da comunidade. A criação de vacas para a produção de leite é um modelo raro dentro do território, por mais que a produção familiar de queijos seja uma prática comum quando existem vacas paridas no rebanho.

81% das famílias Kalungas entrevistadas criam gado, mesmo que em quantidades pequenas (abaixo de 10 cabeças). Isso fica claro quando levamos em consideração a presença dos currais (de madeira ou arame) presente na maioria das casas Kalungas (78%) observadas nas imagens de satélite e nas visitas de campo. Essa estrutura é destinada apenas para o pernoite de alguns animais, vacas prenhas e animais doentes, mas demonstra a importância da atividade pastoril para as famílias, uma vez que a construção e manutenção desse espaço requerem grande gasto energético e, muitas vezes, monetários dos produtores, como explica a moradora do Vão do Moleque:

[...] eu mesma não tenho como levantar mais nada dessas coisas, num é? Mas faz uns três ou quatro anos, eu paguei o meu vizinho mais o filho dele pra levantar o curralzinho ai. [...] Gadinho eu tenho faz mais tempo sim, meu menino mais moço me ajudou a comprar o primeiro faz tempo. Ai ficava lá mais ele pra modo de ele cuidar, mas ai como eu arrumei mais uns foi melhor levantar o cercado, num é?! [...] Meu filho ainda cuida sim, oh se cuida! Cuida muito bem! Mas tem épocas que precisa vir mais pras minhas bandas do que pras bandas dele. Ai fica melhor assim, mas num é?! (Moradora do Vão do Moleque, 56 anos)

Como já foi dito, uma parcela da produção pecuária da comunidade é destinada para a venda e engorda ainda jovem, mas grande parte das pequenas criações (famílias que não tem como principal estratégia familiar a pecuária) tem como objetivo a venda interna dentro da comunidade, destinada ao abate para o consumo da carne. Essa comercialização se dá principalmente no âmbito local, entre vizinhos e parentes próximos, por meio da divulgação boca a boca que anuncia a intenção e data prevista do abate.

Quase todas as partes do animal abatido são aproveitadas, seja como alimento ou matéria prima para artefatos. A carne pode ser consumida fresca ou seca, mas o forma mais comum de conservação, em decorrência da ausência de energia elétrica até muito pouco tempo na maioria das casas, é a secagem ao sol. Essa forma de

conservação prolonga a possibilidade do consumo da carne em algumas semanas. Já a carne fresca é mais consumida em dias de festas e festejos, como casamentos, aniversários, romarias e folias, onde a quantidade de comida preparada é grande e o consumo é imediato.

Os ossos são utilizados para a confecção de caldos e cozidos, e depois podem ainda ser transformados em farinha ou pequenos utensílios. Já a pele dos animais é destinada para a confecção de artefatos domésticos, como as *bruacas*, caixas de estrutura de madeira cobertas de couro utilizadas para transportes em animais. Além da função de armazenamento e transporte, as *bruacas* também se transformam em instrumentos musicais utilizados para o toque da *sussa* (dança típica das mulheres Kalungas).

O Consumo da carne de gado ocorre de forma alternada na alimentação Kalunga, intercalando-se com a carne de aves, peixes e, mais raramente, suínos. Contudo, existe uma preferência alimentar pela carne produzida dentro do território, considerada mais saborosa e saudável pela comunidade, traço marcante do paladar identitário da região, como descrito por inúmeros moradores:

[...] a carne da cidade não tem o mesmo gosto, não! Não tem sabor direito, é sem graça. A gente só compra lá quando não tem nadinha por aqui. (Morador do Engenho, 36 anos)

[...] e a gente ainda fica pensando, sabe, o que que tem nessas carnes que vende por ai. E modo de que a carne (da cidade) tem um gosto estranho, num é?! (Morador do Vão de Almas, 43 anos)

[...] Hum! Não como, não (a carne da cidade)! Se o vizinho tem, Bom! Se a gente tem, bom! Se não tem, não tem sismeira (problema). Tem peixe pra pescar, tem galinha pra matar, tem gueroba pra comer! Comida boa, não essa coisa que tem nos mercados. (Moradora do Vão de Almas, 82 anos)

O tamanho do rebanho por família varia de acordo com a região do território analisada, como demonstrado na tabela abaixo<sup>102</sup>. Contudo, as médias de rebanho camuflam as variações internas de cada região, tanto no sentido das variações entre as diferentes famílias, quanto nas diferenças entre as microrregiões.

---

<sup>102</sup>Esses dados foram levantados entre 2014 e 2018 com famílias de todas as regiões do território goiano. Contudo, como a quantidade de famílias entrevistadas por microrregião não foi igualmente distribuídas, optou-se por montar uma comparação por macrorregiões.

Tabela 6 – Rebanho médio de acordo com a região do território analisada, com um total de 90 família entrevistadas entre 2014 e 2018.

REGIÃO	REBANHO (MÉDIA)	Nº DE FAMÍLIAS	OBS.
Vão de Almas	10 cabeças/família	37	A microrregião da Contenda apresenta uma média de 35 cabeças, enquanto que a microrregião do Vão de Almas apresenta uma média de 10 cabeças.
Vão do Moleque	30 cabeças/família	33	----
Engenho	15 cabeças/família	20	----
Mimoso <sup>103</sup>	----	----	----

A região do Vão de Almas apresenta as maiores variações entre as microrregiões. A microrregião da Contenda, acima do rio Paranã, apresenta um perfil econômico mais marcado pela pecuária em decorrência das fazendas griladas ao longo das décadas passadas e das políticas públicas atuais. Dessa forma, o rebanho médio dessa microrregião é muito superior ao encontrado na microrregião do Vão de Almas (Contenda = 35 cabeças; Vão de Almas = 10 cabeças), mas a quantidade de famílias entrevistadas na segunda microrregião é muito superior (Contenda = 5; Vão de Almas = 20). Além disso, em todas as parcelas do território encontramos famílias sem nenhum rebanho, por menor que seja esse tipo de perfil.

A região do Vão do Moleque apresenta uma maior homogeneidade de tamanho de rebanho (média de 30 cabeças por família) por microrregião, por mais que na microrregião do Prata o número de animais seja levemente menor (20 cabeças). Entretanto, nessa região as diferenças entre famílias produtoras é maior, pois encontramos tanto perfis extremamente especializados na produção de gado (60-90 animais), quanto famílias que produzem apenas para complementação de renda e reserva financeira (3-6 animais). Cabe também citar que, algumas famílias dessa localidade relataram que parte rebanho é *campeado* em outras regiões do território (como o Engenho, por exemplo). Isso ocorre em determinados meses do ano, demonstrando que existe certa fluidez de fronteiras entre as áreas produtivas das diferentes regiões.

A região do Engenho também apresenta grande variação interna de perfil produtivo, onde observamos criadores especializados (40-50 animais) e produtores que mantem o gado apenas como reserva financeira (3-6 animais). Contudo, uma

<sup>103</sup> Como já foi citado, a pesquisa na região do Mimoso se deu apenas por pesquisa bibliográfica, por isso não há informações suficientes para comparação.

diferença significativa dos produtores especializados do Engenho e do Vão do Moleque é que na primeira região a produção se dá majoritariamente em pastagens nativas ao longo do ano todo, enquanto que na região do Vão do Moleque a produção é mais dependente dos pastos plantados e dos grandes compradores de gado da região.

O valor médio na região de Cavalcante, no ano de 2018, de um bezerro (8 meses a 1 ano) ficava entre R\$800,00 e R\$1000,00, enquanto que valor do gado “gordo” adulto variava de R\$1000,00 a R\$1500,00.

### **3.5. RIOS**

Por fim, os rios são ecossistemas explorados ao longo de todo o ano pelos moradores de suas proximidades. Independente do tamanho do rio (mas os mais largos são mais procurados) é comum observar linhas de pesca fixadas nas laterais junto às pedras. Elas são colocadas no período da manhã pelos pescadores, que voltam ao final do dia, ou no final da manhã, para verificar o sucesso de suas iscas. Essa prática, apesar de estar presente em quase todo o território, é mais relevante nos hábitos alimentares das famílias do Vão de Almas, onde o peixe é mais apreciado na culinária e a pesca é uma atividade socioeconômica mais forte.

Entretanto, nos últimos anos é comum escutar comentários da comunidade indicando que a quantidade de peixes presente nos rios está diminuindo. Em decorrência disso, a aquisição de peixes em mercados e cooperativas das cidades próximas tem aumentado, mas ainda não é possível afirmar se as mudanças nessas práticas são realmente decorrentes dos fatores ambientais (clima e reprodução dos peixes) ou dos novos elementos culturais com os quais a comunidade vem se deparando, como o acesso a mercados e produtos industrializados, falta de mão de obra familiar, diminuição do tempo de permanência nas casas rurais, entre outros.

## 4. AGROBIODIVERSIDADE, REGIÕES E ECOSISTEMAS

Tendo em vista a importância da agrobiodiversidade para a segurança alimentar das famílias, para a economia da comunidade e para a estabilidade dos sistemas agrícolas tradicionais, veremos agora os elementos estruturantes que caracterizam a diversidade dos cultígenos do território Kalunga, e como a comunidade se relaciona, material e simbolicamente, com eles.

A partir do conhecimento dos principais elementos estruturantes da agrobiodiversidade, iremos questionar quais são os aspectos socioculturais que a influenciam. Quais os processos que geram e alimentam a agrobiodiversidade desse sistema agrícola? Quais os marcadores materiais e imateriais da identidade do povo Kalunga e como eles atuam nas dinâmicas do sistema produtivo local?

Essas perguntas se fazem necessárias frente a um cenário político que opõem a agricultura tradicional de corte e queima com a conservação da biodiversidade, descaracterizando suas tecnologias e simplificando suas práticas a fim de fazê-los parecerem atrasados e improdutos (ADAMS et al., 2013; PADOCH; PINEDO-VASQUEZ, 2010), retirando esses sistemas do debate acerca da diversidade biológica. Para que a sustentabilidade dos sistemas agrícolas tradicionais baseados na agricultura de corte e queima possa emergir é importante que seja feita uma análise respeitando as escalas espaciais e temporais, que sofrem constantes mutações, onde a principal estratégia é a diversidade, e não a quantidade.

### 4.1. “É BOM PRA COMER, É BOM PRA TER, É BOM PRA NÃO PERDER”<sup>104</sup>

O sistema agrícola Kalunga apresenta diversos espaços cultivados onde podemos observar a grande biodiversidade manejada, criada e mantida por essa comunidade. Nesses espaços a diversidade é conservada *on farm*, no que podemos chamar de agroecossistemas, isso é, a partir dos ecossistemas que produzem e sustentam essa diversidade de espécies e variedades. São diferentes espaços produtivos da comunidade, onde os cultivares estão evidenciados (roças, capoeiras, quintais, pastagens, pastos e áreas usadas para o extrativismo).

---

<sup>104</sup> Comunicação oral de moradora do Vão de Almas, 43 anos.

Para a análise desses espaços consideramos uma planta cultivada, como qualquer planta de uso simbólico ou material cuja presença em um dado espaço seja resultado de uma intencionalidade, o que não é a mesma coisa que domesticada, como debatido anteriormente (EMPERAIRE, 2005, 2015; EMPERAIRE; ELOY; SEIXAS, 2016). Contudo, usaremos como unidade mínima de percepção da agrobiodiversidade o conceito de *variedade*, definido por Laure Emperaire como:

[...] um conjunto de indivíduos considerados como suficientemente homogêneos e suficientemente diferentes de outros grupos de indivíduos para receber um nome específico a ser objeto de um conjunto de práticas e conhecimentos ao longo de seu ciclo, ou uma etapa particular deste, que lhe serão específicas (EMPERAIRE, 2005, p. 6)

A caracterização e distinção das diferentes variedades são feitas a partir de um conjunto de traços específicos, como cor do caule ou da folha, formato de folhas, elementos das casas, cheiro, formato das raízes, cor das sementes e dos frutos, e assim por diante. Serão valorizados os nomes populares atribuídos pela comunidade, ao invés dos nomes científicos que nem sempre conseguem dar conta da ampla diversidade encontrada nos ecossistemas cultivados da comunidade.

Na literatura, encontramos alguns trabalhos que realizaram levantamentos a respeito da agrobiodiversidade Kalunga. A respeito das roças podemos citar Baiocchi (1999), Velloso (2007), Ungarelli (2009), Fernandes<sup>105</sup> (2014), Rosa (2016) e Souza (2018). No que se refere à agrobiodiversidade de plantas medicinais podemos citar a pesquisa de Aneli Silva (2013), Dinolau Rosa (2014a), sobre a diversidade dos quintais Pereira e Almeida (2011), Maria Lídia Souza (2017) sobre as sementes crioulas, a respeito do uso da agrobiodiversidade para diversas finalidades, Fabieane Rocha-Coelho (2009). A respeito da diversidade biológica presente nas pastagens e pastos plantados, assim como nas capoeiras, não foi localizada nenhuma publicação.

Contudo, grande parte dessas pesquisas possuem recorte local, abordando apenas pequenas regiões e povoados, como o vilarejo Engenho II, a comunidade do Prata, a região do Ribeirão dos Bois, e assim por diante. Dessa forma, as informações são apresentadas de forma fragmentada e, por usarem diferentes metodologias, dificilmente comparáveis. Cada pesquisa acrescenta um olhar e uma

---

<sup>105</sup> Dissertação de mestrado da autora (FERNANDES, 2014) – Saberes e Sabores da Cultura Kalungas: Origens e consequências das alterações nos sistemas alimentares.

abordagem única ao retrato amplo da comunidade, mas mantém em aberto muitas questões a respeito do território como unidade de análise. Além disso, existe uma lacuna na literatura a cerca das relações existentes entre a agrobiodiversidade, os espaços cultivados e a importância de ambos para a sustentação dos processos produtivos do sistema agrícola. Conseqüentemente, também são poucas as pesquisas que relacionaram esses aspectos com a segurança alimentar dos grupos familiares.

Assim, algumas perguntas permanecem em aberto. Como a agrobiodiversidade Kalunga esta distribuída pelo território? Em que agroecossistemas estão concentradas a diversidade de espécies e variedades? Como os grupos familiares e domésticos se relacionam com a agrobiodiversidade circundante, e quais as atividades que a mantêm e alimenta?

Na literatura acima citada, observamos que a maior parte das agrobiodiversidade listada está associada às roças e quintais da comunidade, destacando-se como principais cultivos a mandioca, o feijão, o milho e o arroz, seguidos do gergelim, da abóbora e da cana. Esses dados, confirmados na pesquisa de campo, representam em sua quase totalidade uma dieta típica sul-americana, baseada na tríade mandioca-feijão-milho (KATZ, 2009b). Dados de 2004, levantados pela Seppir e pela Fubra, mostram a porcentagem de domicílios que cultivam cada espécie (Tabela 7). A mandioca fica em primeiro lugar, estando presente em 91,34% das roças. Em seguida vêm o arroz, a abóbora e o milho, como distribuído abaixo:

Tabela 7 - Distribuição percentual dos domicílios, segundo a cultura de subsistência. Comunidade Quilombola Kalunga. (Fonte: SEPPIR/Fubra, 2004)

<b>Cultura</b>	<b>Porcentagem que possui</b>
<b>Mandioca</b>	91,34%
<b>Arroz</b>	90,63%
<b>Abóbora</b>	89,32%
<b>Milho</b>	87,17%
<b>Banana</b>	73,19%
<b>Batata doce</b>	72,12%
<b>Cana</b>	65,24%
<b>Feijão</b>	53,26%
<b>Horta</b>	19,48%

Observa-se que a mandioca e o arroz são sem dúvida as principais fontes de carboidratos da comunidade. Entretanto, notamos que nesse levantamento o



número de residências com “horta” é inferior a 20%. Esse resultado se choca com a realidade encontrada ao longo das pesquisas de campo, onde todas as famílias entrevistadas no meio rural apresentavam nichos de criação de verduras e legumes em seus quintais (mesmo que fora de estruturas caracterizadas como hortas), além de outras espécies alimentícias já citadas, como a mandioca doce, as pimentas e abóboras. Apesar da metodologia não descrever o que foi considerado “horta”, deduzimos (a partir no resultado) que faça referência apenas as estruturas cercadas ao nível do chão, mantidas em separados, sem se levar em consideração os diversos nichos produtivos presentes nas imediações da casa, dentro dos quintais. Dessa forma, os dados coletados fazem parecer que a comunidade não apresenta uma quantidade significativa de verduras e legumes para serem consumidos frescos no dia-a-dia das famílias.

A Tabela 8 mostra o resultado das entrevistas a respeito da diversidade agrícola dos espaços visitados. Foram levantadas as principais espécies de valor alimentício, e suas variedades, de acordo com o ecossistema produtivo (Roças, Quintais, Capoeiras, “Mato”/Cerrado). Ao total identificaram-se 85 espécies alimentícias, das quais 26 são nativas do bioma Cerrado. Dessa diversidade, 24 foram observadas nas roças (19%), 65 nos quintais (53%), 20 nas capoeiras (17%) e 25 no “mato”/cerrado (20%), lembrando que varias delas estão presentes em mais de um espaço produtivo.

**Tabela 8** - Espécies de valor alimentício na comunidade Kalunga, seguidas do nome científico, variedades locais e o ecossistema produtivo onde se encontram. (n=90) (Legenda: Rç – Roças; Qt – Quintais; Cp – Capoeiras; Mt – “mato”/cerrado).

Nº	Espécie	Nome científico	Variedades	Nº	Rç	Qt	Cp	Mt
1	Abacate	<i>Persea americana</i>	Comum; Pesçoço	2		Qt	Cp	
2	Abacaxi	<i>Ananas comosus</i>	Abacaxi comum, Ananaes	2		Qt	Cp	
3	Abobora	<i>Cucurbita ssp.</i>	Jacarezinho; Moranga; Coração de Boi; Pesçoço; Jacaré,	5	Rç	Qt	Cp	
4	Abobrinha	<i>Cucurbita pepo</i>	Comum; Amarela	2	Rç	Qt		
5	Açafrão	<i>Curcuma longa</i>	Amarelo	1	Rç	Qt		
6	Acerola	<i>Malpighia emarginata</i>	-	1		Qt	Cp	
7	Alface	<i>Lactuca sativa</i>	Comum, Crespa, Roxa	3		Qt		
8	Alfavaca	<i>Ocimum basilicum</i>	-	1		Qt		
9	Amendoim	<i>Arachis ssp.</i>	Arranca Criolo; Carçoço Pequeno; Comum	3	Rç	Qt		
10	Amora	<i>Morus nigra</i>	Comum	1		Qt	Cp	
11	Araçá*	<i>Psidium cattleianum</i>	-	1				Mt
12	Araticum*	<i>Annona crassiflora</i>	-	1				Mt

13	Arroz	<i>Oryza ssp.</i>	Milharim; Taquari; Capivara; Maranhão; Trigo; Beira Campo; Marabá; Novato; Arroz Três Meses; Arroz Quatro Meses; Cana Roxa; Saia Velha; Bico Roxo; Xandú; Vermelho; Agulhinha	16	Rç				
14	Bacupari*	<i>Salacia crassifolia</i>	Do Cerrada	1					Mt
15	Banana	<i>Musa ssp.</i>	Naniquinha; Naniconá; Nanica; Maça; Terra; Roxona; Angola; São Tomé; Farta Família; Roxa; Pratanã; Prata; Marinha; Moça; Roxa Virada; Três quinas; Maranhão;	17	Rç	Qt	Cp		
16	Barú*	<i>Dipteryx alata</i>	-	1		Qt			Mt
17	Batata	<i>Solanum tuberosum</i>	Gengibre	1	Rç		Cp		
18	Batata Doce	<i>Ipomoea batatas</i>	Branca; Roxa	2	Rç		Cp		
19	Baunilha*	<i>Vanilla ssp.</i>	-	4					Mt
20	Berinjela	<i>Solanum melongena</i>	Comum/Roxa; Verde	2		Qt			
21	Buriti*	<i>Mauritia flexuosa</i>	-	1	Rç				Mt
22	Cagaita*	<i>Stenocalyx dysentericus</i>	-	1		Qt			Mt
23	Cajú	<i>Anacardium occidentale</i>	Vermelho; Amarelo	2		Qt	Cp		
24	Cajui*	<i>Anacardium humile</i>	Cajuzinho	1					Mt
25	Cana	<i>Saccharum officinarum</i>	Cuba; Rajada; Caiana; Caiana Roxa; Cana 120;	5	Rç	Qt	Cp		
26	Carambola	<i>Averrhoa carambola</i>	-	1		Qt			
27	Cebola	<i>Allium cepa</i>	Roxa; Branca	2		Qt			
28	Cenoura	<i>Daucus carota</i>	-	1		Qt			
29	Coco	<i>Cocos nucifera</i>	Bahia	1		Qt			
30	Coco Indaiá*	<i>Attalea dubia</i>	(babaçu)	1	Rç		Cp		Mt
31	Coco Pindoba*	<i>Attalea oleifera</i>	(macaúba)	1	Rç		Cp		Mt
32	Coco Licuri*	<i>Syagrus coronata</i>	-	1					Mt
33	Couve	<i>Brassica oleracea</i>	Comum; Couve-Flor	2		Qt			
34	Feijão	<i>Phaseolus ssp.</i>	De corda; Fradinho; Amarelão; Feijão 60 dias; Leite; Roxinho; Amarelinho; Momoninho; Manteiga; Fava; Catador; Pequeno; Macunjá; Carioca; Andú; Fedegoso; Rudia	17	Rç	Qt			
35	Gergelim	<i>Sesamum indicum</i>	Branco; Preto; Marrom	3	Rç	Qt			
36	Goiaba	<i>Psidium guajava</i>	Vermelha; Branca	2		Qt	Cp		
37	Graviola	<i>Annona muricata</i>	-	1		Qt			
38	Guariroba*	<i>Syagrus oleracea</i>	(gariroba/coco catulé); Verdadeira; Falsa	2					Mt
39	Ingá*	<i>Inga ssp.</i>	Comum; De Corda	2		Qt			
40	Inhame	<i>Dioscorea spp</i>	Pedanta; Lebança; Levanca; Roxo; Amarelo; Cará	6	Rç	Qt			
41	Jabuticaba	<i>Plinia cauliflora</i>	-	1		Qt			
42	Jaca	<i>Artocarpus heterophyllus</i>	Mole; Dura;	2		Qt	Cp;		
43	Jambo	<i>Syzygium ssp.</i>	Jambo Branco	1		Qt			
44	Jamelão	<i>Syzygium cumini</i>	(jambolão)	1		Qt	Cp		
45	Jatobá*	<i>Hymenaea courbaril</i>	Do Campo; Da Mata	2					Mt
46	Jenipapo*	<i>Genipa americana</i>	-	1		Qt			
47	Jiló	<i>Solanum aethiopicum</i>	Comprido; Redondo	2		Qt			
48	Jurubeba	<i>Solanum paniculatum</i>	-	1		Qt			
49	Laranja	<i>Citrus ssp.</i>	Iloá; Comum; Laranja Lima;	3		Qt			
50	Lima	<i>Citrus ssp.</i>	-	1		Qt			
51	Limão	<i>Citrus ssp.</i>	Curraleiro; Galego; Limãozinho; Rosa/Cravo, Cidra	5		Qt			
52	Mama-Cadela*	<i>Brosimum gaudichaudii</i>	(chicletinho)	1					Mt
53	Mamão	<i>Carica papaya</i>	Normal; Papaia; de Cacho;	3	Rç	Qt	Cp		
54	Mandioca	<i>Manihot esculenta</i>	Marelinha; Manteiga; Castelo Branco; Castelo Preto; Aipim Branco; Vindoura; de Fritar; Brava; Paranista Olho Roxo; Paranista Olho Branco; Cerrana; Mata Fome; Todo Tempo; Precoce; Pipiri; Quatro Meses; Gaerinha	18	Rç	Qt	Cp		

55	Manga	<i>Mangifera indica</i>	Espada; Comum; Coquinho; 3 anos; Peito de Moça; Rosa;	4		Qt	Cp	
56	Mangaba*	<i>Hancornia speciosa</i>	-	1				Mt
57	Manjeriçã	<i>Ocimum basilicum</i>	Manjeriçãozão; Roxo; Miúdo; Comum	4		Qt		
58	Maracujá	<i>Passiflora ssp.</i>	Doce; Azedo;	2		Qt		
59	Marmelada*	<i>Alibertia edulis</i>	-	1		Qt		Mt
60	Maxixe	<i>Cucumis ssp.</i>	(Maxixo) Cabeludo; Liso;	2	Rç	Qt	Cp	
61	Melancia	<i>Citrullus lanatus</i>	Comum; Rajada	2	Rç	Qt	Cp	
62	Melão	<i>Cucumis melo</i>	Melão de Horta	1		Qt		
63	Milho	<i>Zea mays</i>	Sabugo Fino; Sabugo Grosso; Hibrina; Híbrido Vermelho; Hibrão; Grossélio; Bandeirante; Cunha Criolo	8	Rç	Qt		
64	Mexerica	<i>Citrus reticulata</i>	Pequena; da Casaca Grossa	2		Qt		
65	Mostarda	<i>Brassica juncea</i>	-	1		Qt		
66	Murici*	<i>Byrsonima crassifolia</i>	-	1				Mt
67	Murta*	<i>Siphoneugena densiflora</i>	-	1				Mt
68	Mutamba*	<i>Guazuma ulmifolia</i>	-	1				Mt
69	Pacari*	<i>Lafoensia pacari</i>	-	1				Mt
70	Pepino	<i>Cucumis sativus</i>	-	1		Qt		
71	Pequi*	<i>Caryocar brasiliense</i>	-	1	Rç	Qt		Mt
72	Pimenta	<i>Capsicum ssp.</i>	Malagueta; Malaguetão; de Cheiro; Dedo de Moça; Cumari; Verde;	6		Qt		
73	Pime. Macaco*	<i>Xylopia aromatica</i>	-	1		Qt		Mt
74	Pinha	<i>Annona ssp.</i>	Condês/Condessa ; do Cerrado	2		Qt		Mt
75	Pitanga	<i>Eugenia uniflora</i>	-	1		Qt		
76	Pitomba*	<i>Talisia esculenta</i>	-	1		Qt		Mt
77	Quiabo	<i>Abelmoschus esculentus</i>	Comum; de Metro; Pequeno; Liso	4	Rç	Qt		
78	Repolho	<i>Brassica oleracea</i>	Roxo; Comum	2		Qt		
79	Romã	<i>Punica granatum</i>	-	1		Qt		
80	Seriguela	<i>Spondias purpurea</i>	-	1		Qt		
81	Tamarindo	<i>Tamarindus indica</i>	-	1		Qt		
82	Tomate	<i>Solanum lycopersicum</i>	Cereja/tomatinho; Comum	2		Qt		
83	Vagem	<i>Phaseolus vulgaris</i>	-	2		Qt		
84	Vinagreira	<i>Hibiscus sabdariffa</i>	-	1		Qt		
85	Vitamina*	-	-	1	Rç	Qt		
				223	23	65	20	25
					19%	53%	17%	20%

\* Espécies nativas do Cerrado

A partir dessa análise podemos observar a importância dos quintais para a manutenção da agrobiodiversidade alimentar das famílias, onde mais da metade da diversidade total do sistema agrícola Kalunga é cultivada e mantida para o uso diário. Contudo, apesar das roças apresentarem apenas 19% das diferentes espécies, é delas que se originam o maior montante de alimentos, em volume, para a alimentação da comunidade, a partir da mandioca, do arroz, do feijão, do milho e do gergelim. Nesses ambientes, a produção sazonal dos cultivares domesticados

atinge montantes suficientes para serem estocados oferecendo alimento ao longo de todo ano<sup>106</sup>.

Mas, apesar da diversidade específica das roças ser inferior a dos quintais, a sua diversidade intraespecífica é a mais alta entre os espaços produtivos, indicando que as espécies mais importantes caloricamente para a alimentação da comunidade são mantidas com uma diversidade interna maior de variedades. Das 223 variedades identificadas nos quatro principais agroecossistemas, 18 eram de mandioca, 16 de arroz, 8 de milho e 17 de feijão, sem contar as 7 de aboboras e 17 de bananas (espécies também cultivadas junto às plantações).

Esses dados vêm preencher uma lacuna referente à agrobiodiversidade Kalunga, em especial nas espécies cultivadas nas roças e na sua diversidade intraespecífica, destacando a importância de cada ecossistema produtivo da comunidade dentro do sistema agrícola. Isso é relevante, uma vez que a alta diversidade das roças protege a comunidade de eventuais imprevistos ambientais (como pragas, doenças e mudança climática), tornando o sistema agrícola mais estável exatamente no ambiente de que mais se depende quantitativamente. O que também aumenta a segurança alimentar nas comunidades (LOVE; SPANER, 2007; PADOCH; PINEDO-VASQUEZ, 2010; SANTILLI, 2009b). , como relatado por alguns moradores:

É bom pra comer, é bom pra ter... É bom pra não faltar também, num é?! Cada um tem um gosto, uma qualidade nele mesmo. Tem dias que vc quer um, no outro dia pra fazer outra coisa precisa de outro tipo (variedade). Tem um que amadurece mais cedo, ao a gente separa. [...] Alguns saem mais gordo, mais cheio de semente, que nem esse aqui! [...] As vezes tem uns mais fortes também, forte pro bicho não comer, forte de agua pouco, sabe? (Moradora do Vão de Almas, 43 anos)

[...] sim, já teve vezes que a semente fraqueja. [...] Fraquejar é quando a planta para de vir forte, num vinga, mela, num vai pra frente. Ai se acontece a gente procura alguém com uma planta diferente. Já busquei semente de irmão meu no Vão de Almas, já panhei semente com um filho meu que mora lá pra perto de Alto Paraíso.[...] Já ganhei semente também. Ai guardei no saquinho bem guardado ali em cima e no ano seguinte testei e gostei. (Morador do Engenho, 68 anos)

---

<sup>106</sup> Alguns cultivares, como o arroz, são produzidos muitas vezes em alternância de 2 a 3 anos entre as famílias, uma vez que uma colheita abundante pode ser suficiente para esse intervalo de tempo, caso não seja preciso vender ou trocar por outros produtos. Por outro lado, a produção de feijão raramente é suficiente para o ano todo.

Na pesquisa de Souza (2018), realizada na Região do Mimoso, essas questões também são observadas, e a importância de diferentes variedades é identificada nas entrevistas realizadas:

Para os agricultores a mandioca, quando cultivada anos seguidos na mesma terra, na mesma região, vai perdendo a qualidade e com o tempo perde-se a muda. “a terra não obedece, a mandioca não dá boa quando planta muito tempo no lugar, um ano, dois três, já começa arruinar, a banana só ela pode plantar e replantar que ela dá bom, agora as outras com muitas planta passa o ano elas vai arruinando” (PRODUTOR(A) G de 1954, comm, pers., 2018). Nota-se a necessidade de adapta os sistemas de cultivos para não perder a diversidade, por exemplo, fazer roças diferentes e trocar variedades entre os núcleos, outra alternativa seria feiras de troca de sementes na comunidade. Para o cultivo da mandioca, quanto mais se utiliza o solo, perde a qualidade da muda da mandioca. Por isso os agricultores procuram novas mudas de espécies diferentes, com o passar do tempo eles vão trocando suas variedades [...] (SOUZA, 2018, p. 71–72)

Contudo, é importante lembrar que o levantamento apresentado na Tabela 8 não incluiu as espécies medicinais e de potencial tecnológico/madeireiro, que alterariam muito as porcentagens acima citadas, uma vez que grande parte da agrobiodiversidade destinada para esses fins se encontra nas regiões de vegetação nativa (“mato”/cerrado/sertão). A pesquisadora Fabiane Rocha-Coelho (2009), realizou um detalhado levantamento etnobotânico da região do Mimoso a respeito das plantas de uso cotidiano da comunidade, dando ênfase às espécies madeireiras e medicinais, onde se pode constatar a predominância das espécies nativas, cultivadas em seus espaços naturais (27 espécies de potencial madeireiro e 73 espécies de uso medicinal).

Além disso, o levantamento sistematizado na Tabela 8 não pretende exaurir todas as espécies alimentícias utilizadas pela comunidade, tendo-se certeza que muitas outras não estão presentes na lista. Estas podem ter passado despercebidas pelo olhar da pesquisadora, ou não estarem presente nos espaços produtivos das famílias visitadas ou apenas não terem sido consideradas, no momento das entrevistas, como integrantes da categoria “alimentar. Esse é o caso de algumas espécies estigmatizadas por serem comidas “de fome” ou “comida de pobre” (capítulo 6), utilizadas apenas em momentos de escassez extrema, fome e necessidade, como relatado por alguns moradores ao relembrem de secas extremas e de momentos de instabilidades fundiárias e econômicas:

[...] tem muito pé de pau ai que a gente costumava comer quando precisava, e raiz de planta do mato, uma batatinhas, sabe?! Uns frutinhas que mãe me dava quando a gente tava indo colher na roça. Mas a gente acaba não usando mais e a cabeça fica fraca, não é mesmo? Ai esquece. [...] Não usa por que não tem precisância, não é? Era coisa de quando não tinha mais nada, quando o tempo tava difícil. Mas mãezinha nunca deixou a gente sem ter o que comer, é sempre correndo no mato pra buscar um trem, ou chamando pra gente pegar. Mas hoje não come não! Não tem precisância, não é? Tem coisa mais importante, comida mais forte [...]  
(Moradora do Vão do Moleque, 84 anos)

Essa estigmatização de certos alimentos faz com que muitos deles não sejam citados pelas famílias como “comida”, ficando renegados. Dessa forma não aparecem nas listas de alimentos consumidos, nos levantamentos nutricionais e nos pratos oferecidos aos convidados. Como é o caso dos *quelites*<sup>107</sup>, insetos e dos cogumelos, na alimentação Mixteca (México), que nunca apareciam nos questionários oficiais do governo, pois os camponeses que se alimentavam dessa parcela da biodiversidade tinham vergonha de mencioná-la (KATZ, 2009b).

Da mesma forma, o consumo de frutas frescas, colhidas na hora, ao longo dia (banana, manga, mangaba, cagaita, abacaxi), tubérculos assados na beira do fogão à lenha (inhame, cará, batata doce e mandioca), e pequenos mingaus de farinha de coco, preparados entre uma refeição e outra pra “encher bucho de criança”, são alimentos que passam despercebidos dos levantamentos oficiais a respeito da agrobiodiversidade alimentar das comunidades quilombolas. Isso ocorre por serem considerados alimentos “fracos”, de caráter complementar, sem valor de comercialização, e que, por isso, são invisibilizados do discurso do produtor.

Foram necessárias várias entrevistas até que se notasse essa dinâmica, onde a minha presença em si (representante de outro sistema alimentar, socialmente mais aceito e reconhecido como “bom”) era suficientemente opressora para que certas práticas alimentares fossem deixadas de fora. Com o passar do tempo, aumento da relação de confiança, demonstração de interesse e convívio, vários novos elementos surgiram, mas sempre acompanhados de frases como “*ah, isso é comida de menino, pra encher bucho!*”, “*essas a gente nem fala, ua! Isso ta ai, a vontade, é só pegar*”, “*isso era coisa do tempo que faltava o que comer*” ou “*isso é invenção nossa da roça, comida de comer no caminho, não enche barriga, nem faz parar em pé*”.

---

<sup>107</sup> Folhas, cipós e arbustos que são consumidos crus ainda novos, quando as folhas estão macias.

## 4.2. COMIDA QUE VEM DA ROÇA

A agrobiodiversidade Kalunga pode ser observada em todas as partes do sistema agrícola da comunidade, nas espécies destinadas para a confecção de utensílios (como pilão, enxada, cercas, raladores, bruacas, ranchos, tapitis), para a saúde e bem estar dos produtores (espécies medicinais, construção de instrumentos musicais, moradias, brinquedos), as espécies utilizadas para alimentação dos animais domésticos (variedades de capim, milho para as galinhas, árvores manejadas nos pastos e galinheiros) e as destinadas à alimentação (espécies domesticadas, espécies nativas manejadas, espécies cultivadas nos espaços produtivos).

Seja no nível dos agroecossistemas, das espécies ou das variedades, a comunidade apresenta alta diversidade em seu território mas, como todo sistema agrícola, é um sistema aberto em si (EMPERAIRE, 2015) onde o dinamismo das práticas agrícolas relativas a agrobiodiversidade gera uma grande capacidade de adaptação (SANTILLI, 2009b), com acréscimo de espécies e variedades novas que mantem um fluxo constante de adaptabilidade produtiva, baseada nas inovações sociotécnicas que as famílias produtoras desenvolvem (EMPERAIRE; ELOY, 2008). É o caso dos testes que estão realizando com a baunilha do Cerrado, e a incorporação dela nos ambientes domésticos, como os quintais e jardins (residências urbanas). Ou com a introdução de novas variedade de frutíferas consideradas mais suculentas ou saborosas, como o abacaxi, a manga e a pinha.

Além disso, elementos externos, como urbanização, mudanças alimentares e políticas públicas, instabilidade fundiária, influenciam diretamente o manejo da agrobiodiversidade local (EMPERAIRE; ELOY, 2008; PADOCH; PINEDO-VASQUEZ, 2010; PEDROSO JÚNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008b; ROBERT et al., 2012).

A forma de conservar essa diversidade se dá principalmente através de duas dinâmicas entre os produtores do território. A primeira é a conservação das espécies vivas plantadas nos quintais, roças ou capoeiras, de forma quase constante, e a segunda se refere à conservação da diversidade na forma de sementes, que são estocadas por um ou vários anos. A entrada de novas variedades e espécies no sistema se dá geralmente por trocas internas (entre famílias e entre regiões), trocas

com outras cidades próximas, por distribuição de projetos governamentais e, mais raramente, por compra em lojas agropecuárias. Nas entrevistas observei a importância do intercâmbio de variedades entre moradores da mesma região. A dinâmica, quando se necessita de sementes ou mudas, é a busca das mesmas junto a vizinhos e parentes próximos:

Quando nós precisamos, buscamos com vizinho daqui mesmo. O normal é guardar um tanto de um ano pro outro, mas se não tem, ou tem é quer uma diferente, ai busca aqui mesmo com um ou com outro (Morador do Vão de Almas, 38 anos).

Para os grãos que servirão de sementes, existe uma preparação diferenciada. Cada espécie possui um cuidado particular, mas citaremos duas espécies fundamentais para a alimentação Kalunga: a do arroz e a do milho.

Os primeiro (cachos de arroz) a madurarem na roça, e os maiores, nós tiramos e separamos antes de bater pra fazer semente pro outro ano. Se tem aqueles que tá forte, bonito, sem bicho, é esse mesmo que nós pegamos. Ai guarda direitinho no litro (garrafa PET). Não entra ar e não dá bicho. Esse nós usamos pra plantar no outro ano, e se o vizinho não tem, a gente dá também (Moradora do Engenho II, 30 anos).

De antigamente o que nós fazíamos era assim: aquele milho que não bichava e que era bom, nós depois da dobra, deixava na roça até depois dá uma chuva. Ai esse milho, levava pra casa e separava pra plantar no outro ano. De antes era assim que fazia. Ai tem gente que fala que se colocar no litro de coca (garrafa PET) não brota depois por que não tem ar, mas nasce sim. Eu sempre guardo assim. Mas também tem que esperar pra colher na lua boa, que não caruncha [...] Bom é na lua minguante, colhe nela que não dá bichinho nenhum, não nasce nada se guardar no litro direitinho (Morador do Vão de Almas, 38 anos).

Nesses dois trechos percebem-se alguns dos cuidados empregados na tarefa de escolha e preparação das sementes, essenciais à manutenção agrobiodiversidade familiar e local. Outro elemento que pode ser observado no trecho acima é a observação e importância do ciclo lunar nas atividades agrícolas da comunidade. Apesar não haver uma validação científica a respeito da efetividade desses hábitos, as práticas de observação e empirismo desenvolvidas ao longo dos séculos pela comunidade, levaram ao desenvolvimento desse saber que é transmitido ao longo das gerações, e ainda hoje mantido pelos agricultores mais novos:

Tem a lua certa pra colher, a lua certa pra plantar, a lua certa pra queimar. Num sei como funciona, sei que dá certo e por isso nós continua fazendo, igual ensinaram pra gente, igual os avôs faziam (Morador do Engenho II, 30 anos).



A seguir, falaremos brevemente a respeito dos principais cultivares e das práticas específicas dessas culturas na comunidade. São elas o arroz, a mandioca, o milho, o feijão, e o gergelim. Seus ciclos produtivos anuais aparecem comparativamente na Tabela 3 (p.140).

## O ARROZ

Apesar de ter sido um cultivo apropriado culturalmente pelos sistemas europeus de agricultura, e ter tido o seu passado histórico quase esquecido, o arroz carrega uma origem africana<sup>108</sup>. As “conquistas” portuguesas ao longo da costa oeste do continente, já no século XV, haviam entrado em contato com a costa da Alta Guiné, a partir da onde se acredita ter difundido a cultura do arroz para a América. Essa região era chamada pelos navegadores de “Costa do Arroz”, em decorrência do grande excedente de cereais disponíveis, que possibilitou a comercialização dos mesmos às caravelas portuguesas, iniciando-se assim um longo histórico de interações (CARNEY, 2001).

Segundo a autora Judith Carney a “*disponibilidade generalizada de cereais foi o resultado do nível sofisticado que a agricultura autóctone já tinha atingido em África no início da era moderna*” (CARNEY, 2001, p. 37), principalmente do arroz, do sorgo e do milheto. Além disso, as populações dessas regiões tiveram contato muito cedo com os novos cultivos vindo das Américas, como o tomate, o milho, o amendoim e a mandioca, desenvolvendo suas próprias experimentações agrônômicas muito antes no continente europeu.

Durante os séculos seguintes, quando o tráfico de escravos se estabeleceu definitivamente na região, os europeus conheciam as regiões onde o arroz era cultivado e onde poderiam encontrar excedentes, muito valorizado durante as viagens marítimas, uma vez que os cereais eram menos perecíveis do que as variedades de tubérculos encontrados em outras partes do continente. Contudo, a

---

<sup>108</sup> Até a década de 1970 a única origem aceita, academicamente, para o arroz era a asiática, representada pela espécie *Oryza sativa*. Contudo, um acúmulo crescente de evidências levou a uma mudança de paradigma referente a esse alimento. A espécie *Oryza glaberrima* e suas variedades foram reconhecidas como originais do continente africano, refutando definitivamente a teoria de que a disseminação do cultivo de arroz nesse continente seria mérito dos marinheiros portugueses do século XVI. Assim, além do centro irradiador asiático, sabemos hoje do centro irradiador africano e sua importância para a disseminação desse cultivo nas Américas (CARNEY, 2001).

escravização desses povos “apagou” muita dessas informações, como explica a autora:

A escravização desumanizou os escravos e desprezou as conquistas que estes alcançaram na agricultura e na tecnologia. Os cereais autóctones africanos foram considerados nada mais que “alimentos inferiores e miseráveis”. Visto que o legado do tráfico negreiro Atlântico foi a neutralização dos sucessos agrícolas africanos, assumiu-se, também incorretamente, que os portugueses tinham introduzido o arroz em África a partir da Ásia. (CARNEY, 2001, p. 38)

Essa autora ainda nós diz que na maior parte das regiões americanas, fundadas por escravos fugitivos, a cultura do arroz foi implementada, demonstrando a importância desse alimento para a identidade cultural de seus membros que o consideravam como “alimento básico preferido”. Dessa forma, o arroz passou a ser cultivado nas fazendas coloniais brasileiras, mas também nas pequenas roças de autoconsumo da comunidade negra escravizada. Assim, como já foi descrito no capítulo 2, a cultura do arroz chegou a região atual do território Kalunga junto com os primeiros quilombolas, e aqui também se firmando como uma dos pilares alimentares e produtivos da comunidade. Esse apreço pelo cultivo e consumo do arroz é um traço recorrente em áreas colonizadas por quilombolas nas Américas, (CARNEY, 2001; CARNEY; VOEKS, 2003) e que no Brasil pode ser observado em outras partes do bioma Cerrado, como nas comunidades do Jalapão (Tocantins) (BORGES et al., 2016; ELOY et al., 2013) e no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais)(STEWART; DE MAGALHÃES LIMA, 2017).

Identificou-se a sua produção em todas as regiões do território quilombola, em diversos agroecossistemas (terrenos secos em declive; em terrenos úmidos e planos; em roças de vazante; em terrenos secos e arenoso, em áreas semialagadas). Contudo o seu plantio demanda maior investimento de tempo e mão de obra por parte dos agricultores Kalungas, do que os produtos anteriormente citados. Seu plantio inicia-se no final de novembro e dura até janeiro, quando os solos já estão úmidos e as chuvas regulares. Após o primeiro mês, é necessário que se retorne as roças para a limpa do terreno, o que se repetirá após mais dois meses. No terceiro mês, após o plantio, é preciso que se quebrem as ramas mais altas da vegetação que se desenvolve entre o arroz. Isso evita a aproximação dos pássaros que predam a plantação. Entre o terceiro e o quarto mês é preciso manter alguém diariamente nas roças, para vigiá-la. Essa atividade é realizada pelo grupo familiar, que é auxiliado por instrumentos como o bodoque, o estilingue e as fundas.

No final dos três meses pra quatro meses nós começamos a vigiar. Lá é nós tudo que vigia (a roça). Na casa é todo mundo, é mulher, é menino, é todo mundo. Um tem que sair pra ali o outro tem que ficar lá na roça. [...] Nós ficamos lá tangendo os passarinhos pra num comer. (Usa) estilingo, bodoque, funda... nós usamos tudo pra defender (Morador do Vão de Almas, 38 anos).

A colheita ocorre entre fevereiro e março. Nessa etapa são envolvidos familiares e vizinhos, que ajudam a “bater e abanar o arroz”, só depois disso ele é levado para secar nos quintais das casas e, posteriormente, ensacado. As sacas de arroz, ainda com a casca, podem ser armazenadas nos ranchos, que são construídos junto às roças, ou nas moradias. A prática mais comum é a estocagem nos ranchos, onde o morador busca o produto conforme a necessidade da família.

A colheita a gente faz um barro lá na roça, fecha tudo direitinho, destelha de palha de arroz mesmo, ou de palha de indaiá, e ai faz uma cama lá e ai bate o arroz. Vai todo mundo. Um vai cortar, o outro vai carregar, o outro vai bater. Depois a gente vai tirar o arroz da banca pra secar, ai já é pra ir pro saco. Bana todinho lá na roça e trás cá pra casa. Ai cá em casa a gente vai ter uma lona pra espalhar no solo pra secar (Morador do Vão de Almas – 38 anos).

A cultura desse grão necessita de terras úmidas e com alto teor de matéria orgânica, encontradas próximas aos cursos d'água. Geralmente é o plantio pioneiro após o pousio do solo. A sua lavoura raramente se repete na mesma área, devido à quantidade de espécies “invasoras” que se estabelecem a partir do segundo ano de exposição do solo. Esse mato que cresce junto às culturas, chamado de “imundice”, quando se torna muito denso, dificulta as atividades agrícolas do cultivo do arroz e pode inviabilizar o desenvolvimento dessa variedade delicada. Afim, de evitar desperdício de mão de obra, os Kalungas investem esforços nos dois primeiros anos, onde o solo está menos suscetível a essas ervas daninhas, inserindo outras culturas a partir dos anos seguintes.

A quantidade média de arroz produzida pelas famílias em um ano sem secas é suficiente para um período de um a três anos de consumo familiar, podendo ainda gerar excedentes que serão vendidos nas cidades próximas. Todavia, essa atividade vem diminuindo gradativamente. Alguns moradores atribuem isso a diminuição das

chuvas, mas outros fatores sociais<sup>109</sup> têm ajudado nessa alteração, como a facilidade de aquisição de produtos processados e industrializados, redução da mão de obra familiar pelo êxodo rural e, em algumas regiões, a pouca disponibilidade de áreas adequadas para os eu plantio.

Algum tempo nós vendia, hoje não ta compensando, o povo muito ta falando que o povo é preguiçoso, mas não é preguiça não. É que ta preguiçoso é de trabalhar perdido. Que a chuva não chove (Morador do Vão de Almas, 38 anos).

Faz dezoito anos que eu mudei pra aqui, pra ali eu plantei uma roça ali que deu, pequena a roça, deu 52 saco de arroz, deu de comer três anos. Dá ultima vez eu prantei e colhi 10 sacos, dá pra um ano, que eu tava com um bucado de filho lá em casa. Dava pra um ano. Hoje eu to comendo comprado (não plantou no ano anterior). Eu preferia comer o meu que eu plantei lá, por que esse arroz que vem de fora ai, além de ele não ter vitamina nenhuma, é tudo plantado com veneno, e o nosso lá é plantado sem veneno. Melhor. Esse ano eu vou plantar (Morador do Vão de Almas, 54 anos).

A troca de serviços nas roças por uma parcela da colheita é uma dinâmica que ocorre não só na cultura do arroz, mas em quase todas as regiões visitadas com todos os tipos de cultivos em roças. Essa troca de mão-de-obra por uma porcentagem do que é colhido no campo, sempre foi comum entre membros das famílias, mas com a diminuição da população rural, essa dinâmica produtiva tem crescido entre moradores de uma mesma comunidade, vizinhos e *conhecidos*.

As famílias, que não estão cultivando nas suas próprias roças, ou que não produzem arroz suficiente, precisam adquiri-lo com outros produtores, ou “ensacado” (industrializado) nos mercados. A aquisição desse tipo de arroz é cara, e, seu sabor e capacidade nutricional são questionados pelos Kalungas, que também não apreciam o fato dele ser produzido com o auxílio de “venenos” (insumos agrícolas), como observado trecho de entrevista já transcrito acima. Apesar disso, em anos de seca intensa, mesmo os produtores com áreas maiores de roça, são forçados a adquirirem esse tipo de arroz, ficando, eles mesmos, sem nenhuma quantidade para venda ou para consumo.

A soca do arroz, atividade realizada para retirar a casaca do grão, já não é realizada manualmente nas localidades onde as máquinas descascadoras já foram

---

<sup>109</sup> Alguns relatos dão indícios de que a alteração das variedades cultivadas também pode ser um dos elementos desmotivadores da produção do arroz. Pois, apesar das variedades novas apresentarem um crescimento mais acelerado e níveis de produtividade altos, elas são pouco resistentes as intemperes climáticas e à deficiências do solo, ao contrário das variedades antigas.

adquiridas (Engenho e Cavalcante). Entretanto, nenhuma delas é de propriedade do governo, ou foi adquirida a partir de projetos institucionais, e por isso os moradores pagam por esse processo. Na comunidade do Engenho, cinco das famílias entrevistadas descascavam o arroz em uma das máquinas presentes na comunidade. Nas demais regiões a realidade é outra, e o custo do deslocamento até um desses equipamentos e as taxas de uso encarecem muito os custos da produção, por isso, nessas regiões, ainda observa-se a soca manual do arroz em todas as famílias visitadas. Entretanto, essa atividade ocorre de forma cotidiana ao longo do ano, conforme necessidade de uso.

## **A MANDIOCA**

Presente em mais de 90% das roças do território, a mandioca é um dos alimentos chave do sistema alimentar da comunidade, formando, junto com o arroz, a fonte primária de carboidratos na alimentação Kalunga. Originária da Amazônia, a mandioca começou a ser domesticada há aproximadamente 10 mil anos A.P. (CLEMENT et al., 2015). Uma pressão seletiva divergente ao longo do seu processo evolutivo deu origem a dois grandes grupos de variedades: as mandiocas *doces* ou *mansas* e as *amargas* ou *amargosas* (que precisam de um alto nível de processamento para poderem ser consumidas de forma não tóxica). Essa espécie é cultivada em diferentes contextos ecológicos e utilizada *in natura* nos preparos diários, mas seu principal emprego é na confecção da farinha de mandioca, um símbolo do comércio e do escambo da cultura Kalunga, que remete à prática milenar dos índios sul-americanos (EMPERAIRE, 2005; KATZ, 2009b).

Algumas entrevistas apontam para o fato que os primeiros grupos de quilombolas a se refugiarem na região do nordeste goiano não consumiam a farinha da mandioca, preferindo a farinha de coco, produzida a partir da raspagem do mesocarpo do coco Indaiá. Nesse primeiro momento de ocupação da região, o milho e seus subprodutos também teriam uma importância maior na dieta das famílias do que a observada atualmente. Contudo, o contato esporádico com as populações indígenas e suas roças ao longo dos caminhos, teria levado, ainda no primeiro século de ocupação, a familiarização com essa espécie, altamente produtiva e com baixa necessidade de manejo. Assim, a partir das tecnologias compartilhadas (tapiti,

forno de farinha) a mandioca e, mais especificamente, a sua farinha se tornaram um dos pilares alimentares da comunidade Kalunga.

Diversos sistemas agrícolas quilombolas também apresentam a mandioca e seus derivados como elemento central da alimentação (COSTA, 2011; ISA, 2013; MARANHÃO; BUENO, 2012; SANTOS, 2012a), mas nem sempre ele é cultivado simultâneo ao do milho, como no território. Esse processo é conhecido como *plantio casado* ou *combinado*. Para os Kalungas, o momento ideal para o estacamento das manivas é logo após o início das chuvas.

Ao contrário dos outros produtos agrícolas da comunidade, a mandioca possui um ciclo longo, e está pronta para ser colhida, idealmente, de um a dois anos após o plantio. Assim, passado esse período, as raízes devem ser retiradas da terra antes do início das chuvas, a partir do mês de junho, a fim de garantir uma boa qualidade de farinha. O processo de produção da farinha pode ser dividido em doze etapas: a preparação do solo, o plantio, a colheita, a raspagem, a lavagem, a ralação, a lavagem da massa, a prensagem, a peneiração da massa, a torração, a peneiração da farinha e o acondicionamento da farinha, como também foi observado em outras regiões (VIZOLLI; SANTOS; MACHADO, 2012). Nas famílias da região do Vão de Almas, quase sempre essas etapas são realizadas de forma artesanal, utilizando-se três instrumentos principais: o ralo de casca de angico (ou o ralador de metal), o tapiti (ou tipiti) e o forno de barro típico (ou com a “bandeja” de metal, colocada sobre o fogo). Entretanto, nas famílias da região do Engenho, é mais comum que se utilize, atualmente, um ralador à gasolina.

A produção dos entrevistados foi em média de 20 sacas por ano. As famílias que confeccionam a farinha em maior quantidade, para a venda nas cidades, costumam estocar um saco de farinha para o consumo familiar, e produzem mais, caso aquilo não seja suficiente para o ano. O consumo médio de farinha é de quinze litros por mês, para uma família de duas a três pessoas. A venda da farinha é realizada no varejo, por meio da venda de porta em porta, ou nas feiras que ocorrem esporadicamente da região. Alguns compradores pagam por saca, mas o comum é a comercialização por litro de farinha, o qual é vendido por valores entre dois e seis reais. Entretanto, o valor considerado justo pelos produtores seria superior a dez reais.

A disposição espacial das roças influi sobre as escolhas produtivas referentes a produção dessa espécie, tanto quanto o tipo de solo da região.

Aqui é assim, às vezes tem às vezes não tem, mais a gente produz a farinha (de mandioca), mas tem feito menos, não é. O Vão (de Almas) é melhor pra isso, não é bom pra arroz, mas bom pra farinha. Aqui é difícil de mais trazer a mandioca, só no lombo do animal ou nas costas mesmo. Ai o povo não quê, não é mesmo. Quando tem animal traz, se não tem às vezes estraga na roça. Eu mesmo compro deles lá, lá do vão. É farinha boa, boa mesmo (Moradora do Engenho II, 45 anos).

O povo lá não quer é subir com as raiz nas costa, mas lá dá mandioca bem, lá no Engenho o que planta dá. Lá é ruim por que eles planta nuns meio de serra que pra chegar é difícil, mas se coloca um forno lá no rancho da roça até dá, não dá (Morador do Vão de Almas, 38 anos).

O escoamento da produção, nas regiões em que o padrão habitacional se alterou, deixando as roças e casas com distâncias médias maiores que 4km, tem sido um elemento decisivo para a o plantio da mandioca. Predominantemente, todas as famílias possuem pequenas roças de mandioca próximas às casas e nos quintais, para uso diário e pequenos feitos de farinha. Mas, roças grandes de mandioca, destinadas para a confecção de farinha e derivados, necessitam de casas de farinha próximas, ou transporte para a retirada da mandioca até o local de processamento, como algumas famílias realizam na região do Engenho e do Vão do Moleque.

Na região do Vão de Almas, a terra é considerada “boa para farinha” pela presença dominante de solos brancos. Enquanto que a terra preta ou vermelha, altamente fértil da região do Engenho, não é considerada como “boa pra mandioca” e, por tanto, acaba tendo sua produção mais voltada para outros cultivos<sup>110</sup>. Os principais subprodutos da mandioca produzidos dentro do território são: a farinha de mandioca, o polvilho, a puba, a farinha de puba e a massa de tapioca.

---

<sup>110</sup> Mesmo com o predomínio de outros cultivos, a mandioca continua presente na produção familiar de todas as regiões.



Figura 30 – Moradora do Vão de Almas colhendo mandioca doce, em meio à plantação (Foto: Juliana Nallini).

## O MILHO

O milho (*Zea mays*) também é uma planta de origem americana, e sua domesticação provavelmente se iniciou na região central do México, há aproximadamente 12 mil anos A.P. Na comunidade Kalunga, mais de 80% das famílias ainda mantem sua produção que é tipicamente associada ao plantio da mandioca, e muitas vezes, ao do feijão, além de outras culturas menores, como a abóbora, o quiabo e a melancia. Sua importância na dieta da comunidade remonta ao início da ocupação da região, em um momento onde a mandioca ainda não havia sido incorporada na dieta das famílias quilombolas, e o arroz e o milho eram os carboidratos base da alimentação.

Contudo, a relevância desse alimento na dieta Kalunga tem diminuído ao longo dos anos. Relatos de alguns anciões deixam clara a importância que esse alimento teve, junto com toda a diversidade de subprodutos mencionados (fubá, farinha de milho, cuscuz, papas, canjicas). O nome das variedades “antigas” de milho parecem ter se perdido mais rapidamente do cotidiano da comunidade, prevalecendo nomes descritivos como “milho branco grande”, o “milho branco pequeno” e o “milho vermelho e preto”. Entretanto, alguns moradores têm participado de iniciativas para resgatarem algumas delas com o auxílio da Associação e de pesquisadores de Alto Paraíso.

As variedades mais encontradas atualmente são o milho Grossélio, o Sabugo Fino, o Sabugo Grosso e o Híbrido Vermelho, quase todas oriundas das cidades,



seja por meio de compra ou distribuição da CONAB por meio da Associação. Contudo, essas sementes distribuídas parecem não são bem vistas pela comunidade, ou por uma parcela dela, e, de acordo com os relatos dos moradores, as famílias preferem manter a sua própria reserva de um ano para ou outro. Com isso, uma questão fica sem resposta, se as sementes “da cidade” não são bem vistas, como as variedades locais foram substituídas ao longo dos últimos anos? Existiu algum projeto nesse sentido? Ou as variedades novas apenas tiveram vantagens adaptativas sobre as antigas, ganhando mais espaço?

Atualmente, uma parcela significativa da produção de milho é destinada para a alimentação dos animais, principalmente das galinhas. O plantio do milho também tem início após as primeiras chuvas, entre setembro e outubro. Após quatro ou cinco meses, ocorre a dobra do milho que permite que no mês de abril ele já esteja seco no campo, mas a colheita só costuma ocorrer entre junho e julho. Para os moradores do Vão de Alma, a melhor lua para colher o milho e evitar o caruncho, é a lua minguante.

Na região do Engenho, o milho foi predominantemente observado em plantio combinado com o feijão, uma vez que a mandioca não é tão cultivada. Já na região do Vão de Almas e do Vão do Moleque, o padrão adotado é a combinação de milho e mandioca, uma vez que nessa localidade não se costuma plantar o feijão comum, só o de corda. De forma geral, a produção do milho é voltada para o autoconsumo. Ele pode ser aproveitado fresco, *in natura*, ser utilizado como ração para os animais, para a produção do fubá ou para o beiju de milho.

## **O FEIJÃO**

O Feijão é um alimento com baixo custo de produção, mas que pela sua grande quantidade de proteína tem alta participação na nutrição e compreende uma grande gama de espécies do gênero das Fabaceae (feijões, feijões verde, feijão de corda, favas, vagens). Está presente na alimentação indígena da América Latina a cerca de 9 mil anos A.P., embora existam algumas espécies originadas no continente Africano, com registros de 4 mil anos A.P, como o feijão-gandu.

Da dieta Kalunga, ao que tudo indica, esse alimento está presente desde a chegada dos primeiros quilombolas, mas novas variedades continuaram chegando durante todas as ondas migratórias que houveram na região, tornando o feijão um dos alimentos com maior número de variedades mencionadas (Tabela 8). Além disso, o seu consumo não demonstra nenhuma redução na dieta das famílias, que possuem altos padrões a respeito da sua qualidade, e não costumam aceitar de bom grado os similares “de saquinho”, encontrados nos mercados, muitas vezes considerados intragáveis pela comunidade.

[...] na cesta que a gente recebe de tempo em tempo tem. Sabe aquele “de saquinho”? Mas aquilo não é feijão, não é mesmo? É muito duro, pode ficar cozinhando o dia todo que o trem não fica bom, [...] E o gosto.. hum! O gosto também não é de feijão. Feijão bom é o feijão daqui! Todo o tipo! (Moradora do Vão de Almas, 64 anos)

O feijão que vinha na cesta não servia pra nada. O que tinha pra fazer com aqui? Duro e com gosto estranho. Ninguém comia. Tinha gente que tentava dar pros porcos, né? Pra não desperdiçar. Mas nem os porcos queriam aquele feijão ruim (risos)! (Morador do Engenho II, 38 anos)

Esse cultivar, de acordo com os moradores da região, não produz bem no solo branco (comum da região do Vão de Almas e Vão do Moleque), que é mais arenoso e geologicamente desgastado. Foi possível observar dezessete variedades distintas desse alimento tão estimado pela comunidade, como o feijão de Corda, Marelão (Amarelão), Leite, Roxinho, Amarelinho, Momoninho, Manteiga, Fava, Catador, Pequeno, Mucunjá, Fedegoso e Andu.

Seu plantio é tipicamente associado ao milho, mas pode ser cultivado de forma isolada, sendo assim chamado de “feijão solteiro”. A sua produção é considerada menos “trabalhosa”, e por isso muitas vezes adotada pelos jovens agricultores, ou por aqueles que não possuem tempo suficiente durante o ano para investir em outras culturas mais intensivas em trabalho (como o arroz), além de não necessitar de vigília durante a maturação e ser de rápido retorno. O feijão é plantado ao longo dos meses de janeiro, fevereiro e março, a depender das chuvas, e é colhido de maio a junho.

As variedades de feijão podem ser plantadas juntas (com diferentes variedades na mesma roça) ou com divisões entre pequenas roças com variedades diferentes, mas a “pureza” da colheita não é um elemento valorativo da produção, chegando-se a encontrar mais de cinco variedades em uma única roça. Esse hábito aumenta a diversidade nutricional do alimento “feijão” que chega às mesas, além de suprir o

paladar identitário da população. Contudo, mesmo nas regiões com terras propícias para a produção do feijão, a quantidade colhida nem sempre é suficiente para abastecer as famílias por um ano inteiro. Assim sendo, é raro que exista excedente de feijão para ser vendido pelas famílias, uma vez que a escolha predominante é pelo autoconsumo desse produto.

Nos meses de escassez de feijão local, as famílias possuem três opções: aceitarem o feijão oferecido na cesta básica distribuída pela Associação mãe, comprar pacotes de feijão industrializado nos mercados das cidades próximas, ou adquirir sacas de feijão de outros produtores de regiões próximas, como os de Alto Paraíso e São João da Aliança. A primeira opção é a menos aceita pela população, que se queixa constantemente da qualidade do feijão que é oferecido. Esse produto é de tal forma rejeitado, que chega a ser, muitas vezes, ofertado como ração para os animais domésticos, mas nem mesmos esses o apreciam.

A segunda opção, referente à aquisição nos comércios locais, extrapola a questão do sabor preferencial, e adentra o aspecto econômico. O feijão vendido nas cidades é caro, que torna pequenas porções acima do poder aquisitivo das famílias. Isso as leva a terceira opção, a de adquirir sacas de feijão (60kg) por preços mais acessíveis, junto a outros produtores. Essa alternativa, predominante entre as famílias das comunidades mais afastadas das cidades. Mas a aquisição do feijão “ensacado”, adquirido nos pequenos mercadinhos e mercearias, já é prática difundida quando necessário em todas as regiões do território.

[...] se faz um ano que num chove quase nada e dá muito sol, ai nós temos que ir na cidade e comprar arroz e feijão, por que ai não dá pro ano todo. Mas é caro e ruim, num tem o mesmo gosto do daqui. É melhor usar o nosso mesmo (Moradora do Engenho II, 54 anos).



Figura 31 - Feijão associado ao milho (já seco e dobrado), na comunidade do Engenho II (Fonte: Trabalho de campo. Maio de 2014)

## O GERGELIM

O gergelim (*Sesamum indicum*) é uma espécie originária do oriente, mas que chegou ao Brasil junto com os colonizadores portugueses e logo foi introduzido nos cultivos das grandes fazendas. Nas roças Kalungas é cultivado de forma combinada com o arroz, mas o momento do plantio é diferenciado, como se explica abaixo:

Planta tudo junto misturado, o arroz, o gergelim, a melancia, a abóbora, o quiabo a gente planta tudo junto. O gergelim é assim, depois que a gente planta que o arroz já ta anelado a gente joga o gergelim, se não ele come o arroz. [...] Anelar é querendo perfiar, perfiar é o seguinte, só um grãozinho nasceu um grão, quando vai perfiano ao redor (nascendo outros brotos ao redor) ai que a gente joga o gergelim. Ai você ta olhando de longe ai, e ele já ta tampando a terra, depois de limpar ele você olha de longe e vê que ele já ta tampando a terra. Ai a gente joga o gergelim, por que o gergelim é rápido. Rápido ele cresce, mais que o arroz (Morador do Vão de Almas, 38 anos).

Esse cultivo é preferencialmente plantado no mês de dezembro, mas a época pode variar de acordo com a frequência das chuvas, que determina a época do plantio do arroz, uma vez que um produto está associado ao outro. A colheita é realizada a partir de junho, depois da “corta” do arroz. O único cuidado especial que se deve ter com essa pequena erva é com a predação dos pássaros, após a retirada do arroz, momento em que geralmente as roças ficam “abandonadas”. Após o gergelim ser cortado das roças, ele é colocado em pé, junto a estruturas similares a paredes de palha, para secar ao sol. Só após esse processo ele é batido sobre a

lona, e soprado nas *quibanas*<sup>111</sup>, a fim de separar a casca das sementes, e por fim é ensacado. A produção anual é de dois a seis sacos por família, que são vendidos na cidade a vinte reais o litro.

Entretanto, esse produto é muito apreciado na alimentação Kalunga, seja na forma de paçocas ou como óleos, extraídos artesanalmente pelas mulheres da comunidade. Essa semente, muito rica em gordura, rende em média 50% do seu peso em óleo, muito mais que a média das outras espécies utilizadas nesse tipo de produção (coco Indaiá, Buriti, Pequi, Mamona), e por isso é considerado um produto de bom rendimento. O óleo de gergelim também é muito apreciado na culinária local, mas a demanda por esse produto nas cidades próximas, e o seu elevado valor de venda, tem feito com que quase todo ele seja comercializado, com valores que variam de sessenta a oitenta reais por litro.

O gergelim *in natura* também é muito procurado pelos comerciantes da região, e por isso facilmente vendido nas cidades de Alto Paraíso e de Cavalcante. Os moradores contam que algumas vezes a safra já é negociada antes de ser colhida, mas o não cumprimento dos preços acordados, por parte dos compradores, tem levado os produtores a desistir dessa prática. Mesmo sendo um ótimo produto comercial, as famílias costumam guardar uma média de oito a dez litros de gergelim para o autoconsumo e como sementes para ano seguinte.

### **4.3. COMIDA QUE VEM DO MATO**

Na Tabela 8 podemos observar diversas plantas de interesse alimentar nativas do Cerrado (marcadas com \*), como o jatobá (chamado de biscoito/bolo de boiadeiro), o pequi, a mangaba, os palmitos. Neste tópico falar-se-á brevemente dos produtos extrativistas mais relevantes pra comunidade.

A mangaba e a cagaita são citadas predominantemente para o consumo *in natura* e na forma de sucos. Já a mama-cadela (puxa-puxa), a gabirola e o baquari são frutas preferencialmente consumidas *in natura*, apesar de encontrarmos preparados diversos, como um refresco gasoso de puxa-puxa. No início das chuvas, época de abundância dessas espécies no cerrado, é comum encontrar famílias que juntam pequenas quantidades de frutas e levam para as cidades, onde vendem de

---

<sup>111</sup> Artefatos côncavos e arredondados feitos de palha de palmeira, usados para diversos fins, como catar/escolher grãos, “assoprar o arroz”, secar as lascas de coco, carregar plantas e ervas.

porta em porta ou para amigos e conhecidos. Esse período dura cerca de um mês, e as vendas subsequentes são unicamente de polpas congeladas.

Os palmitos, conhecidos popularmente como gueroba, gueiroba ou gaririba, estão divididos nas variedades *Verdadeiro*, *Catulé*, *Falsa* e *Palmito Soldado*. Eles são considerados iguarias culinárias e são retirados em ocasiões significativas, como visita, festas e aniversários. O processo de colheita desses alimentos se dava exclusivamente nos cerrados próximos as residências, com a derrubada das palmeiras seguida da “descascada” até deixar apenas o palmito, mas recentemente tem crescido o número de agricultores do território que estão “plantando” as palmeira “pra palmito” e “pra coco” em seus quintais, a partir de coquinhos germinados encontrados próximos a plantas adultas. Essas palmeiras já eram tradicionalmente preservadas ao longo do processo de limpeza das roças e quintais, sendo cultivadas a partir do manejo do ambiente ao redor da planta. Contudo, essa nova forma de cultivar envolve a preparação das mudas, o plantio no solo e o manejo subsequente.

Os “cocos”, ou palmeiras, são espécies muito respeitadas entre as famílias do território. Eles oferecerem uma gama grande de produtos e por isso são “poupados”, mesmo quando se limpam os terrenos das roças. Alguns deles são aproveitados de tal modo que se costuma dizer que “se aproveita tudo”, como no caso do Buriti. As variedades Indaiá, Pindoba e Macaúba (Xodó) são usadas não só para a confecção de óleos, mas também para a produção do leite, extração da castanha e raspagem do dendê (polpa).

O jatobá é uma espécie emblemática do cerrado, e vem ganhando espaço nos espaços gastronômicos das cidades, mas o seu sabor e valor nutritivo veem sendo apreciado pela comunidade quilombola há alguns séculos. Sua polpa, de textura farinácea e odor marcante, é secada ao sol e pilada para a criação de uma farinha, extremamente nutritiva, utilizada na confecção de bolos e vitaminas. Sua casca é reaproveitada como carvão, e também pode ser utilizada como remédio, quando transformada em pó.

Por último falar-se-á do pequi, fruto símbolo do cerrado goiano, sendo nacionalmente conhecido pelos seus usos culinários. A sua popularidade regional só é igualada pela grande gama de seus subprodutos usados localmente. Do pequi são preparadas a polpa desidratada, o caroço descascado, as conservas, a farinha, o

óleo e o doce, além de vários pratos. Uma das vantagens que essa fruta apresenta para as famílias que a coletam, é que pode ser descascada onde estiver e levada para casa já na etapa de caroço. Os sacos de pequi sem casca são vendidos *in natura*, mas também congelados (quando existe energia elétrica) para serem comercializados após o período de frutificação.

A etapa seguinte do seu processamento é a retirada da polpa, para ser estocada, vendida desidratada ou em forma de farinha. Para isso os frutos (já sem casca) são fervidos com água e sal em grandes panelas no quintal das casas. São escorridos e resfriados, após o que são delicadamente raspados com o auxílio de uma colher e colocados sobre o giral, ao sol, para secarem.

O que sobra do pequi, ainda pode ser utilizado para a produção de óleo. Para isso, os caroços sem polpa, são colocados em água fervente para amolecerem, e depois são esmagados, nesse mesmo recipiente, com o auxílio de garrafas de vidro<sup>112</sup>. Voltam ao fogo, onde começam a soltar a sua gordura característica, que é coletada com o auxílio de colheres, e separada em outro vasilhame. Esse processo será repetido após se adicionar mais água à mistura já reservada, que volta ao fogo, separando-se, assim, o óleo da água. Da borra, que sobra após a retirada do óleo, é produzido o sabão. O litro do óleo é vendido em média a setenta reais e a polpa desidratada a trinta reais o litro.

#### **4.4. AS REGIÕES E A AGROBIODIVERSIDADE**

Até aqui vimos que em relação ao território, a agrobiodiversidade Kalunga se apresenta dividida entre alguns agroecossistemas principais (roças, quintais, capoeiras e “sertões”/mato), onde se distribuem de forma heterogênea. Observamos que os quintais conservam a maior parte da agrobiodiversidade interespecífica, enquanto as roças são responsáveis por uma maior diversidade intraespecífica. Contudo, esses dados são verdades apenas quando se aborda as plantas utilizadas na alimentação familiar, mas encontraríamos diferentes porcentagens se fossem incluídas as espécies medicinais e usadas para fins tecnológicos, onde os “sertões”, cerrados e matas possuem relevância predominante. Também elencamos as

---

<sup>112</sup> As garrafas de vidro são utilizadas como bastões que auxiliam no momento de se esmagar os caroços amolecidos do pequi. Funcionam como pilões ou bastões que ajudam a imprimir força ao processo.

espécies mais importantes na composição do sistema agrícola e a forma como a comunidade se relaciona com cada uma, da roça à mesa.

Agora buscaremos entender como as diferenças históricas e ambientais do território atuaram sobre essa agrobiodiversidade, e em que medida a agrobiodiversidade retrata essas diferenciações do território? Como a produção e a alimentação de cada região se relacionam com o restante do território e com a agrobiodiversidade total? A seguir, a partir da divisão em quatro macrorregiões, exploraremos essas e outras questões.

### *Vão de Almas – Farinha, frutas e óleos*

A macrorregião do Vão de Almas, em decorrência da predominância dos solos tipo “terra branca”, é conhecida pela produção de mandioca e sua farinha. Além do solo, a disposição espacial das roças em relação às casas (próximas uma da outra), permitindo que a colheita seja processada transportada rapidamente da terra para o rancho e para o forno de farinha, fez com que a cultura da mandioca não perdesse força nessa região. Além disso, o clima mais seco e quente, aliado ao tipo de solo dominante, torna menos efetiva a produção do feijão e do arroz, que é compensada pela alta produção de farinha e de produtos do extrativismo local.

Além da mandioca, a agrobiodiversidade do Vão de Almas resguarda um grande endemismo de cajuí (que frutificam quase um mês antes do restante do território), cagaita e mangaba, acima da média das outras regiões, tornando-a a área que mais comercializa frutas e polpas para as cidades próximas. Também pode-se citar a grande ocorrência da orquídea da baunilha (baunilha do Cerrado), que recentemente se tornou objeto de atenção a partir de projetos e reportagens. Ela é encontrada em todo o território, mas possui uma concentração maior de indivíduos na microrregião do Vão de Almas, local onde foram instaladas estufas experimentais pelo projeto “Baunilha do Cerrado”, na tentativa de se produzi-las artificialmente, uma vez que a demanda criada pelo projeto tornou insustentável o seu extrativismo.

A produção de óleos vegetais também é uma atividade que apresenta maior relevância alimentar e econômica nessa macrorregião. Os principais tipos de óleo produzidos são o de coco indaiá, de pequi, de coco xodó, de gergelim, de baru, de mamona e de buriti. Na comunidade, a fabricação de óleos é uma atividade



tipicamente feminina, apesar de ser auxiliada em alguns momentos pelos homens das famílias. De acordo com relatos das moradoras, a produção dos óleos era amplamente difundida pelo território, mas a chegada de produtos industrializados de fácil acesso em contraposição ao árduo trabalho de extração dos óleos, acabou levando muitas famílias a deixarem de produzi-los, ou produzi-los em pequenas escalas, utilizadas como iguarias para saborizar pratos específicos. Talvez em decorrência dessa cultura oleaginosa, o cultivo de gergelim também é mais significativo nas microrregiões do Vão de Almas, mas também é representativa no Vão do Moleque e no Mimoso.

### *Vão do Moleque – Entre pastos, roças e cerrados*

No Vão do Moleque, como já foi citado, a criação de gado tem uma grande importância econômica. Além disso, as roças de arroz apresentam dimensões maiores do que em outras parcelas do território, mas essas são muitas vezes abertas com o auxílio de tratores, e a quantidade de variedades cultivadas é menor, dando-se preferência as sementes de crescimento rápido, recentemente incorporadas aos plantios, como o “três meses”, “quatro meses” e o “milharim”.

O Vão do Moleque também é localmente conhecido pelo endemismo do baru, aproveitado em sua totalidade pelas mulheres da região. Desse fruto são extraídas a farinha da casca, o óleo da castanha e a própria castanha, que ainda é utilizada para a confecção de paçocas e doces. A farinha, de sabor adocicado, produzida a partir da casca do fruto do baru, tem aumentado de importância no “mascate” realizado pelas produtoras da região, e está ganhando espaço no paladar dos consumidores da cidade, o que tem permitido o aumento do valor desse alimento. O comércio de produtos extrativistas e a confecção de óleos também é significativa nessa região, com destaque para a manutenção do processamento do Buriti, que tem perdido força em outras partes do território.

Uma particularidade da região é que ela abrigou por muito tempo, e ainda hoje, os últimos engenhos de cana ativos do território. Atualmente alguns outros voltaram a funcionar, com o auxílio de inovações tecnológicas que tornaram o processo mais rápido, como o moedor de cana a motor. Em conjunto com a produção de rapadura, algumas famílias ainda produzem a cachaça de alambique, mas esse item é cada

vez mais raro. Talvez, em decorrência desses itens, o plantio de cana nessa região seja levemente mais significativo que em outras partes, assim como a diversidade intraespecífica dessa espécie.

### *Engenho – Feijões com Arroz e... Abóbora!*

A região do Engenho apresenta um solo rico, considerado fértil e produtivo por toda a comunidade. É vista como a melhor região para se produzir o feijão, independente de qual variedade. Em decorrência disso, a agrobiodiversidade intraespecífica dessa espécie é maior que em outras partes do território, e podemos encontrar diferentes tipos de feijão em uma única roça. O feijão cozido com legumes é uma comida tipicamente apreciada pelos agricultores quando estão trabalhando em suas roças, “comida simples, rápida e forte” segundo eles. Além disso, o feijão é considerado um cultivo que demanda pouco esforço e tempo do produtor, e por isso é amplamente difundido, mesmo entre os jovens agricultores.

Essa região, junto com a região do Vão do Moleque e da Contenda, também é uma grande produtora de arroz, mas foi onde pode-se observar a maior diversidade de variedades de arroz. Além disso, o forte turismo, presente nessa parcela do território, tem estimulado a venda do arroz por um preço considerado “justo”, segundo os moradores, que também contam com a vantagem de uma máquina descascadora no povoado do Engenho II. Dessa forma, os produtores que conseguem produzir com excedente podem comercializar o arroz já descascado e com alto valor agregado na lojinha de produtos locais aberta para os turistas que passam pela comunidade,

A abóbora e todas as suas variedades são também presença marcante na agrobiodiversidade dessa região. Essa espécie está presente em todas as regiões do território, e pode ser avistada em quintais, roças e capoeiras, crescendo livremente no meio das culturas principais. Mas, apesar de serem plantas extremamente autônomas na comunidade, crescendo quase “espontaneamente”, a importância alimentar delas é alta dentro do cardápio Kalunga. Assada, cozida no feijão ou no arroz, em forma de quibebe, ou caldos e sopas, a abóbora é muito apreciada, e na região do Engenho chegamos a ver ranchos cheios e colheitas estragando por falta de escoamento, uma vez que frutificam em abundância.

### *Mimoso – Abundância que vem da vazante*

Na região do Mimoso a influência do rio Paranã é grande e as roças de vazante são uma prática muito comum, possibilitando a produção de alimento em dois ciclos produtivos, durante as chuvas (nas terras secas) e durante a seca (nas terras que estavam submersas durante as chuvas). Dessa forma a agrobiodiversidade das roças permanece alta ao longo de grande parte do ano. As principais culturas da comunidade também são o arroz, o milho e a mandioca, mas com a presença marcante do feijão e da cana. Contudo, de acordo com a literatura, tem aumentado o número de roças transformadas em pastos pela crescente importância econômica da criação de gado. Isso leva a presunção de que essa região tenha uma agrobiodiversidade muito similar à região do Vão do Moleque, pois, além de ter sido colonizada por moradores de lá, o Mimoso também apresenta uma evolução parecida dos padrões socioeconômicos.

Tabela 9 – Resumo das principais diferenças regionais relacionadas à agrobiodiversidade do território Kalunga, dividida entre as quatro macrorregiões.

<b>Região</b>	<b>Perfil Alimentar/Produtivo</b>	<b>Perfil de Comercialização</b>
<b>Vão de Almas</b>	Frinha de Mandioca Produtos Extrativistas Óleos de Coco Óleo de Gergelim Baunilha do Cerrado Pesca	Produtos extrativistas Farinha de Mandioca
<b>Vão do Moleque</b>	Gado Produtos Extrativistas Óleos de Coco Barú (farinha e castanha) Buriti (óleo, lascas e doce) Arroz Rapadura e Pinga	Gado Produtos Extrativistas
<b>Engenho</b>	Arroz Feijão Abobora	Arroz Doces e biscoitos Artesanato com espécies do Cerrado Restaurantes de comida típica
<b>Mimoso</b>	Roças de Vazante (alternância de cultivos) Gado Pesca	Gado Artesanato com espécies do Cerrado

Dessa forma observamos como a agrobiodiversidade pode retratar as particularidades regionais do sistema agrícola Kalunga, mostrando-nos o forte vínculo entre a alimentação e o território (Tabela 9). Conseguimos também avançar no entendimento do perfil alimentar e produtivo de cada parcela do território, observando as potencialidades e limitações locais. Contudo, na busca de um

entendimento real das dinâmicas desse sistema produtivos, não podemos deixar de entender quais as relações familiares sustentam essa agrobiodiversidade. Como os grupos domésticos se relacionam com essa diversidade? Quais as dinâmicas entre os diferentes grupos domésticos e como elas manejam e compartilham os alimentos?

#### **4.5. AGROBIODIVERSIDADE FAMILIAR**

Apesar dessas convergências regionais presentes dentro do território, existe uma diversidade agrícola específica de cada grupo doméstico, que é muito variáveis dentro de uma mesmo microrregião. Essas alterações decorrem de fatores como idade dos “chefes de família”, tempo de residência no local atual, estratégia socioeconômica da família e profissões. As diferenciações socioeconômicas e a origem delas serão tratadas no capítulo seguinte.

A agrobiodiversidade a nível familiar diz respeito àquelas espécies e variedades mantidas pelos seus membros, nos quintais, roças, capoeiras, nos estoques de sementes e nas atividades extrativistas. Observamos que grupos domésticos podem estar fisicamente próximos, mas possuem grandes diferenças em diversidade de alimentos produzidos, como ocorre com entre roças de indivíduos recém-casados e a de famílias já estabelecidas a longos períodos, ou entre uma família com idade mais avançada em comparação a famílias com filhos na primeira infância. Além disso, as diferenças dentro de um grupo familiar também podem ser significativas, como no caso de agrupamentos formados por núcleos em diferentes localidades (roça e cidade), ou em diferentes estágios da vida (idosos, adultos com filhos, jovens adultos).

Contudo, nem todas as diferenciações relacionadas à agrobiodiversidade estão ligadas ao ciclo de desenvolvimento do grupo familiar. Algumas diferenças dizem respeito a principal fonte de renda da família, como nos casos em que as roças se tornam secundárias, de caráter apenas complementar na dieta familiar, ou de acordo com a profissão de seus integrantes, que pode impossibilitar a lida com as roças (servidores públicos, por exemplo).

Assim, pudemos observar famílias muito produtivas que exploram todos os agroecossistemas ao seu redor, com atividades extrativistas e agrícolas que mantem e estimulam a diversidades de cultivares. Mas também entrevistamos grupos domésticos com agrobiodiversidade muita reduzida, concentrada ao redor de atividades produtivas esporádicas. Essas observações nos levam a concluir que qualquer generalização a respeito da agrobiodiversidade do território não estará representando de forma realista a agrobiodiversidade do sistema produtivo familiar (grupo doméstico).

Ainda nos baseando no modelo conceitual de Segall e Kepple (2011), que divide os determinantes associados à segurança alimentar em três níveis de análise (macrossocioeconômicos; regionais e locais; domiciliares), entenderemos que uma abordagem sobre a agrobiodiversidade de uma comunidade está intimamente relacionada com seu sistema alimentar e sua segurança alimentar, e por isso não pode deixar de observar esses níveis e suas diferenças. Como os grupos domésticos lidam com a agrobiodiversidade? Quais as diferenças entre os seus indivíduos? Quais as dinâmicas internas dos grupos familiares?

Apesar de utilizarmos o grupo doméstico como unidade mínima de análise, sabemos que ele é composto por indivíduos de diferentes faixas etárias, que se relacionam de maneira diferente com os ecossistemas ao seu redor e a biodiversidade presente neles. Podemos usar como exemplo os quintais, domínio das mulheres e crianças, onde grande parte do processamento dos alimentos ocorre. Também é nesse espaço onde as crianças aprendem a colher e processar os primeiros alimentos, supervisionados pelo olhar onipresente das mães. A Tabela 10 resume alguma dessas relações, de acordo com a faixa etária e o espaço produtivo.

Tabela 10 – Relações entre os membros dos grupos domésticos (rural) e a agrobiodiversidade, de acordo com a faixa etária e o ecossistema cultivado.

	Ecossistemas		
	Roças e Capoeiras	Quintais	Cerrado
<b>Crianças</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanham os plantios;</li> <li>- Auxiliam em atividades leves (semear e espantar pássaro)</li> <li>- Buscam alimentos quando solicitados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaço onde possuem maior liberdade</li> <li>- Livre acesso às espécies frutíferas</li> <li>- Auxiliam em pequenas práticas alimentares</li> <li>- Auxiliam na colheita e manipulação das variedades desse espaço</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanham e auxiliam as colheitas de frutos</li> <li>- Buscam espécies medicinais quando solicitados</li> <li>- Catam e recolhem elementos que são transformados em brinquedos/brincadeiras</li> </ul>
<b>Jovens</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Auxiliam na abertura das roças</li> <li>- Auxiliam no plantio e colheita</li> <li>- Coleta de alimentos frescos</li> <li>- Coleta de frutas</li> <li>- Caça</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Auxiliam no processamento das espécies da roça</li> <li>- Auxiliam no processamento das espécies nativas</li> <li>- Preparo dos alimentos</li> <li>- Coleta de frutos</li> <li>- Criação de animais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coleta de frutos</li> <li>- Coleta de palmitos</li> <li>- Coleta de coquinhos</li> <li>- Coleta de material para artefatos</li> <li>- Caça</li> </ul>
<b>Adultos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manejo do fogo</li> <li>- Abertura e limpeza das roças</li> <li>- Plantio</li> <li>- Colheita</li> <li>- Coleta de alimentos frescos</li> <li>- Coleta de frutas</li> <li>- Coleta de material para artefatos</li> <li>- Caça</li> <li>- Estocagem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Processamento das espécies da roça</li> <li>- Processamento das espécies nativas</li> <li>- Manejo de plantas medicinais</li> <li>- Coleta de frutos</li> <li>- Manejo de legumes e verduras</li> <li>- Preparo dos alimentos</li> <li>- Criação de animais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coleta de frutos</li> <li>- Coleta de palmitos</li> <li>- Coleta de coquinhos</li> <li>- Coleta de plantas medicinais</li> <li>- Coleta de material para construção</li> <li>- Coleta de material para artefatos</li> <li>- Caça</li> </ul>
<b>Idosos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Roças em escalas reduzidas</li> <li>- Menor número de cultivos</li> <li>- Em alguns casos, contratam homens mais novos para ajudar no plantio e/ou na colheita</li> <li>- Manejo do fogo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Processamento das espécies da roça</li> <li>- Processamento das espécies nativas</li> <li>- Manejo de plantas medicinais</li> <li>- Coleta de frutos</li> <li>- Manejo de legumes e verduras</li> <li>- Preparo dos alimentos</li> <li>- Criação de animais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coleta de frutos</li> <li>- Coleta de plantas medicinais</li> <li>- Coleta de material para artefatos</li> </ul>

Na observação dos grupos familiares, teremos os núcleos domésticos como unidade mínima de análise. Nesse caso, as relações entre um núcleo e outro são fundamentais para a compreensão das redes de troca e reciprocidade, sendo responsáveis por dinâmicas importantes no que se refere à segurança alimentar da comunidade. Quais os perfis socioeconômicos observados dentro desse sistema? Quais são as principais estratégias produtivas adotadas pelas famílias? Como elas se relacionam espacialmente com as diferentes regiões do território? No capítulo seguinte, abordaremos as dinâmicas do Sistema Social Produtivo da comunidade Kalunga, como parcela estruturante do sistema, entendendo que é a partir das relações entre pessoas e território que surgem as técnicas, conhecimentos e inovações necessários para a perpetuação de um sistema agrícola tradicional e sua agrobiodiversidade.

## **PARTE III – SOBRE TER E NÃO FALTAR**

Muitas vezes ao indagar-se por algum produto agrícola ou alimentar junto aos agricultores escutamos a expressão “*Tem! Mas acabou!*”. Essa resposta aparentemente contraditória (pensamos: como pode ter se acabado?) exemplifica bem duas questões importantes a respeito da segurança alimentar da comunidade:, a sazonalidade como elemento integrante da lógica alimentar, e a percepção de certos alimentos como integrantes da agrobiodiversidade familiar, mesmo quando esses não estão sendo consumidos ou cultivados há algum tempo. Ou seja, a indisponibilidade de um alimento/planta em determinado momento do mês, do ano ou na última década, não significa que aquele produto deixa de ser considerado como presente no seu sistema agrícola.

O “ter” abrange mais que a esfera doméstica e o que pode ser encontrado na dispensa de uma família. O “ter” diz respeito a uma grande gama de dinâmicas espaço/temporais, que vão além dos limites reais do núcleo doméstico. O que está presente em outros espaços produtivos pertencentes ao raio de relações do grupo familiar também faz parte do “ter” individual da família e da comunidade, revelando a complexidade e importância das redes de reciprocidade na estrutura do sistema agrícola da comunidade.

Aqui? Aqui tem a roça minha, do meu pai, do meu irmão João (nome fictício) e do meu irmão José (nome fictício). A minha é aquela mais ali de baixo. [...] Sim. A gente vem abrir roça junto, às vezes faz o plantio junto também. Nem todo mundo tá junto em toda a hora, ne?! Por que a roça tem o dono e o dono é o que trabalha nela, escolhe o que vai plantar, quando vai colher. Mas é tudo aqui, não é?! E é tudo família, não é?! Então a gente se ajuda, e se eu planto algo que deu bem pode dividir com quem tava no trabalho também. (Morador do Engenho, 32 anos)

Aqui não. Aqui eu não planto feijão não. Mas eu tenho uma rocinha lá pro rumo do Engenho, perto da roça da minha mãe. Ai lá eu planto feijão. Lá a terra é melhor pra isso. [...] quando é tempo de abrir e plantar a gente vai pra lá, fica uns dias, depois volta só de tempo em tempo pra cuidar e olhar. A família que tá mais perto também ajuda a olhar. Ai na época de colher a gente volta pra lá e colhe tudo, não é mesmo! (Morador do Vão de Almas, 38 anos)

A gente aqui produz arroz sim! Eu mesmo não plantei esse ano por que tava na cidade quando era tempo de abrir a roça, mas ano que vem vou plantar. Esse ano eu comprei do meu vizinho (primo) [...] a semente dele eu que tinha dado no ano retrasado, a gente separou um cacho bonito. Mas como eu não pude plantar dei pra ele, pra não perder, não é mesmo?!



Assim, a partir do pequeno simbolismo de “ter e não faltar”, buscaremos o entendimento das principais estratégias sociais adotadas pelas famílias em busca da segurança e da soberania alimentar. Quais as estratégias sociais para não faltar? O que significa “ter”, mesmo quando os alimentos não estão presentes na dieta diária? Quais as dinâmicas sociais existentes dentro do território e como elas se dão no nível doméstico, no nível familiar, no nível regional e ao nível do território?

Para isso abordaremos os aspectos mais relevantes da organização social da comunidade, da composição dos grupos domésticos e suas diferentes configurações de acordo com os ciclos de desenvolvimento familiar e as dinâmicas e estratégias socioeconômicas dos grupos familiares. Contudo, buscaremos também compreender como elementos externos à comunidade podem agir sobre essas dinâmicas e práticas da comunidade, estimulando ou não o fortalecimento do sistema agrícola local. Como projetos político/sociais podem influenciar as práticas produtivas de um povo? E de que forma os discursos inerentes a esses projetos, construídos a partir de séculos de preconceitos epistêmicos, podem induzir o ocultamento, abandono ou fortalecimento de determinadas elementos de um sistema?

## 5. DINÂMICAS DO SISTEMA SOCIAL PRODUTIVO

O sistema social produtivo também pode ser denominado de sistema técnico ou sistema social econômico, sendo composto pelos membros da comunidade (mulheres, homens, crianças, idosos), pelos saberes desses grupos (técnicas e tecnologias) e pela biodiversidade a eles associada (*matéria viva*). Esse sistema se organiza a partir do sistema de produção praticado e das categorias sociais à qual seus atores pertencem (MAZOYER; ROUDART, 2010). O *sistema de produção* é definido pela combinação das atividades produtivas (capítulo 3), enquanto que a *categoria social* engloba o estatuto social da mão de obra (familiar) e o modo de acesso a terra (livre acesso a terras comunais com parcelas de uso familiar, distribuídas a partir de critérios históricos e hereditários). Para podermos compreender essas dinâmicas que se estabelecem dentro do sistema social produtivo, a partir das relações entre o sistema de produção e os atores desse sistema, iremos pontuar, a seguir, as principais características socioeconômicas da comunidade.

### ***A População***

No último censo, de 2010, foi possível observar um crescimento dos residentes vivendo na zona urbana, saltando de 39,95% no ano de 2000 para 50,49% em 2010 no município de Cavalcante, de 68,01% para 70,76% em Teresina e de 39,85% para 40,93% em Monte Alegre (IBGE, 2010). Já os municípios de Arraias e Paranã, no ano de 2010, apresentaram 69% e 46% respectivamente, de moradores “vivendo” na zona urbana. Esses dados confirmam a tendência relatada pelos moradores da região, demonstrando uma diminuição regional da população rural, mas que mantém porcentagem ainda bastante elevadas em quase todos os municípios (entre 60 e 30% do total).

Tabela 11 – Dados dos IDHM dos municípios que compõem o território Kalunga, a partir dos dados de 2010,, detalhando por IDHM Renda, IDHM Longevidade, IDHM Educação e comparados com a média nacional.

	IDHM	IDHM	IDHM	IDHM
		Ren.	Longev.	Edu.
<b>Brasil</b>	0,727	0,739	0,816	0,637
<b>Arraias</b>	0,651	0,636	0,829	0,523
<b>Cavalcante</b>	0,584	0,595	0,808	0,415
<b>Monte Alegre de Goiás</b>	0,615	0,592	0,816	0,481
<b>Paraná</b>	0,595	0,588	0,777	0,461
<b>Teresina de Goiás</b>	0,661	0,626	0,817	0,564

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios, Cavalcante está em último lugar no ranking do estado, enquanto que Teresina de Goiás é o município com o maior IDH dentre os cinco que compõem o território Kalunga (Tabela 11). Essa abordagem de mensuração da liberdade pessoal dos indivíduos, idealizada pelo economista Amartya Sen, se baseia na avaliação de três requisitos básicos: saúde (vida longa e saudável), educação (acesso ao conhecimento) e renda (padrão de vida digno). O cálculo do IDHM<sup>113</sup> é baseado nos dados de expectativa de vida ao nascer, escolaridade da população adulta, fluxo escolar da população jovem e renda *per capita*. O IDHM médio brasileiro é de 0,727.

Tabela 12 – Dados municipais referentes ao censo de 2010 (IBGE), representando a população, a porcentagem que vive no meio urbano (2000 e 2010), PIB municipal, o PIB *per capita* e o IDHM.

Município	2010	Pop. Urb. 2000	Pop. Urb. 2010	PIB Mun.	PIB <i>per capita</i>	IDHM
<b>Cavalcante (GO)</b>	9.392	39,95%	50%	299.068mil	R\$ 31.836	0,584*
<b>Teresina de Goiás (GO)</b>	3.016	68,01%	71%	14.609mil	R\$ 4.843	0,661
<b>Monte Alegre (GO)</b>	7.730	39,85%	41%	47.512mil	R\$ 6.136	0,615
<b>Arraias (TO)</b>	10,645	-	69%	117.080mil	R\$ 11.000	0,651
<b>Paraná (TO)</b>	10.338	-	46%	179.345mil	R\$ 17.353	0,595

\*Menor índice do estado de Goiás (225º colocado no ranking)

Segundo a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania<sup>114</sup>, em 2019, 2.488 famílias quilombolas estavam inscritas no cadastro

<sup>113</sup> O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana. Entre 0 e 0,500 é considerado muito baixo; entre 0,500 e 0,599 é considerado baixo; entre 0,600 e 0,699 é médio, entre 0,700 e 0,799 é alto; e entre 0,800 e 1 é muito alto.

<sup>114</sup> Antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS)

único<sup>115</sup> dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre, Teresina, Arraias e Paranã. As informações do MDC (BRASIL, 2014b) foram usadas como base de dados, mesmo que a estimativa de famílias cadastradas seja de apenas 94,6%, em decorrência da falta de outras fontes atuais e oficiais para a obtenção de tais informações (Tabela 13). Ainda segundo os dados do cadastro único dos municípios o valor médio do benefício do programa Bolsa Família dentro do território varia entre R\$157,62 e R\$242,12, distribuídos entre 1.302 famílias quilombolas. As taxas de extrema pobreza no meio rural atingem até 22,3% da população, de acordo com o município, como em Paranã. Esses dados também indicam o número de famílias dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs)<sup>116</sup> de cada município que foram consideradas em situação de insegurança alimentar, no meio rural.

Tabela 13 – Comparação de dados dos cinco municípios que integram o território Kalunga, em relação a extrema pobreza, número de famílias quilombolas e que fazem parte do Programa Bolsa Família, famílias GPTE com insegurança alimentar no meio rural, valor médio do benefício e população total do município (Dados: MC, 2019)

Município	Extr. Pobreza (rural)	Famílias Quilb. (cad.único)	Famílias Quilb. (Bol.Fam)	Fam.GPTE IA (rural)	Valor do benefício	População
Cavalcante	19,7%	1.287	501	51	R\$157,62	9.392
Teresina	10,0%	347	234	11	R\$206,39	3.016
Monte Alegre	19,6%	523	331	34	R\$185,79	7.730
Arraias	10,9%	178	115	8	R\$227,06	10.645
Paraná	22,4%	153	121	81	R\$242,12	10.338
<b>TOTAL</b>		<b>2.488</b>	<b>1.302</b>			

No ano de 1991, na ocasião da criação do Sítio Histórico e Cultural Quilombo Kalunga, o Instituto de Terras do Estado de Goiás (IDAGO) realizou um levantamento socioeconômico onde foram cadastrados 3.699 habitantes dentro do Território Kalunga de Goiás, sendo que 3.194 foram considerados quilombolas e 505 não (critérios não especificados). Em 2004, a SEPPIR e a Fubra realizaram outra coleta de dados, onde foram contabilizadas 958 famílias, divididas em 884 domicílios, totalizando 3.752 moradores quilombolas (SEPPIR-FUBRA, 2004) (Tabela 14). Atualmente, a Associação Quilombo Kalunga está coordenando o

<sup>115</sup> Esse cadastro provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo per capita, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

<sup>116</sup> A institucionalização do cadastramento diferenciado em nível municipal atende a crescente demanda de maior inclusão e permanente atualização cadastral desses grupos, bem como de maior qualidade no preenchimento cadastral e no acolhimento dessas famílias. Os 15 grupos populacionais identificados no Cadastro Único foram definidos a partir da construção conjunta de orientações e diálogo com a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), movimentos sociais representativos e órgãos federais que atuam junto a esses segmentos (BRASIL, 2019).

projeto “Uso do Geoprocessamento na Gestão do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga”<sup>117</sup>, fomentado pelo Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos que irá gerar novos dados socioeconômicos e espaciais do território.

O salto numérico que ocorre entre os dados de 2004 e de 2014 na Tabela 14, não está apenas associado com o crescimento demográfico dessa população. Ele também indica uma nova forma de contabilizar as famílias Kalungas, considerando não apenas aquelas que estão vivendo integralmente dentro do território, mas também aquelas que permanecem períodos parciais ou integrais em residências no perímetro urbano das cidades próximas. Agregado a isso, também se estima que o número de autoidentificações Kalungas tenha crescido nos últimos anos, acompanhando o movimento de empoderamento sobre sua identidade que a comunidade quilombola vem vivendo<sup>118</sup>.

Tabela 14 - Número de famílias e de habitantes quilombolas Kalungas estimados nos anos de 1991, 2004 e 2014 (fontes: IDAGO, 1991; SEPPIR-Fubra, 2004; Costa, 2013; MC.2019).

<b>Ano</b>	<b>Famílias</b>	<b>Habitantes</b>
<b>1991</b>	-	3.194
<b>2004</b>	958	3.752
<b>2014</b>	1.939	~10.000
<b>2018</b>	2.488	~12.000

A distribuição da população quilombola dentro do território é desigual entre os municípios, assim como a distribuição de terras. A maior parte das famílias reside na parcela do território que se situa dentro de Cavalcante, representando 52% do total delas. Em segundo lugar está Monte Alegre, com 21%, e por último Paranã, com 6% do total de núcleos familiares Kalungas (Figura 32). Internamente, a comunidade também se divide de forma heterogênea entre as suas quatro macrorregiões, aonde o Vão do Moleque apresenta a maior população, mas em decorrência da sua grande extensão mantêm o mesmo padrão de distribuição espacial, que a região do Vão de

<sup>117</sup> O projeto tem como objetivos conhecer com profundidade a realidade das comunidades Kalunga, usar a tecnologia de geoprocessamento para mapear detalhadamente o território, promover a ocupação do SHPCK de uma forma mais sustentável e fazer com que os Kalunga sejam reconhecidos internacionalmente como defensores da conservação da biodiversidade (Fonte: <http://www.iieb.org.br>).

<sup>118</sup> Em algumas entrevistas e palestras, as lideranças da comunidade tem reafirmado o aumento do número moradores que buscam as organizações políticas da comunidade para se associarem, assim como o crescimento da procura por documentos comprovando o pertencimento ao grupo, para fins estudantis.

Almas. O Engenho, por outro lado, apresenta a maior densidade demográfica do território, em relação às moradias familiares (Tabela 15).

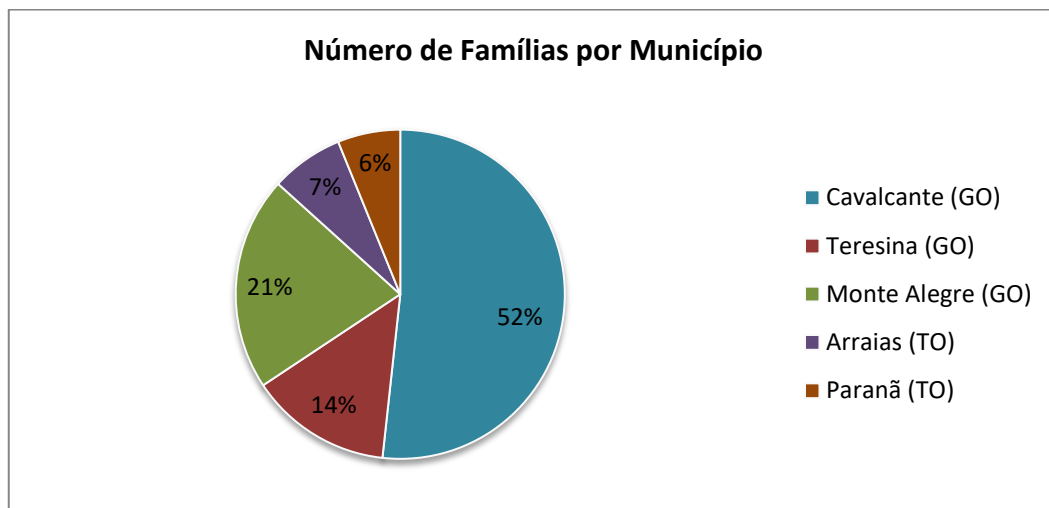


Figura 32 – Porcentagem das famílias quilombolas distribuída de acordo com os cinco municípios do Território Kalunga (Dados: MDS, 2019) (fonte: Autora).

Tabela 15 – Número de famílias e pessoas por localidade Kalunga, no município de Cavalcante – GO, no ano de 2013 (fonte: COSTA, 2013)

Comunidade	Nº de famílias	Nº de pessoas
Vão de Almas	215	1.075
Vão do Moleque	390	1.950
Engenho	125	625
Vivendo na cidade de Cavalcante	-	2.000
<b>Total estimado</b>	-	<b>5.650</b>

### **Organização Política**

Dentro do Território Kalunga, encontramos diversas associações que buscam a mobilização e organização da comunidade como grupo. A mais antiga delas é a Associação Quilombo Kalunga (AQK), criada em 1999. Essa organização, também conhecida como Associação Mãe, foi criada com a missão de defender e representar os quilombolas dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina, proporcionando unidade legal e administrativa à população do Sítio Histórico.

Paralelamente à AQK, existem outras associações menores, responsáveis por representar as comunidades quilombolas de cada um dos municípios goianos. São elas: a Associação Kalunga Cavalcante (AKC), a Associação Kalunga de Teresina

de Goiás (AKT) e a Associação Kalunga de Monte Alegre (AKMA). Elas são organizações não governamentais sem fins lucrativos (ONGs), que possuem o objetivo de representar as comunidades junto à associação Mãe (AQK) e ir *“trabalhado junto à melhoria continua das formas de ganho através do uso sustentável dos recursos naturais e culturais”* (COSTA, 2013, p. 53).

A região do Mimoso possui uma gestão política separada da parcela goiana, uma vez que suas titulações ocorreram por meio de processos diferentes (p.89). O território tocantinense possui a Associação Quilombola Kalunga do Mimoso Tocantins (AKMT), responsável pela gestão do território, e a Associação de Pequenos Produtores da Comunidade Quilombola Kalunga do Tocantins (ASQUIKATO) que tem como objetivo fortalecer a policultura na pequena propriedade.

A localidade Engenho II também possui uma associação exclusiva para os seus moradores, chamada Associação Comunitária Kalunga Engenho II, criada no ano de 2009, que objetiva cuidar das questões específicas dessa localidade, resolvendo conflitos internos e informando os moradores dos assuntos que envolvam o território e suas famílias.

Em 2012, um grupo de alunos do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LedoC) da Universidade de Brasília (UnB), apoiados por professores e pesquisadores, também decidiram se organizar, criando a Associação de Educação do Campo do Território Kalunga e Comunidades Rurais (EPOTECAMPO). O objetivo foi fortalecer a educação no campo a fim de diminuir o êxodo rural, além de lutar por novas políticas públicas voltadas para a educação. Nas palavras de um dos seus fundadores, a EPOTECAMPO está em *“busca de conscientizar e apoiar fortalecer as necessidades de acompanhamento das atividades dentro do sítio histórico, em relevância a Educação, Cultura, Ambiente”*. (COSTA, 2013, p. 47).

O que esta associação pretende: queremos buscar a colaboração e apoio de todos. [...] Porque juntos podemos diminuir o êxodo rural, para que nossos filhos não sejam obrigados a crescerem longe de nós, em busca de educação e sobrevivência, pois é possível permanecer em nosso habitat, desde que nos seja oferecido oportunidade para viver com dignidade no campo, no lugar onde nascemos, tanto quanto existe na cidade (COSTA, 2013, p. 48).

## 5.1. LIMITES DOMÉSTICOS E FAMILIARES

Observamos que a comunidade Kalunga, de uma forma geral, depende da atuação política de cinco municípios, do governo estadual do Tocantins e do Goiás e, principalmente para fins de demarcação territorial, do Governo Federal. Além dessas divisões políticas, a comunidade conta com sua própria organização sócio-política interna, com quatro grandes macrorregiões, subdivididas, nessa pesquisa, em doze microrregiões. Dentre de cada uma dessas subdivisões menores ainda encontramos a população organizada em pequenos agrupamentos com um variado número de núcleos familiares, chamados localmente de “*comunidades*” ou “*povoados*”.

A infraestrutura pública está desigualmente distribuída no território, criando um fluxo de pessoas particular, relacionado ao acesso de direitos básicos (educação e saúde) e benefícios da urbanização. Esse processo tem ocorrido em diversos territórios tradicionais da América Latina, como com populações indígenas e ribeirinhas da Amazônia (ELOY; LASMAR, 2011b), quilombolas da Amazônia (NASUTI et al., 2015b) e da Mata Atlântica (JÚNIO et al., 2008). A presença de escolas, estradas e energia elétrica é um elemento importante da distribuição espacial das famílias. Dessa forma podemos listar quatro localidades fundamentais na organização social das famílias Kalungas: a residência (espaço residencial), a roça e os pastos (espaços produtivos), a cidade e as escolas. Ao longo do tempo as famílias se relacionam de forma diferente com esses ambientes, estabelecendo o que chamaremos de “ciclos” do desenvolvimento do grupo familiar.

A descrição de um grupo doméstico requer a escolha de um determinado momento (tempo) dentro do desenvolvimento da família abordada. As diferentes configurações que as famílias apresentam ao longo do tempo indicam-nos que, da mesma forma, as estratégias produtivas e econômicas adotadas irão variar com o tempo. Assim, qualquer análise a respeito das alterações nos sistemas agrícolas, ou na sua agrobiodiversidade, precisa também levar em consideração as estratégias temporais de casa família, e como elas podem ser distintas de acordo com o ciclo que estiverem vivendo. As análises de migração, êxodo rural e urbanização também se tornam mais acuradas conforme integram a escala temporal na análise,



considerando a adaptabilidade desses grupos frente aos desafios cotidianos, o que permite que as dinâmicas de mobilidade se destaquem nas observações.

A partir do entendimento desses ciclos familiares surgem questões a respeito das diversas interações entre grupos domésticos aparentados que influem tanto nas dinâmicas produtivas quanto na segurança alimentar das famílias. Essas relações determinam não só os limites do *grupo familiar* (YOTEBIENG; FORCONE, 2018), mas também as localidades onde as famílias transitam, desenhando o perfil espacial desses grupos.

Os grupos domésticos variam em tamanho, necessidades educacionais e desafios, mas compartilham com outros núcleos familiares funções domésticas, parentescos e obrigações sociais. Assim, se criam ligações que modelam a unidade de organização familiar típica, que definimos anteriormente como *grupo familiar*. Contudo os limites que circundam esse grupo são formados por relações fluidas e processuais, difíceis de serem delimitadas ou categorizadas (BAUTISTA, 2011; YOTEBIENG; FORCONE, 2018). Dentre os Kalunga isso não é diferente, e os grupos familiares podem ser extensos e compostos por muitos núcleos domésticos.

Um exemplo de grupo doméstico simples é o de uma família central que compartilha responsabilidades, mão de obra, alimentos e renda com os pais (ou sogros), os irmãos e os filhos adultos. Entre esses grupos também pode haver migrações internas, como quando a tutela dos netos é passada para os avôs, ou quando um filho adulto vai viver na casa de algum parente na cidade para finalizar os estudos, ou quando um idoso se junta ao núcleo familiar de um de seus filhos. Além dessas dinâmicas migratórias temporárias entre indivíduos, também existe as dinâmicas de mobilidade circular entre os membros de um grupo familiar, que podem, ao longo de um mês, atuarem e usufruírem de diferentes espaços e residências (ELOY, 2009). Esses dois aspectos, da mobilidade e multilocalidade, serão tratados nos tópicos a seguir.

## 5.2. MOBILIDADE

As comunidades rurais, especialmente as denominadas de “tradicionais”, não são entidades fixas, no espaço e no tempo. Elas não possuem barreiras rigidamente delimitadas, possuem alta plasticidade na composição dos grupos familiares, alta mobilidade entre localizações significativas a comunidade e não possuem associações de parentesco rigidamente definidas (NEWING, 2009). Contudo, no Brasil, essas premissas, quando aceitas, refletem as dinâmicas de populações indígenas e ribeirinhas do bioma amazônico. Mas, são pouco reconhecidas junto às populações quilombolas, especialmente de outros biomas, como o Cerrado. Essas questões relacionadas à migração e mobilidade interna, apesar de serem foco de atenção dos debates acadêmicos, são constantemente esquecidas durante a formulação e implementação de projetos públicos e privados, que tratam as comunidades como:

[...]como um grupo social distinto em uma determinada localização geográfica, compartilhando características culturais comuns, em harmonia e consenso: imagem essa que, na verdade, pode ser uma versão bastante equivocada da realidade<sup>119</sup> (KUMAR, 2014, p. 279)

Para que se superem essas imagens pouco realistas do que realmente é uma comunidade rural, e quais são as dinâmicas de mobilidade que estruturam seu sistema social produtivo, é preciso primeiro desenvolver-se um retrato mais realista desses grupos, que geralmente apresentam adaptações muito bem sucedidas as condições ecológicas, sociais e econômicas dos biomas onde habitam (NEWING, 2009; VOEKS, 2009). No caso Kalunga, exemplo das comunidades quilombolas do Cerrado, propomos que existe um alto nível de mobilidade dos grupos familiares em resposta a uma distribuição irregular de recursos ao longo do território.

Nos últimos cinquenta anos e, sobretudo, a partir da década de 2000, essa comunidade vem passando por um processo de reconfiguração social e fundiária, oriundos principalmente da expansão agrícola do Cerrado, da grilagem de suas terras e do processo de urbanização. O crescimento das cidades próximas (Cavalcante, Teresina de Goiás, Monte Alegre, Alto Paraíso e Campos Belos) e o estabelecimento de infraestruturas básicas do estado nesses centros urbanos

---

<sup>119</sup> “[...] as a distinct social group in one geographical location, sharing common cultural characteristics, in harmony and consensus: images that actually may be quite misleading reflections of reality” (KUMAR, 2014, p. 279)

(escolas, hospitais e assistência social) aumentaram a mobilidade rural-urbana da região que, segundo relatos dos moradores, sempre foi baixa.

O modo de vida da comunidade, por muito tempo, foi organizado predominantemente entre os espaços produtivos no meio rural (residências, roças, áreas de coleta), dispersos pelas diferentes fitofisionomias da região. Em decorrência disso, e das práticas agrícolas, extrativistas e pecuárias praticadas nesses ambientes, foi atribuído às famílias Kalungas um território extenso onde poderiam manter suas práticas tradicionais, como também ocorreu em outras comunidades quilombolas do Brasil (ACEVEDO, 1998; JÚNIO et al., 2008; NASUTI et al., 2015b).

Atualmente, essa territorialidade se reconfigura a partir de um sistema dinâmico que incorpora a cidade como espaço socioeconômico das famílias, aumentando a circulação de pessoas, produtos e conhecimentos entre o “sertão” e a cidade. Associado a essa intensificação da mobilidade, geralmente está uma diversificação econômica da renda familiar, que nem sempre é compreendida como positiva para as comunidades (NASUTI et al., 2015b).

Contudo, a intensificação da mobilidade entre o meio rural e o urbano não precisa ser encarada, necessariamente, como uma ameaça aos sistemas tradicionais e suas técnicas de produção, mas sim como uma reestruturação das normas, regras e valores que circundam o acesso e o manejo dos recursos (ELOY; BRONDIZIO; PATEO, 2015). A forma como as famílias se apropriam da renda urbana “*pode tanto estimular a atividade agrícola, caso seja reinvestida na produção, quanto pode, ao contrário, inibi-la e a substituir*” (NASUTI et al., 2015b, p. 2). Assim, podemos, a partir da observação dos padrões e perfis de circulação, estratégias residenciais e utilização dos espaços, avaliar a situação dos sistemas agrícolas frente às profundas mudanças induzidas pela globalização e a urbanização que agem sobre os biomas do Brasil e da América Latina (ELOY; BRONDIZIO; PATEO, 2015; ELOY; LASMAR, 2011a; KOHLER et al., 2011; NASUTI et al., 2015b; PLOEG, 2008a).

O sistema residencial Kalunga também é marcado pela polaridade desses dois espaços, o urbano e o rural, em meio aos quais as famílias e os indivíduos se situam em diferentes conformações, de acordo com a temporalidade do ciclo familiar e das estratégias socioeconômicas adotadas. O espaço urbano não aparece como um

substituto da zona rural, ele é incorporado a esse sistema residencial e produtivo. Cidade e sertão se complementam política, econômica e socialmente, pois possuem funções diferenciadas, formando um sistema *multiresidencial*, onde as comunidades também podem diversificar suas fontes de renda e apostar em novas estratégias produtivas e comerciais.

Assim, um grupo doméstico pode possuir apenas uma residência, mas o conjunto do grupo familiar estabelece relação com múltiplas moradias. Exemplo disso são as casas “da cidade”, que geralmente pertencem a um membro mais velho que “abriga” todos os familiares próximos sempre que esses necessitam de estadia na zona urbana. Pode ser a casa de um familiar que reside numa região com acesso a infraestruturas específicas, e serve de ponto de apoio para outros núcleos familiares durante festas, colheitas e viagens. Outro tipo de residência adicional é a casa construída em uma área produtiva distinta, utilizada apenas para os deslocamentos sazonais relativos ao plantio e à colheita, ou aos festejos.

Dessa forma, observamos dentro da comunidade os deslocamentos rural-rural e rural-urbano, que cumprem diferentes funções dentro do sistema social produtivo. As principais motivações para os deslocamentos rural-rural são: áreas produtivas distantes (entre regiões com condições ambientais distintas, tipo de solo, regime climático); festejos (alguns festejos duram vários dias seguidos, e são marcados pela construção temporária de “ranchos” para onde a família se muda por uma ou duas semanas) e infraestrutura (casas próximas a estradas e escolas, podem se tornar “pouso” temporário para membro do grupo familiar que moram longe e precisam acessar esses benefícios).

O deslocamento rural-urbano, por outro lado, possui majoritariamente motivações relacionadas ao acesso de benefícios e infraestruturas (como casas próximas a escolas, hospitais e postos de pagamento de programas sociais), e esse também é um deslocamento muito útil para a comercialização de produtos, (mascate porta-porta; consignação em lojas, pontos turísticos, feiras de produtores). Contudo, o aumento da mobilidade rural-urbano parece estar relacionado ao momento atual da comunidade, com o aumento das vias de acesso, a urbanização o acesso a educação e saúde. Nos relatos históricos das famílias, os deslocamentos para as cidades eram esporádica e preferencialmente realizado pelos homens adultos da

família, com o objetivo de adquirir café, sal e tecidos em troca de seus produtos agrícolas e extrativistas, principalmente a farinha de mandioca (BAIOCCHI, 1999).

Pai costumava ir duas vezes por ano... às vezes uma... até a cidade. No lombo da mulinha ele levava farinha, paçoca, fumo. Parecia que não passava o tempo quando ele tava pros rumos lá, sabe? Mas ele sempre voltou. [...] O que mais trazia era sal, café, querosene pra lamparina às vezes. Às vezes uma panela pra mãe. (Moradora do Vão do Moleque, 84 anos)

O deslocamento rural-urbano também costumava ocorrer na procura por trabalhos esporádicos em fazendas próximas, principalmente em anos de seca extrema, onde a produção familiar não era suficiente para abastecer a família até às chuvas seguintes.

[...]gostar gostar mesmo ele não gostava. Mas não tinha outro jeito, não é?! Teve anos que foi ele (pai) e meu irmão caçar trabalho lá nas fazendas perto da cidade. Dizia que o trabalho era muito e pagava um nada, mas quando a chuva não vinha não tinha outro jeito, não é não? É que nem nós faz hoje se precisa de um dinheiro a mais, vai pra cidade caçar o que fazer. (Morador do Vão de Almas, 65 anos)

Atualmente a mobilidade rural-urbana está intimamente relacionada com a saúde e a educação dos jovens e idosos, mas também objetiva a aquisição de produtos e retirada de benefícios governamentais. Podemos dizer que a natureza da mobilidade foi alterada, passando de motivação exclusivamente econômica/comercial para uma que combina motivos econômicos, educacionais e cuidados básicos e bem estar. Assim, a partir da dinâmica multiresidência, as famílias podem desfrutar dos benefícios do meio urbano e rural, sem terem que abandonar um ou outro. As famílias mantem suas roças e seus direitos como agricultores e população rural, mas também podem usufruir dos serviços de educação e saúde que a cidade oferece. Alguns de seus membros, podem se deslocar de forma temporária ou semipermanente em busca de oportunidades de trabalho na zona urbana.

Mesmo com o acesso aos mercados e armazéns encontrados nas cidades, os indivíduos do grupo familiar Kalunga, que se deslocam para as cidades, continuam a manter uma relação de dependência com as roças, principalmente a nível alimentar. O consumo de produtos “ensacados” é incorporado até certo nível na dieta Kalunga, pois muitos elementos essenciais só são considerados bons, saborosos e saudáveis quando tem origem nas roças da comunidade (ou das famílias). Esse é o caso da mandioca e seus derivados (farinhas, polvilhos, tapioca, crueira, farinha de puba), do

milho, do arroz, do feijão e da maioria dos legumes (abóboras, quiabo, jiló, maxixe). Adquirir esses alimentos de estabelecimentos comerciais é mal visto, como se indicasse alguma incapacidade produtiva da família. Em contrapartida, isso não ocorre com outros produtos, como o açúcar cristal, os refrigerantes, biscoitos e doces, que possuem status exatamente por virem da cidade.

Essa dinâmica de mobilidade entre uma residência principal e uma, ou mais, residências secundárias é uma característica encontrada em outros sistemas agrícolas tradicionais, onde se aproveita da melhor forma possível a dispersão e a sazonalidade dos recursos disponíveis (ELOY; BRONDIZIO; DO PATEO, 2015; NASUTI et al., 2015a). Esse dinamismo espacial, contudo, não deve ser interpretada como uma perda da identidade quilombola, pois a territorialidade é uma forma de apropriação dos espaços que vai além do próprio território. Ela está ligada a organização e apropriação dos espaços, refletindo a “*multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade*” (ISOLDI; SILVA, 2008, p. 78).

Dentro da dinâmica multiresidêncial, ainda observar-se três diferentes escalas de análises possíveis, a escala do indivíduo, a escala do grupo doméstico e a escala do grupo familiar (rede de parentesco) (NASUTI et al., 2015a). Ao longo dessa pesquisa foi possível acompanhar, com algumas famílias, as escalas do grupo doméstico e do grupo familiar, que compõem a estratégia multilocal desse sistema agrícola.

[...] quando eu preciso vir pra cidade, pra vender meus produtinhos, pra comprar umas coisas, eu fico aqui na casa de minha sogra. Ela já não fica mais lá vão com nós. Mudou pra cá mesmo depois que o segundo marido morreu. Diz que fica mais segura aqui, que as coisas são mais perto. [...] Aqui eu não fico mais de uma semana, não é mesmo? Ai volto pra rocinha lá de casa. (Meu marido) fica mais tempo aqui na cidade, por que ele também trabalha guiando. [...] Quando eu venho pra cidade os meus meninos ficam em casa, e minha nora que mora do lado vai pra lá ficar cuidando deles. Às vezes é minha cumadre (vizinha) que olha eles pra mim. E eu sei que olha como se fosse eu, não é mesmo? Por que eu faço o mesmo pelos meninos dela sempre que precisa. [...] Quando eu preciso ir lá pro rumo de Alto Paraíso ou de Brasília? Ai eu fico junto mais meus filhos que tem casa lá. Um tá estudando ainda, a outra já trabalha e tem família. (Moradora do Vão de Almas, 46 anos)

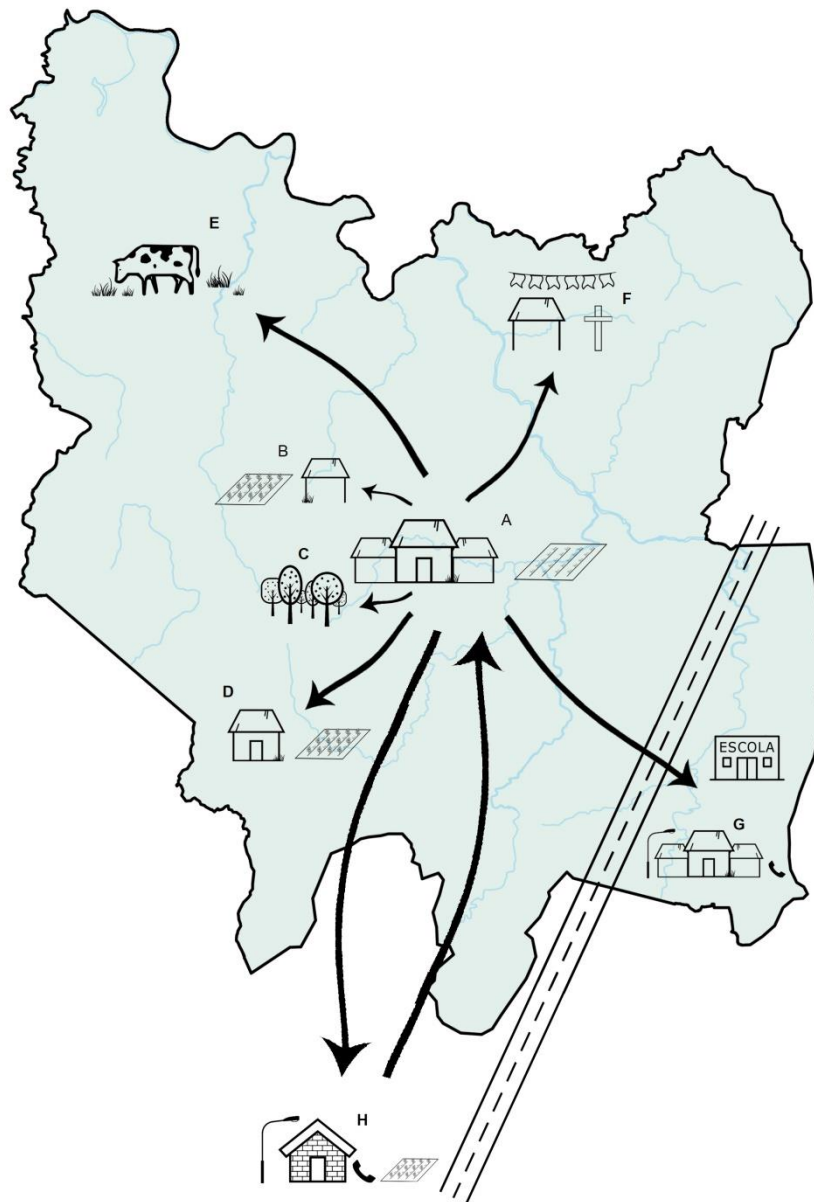
Eu moro mesmo é nessa casa aqui, aqui no Engenho. Mas a gente tem uma casinha lá perto do Paranã, no Vão de Almas. Lá eu tenho uma rocinha boa na terra da família do meu pai. A rocinha aqui do Engenho é nas terras da minha mãe e do meu tio. A gente fica aqui por que é melhor de trabalho. Mas quando a gente casou a gente passou um ano trabalhando na fazenda de um senhor lá no Alto Paraíso. A gente já tinha construído a casa aqui, mas era só aquele pedacinho ali da frente. Depois que a gente voltou que

fiz toda essa parte aqui nova, e agora to comprando as coisas pra montar um camping aqui também. (Morador do Engenho II, 38 anos)

[...] eu me mudei pra essa casa aqui 18 anos atrás, quando eu me casei pela segunda vez. Na época eu cuidava de gado pros fazendeiro paulista e tinha juntado uns pra mim também. Ai vim pra cá e abri umas rocinha e criei meus filhos todo com o sustento dessas roça ai e desse gadinho que você ta vendo ai! Mas agora eles já estão tudo homem casado, só a minha mais moça que ainda mora aqui comigo e com a filhinha dela. [...] Ela fica na cidade a maior parte do tempo pra terminar os estudos, não é?! Ai a menininha fica aqui com a gente. [...] Ainda não vai pra escola, e quando precisar ir tem a das crianças pequenas aqui pertinho. (Morador do Vão do Moleque, 64 anos)

Nesses relatos podemos observar padrões de mobilidade dos grupos familiares, assim como grupos domésticos em momentos distintos. A complementariedade de diferentes espaços nas dinâmicas produtivas e econômicas das famílias é uma característica importante do sistema alimentar da comunidade. Assim, o sistema agrícola Kalunga se estrutura em um teia de residências e espaços produtivos espalhados dentro e fora dos limites do território, a fim de otimizar as oportunidades produtivas/econômicas do grupo familiar. Ao invés de observamos uma ruptura entre o meio rural e o urbano, a análise dos diferentes níveis de mobilidade da comunidade nos revela uma continuidade entre o território tradicional e as áreas urbanas que o rodeiam indicando-nos o papel fundamental da capacidade de inovação e ressignificação das redes produtivas e sociais, como ocorre com comunidades indígenas da Amazônia (ELOY; BRONDIZIO; PATEO, 2015), outras comunidades quilombolas (KOHLENER et al., 2011; NASUTI et al., 2015b) e povos tradicionais da América Latina (PLOEG, 2008b).

Figura 33 - Desenho esquemático das dinâmicas multiresidenciais da comunidade Kalunga, em um sistema produtivo multilocal (A – residência principal; B – Rancho e roças distantes; C – área de extrativismo; D – casa com roça em outra região; E – área de pastagens nativas; F – casa da área do festejo; G – residências próximas a estradas, com sinal de telefone ou próxima a escolas e hospitais; H – casa da cidade.).(fonte: Autora)



Além disso, nos relatos acima podemos observar a grande diversidade de atividades produtivas exercidas pelas famílias na busca de um equilíbrio econômico e alimentar. Dessa forma, outro elemento fundamental do sistema agrícola Kalunga se destaca: a pluriatividade. Buscaremos compreender quais as estratégias produtivas adotadas por essas famílias e como elas se complementam na busca de uma estabilidade econômica, produtiva e alimentar.



### 5.3. PLURIATIVIDADE

A pluriatividade é uma forma de organização social do trabalho e da produção, que combina atividades agrícolas e não agrícolas com base no trabalho familiar, de forma multivariada. Seja num contexto local ou global, as dinâmicas do espaço rural vem passando por transformações que levaram à emergência da expressão “*novo rural*”, referindo-se “*as atividades rurais não agrícolas e da pluriatividade no meio rural brasileiro*” (SCHNEIDER, 2001, p. 102).

O termo pluriatividade, a partir da década de 1970, ganha espaço nas ciências sociais ao tratar do assunto da diversificação das fontes de renda das famílias camponesas. Contudo, até a década de 1980, não se fazia distinção entre esse conceito e o de agricultura em tempo-parcial (*part-time farming*). Mas, se um enfatiza a utilização do tempo de trabalho, o outro trás a importância de diferentes formas de renda para a composição da estratégia econômica familiar. Por conta disso, a discussão ao redor da temática se desenvolveu levando a uma distinção mais precisa desses termos, onde o termo “*part-time farming*” é usado para se definir situações “*onde, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é cultivada pelo investimento de menos do que um ano completo de trabalho*” (FULLER; BRUN, 1988, p.150), enquanto que a pluriatividade “*implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que esta atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante*” (FULLER; BRUN, 1988, p.150).

A expansão de unidades familiares que, através de seus membros, buscam atividades não agrícolas é crescente ao redor do mundo, e ajudam a definir as novas dinâmicas que podem ser encontradas no meio rural. A pluriatividade dessa forma:

[...] refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra [...] (SCHNEIDER, 2003, p. 102)

Contudo, a emergência desse conceito se dá no contexto do campesinato europeu do século XX, onde essa dinâmica surge como uma reação posterior ao fordismo e a recampesinização dos espaços rurais. Nas comunidades quilombolas, entretanto, a diversificação das atividades produtivas é um elemento antigo, essencial à sobrevivência e ao “isolamento” dos quilombos que mantinham relações

econômicas marginais ao sistema produtivos da época, além de serem autossuficientes em diversos aspectos (ALMEIDA, 2011; GOMES, 2015; KARASCH, 1996), mantendo, assim, a pluriatividade como estratégia de reprodução social (SCHNEIDER, 2001).

Seguiremos a unidade de observação sugerido pelo trabalho de Fuller (FULLER, 1990), que estabelece que a pluriatividade pode ser compreendida a partir das dinâmicas internas das unidades familiares e em como elas interagem com o ambiente social externo, ou a partir da análise das dinâmicas de um único indivíduo do grupo, criando-se duas possibilidades de escala: a do grupo doméstico e do indivíduo de análise. Além disso, para esse autor, a unidade familiar extrapola a esfera doméstica, não sendo necessário que os indivíduos vivam na mesma casa para pertencerem à mesma família, bastando que compartilhem os espaços comuns de produção.

E quais são as atividades que complementam a produção agrícola do sistema Kalunga? Iremos dividi-las em dois grupos, as já praticadas pela comunidade antes do início da demarcação do território; e as recentemente incorporadas. Na primeira categoria encontramos a mineração, o extrativismo e a pecuária como principais formas de diversificação produtiva. Já entre as novas, temos o grupo das atividades que produzem bens materiais e simbólicos (gastronomia, artesanato, folclore, festas) e os serviços (turismo, diárias, trabalho fixo) (SCHNEIDER, 2001). Assim, podemos encontrar dentro de um grupo familiar várias dessas atividades combinadas a partir de diferentes estratégias socioeconômicas.

A mineração, a pecuária e o extrativismo, como já foi abordado no capítulo 2, são elementos que caracterizam as condições da chegada e estabelecimento das comunidades que se refugiaram na região do nordeste goiano. A mineração teve sua importância reduzida com a decadência do ciclo minerador, mas a pecuária e o extrativismo permaneceram como atividades fortemente complementares à agricultura. Contudo, a importância produtiva delas, dentro do território, se dá de maneira desigual, em decorrência de fatores históricos, culturais e ambientais. A partir do reconhecimento do território quilombola, na década de 1990, algumas atividades culturais simbólicas começaram a ganhar força, como os festejos religiosos, as tradições culinárias e as danças típicas. Mas esses elementos só

foram realmente incorporados às atividades econômicas das famílias a partir do fortalecimento do turismo dentro do território.

A abertura de atrativos naturais para visitação, a partir da década de 1990, iniciou uma nova etapa dentro do sistema produtivo da comunidade, com entrada de capital externo a partir de serviços onde a população pode ser protagonista, ao contrário dos muitos serviços assalariados oferecidos aos agricultores nas cidades próximas. Assim, iniciam-se atividades como condutores turísticos, cozinheira, artesãs, dançarinas e tocadores de *sussa*<sup>120</sup>, hospedarias comunitárias entre outros. Além disso, o surgimento de empregos fixos junto aos governos municipais, também se somou às atividades socioeconômicas incorporadas pelo sistema social Kalunga.

### **Estratégias Familiares**

A partir das observações de campo e das entrevistas realizadas com a comunidade, quatro perfis principais foram definidos dentro das estratégias socioeconômicas adotadas pelas famílias: Agropecuária; Extrativismo; Turismo; e Outras atividades remuneradas<sup>121</sup>. Entretanto, em decorrência do perfil pluriativo, é muito pouco provável encontrar uma família que exerça exclusivamente as atividades de uma única categoria. Por isso, essas classificações podem ser combinadas entre si para demonstrar as principais escolhas produtivas das famílias e como elas se combinam nas unidades de produção.

A primeira categoria de perfil produtivo das famílias, a “Agropecuária”, engloba tanto as famílias que tem como principal atividade a agricultura, quanto àquelas que mantem a agricultura e a pecuária como elementos principais da renda familiar. Por isso a subdividimos em três perfis mais detalhados “Agricultura, com pequena criação de gado”, “Agricultura e Pecuária” e “Pecuária com agricultura complementar”. Esses três perfis mostram diferentes escalas de importância do cultivo das roças e da criação de gado para as famílias Kalungas, em uma gradação que varia da agricultura como principal atividade com a criação de gado para

---

<sup>120</sup> Dança típica da comunidade Kalunga, geralmente realizada pelas mulheres, enquanto a música é tocada pela combinação da batida da “bruaca”, o soar da “onça”, um pandeiro e uma viola.

<sup>121</sup> Essa categoria faz referência à: trabalho assalariado fixo e esporádico, trabalho remunerado nas cidades e nas roças, diárias e etc.

autoconsumo e “poupança”; até a pecuária como principal atividade acompanhada de uma agricultura de caráter complementar e pouco diversificada (Tabela 16).

O perfil extrativista engloba as famílias que mantêm a coleta e o processamento de espécies nativas como elemento importante da economia familiar e da segurança alimentar do grupo. Dentro dessa categoria, encontramos uma diferenciação em dois grupos no que se refere à frequência anual com que as famílias se dedicam a essas atividades. Algumas famílias praticam a coleta no cerrado durante todo o ano, alterando entre várias espécies de acordo com a sazonalidade com que elas se tornam disponíveis no Cerrado, denominadas aqui de “extrativistas multifocais”. Em contrapartida a essa categoria, temos a estratégia “extrativista sazonal”, que se refere às famílias que praticam a coleta de apenas alguns itens da biodiversidade em épocas específicas do ano, como as catadoras de baru, do Vão de Almas, ou as famílias que buscam a baunilha durante a época da sua frutificação. Nesses casos, a importância econômica e alimentar dos produtos extrativistas é apenas complementar e esporádica.

Dentro da categoria “Turismo” englobamos as famílias que tiram o sustento principalmente a partir da visitação do território, ou das cidades vizinhas, como atividade complementar e sazonal das atividades socioeconômicas da família. Nos grupos onde o turismo é o foco central das atividades familiares encontramos restaurantes de comidas típicas, campings e hospedarias, artesões, cozinheiras e guias turísticos. Seja pela prestação de serviços ou pela venda de produtos típicos, as famílias Kalungas de algumas regiões tem a possibilidade de diversificar sua renda a partir de um crescente interesse regional pelo ecoturismo<sup>122</sup>, pelo turismo de aventura<sup>123</sup>, pelo turismo cultural<sup>124</sup> ou pelo turismo religioso<sup>125</sup>.

Apesar de encontrarmos algumas famílias que conseguem a maior parte de sua renda dessas atividades, a maioria dos grupos familiares entrevistados possui uma relação sazonal com o turismo, intercalando-o com as atividades agrícolas e

---

<sup>122</sup> Ecoturismo é um segmento de atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR, 2019).

<sup>123</sup> Turismo de aventura é um segmento turístico que compreende o movimento de turistas cujo atrativo principal é a prática de atividades de aventura de caráter recreativo (EMBRATUR, 2019).

<sup>124</sup> Turismo cultural é sempre composto por turistas que têm como objetivo concreto a procura de novas experiências e idéias, conhecer pessoas diferentes, integrantes de culturas distintas, outras atrações e civilizações e populações (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2019).

<sup>125</sup> Turismo religioso se difere dos demais porque tem como motivação fundamental a fé. Está, portanto, ligado profundamente ao calendário de acontecimentos religiosos (procissões, romarias, entre outros) das localidades visitadas (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2019).

extrativistas. O *clima savânico*<sup>126</sup> da região, marcado por duas fortes estações (seca e a chuvosa), proporciona uma alternância natural marcada por um forte turismo durante a estação seca (quando as roças precisam de cuidados menos intensivos) e uma estação chuvosa pouco atrativa para visitação, que coincide com o momento de intensificação das atividades agrícolas. Dessa forma, a adoção do turismo como atividade remunerada da comunidade não impede seus membros de continuarem como agricultores familiares, independente da escala de produção.

O turismo também pode ser uma atividade esporádica das famílias, que usufruem da rede de visitação para comercializar comidas típicas, produtos extrativistas e cultivos locais, além de artesanatos como têxteis, cerâmicas, utensílios domésticos e bijoias. Contudo, a comercialização desses produtos é altamente dependente de espaços apropriados de venda, atualmente restritos e concentrados na comunidade do Engenho II e nas cidades próximas (Cavalcante, Alto Paraíso e São Jorge). Nessa categoria “esporádica” também incluímos os moradores da comunidade que desenvolvem atividades culturais voltadas para o turismo, como grupos musicais e de dança, que em alguns momentos do ano tem a oportunidade de serem remunerados pelas suas apresentações em encontros e festivais da região<sup>127</sup>.

Por fim, dentro de “outras atividades remuneradas” incluímos as famílias que algum de seus membros apresenta remuneração fixa (carteira assinada) ou trabalhos sazonais remunerados, como em fazendas próximas e residências particulares na zona urbana. Quando essa atividade é a principal fonte de renda, é comum que seja um trabalho regular, ao contrário da dinâmica sazonal que diz respeito aos empregos “de estação”, desempenhados em momentos específicos do ano, como os plantios e colheitas em grandes fazendas.

---

<sup>126</sup> Também conhecido como clima “tropical semi-úmido” ou “tropical de savana”.

<sup>127</sup> Podemos citar como exemplo o Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, na vila de São Jorge e o Festival de Música Instrumental de Cavalcante.

Tabela 16 – Estratégias socioeconômicas dos grupos domésticos (n=90) (fonte: Autora).

<b>Estratégia</b>	<b>Subdivisão</b>	<b>Descrição</b>	<b>Principais Produtos e Serviços</b>
<b>Agropecuária</b>	Agricultura com pequena criação de gado	Agricultura como principal atividade produtiva, complementada por algumas cabeças de gado (poupança)	Arroz, Mandioca (farinha), Milho, Feijão, gergelim, e legumes;
	Agricultura e Pecuária	Agricultura como atividade principal, mas acompanhada de uma criação de gado mediana;	Arroz, Mandioca (farinha), Milho, Feijão e gado;
	Pecuária com agricultura complementar	Pecuária como principal atividade produtiva, tendo algumas roças,, mas proporcionalmente menores;	Gado
<b>Extrativista</b>	Extrativista multifocal	Realizado ao longo de todo o ano, com alternância de produtos de acordo com a estação;	Frutos do cerrado, coquinhos, palmitos, óleos, farinha de coco, fitoterápicos;
	Extrativista sazonal	Realizado apenas em alguns momentos do ano com plantas específicas;	Frutos do cerrado;
<b>Turismo</b>	Turismo como atividade central	Quando a família se dedica prioritariamente ao turismo, mantendo as outras atividades como complementares;	Alimentação; Hospedarias e campings; guia turístico;
	Turismo como atividade sazonal	Famílias que mantem a agricultura como atividade predominante, mas ainda assim retiram uma grande parcela do orçamento do turismo;	Guia turístico, produtos extrativistas;
	Turismo como atividade esporádica	Famílias que se aproveitam sazonalmente do turismo para venderem produtos e serviços;	Artesanato, comidas, e produtos extrativistas;
<b>Outras</b>	Principal atividade	Trabalhos de carteira assinada ou regularidade frequente;	Professores, brigadistas, funcionários públicos, diaristas e ajudantes;
	Sazonal	Trabalhos esporádicos em fazendas ou centros urbanos.	Diaristas, ajudantes, bioconstrutores .

Contudo, como já dito, essas estratégias ocorrem de maneira combinada dentro dos grupos familiares e domésticos, sendo raras as famílias com uma única estratégia. A pluriatividade combina as quatro estratégias aqui relatadas de forma dinâmica, não só de acordo com a sazonalidade socioambiental da comunidade, mas também de acordo com as alterações temporais dos grupos familiares. Mas como essas estratégias se combinam nos grupos familiares e como elas variam ao longo do território, de acordo com a região e o seu perfil produtivo? A seguir, buscaremos compreender como se estruturam as diferentes estratégias socioeconômicas das famílias Kalungas e como elas se apresentam ao longo do seu território.

## Diferentes Estratégias para Diferentes Regiões

O principal perfil encontrado no território é o da família que combina agricultura, pecuária e extrativismo, maximizando as oportunidades produtivas que cada localidade do território familiar oferece. Ao que tudo indica, esse é o principal padrão adotado desde o início da ocupação quilombola na região, mas as particularidades de cada estratégia têm variado ao longo dos séculos. Como no caso do extrativismo, que objetivava principalmente a complementação da dieta familiar e hoje também é uma fonte de renda junto ao turismo e os comércios locais. Ou o caso da produção pecuária, que ocorria apenas em pastagens nativas manejadas com fogo, e hoje já pode ser encontrada combinada com o plantio de gramíneas exóticas e auxílio de máquinas agrícolas.

A importância da criação de gado e do extrativismo, contudo, variam consideravelmente ao longo das regiões, com famílias que possuem nenhuma ou poucas cabeças de gado, até famílias com rebanhos considerados grandes para o perfil do território. Em determinadas regiões o extrativismo possui apenas um caráter complementar na dieta familiar, mas em outras ele é uma importante fonte de renda ao longo do ano. O que vem crescendo, entretanto, é a associação da agropecuária com turismo nas regiões mais visitadas do território, como o Engenho, uma vez que o cuidado com o rebanho pode ser compartilhado entre diferentes membros do grupo familiar, tornando o pastoreio menos pesado dentro do quadro de atividades.

O que permanece raro no território, entretanto, é a adoção de estratégias monofocais, com muita ênfase em apenas uma estratégia, como o turismo ou outras formas de trabalho remunerado. Quando ocorrem, esses casos estão geralmente associados a indivíduos com trabalhos fixos e/ou carteira assinada, ou no caso do turismo, com a manutenção de estabelecimentos comerciais, como pousadas, campings e restaurantes. Contudo, os membros da comunidade que residem de forma fixa nas cidades próximas ao território, frequentemente adotam a especialização das atividades, voltada para atividades remuneradas. Nesses casos é comum que os quintais das casas sejam transformados em pequenas roças, de onde são retirados muitos produtos do dia-a-dia das famílias.

Pelo caráter pluriativo da comunidade Kalunga, não é preciso uma ampliação do foco de análise para que a diversidade de atividades seja visível nas dinâmicas da comunidade. Por conta disso, e a fim de simplificar-se a infinidade de

combinações possíveis entre as diferentes estratégias socioeconômicas, escolhemos o grupo doméstico como unidade de análise da pluriatividade nas diferentes regiões do território. Contabilizou-se o número de vezes que uma das quatro principais estratégias aparecia como economicamente relevante para os integrantes do núcleo familiar obtendo-se, assim, a importância relativa de cada atividade em relação ao total de atividades registradas ao longo das entrevistas (no território e nas macrorregiões). Cabe reforçar que a relevância de uma atividade não está relacionada apenas a importância financeira dela, e sim a importância que ela tem dentro da segurança alimentar e econômica da família.

A partir da análise desses dados iremos discutir os diferentes perfis de cada macrorregião do território<sup>128</sup> e como eles combinam suas atividades.

### **Vão de Almas – Agroextrativistas ao longo dos séculos**

A região do Vão de Almas apresentou um perfil socioeconômico baseado principalmente nas atividades agropecuárias (97%) combinadas com as práticas extrativistas (81%) (Figura 34). Nessas famílias identificou-se que a agricultura com uma pequena criação de gado é o principal pilar produtivo, complementado tanto pelo consumo quando pela venda dos produtos extrativistas. Assim, a produção agrícola familiar voltada para o autoconsumo ainda é o principal alicerce da economia familiar, mesmo que a baixa aptidão para o feijão comum faça com que os moradores precisem adquirir esse produto junto em outras regiões (como Engenho, Cavalcante e São João da Aliança). Essas duas estratégias combinadas (agropecuária e extrativismo) enriquecem e diversificam a alimentação das famílias, que se tornam mais autônomas e tem sua segurança alimentar fortalecida, ou seja, menos vulneráveis às alterações de preço, mercado, mudanças climáticas, variações da disponibilidade de transporte e de trabalhos assalariado, entre outros.

---

<sup>128</sup> Para essa análise apenas as regiões da parcela goiana do território foram consideradas, como já explicado na metodologia.



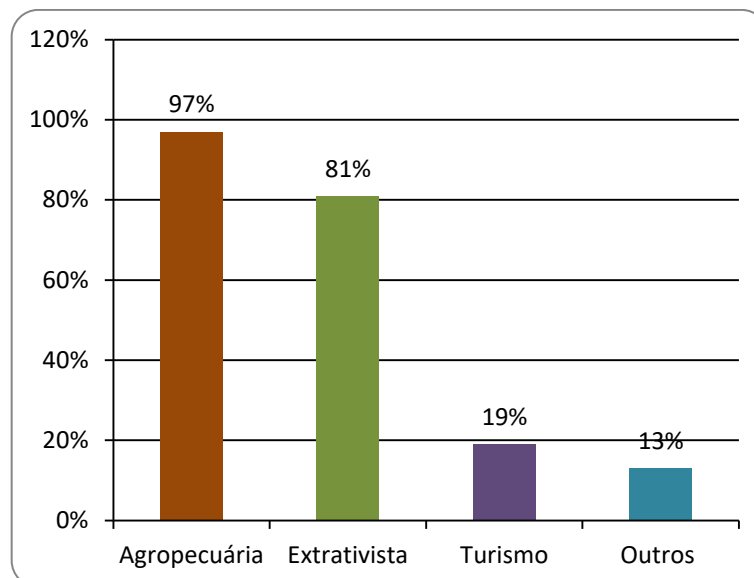


Figura 34 - Perfil de estratégias socioeconômicas das famílias Kalungas, na região do Vão de Almas (n=37) (Fonte: Autora).

É nessa região onde encontramos o extrativismo com a maior importância dentro da economia doméstica e da alimentação das famílias. Entendemos aqui o extrativismo sendo praticado em sua abordagem sistêmica, que é caracterizada por um alto nível de interconexões entre seus grupos familiares e atores (VIEIRA DA SILVA; MIGUEL, 2014). Os produtos extrativistas dessas comunidades são diversos e abundantes, podendo ser destinados para autoconsumo ou para a venda nas cidades próximas, como acontece com o coco indaiá (farinha, castanha, paçoca, óleo), o pequi (óleo, polpa, desidratado), o baru (castanha, farinha da casca, óleo), o jatobá (farinha, seiva) e as frutas, como a mangaba e a cagaita (polpas, sucos e doces). Quando necessitam de incrementos monetários na renda familiar, os moradores da região se deslocam até as cidades próximas (Teresina de Goiás, Cavalcante, Alto Paraíso e São Jorge) para mascatearem<sup>129</sup> seus produtos.

O turismo e as outras atividades remuneradas contribuem pouco para a economia das famílias da região, mas tem crescido ao longo do tempo. A busca por trabalhos temporários nas cidades e fazendas próximas ainda é uma alternativa comum na região, onde tais trabalhos são encarados como formas mais rápidas de capitalização (principalmente em situações extremas, como anos de seca ou urgências de saúde) ou como acúmulo inicial de renda para os jovens casais que

<sup>129</sup> Expressão local que se refere a venda ambulante, feita de porta em porta, pelos produtores.

ainda estão se estabelecendo. Já o turismo, nessa parcela do território, se concentra principalmente ao redor das datas religiosas (entre agosto e janeiro), mas de forma pontual durante as romarias, folias e festejos. Isso faz com que essa fonte de renda ainda seja muito incerta e pouco explorada. Contudo, a região do funil do Paranã e a comunidade da Capela (onde ocorre a romaria de Nossa Senhora da Abadia) tem recebido um número crescente de turistas, e são as maiores beneficiadas com o turismo ao longo do ano.

### **Vão do Moleque – Roças e pastos no Cerrado**

Como já foi dito durante outros capítulos, os pastos e a criação de gado são elementos centrais na economia da região do Vão do Moleque. Alguns autores defendem que o aumento da criação de gado entre as comunidades tradicionais está relacionado com o aumento da autonomia, uma vez que os rebanhos funcionam como poupança e seguro, como na comunidade camponesa de San Juan Bautista de Catacaos, no Perú (PLOEG, 2008b) e os quilombolas do Parque Estadual do Jalapão, no Tocantins (ELOY; FERNANDES, 2015).

Mas, mesmo com a importância que a pecuária tem na região, a agricultura continua sendo a atividade mais difundida entre as famílias, e por conta disso a região aparece com 100% dos entrevistados pertencentes ao perfil agropecuário (Figura 35). Contudo, nessas comunidades as estratégias que equilibram agricultura e pecuária (“Agricultura e Pecuária”) e “Pecuária com agricultura complementar” são as mais comuns, mostrando-nos a importância da pecuária. Nessa parcela do território as famílias baseiam a sua renda na criação de gado em pastagens nativas e em pastos plantados, em proporções maiores que no resto do território. Dessa forma, o dinheiro oriundo da venda dos animais (ou do abate) tem importância central na renda familiar, garantindo a aquisição de produtos não cultivados na região (como por exemplo, o feijão), essenciais para a segurança alimentar desse grupo.

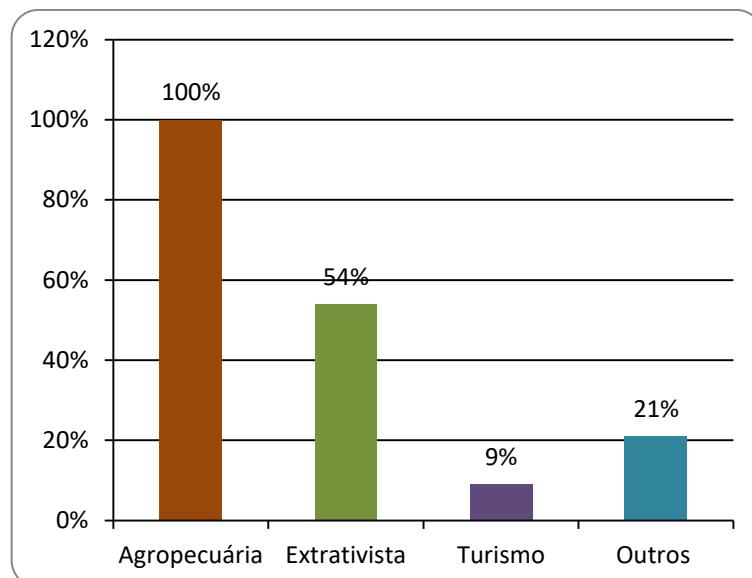


Figura 35 - Perfil de estratégias socioeconômicas das famílias Kalungas, na região do Vão do Moleque (n=33) (Fonte: Autora).

Outras atividades remuneradas (21%) entram de forma mais esporádica na composição dos sistemas de atividades familiares dessa macrorregião, seguindo um padrão similar ao encontrado no Vão de Almas, onde membros da família (mais comumente os homens) buscam trabalhos ocasionais, e de curta duração, em fazendas e cidades próximas (diárias). No caso do extrativismo, que aparece de forma relevante em pouco mais que metade das famílias, os dados indicam que é quase sempre destinado para a autoconsumo e complemento da dieta familiar, e pouco visada para fins econômicos e de mercado entre os moradores dessa região. Já o turismo, que nessa amostra foi o mais baixo de todo o território (9%), tem crescido lentamente, mas atualmente se concentra apenas em algumas datas religiosas e em pouquíssimos grupos familiares, e por isso não se destaca como estratégia socioeconômica dessa região.

### **Engenho – Sazonalidade e Ecoturismo**

A região do Engenho detém um dos atrativos turísticos mais visitados do estado de Goiás, a cachoeira Santa Barbara, que com sua grande beleza cênica tem levado centenas de visitantes todos os dias ao povoado do Engenho II. Esse fluxo de pessoas permitiu que, nos últimos vinte anos, diversas atividades econômicas/produtivas fossem desenvolvidas pela comunidade ao redor dessa

movimentação (restaurantes, campings, serviço de condução de visitantes, comercialização de produtos extrativistas e artesanatos, entre outros).

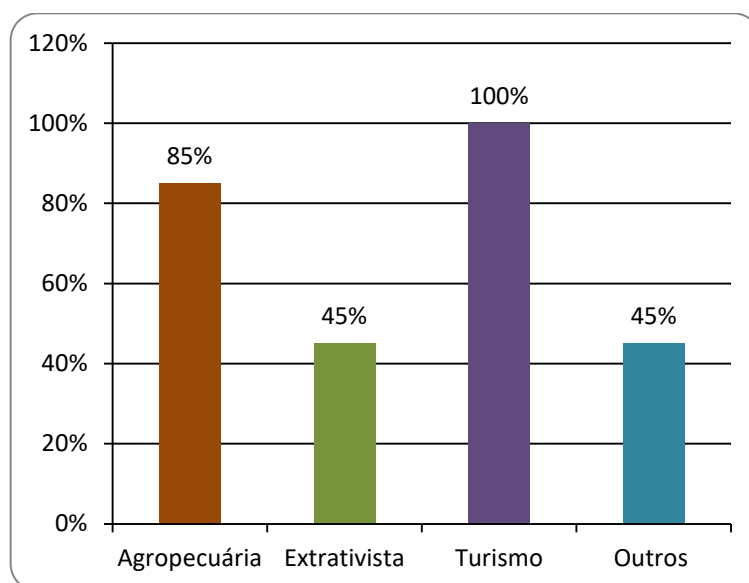


Figura 36 - Perfil de estratégias socioeconômicas das famílias Kalungas, na região do Engenho (n=20) (Fonte: Autora).

Isto explica a importância do turismo, que está presente em 100% das estratégias econômicas dos entrevistados dessa localidade (Figura 36). Contudo, muitas famílias ainda se concentram na produção agrícola e pecuária (85%), e a combinação de atividades mais comum nessas unidades de produção é aquela que associa as duas fontes de renda (agropecuária e turismo). Dessa forma, é recorrente encontrarmos casais que mantêm quintais e roças para a sua autossuficiência alimentar, mas trabalham com serviços turísticos que garantem (pelo menos durante a estação seca) a entrada regular de dinheiro na renda familiar.

Essa combinação tem dado certo para muitas famílias, que intensificam os trabalhos turísticos na seca<sup>130</sup> (alta temporada) e os agrícolas durante a estação chuvosa (época da preparação do solo e do plantio). Assim, é comum encontrarmos moradores que trabalham como condutores alguns dias por semana, mas mantêm cuidados frequentes com as áreas de cultivo, que são intensificados durante a estação chuvosa. Ou também mulheres que produzem doces, biscoitos, frutas desidratadas, artesanatos e remédios pra serem vendidos nas lojinhas voltadas para

<sup>130</sup> O bioma Cerrado apresenta duas estações bem delimitadas, um inverno seco (também conhecido como estação seca) e um verão chuvoso (conhecido como estação chuvosa ou das águas). A seca vai de abril a setembro, enquanto que a estação chuvosa pode começar em setembro e ir até março.

os turistas, mas que não abrem mão dos seus quintais e roças na composição alimentar diária das famílias. Mesmo as famílias que mantêm a agricultura como principal estratégia econômica possuem as facilidades de comercialização, escoamento e melhores preços que o turismo trouxe para essa região, se encaixando como produtores do perfil “sazonal” ou “esporádico” das atividades turísticas.

Dessa forma, podemos observar três perfis, que se apropriam dos espaços e das oportunidades econômicas de formas distintas, mesmo que conservem muitas semelhanças estruturais. Os grupos domésticos do Vão de Almas estruturam sua alimentação e economia familiar na combinação das atividades agropecuárias e extrativistas, com a agricultura para autoconsumo como carro chefe. No Vão do Moleque a combinação das estratégias é similar, mas pecuária tem um espaço maior sobre a economia doméstica, enquanto que o extrativismo não se apresenta de maneira tão relevante sobre o coletivo das famílias entrevistadas. Por fim, a região do Engenho, pela abertura de atrativos naturais, possui um perfil socioeconômico muito baseado nas atividades turísticas, mas que dá indícios de não estar abandonando a atividade agrícola, uma vez que a sazonalidade do fluxo turístico se adapta muito bem ao calendário produtivo das roças (Figura 37).

Paralelamente a esses perfis encontrados nas regiões rurais do território, traçamos o perfil de famílias Kalungas que residem de forma semipermanente ou permanente nas cidades próximas. Essa breve amostragem (n=10) ajudou a fortalecer a percepção (que já havia surgido de entrevistas anteriores) de que o perfil socioeconômico das famílias da cidade era distinto do rural, mas mantinha semelhanças com o campo. Assim, como era de se esperar, 90% das famílias do meio urbano fazem parte do perfil que se baseia em outras atividades remuneradas, e metade de todas elas se baseiam também no turismo. Entretanto, a agricultura e a pecuária ainda são relevantes (60%), e são mantidas por visitas esporádicas à zona rural e redes de apoio familiar, que dividem os cuidados com o rebanho e com as roças (Figura 37 e Figura 38). Essa manutenção dos laços rural-urbano por meio das roças e quintas é uma estratégia identificada em outras comunidades tradicionais, como no caso dos quilombolas do Vale do Trombetas (NASUTI et al., 2015b) e dos povos indígenas do Alto Rio Negro (EMPERAIRE; ELOY, 2008).

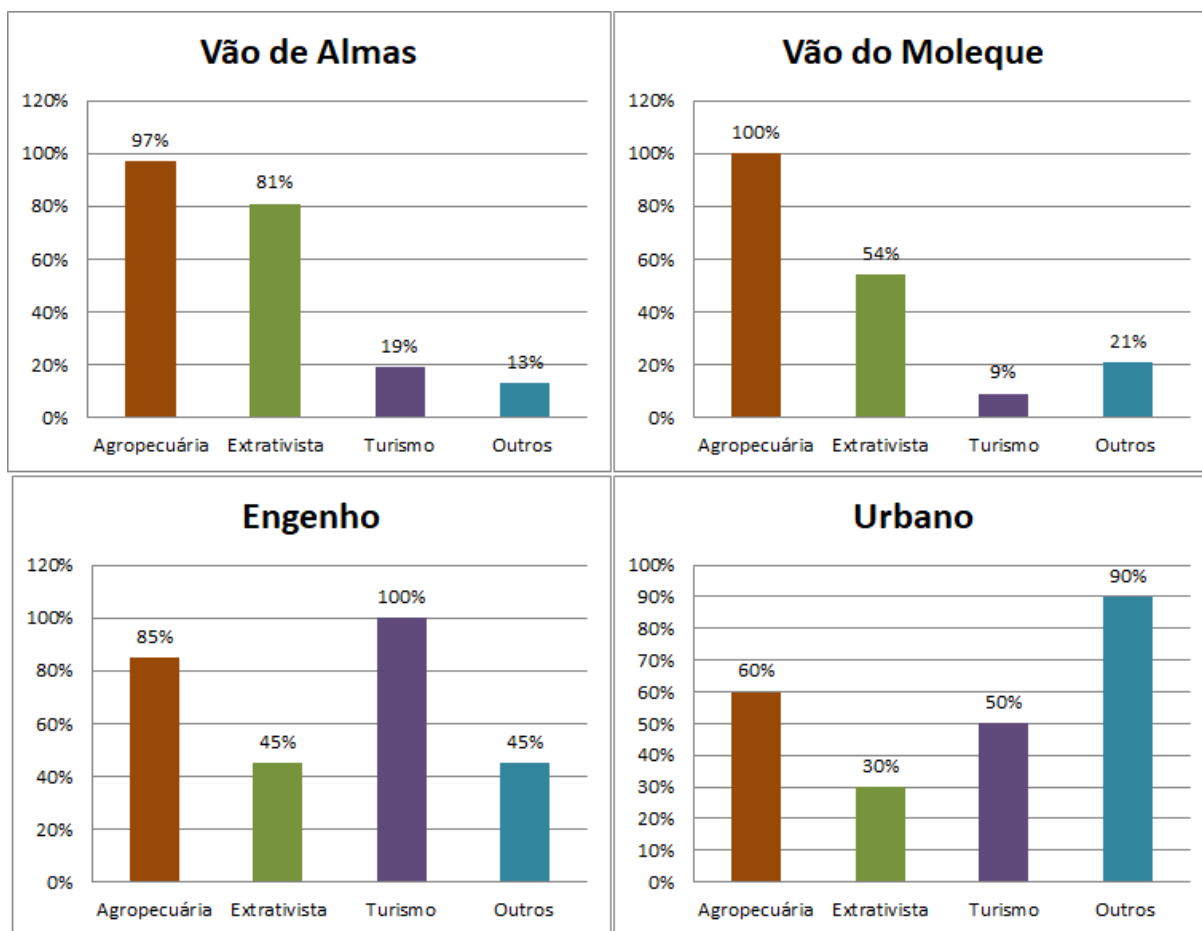


Figura 37 – Comparação entre os diferentes perfis de estratégias socioeconômicas das famílias Kalungas, de acordo com a macrorregião do território. (V.A.n=37; V.M.n=33; Eng.n=20; Urb.n=10) (Fonte: Autora).

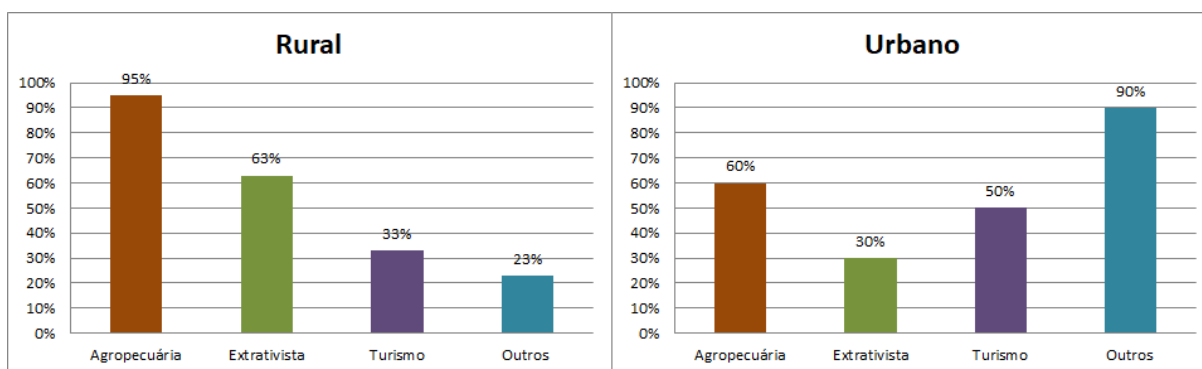


Figura 38 – Comparação entre o perfil de estratégias socioeconômicas das famílias do meio rural e do meio urbano (Rural n=90; Urbano n=10) (Fonte: Autora).

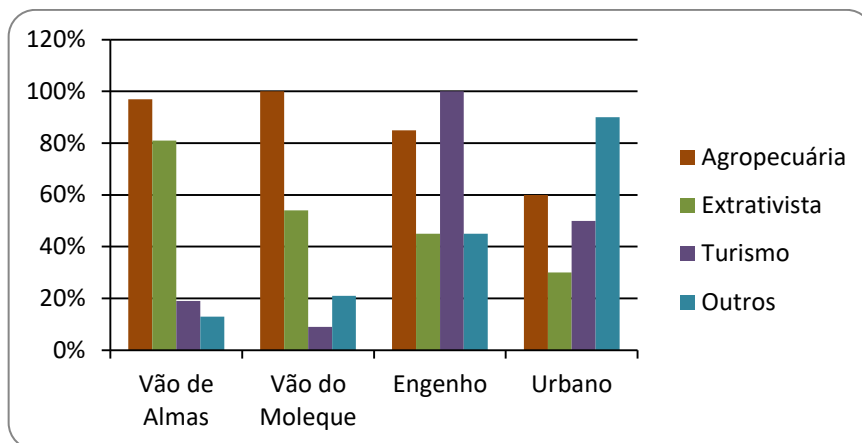


Figura 39 – Comparação entre a importância relativa de cada estratégia socioeconômica de acordo com a localidade analisada (V.A n=37; V.M n=33; Eng.n=20; Urb.n=10) (Fonte: Autora).

As causas de muitas dessas distinções já foram debatidas nos capítulos anteriores, mas cabe ressaltar que elas se tornam aparentes também durante a análise dos perfis pluriativo de cada região. Contudo, outros fatores de origem externa, como as políticas públicas, também influenciam as dinâmicas do sistema agrícola Kalunga. Como eles agem sobre os sistemas produtivos das famílias, das regiões e do território? Quais transformações eles acarretam? Buscaremos essas respostas no capítulo seguinte usando como fio condutor os projetos políticos destinados para a comunidade Kalunga ao longo dos anos.

## 6. PROJETOS E PROJEÇÕES

Ao longo dos capítulos anteriores abordamos diversos fatores que influenciaram ao longo do tempo o sistema agrícola da comunidade Kalunga, dando ênfase aos determinantes históricos e ambientais que agiram sobre a estruturação desse sistema e suas inovações ao passar dos séculos. Também tratamos das dinâmicas estabelecidas pelos atores do sistema social produtivo da comunidade, e como as escolhas e estratégias adotadas agem sobre a segurança e soberania alimentar da comunidade, assim como sobre as cadeias produtivas da comunidade. Entretanto, muitas variáveis, oriundas de processos políticos e sociais externos, surgiram ao longo das análises, nos indicando a importância de olharmos mais atentamente para como alguns desses fatores podem agir sobre a comunidade.

Nas últimas décadas os sistemas produtivos de comunidades tradicionais tem lidado com uma série de fatores que, em maior ou menor grau, influenciam suas estruturas sociais, econômicas e produtivas (PLOEG, 2008b; ROBERT et al., 2012). Os principais deles são a urbanização (ELOY; BRONDIZIO; PATEO, 2015; HAMLIN; SALICK, 2003; NASUTI et al., 2015b), a globalização e suas rápidas circulação de idéias, bens e pessoas (KOHLENER et al., 2011), demarcação de áreas protegidas e as suas subsequentes restrições (CALEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014; DURIGAN; RATTER, 2016; ELOY et al., 2015; MISTRY; BIZERRIL, 2011a) e as políticas públicas sociais, agrícolas e ambientais (ADAMS et al., 2013; DURIGAN; RATTER, 2016; ELOY et al., 2015; ELOY; CARVALHO; FIGUEIREDO, 2017b; NEWING, 2009; SAUER; FRANÇA, 2012).

Entendemos que este último elemento, as políticas públicas, engloba muitos dos outros em suas problemáticas, uma vez que elas refletem a conjuntura política e social subjacente. Dessa forma, escolhemos compreender a influência dos projetos e políticas públicas sobre o território, entendendo que esses são, idealmente, mecanismos de interações entre a economia, a sociedade e o Estado (FLEXOR; LEITE, 2007a). Essa interação se dá por meio de textos, normas, projetos e leis que são construídos a partir de um sistema moderno de saber, mas esse mesmo sistema (em suas práticas) pode levar ao desaparecimento de sistemas de saberes locais, simplesmente por não os verem (SHIVA, 2003b).



As políticas públicas buscam, assim, conciliar e alinhar “*as preferências dos agentes com os interesses das organizações e instituições, a partir de processos políticos*” (FLEXOR; LEITE, 2007b, p. 4), mas o processo de decisões é sempre limitado por problemas, como informações assimétricas e incompletas, tempo para tomada de decisão e auto-interesse dos atores (SOUZA, 2006). Assim, nos deparamos com a complexa tarefa de compreender como os projetos e políticas públicas podem ao mesmo tempo tentar cumprir o papel ideal do governo de maximizar o bem estar social (FLEXOR; LEITE, 2007a) sem fazerem desaparecer o saber local das populações, as quais buscam atender.

Uma das questões que pode atrapalhar esse processo, tem relação com o tipo de informações e parâmetros “científicos” adotados nos processos decisórios, que advêm de normas sociais, estruturas e valores de uma determinada sociedade, e que não deveriam se tomados como parâmetros universais capazes de, que quando legitimados, produzirem um “regime de verdade” que naturaliza a negação de todas as outras formas de saber (GOMES, 2009). Essa influencia negativa sobre os sistemas locais de saber se dá de diversas formas, mas principalmente a partir da invisibilização de seus atores e da negação do *status* de ser um saber sistemático, sendo taxados de “primitivos e anticientíficos” (SHIVA, 2003b, p. 23).

Grande parte desses processos de invisibilização é oriunda de preconceitos epistêmicos das mais diversas origens, mas quando estamos tratando do sistema de saber de comunidades quilombolas esses processos são acentuados deixando evidente o racismo científico que por séculos se valeu de duas ferramentas: a ocultação e apropriação (GOMES, 2009; VOEKS, 2009). Desde o início do século XX pesquisadores, como o antropólogo Melville Herskovits, trazem para o debate acadêmico a problemática de se perpetuar o mito pernicioso de que os povos escravizados, que chegavam às Américas vindos da África, não teriam passado, ou bagagem cultural (CARNEY, 2001). Judith Carney ainda complementa essa questão pontuando que:

Uma grande parte desta negligência deriva de preconceitos raciais e de gênero que caracterizam uma grande parte do mundo acadêmico que olha para a África como uma parvônia atrasada do sistema econômico mundial, desprovida de civilização. Enquanto a servidão coloca homens e mulheres na categoria de escravos, o mundo acadêmico espolia-os dos seus conhecimentos étnicos anteriores, baseados no gênero, e das suas reais contribuições para a América (CARNEY, 2001, p. 29–30).

Mas se no curso da história o legado africano foi apropriado por outras culturas, (nas suas práticas agrícolas e mineradoras, nos saberes etnobotânicos e tecnologias de navegação marítimas entre outros) atualmente esse processo se repete de maneira mais “sutil”, com o saber científico dominante fazendo desaparecer o “outro”, “destruindo as próprias condições para a existência de alternativas”, criando assim uma monocultura mental (SHIVA, 2003b, p. 25) que encobre o legado dessas comunidades.

Algumas dessas influências externas se fazem visíveis, como os programas sociais de transferência condicionada de renda, a distribuição de cestas básicas ou os projetos governamentais de assistência técnica rural. Mas, outros fatores de influência permanecem ocultos por um véu de normatização, sendo considerados “menos importantes”, ou até mesmo inexistentes por uma sociedade que ainda nega a existência do racismo em suas mais variadas esferas. Esse grupo de fatores “invisíveis” age direta e indiretamente sobre os sistemas tradicionais, e a esfera agrícola e alimentar não é uma exceção disso.

Observamos essa influência invisível do racismo epistêmico sobre os sistemas agrícolas quilombolas quando o papel da sabedoria africana foi desconsiderado sobre “*o seu alimento básico preferido*”, o arroz (CARNEY, 2001, p. 26), quando artigos continuam a insinuar que suas práticas medicinais são “crenças” não fundamentadas, uma vez que a ciência ainda não comprovou sua eficácia (FREITAS et al., 2011), quando suas práticas agrícolas e de processamento de alimentos são chamadas de “rudimentares” (VALENTE, 2007a), ou quando o estado nutricional das suas famílias é julgado apenas pela observação visual da tipologia física e a dieta da comunidade é considerada “básica” (VALENTE, 2007b). Em todos esses casos, podemos perceber que:

O primeiro plano de violência desencadeada contra os sistemas locais de saber é não considerá-los um saber. A invisibilidade é a primeira razão pela qual os sistemas locais entram em colapso, antes de serem testados e comprovados pelo confronto com o saber dominante do Ocidente (SHIVA, 2003b, p. 22)

O que se espera desse debate é trazer para esta análise a reflexão de que as informações e dados considerados pelos processos de criação e execução das políticas públicas, assim como o *projetismo* intrínseco a elas, fazem parte de um sistema de conhecimento que, apesar de ser aceito como único, universal e

imparcial, é apenas um sistema dentre vários que existem. Assim, mesmo conscientes de que não abandonamos esse lugar de fala, tentaremos buscar um olhar que vá além dele, e que amplie a percepção de que o sistema agrícola Kalunga é mais do que um conjunto de técnicas, é um sistema de conhecimento completo e deve ser observado a partir de si mesmo, e não em comparação a outros.

### **6.1. COMIDA INVISÍVEL: O ESTIGMA DA “COMIDA DE POBRE” E “COMIDA DE FOME”**

Em muitas culturas alimentares da América Latina, e do mundo, é possível localizarmos alimentos estigmatizados, seja por questões religiosas, econômicas ou espaciais (distinção entre grupos regionais). A escolha do que comemos e de como comemos é um fator de diferenciação entre os grupos humanos que nos remete aos primeiros caçadores-coletores do período pré-neolítico (MONTANARI; FLANDRIN, 1998). Cada continente, país ou bioma contém sua vasta diversidade de alimentos capaz de suprir as necessidades dietéticas de seus povos, mas a escolha de quais espécies serão adotadas na dieta passa por preferências culturais, reflexo de ideologias e relações de poder (PERLÈS, 1998). Assim, *“como resposta às necessidades individuais, a alimentação torna-se progressivamente elemento essencial da estruturação dos grupos, de expressão de uma identidade própria e origem de um pensamento simbólico”* (PERLÈS, 1998, p. 52).

Durante o sistema escravocrata não foi diferente, e muito das preferências alimentares estavam imbuídas de simbolismos relacionados a classes sociais e étnicas da sociedade. Alimentos como o quiabo, a melancia, o feijão de corda, o feijão-guandú e a banana eram importados da África, junto com a mão de obra escrava, e abasteciam o novo continente com o objetivo de alimentar os cativos, que os cultivavam em seus quintais (CARNEY, 2001). Muito desses alimentos foram taxados como “comida de escravo”, introduzidos no continente com o único propósito de alimentar essa parcela da população (VOEKS, 2009).

O preconceito contido na categoria “comida de escravo” foi camuflado no atual estigma de “comida de pobre”, que pode ser encontrado em diversas sociedades

onde algumas categorias de alimento são taxadas de inferiores e relacionadas a determinadas classes sociais, como, por exemplo, o feijão no Brasil (LEME, 2015). Em consequência, esses alimentos são estigmatizados como “simples” no sentido de inferior, não por serem comidas fracas, mas por serem comidas “comuns” e sem valor, comidas que não trazem status. Essa realidade é constantemente percebida e reafirmada ao longo das entrevistas, onde a oferta de alguns alimentos é sempre precedida de “desculpas” ou adjetivada como “simples”.

Mas em alguns casos esse estigma vai mais longe, criando uma invisibilização de determinadas espécies que nem sequer são citadas ou oferecidas. Esse é caso dos *quelites* na alimentação dos mixtecos, uma categoria de alimentos que por muito tempo ficou de fora dos levantamentos oficiais por não serem citadas pela população, uma vez que eram considerados comida de pobre (KATZ, 2009a) (p.173). Até o final do século XX, antes da valorização dos produtos nativos do Cerrado, alimentos como a farinha de jatobá e a farinha de coco eram encarados como alimentos da “fome”, consumidos por famílias que não tinham como adquirir a farinha de trigo, ou procurados em momentos de escassez de outros produtos, como da farinha de mandioca. Na comunidade Kalunga, o jatobá, por exemplo, é até hoje chamado de biscoito/bolo de vaqueiro, por ser consumido durante a lida com o gado, e o coco pindoba é considerado “comida de criança”.

Dessa forma observamos três categorias principais de alimento: os alimentos com status, considerados fortes, “finos” ou iguarias; os alimentos “simples”, considerados humildes e muitas vezes estigmatizados como “comida de pobre”; e os alimentos invisíveis, que nem se quer são citados na maioria das vezes, também considerados “comida de pobre” e “comida de fome”. O primeiro grupo de alimentos inclui os produtos de origem animal (carne, ovos, leites), palmitos, doces, biscoitos e bolos caseiros, bebidas e alguns produtos industrializados (refrigerantes, biscoitos, açúcar branco, farinha de trigo e massas). Esses produtos possuem status durante as refeições, são servidos às visitas, e tratados muitas vezes como iguarias que são apreciadas em determinadas ocasiões.

A segunda categoria é composta por muitos dos alimentos estruturais da cozinha quilombola, como o arroz, o feijão e a mandioca. São os alimentos responsáveis pela maior parte das calorias dentro da dieta Kalunga e os elementos fundamentais para que uma refeição seja considerada “forte”, ou “completa”. Contudo,

a mandioca quando consumida assada na brasa ou cozida, entre as refeições, não possui o mesmo status da farinha de mandioca. A terceira categoria, a dos alimentos invisíveis, inclui tanto aqueles que simplesmente não são considerados “fortes”, como as frutas, paçocas, mingaus e legumes (sozinhos), quanto os alimentos com estigma de “comida de fome”, como os derivados do coco, as farinhas de frutas, as frutas do cerrado, as folhas, as raízes e cascas de árvores nativas comestíveis. Esses produtos raramente são mencionados durante as entrevistas ou questionários, e quase nunca são oferecidos ou servidos às visitas ou convidados. Muitos deles tem se perdido na memória coletiva, por não precisarem ser acessados na conjuntura alimentar atual. Mas outros, em decorrência do crescimento do mercado de produtos nativos, têm ganhando espaços nas cozinhas, como a farinha de coco, as paçocas e os frutos nativos.

Como se construíram esses estigmas? Eles continuam sendo reforçados? Defendemos que as mesmas estruturas sociais que invisibilizaram a influência da diáspora africana sobre a formação agrícola e alimentar do continente Americano continuam a estigmatizar a engenhosidade, complexidade e riqueza dos sistemas agrícolas quilombolas, e uma das bases desse processo é a desvalorização e simplificação do alimento e da alimentação de suas comunidades. *“Frequentemente, em sociedades desiguais, a dominação cultural (exercida pelo poder simbólico) impossibilita a fluidez das trocas de saberes. O saberes cotidianos multiculturais dos pobres, por princípio, ficam ofuscados pelo desejo da hegemonia cultural das elites”* (GOMES, 2009, p. 103).

Cabe, assim, continuarmos buscando quais elementos estão ocultos dentro dos fatores de influência mais comumente atuante sobre as comunidades tradicionais, e trazer à compreensão do risco inerente de epistemicídio<sup>131</sup> que existe na invisibilização de aspectos culturais importantes de um sistema de saberes. Quando algumas peças fundamentais de um sistema são invisíveis a nós, corremos o risco de acreditar que ele não funciona, sem que se perceba a incongruência inerente ao observador, e não ao sistema.

A partir dessas premissas, e compreendendo as influências visíveis e invisíveis que as políticas públicas podem ter sobre os sistemas agrícolas tradicionais e seus

---

<sup>131</sup> O epistemicídio é, em essência, a destruição de conhecimentos, de saberes, e de culturas não assimiladas pela cultura branca/ocidental (SANTOS, 1999).

sistemas de saberes, iremos agora buscar conhecer o espectro de projetos e políticas que atuaram e atuam sobre o território Kalunga.

## **6.2. POLÍTICAS AGRÁRIAS E A HOMOGENIZAÇÃO DAS PAISAGENS**

As políticas públicas nacionais orientadas para a agricultura podem ser divididas em dois grupos principais, aquelas orientadas para a agricultura indústria, e aquelas direcionadas para a “agricultura familiar”. A partir da década de 1960, o Estado brasileiro lançou uma série de políticas visando modernizar a agricultura, “*assumindo de forma explícita o comando do processo de capitalização do campo, conjuntamente com o capital financeiro e industrial*” (GRISA, 2010, p. 3). Os principais instrumentos<sup>132</sup> utilizados tinham como objetivos o financiamento da produção, garantia de preços e comercialização de produtos, transferência de tecnologia e assistência técnica, inovações tecnológicas e garantias de seguros agrícolas. Contudo, essas políticas de caráter seletivo serviam aos objetivos de um grupo restrito de agricultores e produtos.

Para os agricultores de baixa renda, pequenos agricultores ou agricultores tradicionais (autoconsumo), agrupados na categoria “familiar”, esse projeto político nacional de modernização trouxe diversas consequências negativas, como o endividamento, desemprego, perda das terras, êxodo rural e agrícola, degradação ambiental e desestruturação dos seus sistemas sociais e produtivos (ALIER, 2012; GRISA, 2010; SABOURIN, 2009; WANDERLEY, 2014). Em busca de minimizar esses resultados, alguns programas de caráter mais regionais e focados no pequeno produtor começaram a surgir, mas apenas na década de 1990 políticas públicas rurais surgiram especificamente para esse grupo. Esse foi o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que em 1995 marcou o início das políticas diferenciadas para o pequeno agricultor.

O contexto de surgimento do PRONAF é formado por uma forte demanda por crédito rural diferenciado, que atendesse as condições do setor. Essa política visava atuar no financiamento da produção agrícola (crédito rural), na criação de infraestrutura e serviços municipais, na capacitação e profissionalização dos agricultores familiares e na negociação de políticas públicas com órgão setoriais

---

<sup>132</sup> O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a Política de Garantia Preços Mínimos (PGPM), a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).

(GRISA, 2010). Contudo, nas ideias que sustentaram o surgimento deste programa não havia nenhuma preposição de um modelo agrícola distinto daquele vigente (baseado na especialização agrícola, em pacotes tecnológicos e na “externalização” produtiva). Assim, o PRONAF foi criado para homogeneizar a agricultura nacional rumo ao ideal moderno de agricultura industrializada, mas respeitando as diferenciações socioeconômicas da categoria familiar.

Quando se começou a discussão do PRONAF, o discurso geral era um discurso muito mais amplo por parte dos movimentos, questionando o uso abusivo de agrotóxicos, a monocultura, mas quando ia para o concreto se transformava em crédito. Então se tinha uma discussão maior, mas não tinha política ou propostas efetivas para estas mudanças. Quando se obteve o PRONAF, muito da discussão acabou se esvaziando, por quê? Porque as pessoas queriam crédito e você ia ver para que as pessoas estavam usando o crédito era exatamente para o modelo tradicional de monocultura, uso dos insumos da mesma forma que sempre se questionou. [...] Então, quando o PRONAF vai ser implantado, acho que faltou um debate mais profundo. O que o governo faz? Pega o modelo de crédito tradicional e faz uma adequação a uma demanda de uma política diferenciada. O PRONAF é importante, mas é uma cópia do modelo de crédito tradicional, por produto. (GRISA, 2010, p. 17)

A entrada do século XXI trouxe novos questionamentos para o setor da agricultura, e a sustentabilidade se tornou um ponto de debate dentro das políticas rurais. Assim, duas tentativas de adaptação desse projeto surgiram, o PRONAF agroecologia e o PRONAF semiárido, que buscaram alterar o referencial central do projeto, mas continuaram marginais dentro da atuação nacional dessa política. Dessa forma, observamos que a lógica produtiva por traz dele é sustentada por premissas econômicas e ambientais muito distintas da maioria dos sistemas agrícolas tradicionais, como no caso dos Kalungas.

Para entendermos os efeitos que essas políticas agrícolas podem ter sobre a comunidade, é essencial a identificação do sistema de saberes por trás delas, compreendendo que a lógica inerente do sistema de produção dominante não é a mesma que rege as dinâmicas dos sistemas produtivos das populações tradicionais. Elas se baseiam em uma estreita relação histórica entre territórios, plantas e sociedades, um sistema de cultivo e criação com forte complementação espacial e temporal, e um conhecimento local coletivo, adaptável e integrado ao contexto sociocultural e ecológico dos biomas onde se inserem (ELOY; CARVALHO; FIGUEIREDO, 2017b; EMPERAIRE, 2015) .

Discutimos anteriormente a potencialidade destrutiva que existe na invisibilização das dinâmicas particulares de um sistema de conhecimento, e como a negação da sua existência, por si só, pode desestruturar suas práticas produtivas (SHIVA, 2003b). Além disso, as relações sociais desiguais, onde existe dominância cultural de um sistema sobre outro, tornam as trocas de saberes extremamente limitadas, quando não inexistentes, uma vez que a negação e apropriação dos conhecimentos tradicionais é recorrente na história da ciência ocidental (CARNEY, 2001; CUNHA, 2010b; GOMES, 2009), como resume muito bem Manuela Carneiro da Cunha:

Para dizer as coisas rapidamente e sem rebuscos: químicos, farmacólogos, agrônomos, biólogos em geral, com poucas e honrosas exceções, não levam a sério a contribuição do conhecimento tradicional e certamente não se dispõem facilmente a repartir com seus detentores os louros e benefícios das descobertas (CUNHA, 2010b, p. 440).

Por conta disso, partiremos da premissa de que o PRONAF e outros programas agrícolas decorrentes dele (como a assistência técnica rural ou a distribuição de mudas e sementes pela EMBRAPA e pela CONAB) se baseiam em um sistema de saberes distinto daquele que sustenta o sistema agrícola tradicional Kalunga e que, por conta da relação desigual de poder social, as práticas quilombolas são invisibilizadas ou consideradas inferiores e “primitivas”, necessitando serem substituídas pelas práticas “modernas”. A partir disso, analisaremos alguns aspectos das influências das políticas agrícolas sobre a comunidade

### Mapa de Aptidão Agrícola

Os mapas de aptidão agrícola são uma ferramenta utilizada por muitas instâncias do poder público no processo de tomada de decisões, no estabelecimento de zoneamentos agroecológico e econômico, nas linhas de crédito e na criação de infraestrutura rural. No entanto, olhamos para essas ferramentas geográficas como sistemas “imparciais” de avaliação, sem nos perguntarmos sobre que saberes ele está sustentado.

Em uma comparação entre o mapa de aptidão agrícola do estado de Goiás de 1989 e de 2009, ambas realizadas por órgãos do Estado, encontramos a mesma fundamentação utilizada para determinar a predisposição agrícola de cada região.



As duas ferramentas se baseiam nos “níveis de exigência das terras para aplicação de fertilizantes e de corretivos, para aplicação de práticas conservacionistas e de níveis de possibilidades de mecanização” (BRASIL, 1989, p. 8). Dentro dos níveis de manejo considerados encontramos as seguintes categorias:

- **Nível de Manejo A (Primitivo):** Baseado em práticas agrícolas que refletem um baixo nível tecnológico. Praticamente não há aplicação de capital para manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras. As práticas agrícolas dependem do trabalho braçal, podendo ser utilizada alguma tração animal, com implementos agrícolas simples.
- **Nível de Manejo B (Pouco desenvolvido):** Baseado em práticas agrícolas que refletem um nível tecnológico médio. Caracteriza-se pela modesta aplicação de capital e de resultados de pesquisas para manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras. As práticas agrícolas estão condicionadas principalmente à tração animal
- **Nível de Manejo C (Desenvolvido):** Baseado em práticas agrícolas que refletem um alto nível tecnológico. Caracteriza-se pela aplicação intensiva de capital e de resultados de pesquisa para manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras. A motomecanização está presente nas diversas fases da operação agrícola

Chamamos a atenção para as adjetivações referentes aos sistemas tipo “A”, considerados “primitivos” por esse sistema de conhecimento, no qual a agricultura moderna se baseia. Os sistemas agrícolas quilombolas e indígenas, de uma forma geral, estariam enquadrados nesse primeiro nível de manejo e, assim, automaticamente considerados menos desenvolvidos. Contudo, a partir da comparação entre as categorias de aptidão gerada por essas ferramentas e a dispersão espacial das roças Kalungas, fica claro que as regiões consideradas inaptas pela agricultura pelo sistema agrícola “moderno” são altamente aptas para a agricultura no sistema tradicional de manejo da paisagem.

Encontramos na literatura que apenas 30% do território Kalunga<sup>133</sup> tem terras aptas para agricultura (BAIOCCHI, 1999). Nos mapeamentos oficiais, como o realizado pelo MacroZAEE-GO<sup>134</sup>, encontram-se proporções mais específicas que mostram a visão do estado a respeito da aptidão agrícola dessa área, determinadas

---

<sup>133</sup> Dado produzido considerando-se apenas o Território Kalunga do Goiás.

<sup>134</sup> Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Estado de Goiás realizado pela SICAM, SEMARH e SEAGRO em parceria com a EMPRAPA e o IBGE, em 2014.

a partir de um modelo técnico completamente distinto daquele adotado na área analisada. Em primeiro lugar, aproximadamente 80% do território é considerado inapto para uso agrícola (217mil ha), e entre os 20% restantes, 2% teriam boa aptidão para pastagens plantadas, 4% aptidão restrita para pastagens nativas e 3% seriam áreas com aptidão regular para práticas agrícolas de médio e alto nível tecnológico e inaptas para práticas com baixo nível tecnológico<sup>135</sup>. Contudo, o mapeamento das roças (Figura 40) nos mostra que a maioria delas (e conseqüentemente das moradias) da comunidade Kalunga estão localizadas sobre as áreas marcadas como tendo aptidão restrita para pastagens plantadas, enquanto uma parcela menor se encontra em áreas consideradas sem nenhuma aptidão agrícola.

Tabela 17 – Porcentagem dos perfis de aptidão agrícola dentro do Território Kalunga de acordo com o zoneamento realizado pelo MACROZAE – SICAM/SEMARH/SEAGRO (Fonte: Autora)

<b>PERFIL DE APTIDÃO AGRÍCOLA</b>	<b>Área %</b>	<b>Área (Ha)</b>
Aptidão BOA para pastagem plantada	2,06 %	5.644
Aptidão REGULAR no manejo B, C e INAPTA no A*	3,09 %	8.466
Aptidão RESTRITA para pastagem nativa	4,12 %	11.288
Aptidão RESTRITA para pastagem plantada	11,34 %	31.071
Terra sem aptidão para uso agrícola	79,38 %	217.501

O objetivo dessa comparação não é desmerecer ou exaltar um sistema de conhecimento em detrimento de outro, mas sim mostrar que sistemas distintos produzem conhecimentos distintos, e para que as tomadas de decisão pertinentes a um território sejam efetivas e positivas é melhor que se privilegie as ferramentas e conhecimentos gerados por esse sistema, ou baseados nele. No caso do território Kalunga, mais de 90% das roças e pastos estão localizados dentro das regiões consideradas “Terras sem aptidão para uso agrícola” e “Aptidão restrita para pastagem plantada”. Contudo, ao analisarmos o mapa de roças da comunidade observamos que a hidrografia, a fitofisionomia e o relevo são elementos mais importantes do que a tipologia do solo (uma das bases de análise do mapa de aptidão agrícola oficial).

<sup>135</sup> O nível de manejo “A” se refere a práticas agrícolas de baixo nível tecnológico; O nível “B” reflete um nível médio, e o nível “C” práticas agrícola com alto nível tecnológico.

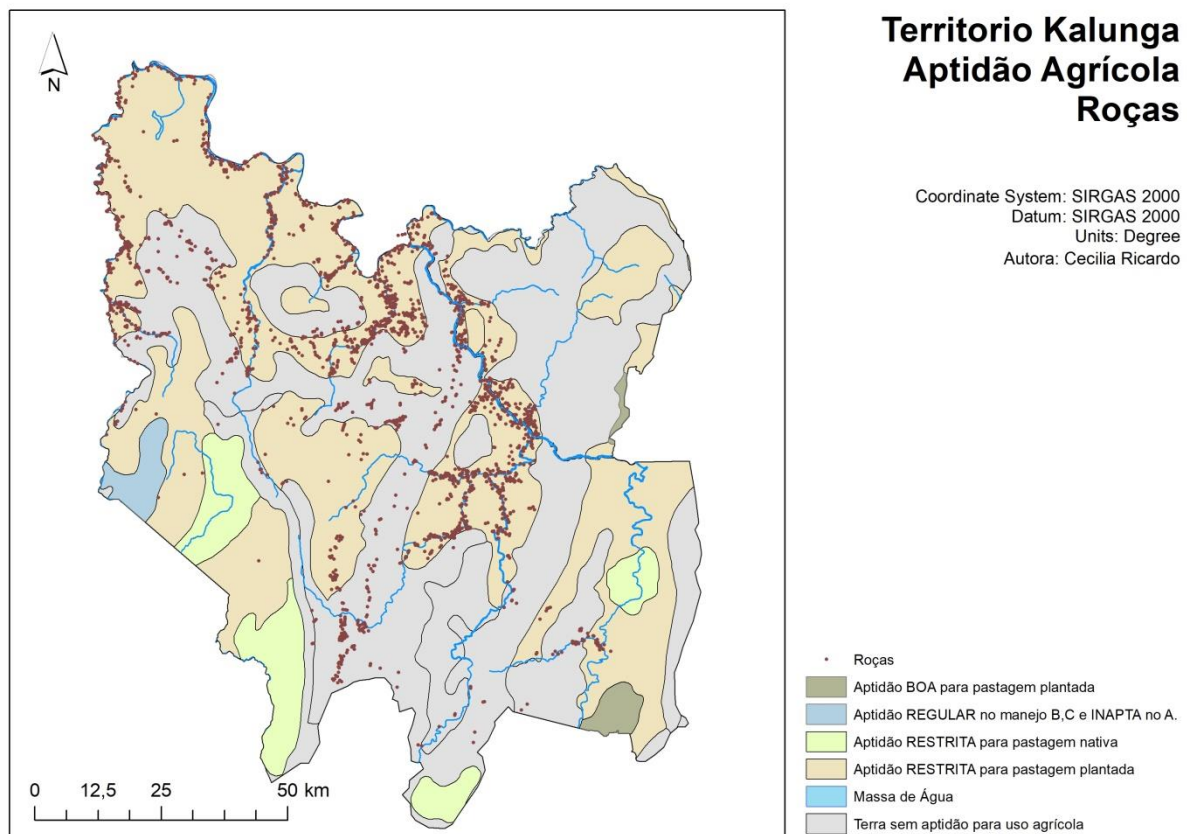


Figura 40 – Mapa de aptidão agrícola do território Kalunga, sobreposto pela localização das roças mapeadas (Fonte: Autora).

Além disso, vários trabalhos a respeito do território Kalunga perpetuam essas informações como, por exemplo, o dado apresentado no livro “Kalunga: povo da terra”, que afirma que apenas 30% da sua área é agriculturável (BAIOCCHI, 1999, p. 21). Mas quais seriam os modelos de análise utilizados para a obtenção desses dados? O que é considerado agriculturável nessa análise? Agriculturável para um sistema mecanizado, fixo, sem pousio, com utilização de insumos e com necessidade de irrigação? A reflexão que trazemos é a de que, como será tratado a seguir, as análises de crédito e as políticas de assistência técnica rural são muitas vezes baseadas nos zoneamentos criados a partir desses mapas e das informações geradas a partir deles.

### Assistência Técnica Rural

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a finalidade da Assistência Técnica Rural (Ater) é de oferecer:

Orientação aos produtores rurais e criadores dos segmentos sociais vinculados à exploração do agronegócio (produtores tradicionais, agricultores familiares, assentados, quilombolas e indígenas) em técnicas de planejamento e manejo dos cultivos e beneficiamento da produção, visando dinamizar a produção sustentável dos sistemas agrícolas nas unidades produtivas (BRASIL, 2019b).

Mas, como abordamos no tópico anterior, nem sempre a assistência prestada vem no sentido da manutenção e fortalecimento do sistema agrícola que já existe na comunidade atendida. A transição para o modelo de agricultura “moderna” é subentendido como o resultado esperado e benéfico de várias ações que atuam ao longo dos anos na comunidade, como podemos observar na visão de um dos técnicos agrícolas entrevistados, ao falar do sistema agrícola local:

Ele planta umas duas vezes e já precisa mudar de lugar. É muito investimento de energia pra pouco resultado. Também tem que a maioria deles não tem acesso nem a trator nem a insumos, por isso a produção é pouca. [...] Também, mesmo quando consegue plantar, não dá pra viver só de farinha de mandioca, e o solo cru só é bom pra isso” (Técnico agrícola, entrevistado em Setembro de 2014).

O verdadeiro problema pras bandas de cá é esse jeito ultrapassado que os Kalungas usam de botar fogo nas roças. E quem não é Kalunga também, mas faz isso! É pra isso que nós trazemos esses cursos e capacitações pra essa região, por que é aqui que mais gente precisa. (...) Superar essa forma de fazer só por que é mais econômico colocar fogo. (Professor do SENAR, em comunicação oral. Fevereiro de 2018)

Na prática, observamos dentro da comunidade alguns “projetos piloto”, que estabeleceram roças e pastos a partir das tecnologias da agricultura “moderna”, como a mecanização das roças (abertura com trator), a supressão da intinerância das roças e do pousio (sistema fixo), a substituição da renovação da fertilidade através do fogo pela adição de insumos, e o controle de pragas a partir de pesticidas agrícolas. A maioria desses espaços “demonstrativos” se encontravam em transição para pastos plantados quando foram observados, sugerindo que a manutenção do plantio de alimentícias segundo o sistema sugerido não havia sido levado adiante.

O projeto era para o plantio de milho. Eles precisavam de uma roça pra trazer o projeto e eu ofereci a minha, porque ganhava as sementes e o adubo e a cerca também. (...) abriu com trator, jogou os trem tudo direitinho e no primeiro ano deu bem bom! Mas agora ... já fazem 4 anos... não tava mais dando nada não. O solo enfraqueceu, sabe?! Ai do ano passado pra cá a gente ta jogando a semente do capim ai... Ta indo melhor que o milho! (risos) (Morador do Vão de Almas, 36 anos).

Se passar o trator arranca as raízes e se arranca as raízes não volta mais o capoeirão. A gente sabe disso. Claro que sabe! Mas o pessoal explicou pra gente que dessa forma a roça produz mais. Mas não tem como ficar

comprando saco de adubo toda hora, ne?! Nem ficar batendo remédio pra mato e pra bicho. É mais fácil... mas não é também. Entende? (Moradora do Vão de Almas 52 anos)

A função de “assistir” a comunidade em suas atividades agrícolas requer uma avaliação cuidadosa do sistema na qual ela se baseia, compreendendo a estrutura da comunidade, como ela se encaixa na tecnologia/metodologia proposta pelo projeto de extensão, como ela mobiliza a própria rede sociotécnica na busca de soluções. A ideia do “projetismo”, que é frequentemente observada dentro das comunidades tradicionais, coloca a vida numa matriz, ou pacote, que acredita ser passível de replicação, em qualquer lugar ou situação. Essa abordagem mata pela raiz a possibilidade de plasticidade das populações tradicionais, que perdem um dos seus principais trunfos metodológicos: a inovação. Nesse sentido, vemos crescer dentro das instituições agrícolas estaduais uma nova forma de prestar Ater, baseada na construção coletiva de um modelo que atenda as demandas da comunidade a partir das inovações sociotécnicas propostas pela comunidade em parceria com as instituições de apoio ao agricultor (CORREIA; LIMA, 2015).

Nas poucas famílias onde foram identificadas ações de Ater diretamente ligadas as roças e pastos (16% dos entrevistados), foi possível registrar relatos que demonstram a lógica de transição do sistema agrícola tradicional para o sistema agrícola "moderno" oriundo dos técnicos. Entretanto, outras atividades ligadas à capacitação dos agricultores no processamento e comercialização dos produtos, têm sido bem recebidas na comunidade, mas infelizmente se concentram no povoado do Engenho II e na cidade de Cavalcante, atendendo, por conta disso, um número reduzido de agricultores quilombolas.

### **6.3. BOLSA FAMÍLIA E O PODER DE ESCOLHA**

O Artigo 6º da Constituição Federal de 1988 estabelece em seu texto que a alimentação é um direito humano básico e que todos têm direito a ela em quantidade e qualidade adequadas. Esse conceito, conhecido como segurança alimentar, começa a ser forjado no início do século XX, em países que passavam por escassez ou dependência de alimentos em decorrência de conflitos bélicos (BELIK, 2012b).

Mesmo já tendo assinado acordos internacionais que tratavam sobre segurança alimentar em 1976, como o International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights, foi só em 1985 que o Brasil iniciou efetivamente ações relacionadas com o esse tema, lançando a Política Nacional de Segurança Alimentar.

Atualmente as ações de combate à fome visam à segurança alimentar e nutricional de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Neste contexto surgem as políticas públicas compensatórias, também conhecidas como transferência condicionada de renda (TCR) (TRALDI; ALMEIDA; FERRANTE, 2012). No Brasil, o maior representante dos TCR é o programa Bolsa Família, criado em 2003, a partir do projeto Fome Zero do governo Lula (2003 - 2010), que atende famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza em todos os municípios do país.

O acréscimo de renda para essas famílias, oriundo das políticas públicas compensatórias, possui não só um impacto positivo direto sobre a segurança alimentar das pessoas envolvidas, como também atua sobre o empoderamento dos membros dessas famílias, aumentando o seu poder de escolha no dia-dia, dentro e fora de casa (BRAUW et al., 2014). Outros autores ainda destacam que para cada R\$10 transferidos por programas como o Bolsa Família, ocorre um aumento de 8% na chance de obtenção de segurança alimentar dentro do domicílio atendido (ANSCHAU; MATSUO; SEGALL-CORRÊA, 2012).

Dentro do território Kalunga, são mais de 1.300 famílias quilombolas beneficiárias desse programa (Tabela 13), atingindo aproximadamente 6 mil pessoas. Os valores do benefício variam de R\$157,00 a R\$ 242,00 por grupo doméstico, de acordo com o município. Antes da chegada do programa na região, sempre que os moradores necessitavam de produto ou serviços da cidade (como medicamentos e roupas), eram obrigados a vender parte da sua produção ou do seu rebanho a fim de se capitalizarem. Entretanto, as relações comerciais com as pessoas da cidade não se davam de forma justa, e, de acordo com seus relatos, forçavam os membros da comunidade a aceitarem qualquer quantia oferecida.

“[...] antes quando de adoecer um parente nosso, nós tínhamos que ir até a cidade comprar às vezes um remédio, ou às vezes uma roupa. Ai nós descia levando as saca de farinha, de feijão pra vender. Chegava lá nós tínhamos que aceitar o que queriam pagar, tinha povo que tentava enganar nós, ne. Ai pra voltar logo aceitava e rumava pra casa.” (Moradora do Engenho, 64 anos).

“[...] eu não queria vender não, sabe? Mas era o jeito que tinha, as crianças precisando de coisa pra estudar. [...] Ai faltava de comer mais na frente, mas naquela hora tinha que dar um jeito. Nós íamos vivendo um mês de cada conta.” ( Moradora do Engenho, 58 anos)

A falta de estruturas básicas de saúde, educação e transporte geravam, e ainda geram, situações de grandes incertezas entre os moradores, que frente a imprevistos familiares se viam em situação de vulnerabilidade social, sendo obrigados a se sujeitarem ao mercado informal das cidades próximas, mas o dinheiro gerado com essas transações não era suficiente para compensar a aquisição de produtos que pudessem suprir o caráter nutricional dos vendidos. O auxílio governamental criou um novo contexto econômico onde o dinheiro transferido permite uma melhor gestão dos recursos familiares, não por que a quantia seja suficiente para alimentar e sustentar o núcleo doméstico por si só, mas por possibilitar a escolha, e não a obrigação de fazer o que for preciso para cuidar dos entes próximos. O *poder de escolha* sobre a destinação da produção agrícola permite que surjam estruturas comerciais mais justas, uma vez que as famílias não vendem por falta de opção, e sim por excedente produtivo e oportunidades econômicas.

Outro problema comum, enfrentado pelas famílias da comunidade, é a falta de mão de obra devido ao êxodo rural e a ausência dos mais jovens em decorrência das oportunidades de estudo. Este poderia ser um fator limitante para a produção agrícola local, mas com o auxílio do dinheiro injetado pelo turismo e pelo governo, os agricultores contam com a possibilidade de contratarem outros moradores da comunidade para pequenos trabalhos nas roças, em períodos de preparação da terra e de colheita.

Também é interessante ressaltar que muitos dos benefícios são cadastrados em nome das mães do núcleo doméstico, em busca de assegurar que o dinheiro chegue às crianças da família. Em decorrência disso, estudos têm demonstrado os impactos familiares do projeto, principalmente sobre o papel das mulheres no núcleo familiar (BRAUW et al., 2014; LINDERT et al., 2007). Uma das consequências do programa, entre famílias rurais e urbanas, é o aumento do *poder de escolha* das mulheres provedoras do grupo familiar, juntamente com o aumento do sentimento de “respeito” para com elas. Apesar desses estudos não indicarem dados tão consistentes em relação às mulheres do meio rural (BRAUW et al., 2014), as

observações de campo da presente pesquisa mostraram que tanto a mobilidade quanto a “voz” das mulheres dentro do núcleo familiar aumentaram, fortalecendo as ligações femininas entre grupos familiares.

Acho que eu nunca nem tia ido na cidade até chegar a notícia do projeto. Mentira, tinha ido sim, quando meu pai me registrou, eu tinha oito (anos). E depois quando meu menino mais novo adoeceu mesmo, com 3 anos. Mas fora isso quem ia sempre era o Zé (nome fictício). A gente sempre teve só um cavalo, e naquela época não tinha ainda aberto essa estrada ai da serra, então tinha que ir a cavalo até a beira da estrada de asfalto e de lá pegar um transporte. [...] Agora não, agora todo mês eu vou mais minha irmã e minha nora até Cavalcante. (Moradora do Vão de Almas, 42 anos)

Quando eu casei meu marido sempre ia até a cidade vender a farinha na cidade. Ai com o dinheiro ele já fazia as compras pra gente. Mas naquela época pagava muito pouco pela farinha, pelo óleo, por tudo. Mas não tinha o que fazer, não é mesmo?! Podia bater perna, ir na casa de outro, e de outro e de outro... até vender tudo, mas não tinha opção, não é?! Aceitava o que tinha e trazia o que dava da cidade. Hoje eu pego o beneficio eu mesma e compro o que precisa pra casa, ai a gente complementa com o que vende dos produtos. Ele vende a farinha, o arroz e o gergelim. Eu vendo os óleos, as polpas, os doces. (Moradora do Vão do Moleque, 36 anos)

Esse empoderamento produtivo oriundo do beneficio também gerou, em um primeiro momento, uma redução da oferta de produtos Kalungas nas cidades próximas. Por conta disso, os moradores da zona urbana construíram uma ideia preconceituosa de que, por receberem o auxílio do governo, as famílias quilombolas não “queriam mais produzir”, e por isso não vendiam mais os produtos nas cidades.

Eles não plantam mais. Não querem saber de trabalho pesado. Você tenta comprar qualquer coisa deles pra ajudar e não encontra nada, talvez uma farinha de mandioca. [...] Agora que eles têm auxílio do governo, não querem mais saber de ir pra lavoura, não. (Voluntária entrevista em Cavalcante, agosto de 2014)

É só andar por ai e ver. Antes eles batiam na porta da gente perguntando se queria comprar farinha, feijão, rapadura, abóbora, melancia, uma porção de coisas, mas hoje eles não têm mais nada pra vender. Compram tudo aqui (em Cavalcante) e levam. (Morador de Cavalcante, entrevista realizada em junho de 2014)

É por que não vale a pena, né? Trabalhar pra que se já recebe dinheiro sem trabalhar mesmo. É só você ir lá e vê. Não tem mais plantio não. Quer dizer, até tem, mas são uns senhorzinhos bem velhos, (que plantam) só pra ele mesmo, não lucra nada. (Açougueiro itinerante que acompanha os festejos, entrevistado em agosto de 2014)

“Acho muito complicado esse sistema de dar dinheiro para as pessoas. Isso estimula com que elas parem de plantar. [...] Além disso, acho que falta um sistema de monitoramento mais eficiente. Conheço várias pessoas que recebem e que nem precisam de verdade. Ai acaba que o povo fica preguiçoso, não quer mais fazer nenhum tipo de serviço, nem roça, nem nada, por que já tem a renda do mês garantida.” (Professora aposentada, entrevistada em maio de 2014)



Podemos observar três elementos principais nesses discursos. O primeiro relacionado ao pressuposto do abandono agrícola, acreditando-se não existir mais roças, ou que o surgimento do Bolsa Família fosse o responsável pela desestruturação do sistema agrícola da comunidade. O segundo pressuposto é o de que o valor do benefício seria suficiente para as famílias “se aposentarem” e viverem de renda sem necessitarem trabalhar mais, mesmo que o valor médio do benefício mensal seja inferior a R\$200,00 por família (em média cinco pessoas – R\$40,00 *per capita*/mês). E o terceiro pressuposto é de que a lógica produtiva da comunidade seria a mesma lógica produtiva de outros sistemas agrícolas modernos, motivados unicamente pela acumulação de capital, e não pelo bem estar familiar associado ao consumo dos próprios alimentos.

Como já foi abordado em outros capítulos, essa pesquisa mostrou que a agricultura continua sendo a principal estratégia produtiva das famílias, refutando o mito do abandono produtivo. Também abordamos o complexo papel da pluriatividade na economia familiar, indicando que o benefício não desestrutura a rede pluriativa das atividades familiares, além do importante papel da agrobiodiversidade local na segurança alimentar das famílias produtoras. Aos moradores das cidades próximas pode parecer estranho as decisões produtivas e econômicas da comunidade - que privilegiam o autoconsumo - , mas ao analisarmos os relatos dos agricultores, percebemos que as estratégias adotadas são a escolha mais seguras do ponto de vista da economia doméstica (pois a aquisição dos mesmos produtos no comércio local são maiores do que o obtido pela venda deles), do ponto de vista segurança alimentar e nutricional (são alimentos produzidos sem aditivos agrícolas e com valor nutritivo superior ao dos que são comercializados por preços acessíveis da região), e a mais saborosa ao paladar Kalunga (respeito a caráter cultural do alimento, presente na Lei de Segurança Alimentar e Nutricional). Assim, observamos que o programa Bolsa Família auxilia o trabalhador rural a continuar suas atividades voltadas para o autoconsumo sem comprometer a segurança alimentar da sua família, a partir do aumento do poder de escolha sobre a sua produção.

#### 6.4. A REVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A população rural brasileira apresenta uma taxa de analfabetismo quase três vezes maior que as famílias da zona urbana, mas mesmo para aqueles que vencem as barreiras físicas, econômicas e sociais para concluírem seus estudos, ainda terão que vencer muitos obstáculos para acessar bens culturais, o que inviabiliza grande parte da fixação dos conteúdos aprendidos. Por conta disso, a educação do campo é uma demanda de grande importância para as comunidades rurais.

Em 1998, como resultado do 1º Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária, foi organizada em Brasília a 1ª Conferência Nacional Por uma Educação do Campo. A partir desse evento, e das discussões ocorridas nele, foi elaborado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), um marco histórico nas políticas públicas destinadas a educação do campo. Em 2004, com o estabelecimento de um cenário político favorável aos movimentos sociais do campo<sup>136</sup>, é criada a Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEM), de onde se origina o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) que tem como objetivo principal auxiliar a implementação de cursos regulares de Licenciatura em educação do campo em instituições públicas que possam formar educadores que também atuem nas séries finais do ensino fundamental e médio nas escolas rurais.

Em 2007, três universidades federais lançam cursos pilotos, entre elas a Universidade de Brasília. Surge assim o curso de Licenciatura em Educação do Campo, batizado de LEdoC, que ocorre em regime de alternância entre o “Tempo Escola” e o “Tempo Comunidade”, buscando respeitar as necessidades profissionais e pessoais dos estudantes e com o enorme desafio de:

[...] formar educadores no sentido pleno da palavra, há foco não apenas na docência, mas também no desenvolvimento da capacidade de compreensão e gestão dos processos educativos na escola e na comunidade em que está inserida. [...] (O curso) representa um importante avanço para os povos do campo e para o país, oferecendo uma educação que se afasta da tradição de rigidez de currículo, método, calendário e inaugura um movimento de aproximação das demandas e possibilidades da população (RILA, 2011, p. 29 e 31).

---

<sup>136</sup> A partir de 2003, com o governo do então Presidente Lula, estabelece-se uma conjuntura política diferenciada em relação às políticas rurais no Brasil, que por mais que não tenham sido tão efetivas como esperado, tiveram efeitos significativamente mais positivos para os movimentos camponeses que qualquer outro governo democrático brasileiro (SAUER, 2017; SAUER; MÉSZÁROS, 2016).

Dentre as centenas de comunidade rurais atendidas pela oferta de vagas do LedoC estão os Kalungas, do Goiás e do Tocantins, que também sofrem com a falta de escolas e professores no meio rural. A situação do ensino na comunidade é explicitado pela pesquisadora, Kalunga e ex-secretária de Igualdade Racial de Cavalcante, Wanderleia dos Santos Rosa, que relata:

[...]o ensino é ofertado de forma multisseriada em praticamente todas as escolas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. O ensino regular é ofertado pelo Estado em parceria com o município e compreende do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Concluídas essas fases de ensino a maioria dos jovens não tem a menor condição para continuar os estudos, pois ali não é ofertado o ensino médio. [...] Impedidos de dar continuidade à vida escolar alguns jovens costumam sair para trabalhar nas fazendas ou lavouras mais próximas, outros migram para Brasília e Goiânia com expectativas de estudar e arranjar outro tipo de trabalho. Isso é um prejuízo para esses jovens, pois muitas vezes se tornam presas fáceis para o mundo das drogas nas grandes capitais do Brasil (ROSA, 2013, p. 22).

A única comunidade que apresenta uma realidade diferenciada é o povoado do Engenho II, no município de Cavalcante, que possui uma escola de Ensino Médio, que permite aos jovens que lá residem de concluírem seus estudos sem precisarem abandonar suas residências e famílias. Quando questionados sobre as qualidades da comunidade, na ocasião de uma reunião de projetos, os participantes responderam com muito orgulho que a escolaridade de suas crianças era um dos pontos fortes, pois *“nenhum menino tem ‘precisancia’ de sair pra estudar mais”*.

Na análise dos IDHM dos municípios que compõem o território, percebemos que o indicador que apresenta resultados mais baixos é o “IDHM Educação” (Tabela 11), que analisa o nível de escolaridade de jovens e adultos. Contudo, mesmo com essa difícil realidade, a comunidade Kalunga tem vivenciado na última década uma revolução interna no que diz respeito à educação. Com índices quase absolutos de analfabetismo até a década de 1990, e um lento processo de construção de escolas rurais dentro da comunidade, atualmente ela observa um salto quantitativo no número de jovens que não só estão finalizando seus estudos de nível médio, mas que também estão se diplomando no ensino superior.

O crescimento de acadêmicos oriundos da comunidade pode ser sentido nos espaços acadêmicos (encontros, simpósios, congressos), nos eventos culturais do território (festejos, romarias, festivais) e no dia-a-dia da comunidade onde ao longo dos anos, um número crescente de entrevistados relataram as trajetórias estudantis de seus filhos, netos e parentes próximos. Consideramos esse um processo

revolucionário dentro território, uma vez que fortalece o desenvolvimento de um corpo de pesquisadores endógenos (locais) capazes de refletir, juntamente com a comunidade local e acadêmica, sobre a gestão de seu território, seus recursos e sua cultura.

Em um cenário de mudanças rápidas advindas da globalização, da urbanização e dos projetos territoriais que atuam sobre a região, a preservação do sistema de saberes da comunidade é a perspectiva mais forte para garantir a persistência da cultura agrícola da comunidade, o que está diretamente relacionado com as escolhas das novas gerações. Dessa forma, a influência da política de educação, em especial a Educação do Campo, em pouco mais de dez anos, tem se mostrado revolucionária no sentido do empoderamento discursivo<sup>137</sup> das novas gerações a respeito do seu próprio território.

## **6.5. TURISMO E DIVERSIFICAÇÃO DA RENDA FAMILIAR**

Atualmente as comunidades tradicionais brasileiras enfrentam dois fortes fatores de influência, com aspectos que, muitas vezes, se mostram contraditórios: a globalização e as políticas públicas agrícolas e socioambientais (KOHLENER et al., 2011). A própria criação dos territórios quilombolas brasileiros pode ser vista como uma influência dos movimentos globais de reconhecimento da diversidade cultural e biológica aliada aos movimentos de acesso a terra (CUNHA, 1999; DIEGUES; ARRUDA; SILVA, VIVIANE CAPEZZUTO FERREIRA; FIGOLS, FRANCISCA AIDA BARBOZA; ANDRADE, 1999; KOHLER et al., 2011).

Com o acelerado fluxo de informações, bens e pessoas ao redor do mundo, a globalização tem colocado essas populações frente aos desafios de conciliar suas subjetividades características com uma cultural global de forte poder homogeneizador. Dentro desse processo mundial de circulação de pessoas, o turismo ganha novas roupagens adaptando-se as mais diferentes necessidades e interesses dos grupos sociais. Assim, nos últimos anos tem crescido o turismo cultural, o turismo de aventura, o ecoturismo, o turismo religioso e tantas outras

---

<sup>137</sup> Relativo o número crescente de monografias e dissertações a respeito do Território Kalunga escritas pelos jovens da própria comunidade. Algumas delas foram usadas como referências bibliográficas dessa tese, mas várias outras podem ser acessadas pelo repositório institucional da UnB, da UFG e da UFT.

formas de se visitar novos ambientes (BURSZTYN; BARTHOLO, 2012; VELLOSO, 2004).

Como já citamos, a comunidade Kalunga tem sido alvo desse interesse, recebendo visitantes que buscam conhecer seus atrativos naturais, sua cultura e suas festas religiosas. A comunidade Engenho II tem sido uma das principais beneficiadas com a presença de visitantes, explorando o ecoturismo, o turismo de aventura e o turismo gastronômico em seu povoado. Com essas atividades a comunidade tem construído estruturas de hospedagem e alimentação que, em alguns casos, valorizam o local como elemento identificador e valorativo, oferecendo comidas típicas e vivências tradicionais junto a comunidade. Os produtos artesanais (alimentícios, medicinais e de decoração) também tem sido cada vez mais ofertados, pelos membros da comunidade, nas lojinhas comunitárias, se apresentando como fonte de renda complementar para muitas famílias de dentro e de fora do povoado.

Ao contrário de algumas outras regiões turísticas habitadas por comunidades tradicionais, como o Jalapão, a comunidade Kalunga vivencia um turismo de base comunitária forte, com gerenciamento coletivo dos atrativos. Contudo, existe uma tendência à massificação das visitas à comunidade, o que deve ser observado com atenção, uma vez que a possibilidade de um crescimento sustentável dessa atividade econômica ainda se faz possível.

As principais atividades relacionadas ao turismo, como a condução de visitantes, a venda de produtos agroextrativistas e os serviços de hospedagem e alimentação, são trabalhos que, apesar de não constituírem vínculos empregatícios, favorecem o aumento da estabilidade econômica das famílias com relativa liberdade quanto ao calendário e as horas de trabalho. Dessa forma, a autonomia fornecida por essas atividades evita a quebra tradicional entre agricultura e atividades remuneradas, que é historicamente muito comum na comunidade. Ao invés de ter que sair da comunidade e abandonar – mesmo que temporariamente – as produção agrícola para poder se capitalizar, os moradores das regiões onde o turismo tem se desenvolvido, podem alternar atividades ligadas ao turismo com atividades agroextrativistas.

As famílias que mesclam atividades destinadas ao turismo com as atividades agrícolas, costumam argumentar sobre os benefícios dessa combinação, uma vez que durante a seca (alta temporada na região) podem investir mais energia no

turismo, e durante a estação das chuvas (baixa temporada) podem se concentrar nas roças, já que esse é o período que elas demandam mais trabalho. As folias, outro ponto forte do turismo da comunidade, estão concentradas durante a estação seca, e se iniciam junto com as colheitas, também se encaixando na alternância seca-turismo/chuva-agricultura. O condutor de visitantes, morador do Engenho explica:

Quando ta começando a dar as primeiras chuvas a gente escolhe os dias de menos movimento pra ir preparando as roças. É até bom, por que se não fica muita gente lá no CAT pra pouco turista. Ai quando as chuvas firmam mesmo o turista some. Ai é quando a gente preparando, semeando, ta plantando. Ai quando as chuvas começam a parar, o trabalho na roça ta menor, e dá pra conciliar. Eu e minha mulher a gente se alterna, cada dia um vai pro CAT, final de semana vão os dois, mas ai dá tempo de fazer os serviços que precisa. (...) em gente que fica com rocinha pouca e guia muito pra juntar bastante dinheiro. Mas ai depois tem que comprar o que não produziu... ai do que que serve?! (risos) Tem ano que não dá pra plantar muita coisa mesmo, por que o tempo não ajuda...a chuva não vem quando tinha que vir, o sol aperta e os trem perde tudo. Ai a gente fortalece no turismo e compra o que falta. (Morador do Engenho II, 36 anos)

Eu não folho nenhum ano desde que comei a guiar.(...) eu planto o meu arroz e o meu feijão todo ano! É só fazer o tempo. A gente escolhe o que prefere dar mais força, não é?! (...) Antes eu costumava aproveitar umas épocas pra ir oferecer serviço na cidade, as criança tava tudo na escola, sabe? As mais moça lá em Cavalcante. Tem que mandar dinheiro sempre pra não faltar nada. A mais velha agora ta fazendo faculdade lá em Goiânia! Tudo com dinheiro dessas rocinhas que você ta vendo ai e dos trabalhos que a gente sempre vai atrás. (Morador do Engenho II, 52 anos)

Com isso, notamos que o turismo, ao capitalizar os moradores com atividades de dinâmicas trabalhistas flexíveis, permite a permanência das atividades agroextrativistas. Em alguns casos até incentivam, como no caso das vendas de produtos gastronômicos. Como já foi debatido no quadro conceitual e no tópico sobre o PBF, a capitalização das famílias (quando não ocorre de forma a romper a relação indivíduo/produção agrícola) aumenta o poder de decisão das famílias sobre suas estratégias sociais e alimentares, o que diminuía a vulnerabilidade inerente a insegurança alimentar. Assim, acreditamos que o turismo tem se apresentado na comunidade Kalunga como uma atividade econômica que não descaracteriza o sistema agrícola local, mas pelo contrário, pode até fortalece-lo por evitar o afastamento dos indivíduos do meio rural.

Mas apesar da geração de renda, circulação de bens e idéias que o turismo proporciona para a comunidade, há também os impactos negativos que ele pode trazer para o território. Os impactos ambientais de um turismo não planejado já

foram sentidos nos últimos anos, levando a comunidade e pensar e reestruturas a visitação em seus principais atrativos, que chegam a receber centenas de pessoas por dia durante a alta temporada. A presença de visitantes durante as atividades religiosas da comunidade também já se tornaram uma problemática dentro dos festejos e romarias, em virtude dos choques culturais e da exploração indevida da imagem dos moradores da região. O assunto ainda é fonte de conflitos internos, e avisos têm sido colocados para ajudar da conscientização dos turistas durante esses eventos.

A gente não entra na casa dos outros tirando foto sem perguntar se pode, entra? Tira foto dos filhos dos outros sem perguntar? Ou no meio da missa vai lá ficar em cima do padre tirando foto? Por que que aqui não respeita assim também? É uma folia, tem oração de promessa. Tem fé! E ainda tem gente depois que divulga essas fotos, põe na internet, em livro, em exposição e não pergunta se pode. (Morador do Vão de Almas, 23 anos)

É bom, minha filha, os visitantes compra as coisas e ajuda a gente, traz alegria também, mas tem que ter respeito, não é mesmo? Não pode atrapalhar a reza, nem passar com o carro por cima das coisas. Tem hora do sagrado e tem hora de festar! (Moradora do Vão de Almas, 60 anos)

Contudo, os dados coletados a respeito das estratégias produtivas dos grupos domésticos da comunidade mostram que, no meio rural, o turismo é uma atividade relevante para 33% dos entrevistados (Figura 37).

Além disso, muitos jovens vêm nele uma alternativa econômica para permanecerem na comunidade, principalmente como guias turísticos. Em função disso, a comunidade tem se organizado e consigo trazer cursos de capacitação de condutores para o povoado do Engenho II e para a cidade de Cavalcante, conseguiram capacitar mais de duzentos jovens da região nos últimos três anos. Outra influência decorrente da globalização e do turismo é a valorização gastronômica dos produtos regionais do Cerrado e dos povos do Cerrado, como será tratado a seguir.

## **6.6. GASTRONOMIA EM DEFESA DA BIODIVERSIDADE**

O final do século passado observou uma grande massificação dos hábitos alimentares e simplificação das espécies e variedades cultivadas, levando-nos a um

quadro onde três espécies alimentícias fornecem 60% das calorias ingeridas mundialmente (FAO, 2018c). Por conta disso, a partir do final da década 1980, vários movimentos, governamentais e da sociedade civil, começaram a questionar esse processo, chamando a atenção para a perda da agrobiodiversidade e dos saberes a ela associados. Assim, foram criados, na esfera governamental, o Registro de Patrimônio Imaterial do IPHAN, os Sistemas Engenhosos do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM/FAO) e, no âmbito das organizações não governamentais, o movimento Slow Food.

Um dos elementos que vieram à tona com esses movimentos, em especial o Slow Food, foi a importância da gastronomia em relação ao trabalho de defesa das variedades vegetais tradicionais, pensamento muito bem sintetizado por Wendell Berry, quando diz “*Comer é um ato agrícola*”. Dessa forma se inicia um movimento mundial pela valorização dos produtos tradicionais, regionais, locais, aqueles que mantinham uma forte ligação com seus territórios e com as sociedades que os cultivavam (PETRINI, 2009). No Brasil, esse pensamento chega trazendo a tona os elementos das culinárias locais, valorizando as diferentes regiões com seus produtos e sabores. Com isso, cresce o interesse pelos produtos que compartilham essa identidade e contam a história dessas regiões, não só cozinhas típicas, mas também pela particularização dos biomas onde essas tradições estão inseridas.

Nesse movimento, os produtos nativos do Cerrado ganham visibilidade nacional, agregando-se o valor ambiental e cultural a esses itens, como, por exemplo, o pequi que carrega a identidade da culinária goiana, mas também é um símbolo do extrativismo do Cerrado e da Amazônia. Agregam-se a ele vários outros produtos, em especial os frutos nativos, mas também farinhas, óleos, doces e temperos. Dessa forma, muitos produtos antes considerados comuns, ou até mesmo “comidas de pobre” ou “comida de fome” (p.242), são ressignificados junto ao comércio local e nacional, ganhando o rótulo de produtos “socioambientais”, “típicos” ou “tradicionais”. Esse é o caso da farinha de coco indaiá e do jatobá, do óleo de coco, do óleo de pequi, da paçoca, da crueira, da pimenta de macaco, da rapadura com mamão verde (tijolo) e do sabonete de tinguí (rotulado como “sabão de quem não podia comprar sabão” e hoje muito valorizados pelo seu uso medicinal).

Para os Kalungas isso significou um incremento significativo na econômica familiar nos últimos dez anos, onde produtos considerados inferiores pela origem



local, como o óleo de coco ou a castanha de baru, passam a dividir o prestígio com produtos internacionais, como o azeite de oliva e as nozes. Se o gergelim local era antes considerado inferior ao produzido em outras regiões e de difícil comercialização, hoje ele é preferido no mercado local por ser cultivado “organicamente” por uma comunidade “tradicional”. Assim, os produtos agrícolas e extrativistas da comunidade são atualmente comercializados com preços acima dos de mercado, quando vendidos em estabelecimentos que respeitam a indicação geográfica dos produtos.

O turismo, de uma forma geral, tem atraído para a região um perfil de visitantes que valorizam o “bom, limpo e justo”<sup>138</sup> quando associados aos produtos gastronômicos, aceitando o valor justo (ligado a justiça social) do produto, por compreender a qualidade (bom de sabor e saberes) e a sustentabilidade dele e da sua cadeia produtiva (limpo) (PETRINI, 2009, 2010). Nas regiões do Vão de Almas e do Vão do Moleque, uma parcela significativa das famílias com atividades extrativistas reserva uma parcela da produção para venda nas cidades próximas.

[...] ai desse tanto que você ta vendo ai, a gente guarda uma saca pra comer, fazer paçoca, torrar e colocar na comida... o resto a gente faz óleo, ou vende pra quem faz óleo na cidade. [...] Quando eu mesma faço o óleo eu guardo um litro pra gente usar aqui em casa e levo os outros pra vender em Alto Paraiso. Tem um homem lá que sempre compra por que ele sabe que é bom. Ele fala “pode trazer tudo que você fizer que eu compro” (risos) (Moradora do Vão de Almas, 48 anos)

A criação de redes de distribuição e de mercados justos, entretanto, é algo que ainda precisa ser fortalecido, e atualmente depende muito das relações pessoais de cada família com o comércio das cidades. Por conta disso, os valores de um mesmo produto podem variar muito dependendo de onde está sendo comercializados, e com isso varia também a parcela de lucro que os produtores estão tendo pelo seu trabalho. Abaixo segue uma lista dos principais produtos gastronômicos comercializados pela comunidade (Tabela 18), comparando os valores mínimos pelos quais são comercializados e uma média do valor considerado justo pelos produtores dos mesmos.

---

<sup>138</sup> “Bom, Limpo e Justo” são os três princípios norteadores da filosofia do movimento Slow Food.

Tabela 18 – Principais produtos comercializados pela comunidade com os respectivos valores (mínimo e justo) (Valores referentes ao 2º semestre de 2018) (Fonte: Autora).

<b>Produto</b>	<b>Medida</b>	<b>Valor mínimo</b>	<b>Preço Justo*</b>
<b>Farinha de mandioca</b>	Kg	R\$4,00	R\$6,00 a 10,00
<b>Farinha de Baru</b>	Litro	R\$30,00	R\$40,00 a 50,00
<b>Castanha de Baru</b>	Litro	R\$30,00	R\$40,00 a 60,00
<b>Farinha de Coco</b>	Litro	R\$25,00	R\$30,00 a 40,00
<b>Farinha de Jatobá</b>	Litro	R\$15,00	R\$20,00 a 30,00
<b>Óleo de Coco</b>	Litro	R\$50,00	R\$60,00 a 80,00
<b>Óleo de Pequi</b>	Litro	R\$60,00	R\$80,00 a 120,00
<b>Pequi</b>	Kg	R\$10,00	R\$20,00 a 30,00
<b>Cagaíta</b>	Litro	R\$15,00	R\$20,00 a 30,00
<b>Mangaba</b>	Litro	R\$15,00	R\$20,00 a 30,00
<b>Arroz</b>	Kg	R\$3,00	R\$8,00 a 10,00
<b>Feijão</b>	Kg	R\$5,00	R\$8,00 a 10,00
<b>Gergelim</b>	Litro	R\$8,00	R\$10,00 a 20,00
<b>Baunilha</b>	Fava	R\$10,00	R\$20,00 a 50,00

\*preço considerado justo pelos produtores

Observamos, assim, que o movimento global de regionalização da gastronomia tem auxiliado no processo de valoração dos produtos da comunidade, que tem reconhecido cada vez mais a qualidade deles e, dessa forma, conseguido comercializa-los por valores considerados justos. O turismo participa, nessa dinâmica, aproximando os consumidores específicos e os produtores, diminuindo as cadeias intermediárias que, muitas vezes, prejudicam o valor mínimo do produto e o valor final de venda.

Eu vendo é assim, de porta em porta, ligando pros conhecidos, oferecendo meu produtinhos, não é mesmo? Por que quando a gente deixa pra vender num lugar tem que ser de muita confiança, por que já aconteceu de não me pagarem, ou de pagarem mesmos que o combinado, sabe?! Ai a gente até perde a vontade de trazer pra vender.... por que trabalhar perdido ninguém quer! Não é assim? Mas hoje tem as feiras... e o povo sabe a qualidade do produto, não é? (Moradora do Vão de Almas, 48 anos).

Eu levava o arroz pra vender lá na cidade, pro homem que tem a máquina de descascar, por que era mais fácil, ele sempre comprava tudo que nós levava. Mas paga muito pouco, muito pouco mesmo, vale mais a pena ficar com ele.[...] Mas agora tem a lojinha aqui do CAT, e tem uma máquina (de descascar) aqui. Ai da gosto de vender, porque eu sei que quem ta comprando ta comprando por que sabe que é o meu arroz e não o de saquinho. [...] mas tem muita gente que ainda leva lá na cidade pra vender, quando ta difícil de dinheiro. Mas eu não faço mais isso! (Morador do Engenho II, 56 anos).

Em consonância com esses processos, instituições têm executado alguns projetos na comunidade, como a Arca do Gosto e o Projeto Baunilha do Cerrado. Ambos os projetos tem como objetivo central a conectar produtores e mercados consumidores, a partir da valorização e divulgação de seus produtos. O Projeto Alimento Bom, Limpo e Justo, do Slow Food Brasil, a partir do catálogo internacional

de produtos alimentares ameaçados (física ou culturalmente), Arca do Gosto, criou a Fortaleza do Gergelim dentro do território Kalunga, “reunindo produtores isolados e conectando-os com mercados alternativos, mais sensíveis à sua situação e que valorizam os seus produtos” (SLOW FOOD, 2014). Já o projeto Baunilha do Cerrado, do Instituto ATA, tem como objetivo a qualificação de produtos agroextrativista da comunidade para o mercado consumidos e a implementação de um sistema de cultivo da baunilha em estufas, para a comercialização nacional da espécie.

Compreendemos assim, que além de ser uma das atividades importantes na dinâmica econômica das famílias Kalungas, o turismo, quando aliado aos processos globais de reconhecimento e valorização dos produtos locais, pode gerar uma influência positiva sobre as vendas dos produtos agroextrativistas da comunidade, podendo, quando bem articulado com a população, gerar diversificação da renda familiar. Contudo, situações-chaves tem chamado atenção para possíveis externalidades negativas, como a degradação ambiental oriunda da visitação excessiva de atrativos, a exploração predatória de produtos nativos para atender demanda de grandes centros urbanos, e superexposição das atividades religiosas da comunidade para atender a um turismo cultural ainda fracamente estruturado.

## **6.7. POLITICAS AMBIENTAIS E O MANEJO DO FOGO**

A maior fronteira agrícola do Brasil se encontra no Cerrado, onde a contribuição econômica da expansão da soja e da pecuária tem justificado taxas absurdas de desmatamento. Contudo, a crescente agricultura moderna compartilha esse bioma com dezenas de comunidades tradicionais que apresentam tecnologias produtivas muito diferentes em seus sistemas agrícolas. Para proteger esse bioma, as duas principais estratégias de políticas ambientais nacionais são a criação de áreas protegidas e a aplicação do código florestal, mas ambas ocorrem de maneira seletiva, criminalizando as práticas tradicionais de manejo da paisagem enquanto favorecem as grandes monoculturas (ELOY et al., 2015).

Para muitas populações desse bioma, a sobreposição de seus territórios com áreas de preservação ambiental criam verdadeiras batalhas jurídicas que se

estendem por anos a fio, enquanto suas atividades produtivas são proibidas e seu membros perseguidos e punidos pela persistência em cultivar seus alimentos. Essa foi a realidade de várias comunidades quilombolas brasileiras durante os últimos trinta anos, como os residentes da região do Jalapão, os quilombolas do Vale do Ribeira e diversas etnias indígenas da Amazônia e do Cerrado.

A comunidade Kalunga, por outro lado, não teve suas terras encobertas por demarcações ambientais, apesar de ainda viver a própria luta de demarcação e regularização de seu território. Mas, nem por isso, escapou das influências das políticas ambientais sobre seu sistema produtivo, que é altamente dependente do manejo do fogo e da itinerância de suas roças. Dessa forma, o cenário político que (até pouco tempo) dominava as questões ambientais, privilegiava a standardização das políticas anti-fogo no cerrado (ELOY et al., 2015), encobrendo um sistema de poder preconceituoso e assimétrico, no qual a produção de conhecimento é arbitrariamente direcionada para as esferas onde reina o poder econômico. Contudo, a partir da ação coletiva de instituições governamentais, da sociedade civil, de pesquisadores, gestores de unidades de conservação e membros de comunidades tradicionais, as políticas ambientais do Cerrado estão sendo modificadas, iniciando um transição da lógica do fogo zero para o *manejo integrado do fogo* (MIF) (ELOY et al., 2018b; SCHMIDT et al., 2018).

A política anti-fogo, que se iniciou com as campanhas de fogo zero do final do século passado, criminalizam os sistemas produtivos tradicionais, perseguindo socialmente os agricultores que manejavam o fogo durante a abertura das roças e para criações de pastagens em mosaico para o rebanho. Assim, muitas comunidades foram forçadas a suprimir o fogo de seus sistemas, alterando drasticamente suas práticas e sua lógica ambiental. As principais consequências desse processo é o aumento da insegurança alimentar familiar, a desestruturação dos sistemas produtivos e a prática do fogo clandestino (MISTRY; BIZERRIL, 2011b).

O discurso que relaciona o fogo com o baixo conhecimento tecnológico, ou com a ignorância em relação as questões ecológicas, além de invisibilizar o sistema de conhecimento quilombola e inferiorizar suas capacidades produtivas, também legitima a lógica insustentável do agronegócio apenas pela não utilização do fogo. Estudos recentes tem mostrado que a política de supressão do fogo, em muitas

regiões, foi responsável pelo aumento dos incêndios florestais, mudança na cobertura do solo (BILBAO; LEAL; MÉNDEZ, 2010; DURIGAN; RATTER, 2016; FRANÇA, 2010) e marginalização das comunidades em decorrência da criminalização de suas atividades produtivas (ELOY et al., 2015).

No território Kalunga, essas políticas ambientais chegaram principalmente com a criação das brigadas do ICMBio e midiáticação do “fogo como inimigo da conduta de bem”. E, apesar de terem sido menos perseguidos pelas políticas do fogo zero, a comunidade se viu inúmeras vezes responsabilizada pelos incêndios de grandes proporções que atingem a região, com discurso sempre sustentado pela superioridade das práticas agrícolas convencionais e desmerecimento das técnicas tradicionais.

[...] aqui o povo faz isso pra plantar. Coloca fogo e ai não consegue controlar... ai da nisso! Tem que conscientizar eles pra acabar com isso.” (Brigadista da cidade de Cavalcante)

Por isso é importante levar a assistência técnica rural pra comunidade. Por que as rocas são muito fracas e ainda por cima ainda utilizam o fogo todo o ano pra tentar melhor a produção (...) (Professor de Campos Belos)

[...] esse fogo que você ta vendo ai lambendo a serra, é desse povo que não sabe colocar fogo direito ai da nisso. Tinha que punir mais as pessoas que fazem isso.” (Brigadista de Alto Paraíso)

Recentemente foi criado um corpo de brigadistas na comunidade do Engenho II, para atender prioritariamente as necessidades do território. Seus integrantes são majoritariamente Kalungas e, conseqüentemente, produtores rurais. A princípio identificou-se um discurso muito cheio de contradições, com trechos defendendo o uso do fogo e em outros condenando ele. Percebia-se uma aproximação de ideias com o discurso oficial dos órgãos de combate ao fogo, mas que ficava na superfície das conversas.

Não pode colocar fogo, não é? Por que senão vai acabar com o cerrado todo. (Questionada sobre o método agrícola empregado por ele) Meu pai me ensinou que a gente coloca fogo na época certa. .. quando ta pra começar as chuvas, sabe? Depois daquela primeira chuvinha que ainda não firmou. Eu mesmo já ajudei ele. Tem que acerar bem direito e ficar por perto olhando. (Brigadista do Engenho II)

[...] aqui nos tudo cria gado...não tem um nessa brigada que não tenha um gado em algum canto. (...) aqui tem muito pasto disponível. A gente coloca fogo mesmo é pra chamar o gado de volta... ou quando seca antes da hora... mas lá pro rumo do Vão de Almas eles precisam mais. E de la que vem mais fogo.(Brigadista engenho II)

Contudo, pesquisas recentes (BORGES et al., 2016; ELOY et al., 2018a, 2018b) mostraram a importância do manejo do fogo em uma perspectiva integrativa entre os atores envolvidos. Por conta disso, foi criado o Projeto Cerrado Jalapão, que conseguiu mudar a posição oficial dos órgãos ambientais brasileiros em relação ao manejo integrado do fogo. Durante os anos do projeto já era possível notar a alteração do discurso dos brigadistas, que passaram a incorporar a palavra manejo e MIF, além de assumirem a necessidade do fogo para a agricultura, mas com a devida supervisão institucional.

Agora a gente não só combate o fogo. A gente maneja ele também no final das chuvas pra já proteger as áreas que a gente quer proteger. A gente usa o fogo da maneira correta pra ele não estar muito forte e pra não alastrar pra outros cantos.. A brigada agora trabalha fazendo MIF. Manejando antes pra não queimar tudo sem controle depois. (Brigadista do Engenho II).

A mudança institucional da abordagem do fogo começa a ser notada dentro das brigadas, mas ainda de forma inicial, sem uma compreensão ampla do sentido integrado do manejo. A participação da comunidade nos calendários de manejo é bem pequena, a percebemos ainda que a expressão MIF é utilizada como sinônimo de “fogo prescrito”. Nas dinâmicas agrícolas notamos que, como herança da política de fogo zero, existe um receio da comunidade em falar sobre as técnicas de abertura e manejo das roças, principalmente a respeito do manejo do fogo. A respeito do fogo para renovação dos pastos, a negação do uso se torna maior ainda. Mas com tempo e confiança muitos produtores se dispuseram a falar sobre o tema, mas sempre de forma cuidadosa.

[...] meu pai me ensinou a colocar fogo desse jeito. Sempre fiz assim, cuidando a lua e a hora certa de queimar. Quando meu filhos marava aqui ele me ajuda com os aceiros tudo! Hoje em dia o corpo já não ta dando mais conta. Era bom se os homens da brigada pudessem via ajudar... ai fica bom.de verdade! (Morador do Vão do Moleque, 70 anos)

Assim, entendemos que a política ambiental de combate ao fogo traz uma estrutura de amparo para a comunidade, principalmente a partir das políticas de MIF, mas que por muito tempo ameaçaram o sistema produtivo da comunidade com a marginalização das suas técnicas e saberes produtivos, deixando desconfianças sentidas até hoje dentro da comunidade, e que podem atrapalhar na composição dos mosaicos anuais de queimadas.

Nesse capítulo buscamos compreender as principais influências externas vivenciadas pela comunidade, considerando seus aspectos visíveis e invisíveis, e como esses projetos e políticas podem agir sobre os sistemas agrícolas tradicionais e seu sistema de saberes. Mas, de que forma a comunidade reage a essas influências? Como esses fatores podem afetar a territorialidade? Quais os efeitos disso sobre a segurança alimentar e a agrobiodiversidade da comunidade? Quais as estratégias de resistência e de resiliência encontradas pelos agricultores Kalungas?

## **6.8. SOBRE TERRITÓRIOS E COMIDAS**

Homem e natureza existem como condição e resultado, em uma relação de co-evolução onde o trabalho social é entendido como apropriação e transformação do meio ambiente. A territorialidade vai tomando a forma dos acontecimentos que modelaram a capacidade perceptiva e cognitiva dos indivíduos, com a “*natureza convertida em espaço humano, espaço habitável para os grupos humanos*” (GUZMÁN CHÁVEZ, 2006, p. 151). Da mesma forma, “*os sistemas agrícolas tradicionais resultam de continuas adaptações e modificações ambientais, socioeconômicas e culturais*” (EMPERAIRE, 2015, p. 1), que ocorrem no espaço simbólico ocupado pelos indivíduos que compõem o seu sistema social. Assim, a territorialidade é elemento central na estruturação dos sistemas agrícolas tradicionais e, conseqüentemente, da segurança e estabilidade dos seus subsistemas.

As demarcações de áreas protegidas, que oficialmente possuem o objetivo de conservação, seja da biodiversidade ou das culturas tradicionais, mas podem possuir uma forte influência sobre a significação e ressignificação dos espaços tradicionalmente ocupados das comunidades quilombolas. Seja pelo reconhecimento formal, com a demarcação das terras, ou pela invisibilidade social, expressa na sobreposição de terras, o governo e as políticas públicas sociais e agroambientais agem como elementos exógenos que ressignificam as práticas e lugares das comunidades quilombolas.

O modo de vida dessas populações, com sua reprodução material e imaterial da vida social, está diretamente ligado a posse e ao uso do território (ISOLDI e

SILVA, 2008. p.78). A desestruturação socio-espacial das comunidades, por meio de proibições e limitações legais, implica a desestruturação da identidade étnica e, conseqüentemente, da forma de experienciar a territorialidade desses grupos. Lovell (1998) argumenta sobre a importância de se compreender como as noções de pertencimento, localidades e identidades são construídas já que se vive em um momento de globalização, onde conflitos entre a compreensão de pertencimento e interesses políticos nacionais e internacionais são recorrentes.

Quando o sentimento de ligação e responsabilidade com um lugar (pertencimento) é desarticulado por influências externas, as formas de apropriação do lugar também se alteram e, em decorrência, os modos de uso tradicional das terras. O reconhecimento territorial das comunidades quilombolas, além de um direito inalienável dessas populações, pode ser encarado com uma estratégia de conservação cultural e ambiental. A manutenção das estruturas sociais e espaciais, que a demarcação de um território quilombola pode assegurar, ajudaria na preservação dos modos de vida escolhidos pela população local e na manutenção dos significados tradicionalmente atribuídos aos lugares e paisagens locais?

Apesar da titulação do território Kalungas, ainda na década de 1990, a comunidade viveu, e ainda vive, diversos processos de desterritorialização, muitos dos quais, invisibilizados pela normatização de processos econômicos e políticos pouco adequados a realidade local e aos sistemas produtivos da comunidade. Contudo, a partir das inovações sociotécnicas dessa população, os processos de desterritorialização impostos sempre foram seguidos de um momento de reterritorialização adaptativa (MOREIRA; DALLABRIDA; MARCHESAN, 2016). Observamos quatro fatores importantes relacionados à territorialidade da comunidade desde seu surgimento: a diáspora africana e as fugas para os quilombos; a grilagem das terras quilombolas a partir do século XX; a falta de infraestrutura; e as políticas públicas.

O primeiro marco de desterritorialização, e que é responsável pelo surgimento do quilombismo no Brasil, se refere a grande diáspora africana marcada pela luta por liberdade em um contexto transoceânico. Os povos escravizados e forçados a abandonar seus territórios tinham laços culturais próprios com as paisagens e biodiversidade local, e, como populações nativas, se caracterizavam como repositórios de um conhecimento ancestral referente às plantas (CARNEY; VOEKS,



2003). O cativeiro apresentava novas regras, uma linguagem desconhecida, um sistema agrícola diferente e uma biodiversidade completamente estranha, separada por milhões de anos de diversificação biológica (VOEKS, 2009).

Ainda como escravas, essas populações, que carregaram consigo parte de seus sistemas agrícolas e culturais (incluindo sementes e técnicas), iniciaram o processo de reterritorialização, construindo novas relações com o território que agora se encontravam. Isso implicou experimentações das novas espécies disponíveis, adaptações climáticas, inovações tecnológicas para os novos desafios. O momento de consolidação dessa transição se deu a partir das fugas e do estabelecimento dos quilombos, onde a apropriação da paisagem e a autonomia sobre o território possibilitaram a construção de uma nova territorialidade, agora não mais africana, mas quilombola.

O segundo marco de desterritorialização sofrido pela comunidade se iniciou a partir da década de 1940, com seu ápice nos anos 80 e 90, durante os quais a grilagem das terras quilombolas atingiram níveis altíssimos, em decorrência do projeto agrícola nacional (BAIOCCHI, 1999; COSTA, 2013; GIUSTINA, 2013; SIQUEIRA, 2012). A expulsão das famílias se dava principalmente através de intimidações que alegavam a posse oficial das terras e questionava os agricultores sobre a ilegalidade de sua situação. Contudo, intimidações físicas e destruição de casas e roças também foram ferramentas coercitivas utilizadas pelos grileiros e seus “capatazes”, em uma triste reprodução das figuras do “senhor de engenho” e do “capitão do mato”.

Durante os anos de luta pela titulação e demarcação das terras Kalungas (capítulo 2), uma parte da população se viu forçada a abandonar suas terras e migrarem em busca de locais seguros, onde pudesse retomar suas vidas. Muitas famílias, induzidas a essa situação de vulnerabilidade, aceitaram trabalhar como meeiras nas suas próprias terras, produzindo para os fazendeiros que haviam tomado suas terras. Outros, que tiveram suas roças destruídas e sobrepostas por rebanhos de gado, aceitaram empregos como vaqueiros ou migraram para as comunidades e cidades próximas.

Seria o processo de aglomeração das residências no Engenho, uma estratégia de resistência? Famílias desalojadas buscaram refugio nas terras de parentes próximos na esperança da restituição de suas terras. Essas famílias, na construção

de uma nova territorialidade, buscaram adaptar suas dinâmicas produtivas e espaciais, diversificando a renda familiar a partir do trabalho em outras fazendas e nas cidades próximas, e na separação espacial das áreas produtivas das áreas residenciais. A partir disso se iniciou o processo espacial de reterritorialização que culminou com o surgimento do povoado Engenho II.

O terceiro marco na desterritorialização da comunidade não é um marco histórico, mas uma condição sociopolítica do território: a falta de infraestrutura públicas mínima. A dificuldade de mobilidade, a ausência de escolas e postos de saúde, a fraca eletrificação rural e o baixa cobertura das empresas de telecomunicação, são situações que, na conjuntura atual, impelem a população rural pra as periferias dos centros urbanos, causando *“perdas dos elementos simbólicos que ajudaram a modelar identidades, inibindo a transmissão de valores socioculturais e provocando movimentos que processualmente avigoram o arrefecimento da memória coletiva”* (FREITAS; RODRIGUES, 2014, p. 2).

A busca por serviços públicos básicos, como saúde e educação, levam muitas famílias a migrarem de forma parcial e definitiva para as cidades próximas (capítulo 5), enquanto que as condições precárias das estradas desestimula a comercialização dos produtos agroextrativistas, o que dificulta a manutenção das práticas tradicionais de geração de renda. A ausência de energia elétrica inviabiliza a adoção de novas tecnologias dentro do sistema agrícola, como as prensas de óleos naturais, os refrigeradores para estocagem dos alimentos, ou maquinas de moer e ralar que possibilitam a ampliação da produção das farinhas.

Dessa forma, se estabelece um fluxo de pessoas em direção a essas condições, que podem ser encontradas em algumas regiões do território (Engenho II, Ribeirão dos bois e Algumas partes da Contenda) e nas cidades próximas. Ao longo do tempo, esse processo leva ao adensamento da população e a diminuição de terras cultiváveis disponíveis nas imediações das moradias, aumentando o tempo de deslocamento residência-roça, diminuição do tempo de pousio e, conseqüentemente, a mudança de uso do solo e desarticulação das práticas agrícolas tradicionais, de forma semelhante a outros territórios (ADAMS et al., 2013; ELOY et al., 2015; FREITAS; RODRIGUES, 2014). Mas é importante diferenciar o êxodo rural, reflexo da desterritorialização causada pela vulnerabilidade social sofrida pela comunidade, das dinâmicas de mobilidade rural-urbana, tratadas nos

capítulos anteriores, e que surgem como manifestações da adaptabilidade dos sistemas tradicionais a essas condições, mas que não implicam em desestruturação dos sistemas (ELOY; LASMAR, 2011b; NASUTI et al., 2015a).

Por fim, o quarto elemento que atua como indutor de processos de desterritorialização sobre a comunidade Kalunga são as políticas públicas homogeneizadoras do meio rural, como citado nos tópicos anterior. O arcabouço teórico e a lógica produtiva que sustentam as políticas agrícolas e ambientais, que atualmente chegam ao território, são pautados em um sistema de saber muito distinto daquele que rege as dinâmicas dos sistemas agrícolas tradicionais. Dessa forma, quando as famílias conseguem ter acesso aos benefícios de alguns projetos (como financiamentos, capacitações, acesso a insumos e sementes), se deparam com informações e técnicas incompatíveis com seus sistemas, onde se estabelece um paradigma: para acessar os auxílios do governo o produtor precisa se adaptar as condições produtivas de outro sistema que aparenta ser mais “interessante e moderno”, mas para isso ele precisa passar por cima dos conhecimentos do seu próprio sistema de saberes, no qual ele possui expertise e autonomia tecnológica.

Estabelece-se, assim, a escolha implícita entre o apoio governamental ou o sistema tradicional de saberes, ao invés de uma situação onde os projetos e políticas reforcem e auxiliem os produtores nas dinâmicas produtivas acolhidas por eles (CORREIA; LIMA, 2015). Dessa forma, os modelos agrícolas tradicionais coexistem com interesses políticos, sociais e econômicos divergentes, que tratam os espaços rurais e as dinâmicas produtivas de forma homogênea e uniforme, que promove:

uma quase impossibilidade de sobrevivência dos sistemas agrícolas locais e tradicionais, justamente os que conservam a agrobiodiversidade. As leis agrícolas têm imposto um único modelo agrícola, produtivista, industrial e de baixíssima diversidade genética, com todas as suas consequências socioambientais (SANTILLI, 2009b, p. 333)

A conservação da agrobiodiversidade é essencial para a segurança alimentar e nutricional das comunidades humanas, assegurando o direito a alimentos de qualidade, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural e socialmente sustentáveis, como prevê a Lei nº11.346, de 15 de setembro de 2006. A relação entre redução da diversidade agrícola e o aumento da insegurança alimentar (SANTILLI, 2009b) é hoje em dia um fato reconhecido e cada vez mais abordado

pelas pesquisas e políticas públicas (BUSTAMANTE; DIAS, 2010; EMPERAIRE, 2002; ROBERT et al., 2012; SANTILLI, 2015). Mas, ao longo dos capítulos anteriores exploramos as relações territoriais da comunidade e do seu sistema produtivo, permitindo-nos extrapolar as afirmações anteriores e traçar uma relação direta entre a territorialidade e a segurança alimentar da comunidade, uma vez que essa está intimamente ligada às dinâmicas, atores e espaços do sistema agrícola.

O enfrentamento da insegurança alimentar passa, dessa forma, pela necessidade de adoção de políticas territoriais e agrícolas que respeitem as diferentes formas de se produzir alimentos. Em um cenário onde a agricultura “moderna” avança sobre as regiões tradicionalmente ocupadas, exercendo uma grande tendência para a desarticulação do campesinato (PLOEG, 2008b), a compreensão de como os sistemas agrícolas tradicionais são afetados e de como eles reagem a essas influências é imperativo para evitarmos o desaparecimento dos saberes que o sustentam. Mas, apesar de todas essas questões, observamos que existem duas possibilidades frente a essas adversidades: a desestruturação dos SATs, ou a sua resiliência.

As consequências da desestruturação dos sistemas agrícolas tradicionais já foram comentadas anteriormente, mas resumem-se principalmente ao aumento da insegurança alimentar, a perda de agrobiodiversidade, a mudança de uso/cobertura do solo e abandono de práticas produtivas. Mas o segundo caminho, o da resiliência dos sistemas, envolve uma bem estruturada teia entre inovações sociotécnicas, mobilidade territorial e a luta de sua população para resistir às estratégias de vulnerabilização as quais é submetida.

Mas *“o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão”* (VIA CAMPESINA, 2007), é o que definimos como Soberania Alimentar, conceito que postula que para ser livre um povo precisa ser soberano sobre os seus recursos agrícolas e alimentares. Assim, de forma simples, podemos dizer que a luta das comunidades tradicionais pela sua soberania alimentar e territorial é uma luta contra a desestruturação dos sistemas agrícolas tradicionais e do sistema de saberes que o sustenta.

**ENTRE OCEANOS E VÃOS**  
**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Encontramo-nos em um momento onde os sistemas agrícolas tradicionais, do Brasil e do mundo, enfrentam processos de homogeneização das mais diversas frentes, gerando uma forte redução das bases culturais e genéticas dessas agriculturas (EMPERAIRE, 2015). Como consequência, observamos nessas populações o crescimento do êxodo rural, a desestruturação das práticas produtivas, perda da agrobiodiversidade, mudança de uso do solo e o aumento da insegurança alimentar (PEDROSO JÚNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008b).

No Cerrado, uma parcela significativa desse fenômeno de uniformização rural se origina das políticas ambientais e agrícolas que impõem às comunidades restrições aos seus processos produtivos tradicionais e incentivam a implementação de pacotes técnicos prontos, baseados em um sistema agrícola distinto (ELOY; CARVALHO; FIGUEIREDO, 2017b). Estudos recentes tem trazido à tona a lógica inerente a esses processo, que por um lado invisibilizam os saberes tradicionais enquanto por outro lado se apropriam de suas inovações e materiais genéticos quando lhes convém (SANTILLI, 2009a; SHIVA, 2003a). Esse processo histórico ganha força de ação quando os referidos grupos tradicionais têm sua ancestralidade relacionada ao que hoje conhecemos como *diáspora africana*, como no caso das populações quilombolas (CARNEY; VOEKS, 2003; VOEKS, 2009).

Esse é o caso da comunidade Kalunga e seu sistema agrícola que enfrenta influências homogeneizadoras de um sistema que favorece a mecanização e a produção em larga escala, em detrimento das tecnologias tradicionais (ELOY et al., 2015). Frente a essas influências, a revisão da literatura nos indicou duas categorias amplas de resultados: a desestruturação dos sistemas ou a resiliência dos mesmos (ADAMS et al., 2013; KOHLER et al., 2011; NASCIMENTO, 2017; NIEMEYER, 2011a; ROSA, 2013). Ao longo da presente tese discutimos os elementos que caracterizam o sistema agrícola Kalunga, as estratégias de enfrentamento da atual realidade política do bioma, e as alternativas e inovações adotadas pelos seus sujeitos na busca da persistência de suas práticas produtivas e culturais.

A formação da comunidade Kalunga tem sua origem no ciclo minerado do Goiás, durante o século XVIII, mas alguns marcos históricos, aliados a fatores bióticos e sociais, deram origem a um território amplo e diverso sustentado por uma agricultura itinerante de corte e queima, práticas extrativistas altamente diversificadas e uma pecuária de pequeno porte em pastagens nativas. Sua

comunidade se distribui ao longo do território em quatro grandes macrorregiões que, apesar de partilharem de muitos elementos comuns, se distinguem entre si por diferentes pesos entre os elementos que compõem seus perfis produtivos e as estratégias socioeconômicas de suas famílias. Parte dessa diferenciação se deve as disparidades territoriais oriundas de projetos políticos distintos, que chegam à comunidade por políticas desencontradas e fracamente adaptadas a realidade local.

Apesar das particularidades de cada região, foi possível identificar os elementos estruturantes do sistema agrícola praticado dentro do território, com os seus principais marcos de identidade, material e imaterial. A partir de quatro ecossistemas principais – roças, quintais, sertões e pastagens – a comunidade pratica, primordialmente, a agricultura chamada por eles de “roça de toco” durante o período das águas, e a “roça de/na vazante” durante a estação da seca. As roças em pousio são denominadas de capoeiras, ou capoeirão, e também possuem grande importância no sistema produtivo das famílias. O extrativismo complementa e diversifica a alimentação das famílias, além de ser uma importante parte da economia familiar. Essa atividade ocorre no “sertão” ou “cerrado”, forma como são chamadas esses espaços de vegetação nativa com baixo manejo e de aspecto “selvagem”.

A pecuária, que vem ganhando mais relevância econômica para as famílias Kalungas nos anos recentes, é praticada principalmente em pastagens nativas (abundantes no território) e com rebanhos mistos (Curraleiro e Nelore), mas podendo ser complementada com pastos plantados e pastagens mistas que, dependendo da região observada, possuem importância diferenciada na manutenção dos rebanhos.

Nas análises relacionadas a agrobiodiversidade, percebemos que a comunidade possui uma noção de pertencimento ampliada onde as espécies são consideradas como “presentes” mesmo quando não estão sendo cultivadas ou manejadas, mas ainda ligadas as famílias por laços de memória e saberes. Essas são as plantas que “*tem, mas acabaram*” temporariamente. Essa informação nos indica que mesmo que haja uma perda genética na biodiversidade local, o saber associado a ela permanece por mais tempo, permitindo que haja a reintrodução da mesma, sem danos às práticas produtivas, sempre que se considerar necessário.

Os dados quantitativos relacionados a diversidade agrícola ainda nos permitiram compreender a importância de cada ecossistema cultivado para a alimentação do grupo familiar. Foram identificadas 85 espécies alimentares, das quais 53% se encontravam nos quintais, 19% nas roças, 17% nas capoeiras e 20 % nos “mato/sertão”. Dessa forma, podemos observar a importância dos quintais para a manutenção da diversidade interespecífica e para a diversificação da alimentação Kalunga, mas o maior volume da produção destinada à alimentação se origina nas roças, onde encontramos a maior diversidade intraespecífica dos cultivares. Esses dados podem ser um indicativo de que nas espécies de maior relevância calórica (volume de alimentos consumido) é mantido um alto nível de variedades, aumentando a segurança e estabilidade das culturas frente a adversidades ambientais e econômicas.

As espécies com maior importância alimentar e produtiva da comunidade são o arroz, a mandioca, o feijão, o milho e o gergelim, que apresentam importâncias diferenciadas de acordo com a região analisada, assim como ocorre com a pecuária e o extrativismo. Além desses cultivos, algumas espécies também se destacam na alimentação das famílias, como a abóbora, o quiabo, o maxixe, o jiló, a banana e algumas espécies nativas, como o coco indaiá, o pequi, o jatobá, a mangaba, a cagaita e a gueroba.

Na análise das estratégias socioeconômicas dos grupos familiares, percebemos que cada região possui um perfil diferenciado, onde as diversas práticas produtivas revelam-se alternadamente importantes na economia local. No Vão de Almas a agricultura e o extrativismo apresentaram maior relevância dentro do sistema socioeconômico, tendo a venda da farinha de mandioca e os produtos extrativistas (farinha de coco, óleos, frutas do cerrado) como principais fontes de renda. O Vão do Moleque foi a região onde a pecuária se mostrou mais forte dentro do território, seguida da agricultura e do extrativismo. A região do Engenho se mostrou próspera no cultivo do arroz, do feijão e de diversas variedades de abóboras, atividade complementada por uma pecuária adaptada as pastagens nativas e ao manejo do fogo. Por fim, a região do Mimoso foi descrita como adaptada ao cultivo em vazante, com uma forte complementação dos espaços e das culturas, entre estação chuvosa e seca, e onde a pecuária apresenta uma importância similar à encontrada no Vão do Moleque.



Essa estrutura produtiva é mantida por um sistema social baseado em grupos familiares multiresidenciais, atuando em uma dinâmica pluriativa e multilocal. A alteração de alguns padrões de mobilidade, frente aos desafios de uma urbanização crescente e da busca por direitos básicos (como saúde e educação) não significou a desestruturação do sistema social da comunidade, mas uma ressignificação dos deslocamentos rural-rural e rural-urbano, que quando bem aproveitados ajudam a fortalecer as práticas produtivas tradicionais das famílias. Como no caso do acesso ao recurso do PBF, que aumenta o poder de escolha das famílias em relação a sua produção e alimentação, permitindo às famílias escolherem por permanecerem com seus produtos agroextrativistas, ao invés de serem forçadas vendê-los por preços muito baixos nas cidades próximas.

Além disso, a complementações socioespacial do ambiente rural e urbano é uma adaptação que permite a comunidade fazer o melhor uso das vantagens oferecidas por cada um deles em busca de uma estabilidade econômica que não necessite da abdicação definitiva do meio rural (migração). Essa diversificação das atividades familiares já era um elemento presente da cultura da comunidade Kalunga, mas ganhou nova roupagem nos últimos anos com o crescimento do turismo, a urbanização e a implementação dos programas de transferência condicionada de renda. Atividades ligadas a visitação dos atrativos locais tem se tornado cada vez mais significativas na economia familiar, principalmente na região do Engenho. Mas, além dela, os trabalhos remunerados, oferecidos no meio urbano e nas fazendas da região, também tem crescido em importância econômica para a população.

O estudo dessas dinâmicas, contudo, fez emergir elementos que de forma aparente, ou não, influenciam esse sistema agrícola, suas práticas e sua comunidade, em consonância com o que foi encontrado da literatura. Como as políticas públicas, a urbanização e o turismo, que podem levar a processos de “desterritorialização” das práticas locais, gerando uma nova lógica produtiva que poderia acabar por desconectar a população do seu espaço simbólico tradicionalmente ocupado. Assim, o processo de homogeneização dos sistemas agrícolas também pode ser entendido como um processo de desterritorialização das comunidades que sustentam esse sistema, e vice-versa. Quando conseguem quebrar as relações estruturais do sistema agrícola, esses fatores não afetam

apenas as tradições produtivas da comunidade, mas também a segurança alimentar dela, intimamente conectada com a agrobiodiversidade dos grupos familiares (SANTILLI, 2009a), com seu sistema multilocal (ADAMS et al., 2013; HIRAI; SILVA; MAIA, 2015) e a pluriatividade de seus membros (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2010).

Contudo, frente a essas influências, a comunidade tem ressignificado suas dinâmicas, em uma estratégia que combina inovações sociotécnicas, renovação das dinâmicas de mobilidade e a luta constante da população Kalunga em prol das suas tradições e relações territoriais. Nesse processo de resiliência do sistema agrícola Kalunga a “diversidade” emerge de forma significativa, se mostrando como elemento chave para a manutenção das práticas tradicionais e para os processos de ressignificação e inovação.

Seja a diversidade biológica, a diversidade das práticas, a diversidade das residências ou a diversidade das estratégias socioeconômicas, a “diversidade” é o eixo sustentador da resiliência desse sistema. Mas para conseguirmos visualizá-la é preciso considerar as diversas escalas de análise presente na comunidade, levando-se em conta os processos domésticos, os processos familiares/locais e os processos do território/globais da comunidade. Ao se compreender a importância da “diversidade” para o sistema, fica clara a importância dos aspectos coletivos para a segurança alimentar dessa população, que baseia suas práticas em uma estrutura familiar complexa, mas altamente eficiente na manutenção e garantia dos processos alimentares e produtivos.

Mas existe um linha tênue separando a persistência desse sistema da sua desarticulação, que oscila ao longo das diferentes escalas de análise com núcleos familiares apresentando dinâmicas produtivas e sociais muito alteradas e vivenciando níveis altos de insegurança alimentar, enquanto outros apresentam dinâmicas muito características do sistema agrícola tradicional da comunidade, manutenção das práticas produtivas e alta agrobiodiversidade. Por outro lado, quando avaliamos o sistema agrícola e a agrobiodiversidade a partir da escala territorial confirmamos a manutenção de suas práticas e espécies particulares.

Compreender de que forma as comunidade quilombolas constroem e reconstroem suas noções de pertencimento de acordo com influências externas pode ajudar a repensar e buscar a melhor forma de implementação de projetos e políticas no território. Estudos que visem entender as permanências e alterações das

comunidades, dando foco nos significados atribuídos aos lugares e as práticas tradicionais, podem levar a um melhor entendimento das influências institucionais sobre as populações quilombolas “atendidas” pelas ações governamentais. Afinal, se a noção de território evoca relações geopolíticas, precisa-se entender como as questões geopolíticas influenciam esses territórios e seus grupos.

Dessa forma, concluímos que o sistema agrícola da comunidade Kalunga, na escala territorial, apresenta manutenção de uma rica agrobiodiversidade e persistência das suas práticas tradicionais, baseando-se em um sistema multilocal e pluriativo. Contudo, na escala familiar, observamos variações significativas na parcela da população mais vulnerável e suscetível às influências externas e aos novos processo de transformação pelos quais a comunidade vem passando. Podemos dizer, portanto, que as diferentes escalas de análises geram resultados distintos no que se refere à segurança alimentar das comunidades tradicionais e a situação de seus sistemas agrícola (dinâmicas produtivas e sociais), trazendo a importância de abordagens menos fragmentadas e que valorizem o conjunto territorial nos estudos das comunidades quilombolas, principalmente daquelas com territórios amplos e subdivididos por regiões socioeconômicas distintas.

## BIBLIOGRAFIA

- ACEVEDO, R. **Negros do trombetas: Guardiães de matas e rios**, 1998.
- ADAMS, C. et al. Diversifying Incomes and Losing Landscape Complexity in Quilombola Shifting Cultivation Communities of the Atlantic Rainforest (Brazil). **Human Ecology**, v. 41, n. 1, p. 119–137, 26 fev. 2013.
- AGUIAR, V. G. DE. **Sítio Histórico Kalunga (GO): Relevo e sua relação com o uso e a Ocupação**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. **Anais...** Salvador, Bahia: 2011
- ALIER, J. M. **Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. São Paulo: Contexto, 2012.
- ALMEIDA, A. W. B. DE. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: SOCIEDADE MARANHENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS (Ed.). . **Terra de preto, quilombo reconhecido como reserva extrativista**. São Luiz: DH, Centro de Cultura Negra do Maranhão – Projeto Vida de Negro, 1996. p. 11–19.
- ALMEIDA, A. W. B. DE. **Os quilombos e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.
- ALMEIDA, F. B. DE; ALMEIDA, L. M. DE M. C.; FERRANTE, V. L. S. B. Avaliação do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias rurais do município de Rio Verde, GO: efeitos, entraves e diferenciações. **Interações**, v. 16, n. 2, p. 277–287, 2015.
- ALMEIDA, M. G. Territórios de Quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. **Ateliê Geográfico**, v. 4, n. 9, p. 36–63, 2010a.
- ALMEIDA, V. L. DA F. **Gênero e sustentabilidade no cerrado goiano**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2010b.
- ALTIERI, M. A. The ecological role of biodiversity in agroecosystems. **Agriculture Ecosystems and Environment**, v. 74, p. 19–31, 1999.
- ALVES, R. N. B. Características da Agricultura Indígena e sua Influência na Produção Familiar da Amazônia. **Embrapa Amazônia Oriental**, v. 105, p. 20, 2001.
- AMADO, L. F. Da Opressão à Resistência. In: LINA, S. F. (Ed.). . **O Brasil Também é Negro**. Goiânia: UCG, 2004.
- ANDRADE, G. I.; RUBIO-TORGLER, H. Sustainable Use of the Tropical Rain Forest: Evidence from the Avifauna in a Shifting-Cultivation Habitat Mosaic in the Colombian Amazon. **Conservation Biology**, v. 8, n. 2, p. 545–554, 1 jun. 1994.
- ANSCHAU, F. R.; MATSUO, T.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar entre beneficiários de programas de Transferência de renda. **Revista de Nutricao Campinas**, v. 25, n. 2, p. 177–189, 2012.
- ARAÚJO, S. R. E.; FOSCHIERA, A. A. As Contradições Entre a Realidade Socioeconômica da Comunidade Quilombola Mimoso do Kalunga e a Garantia

- dos Direitos Legais de Educação e Território. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 13, n. 2, p. 203–227, 2012.
- AZIZ, C. A. A Arribação dos Calungas. **Folha do Povo**, v. Ano 1, n. 6, 1970.
- BAIOCCHI, M. DE N. Calunga-Kalunga: Universo Cultural. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, p. 75–85, 1986.
- BAIOCCHI, M. DE N. Kalunga: a sagrada terra. **Revista Faculdade de Direito UFG**, v. 19/20, n. 1, p. 107–120, 1995.
- BAIOCCHI, M. DE N. **Kalunga: Povo da Terra**. Brasília, Brasil: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.
- BARREIRA, C. C. M. A. **Vão do Paranã - a estruturação de um território regional**. [s.l.] Universidade Federal de Goiás, 1997.
- BARRETO, E. M. Os Fechos “Fechos de Pasto”, terra de uso coletivo, território das Comunidades camponesas no Vale do Rio Arrojado 1 . 2012.
- BAUTISTA, L. Q. Building Sense Out of Households: Migrants from Chuuk (Re)create Local Settlements in Guam. **City and Society**, v. 23, n. 1, p. 66–90, 2011.
- BEATTY, R. CBFiM in Namibia: the Caprivi Integrated Fire Management programme. In: **Community-based fire management - A review**. [s.l.: s.n.]. p. 39–48.
- BELIK, W. The Brazilian Food and Nutrition Security Policy: concept and results. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 19, n. 2, p. 94–110, 2012a.
- BELIK, W. A. Política Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional: concepção e resultados. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 19, n. 2, p. 94–110, 2012b.
- BILBAO, B. A.; LEAL, A. V.; MÉNDEZ, C. L. Indigenous use of fire and forest loss in Canaima National Park, Venezuela. Assessment of and tools for alternative strategies of fire management in Pemón indigenous landscape ecology. **Human Ecology**, v. 38, p. 663–673, 2010.
- BORELA, H. A. **Organização Social Kalunga: Identidade, Territorialidade e Parentesco**. II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais UFG. **Anais...Goiânia - GO: 2011**
- BORGES DA C., C. DO N. O Conhecimento Tradicional Das Parteiros: Um Estudo Na Comunidade Kalunga Ema, Teresina – Go. 2015.
- BORGES, S. L. et al. Manejo do Fogo em Veredas: Novas perspectivas a partir dos sistemas agrícolas tradicionais no Jalapão. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 269–294, set. 2016.
- BRAGA, A. P.; AMANCIO, C.; SILVA, R. DA. **A Rota do Sal Kalunga** BrasilAvesso Filmes, , 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Cordenação de Edições Técnicas, 1988.
- BRASIL. **Aptidão Agrícola das Terras do Estado de Goiás**. Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/62711/1/CNPS-BOL.-PESQ.-39-89.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

- BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 Lei de Segurança Alimentar e Nutricional** Brasília, Brasil, 2006.
- BRASIL. **Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar | Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-vao-a-mesa-dos-brasileiros-sao-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 12 mar. 2019a.
- BRASIL. **Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/cartas-de-servico/execucao-do-plano-da-lavoura-cacaueira/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-ater>>. Acesso em: 8 mar. 2019b.
- BRAUW, A. et al. The Impact of Bolsa Familia on Women's Decision-Making Power. **World Development**, v. 59, p. 487–504, 2014.
- BROWN, S.; LUGO, A. E. Tropical Secondary Forests. **Journal of Tropical Ecology**, v. 6, n. 1, p. 1–32, 1990.
- BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. **Sustentabilidade em Debate**, v. 3, n. 1, p. 97–116, 2012.
- BUSTAMANTE, P.; DIAS, T. Segurança Alimentar e Agrobiodiversidade. **Embrapa Recursos Genéticos e Tecnologia**, 2010.
- CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.; BRUNO, A. C. S. Povos E Comunidades Tradicionais: Das Áreas Protegidas À Visibilidade Política De Grupos Sociais Portadores De Identidade Étnica E Coletiva. **Ambiente & sociedade**, v. 17, n. 3, p. 115–134, 2014.
- CARNEY, J. A. **Arroz Negro**. Bissau: Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, 2001.
- CARNEY, J. A.; VOEKS, R. A. Landscape legacies of the African diaspora in Brazil. **Progress in Human Geography**, v. 27, n. 2, p. 139–152, 2003.
- CARNEY, J.; MARIN, R. A. Aportes dos escravos na história do cultivo do arroz africano nas Américas. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, p. 113–133, 1999.
- CARRIL, L. **Terras de Negros: heranças de quilombos**. São Paulo: Scipione, 1997.
- CARVALHO, I. S. H. DE. A “pecuária geraizeira” e a conservação da biodiversidade no cerrado do Norte de Minas. **Sustentabilidade em Debate**, v. 5, n. 3, p. 19–36, 2014.
- CASTRO, J. DE. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. **Rio de Janeiro**, p. 361, 1984.
- CHIANCA, P. P. **Nas Vias do Reconhecimento: Emergência étnica e territorialização Kalunga**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2010.
- CLEMENT, C. R. et al. The domestication of Amazonia before European conquest. **Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences**, v. 282, n. 1812, p. 20150813, 2015.

- COATES, J. et al. Commonalities in the Experience of Household Food Insecurity across Cultures: What Are Measures Missing? **The Journal of Nutrition**, v. 136, n. 5, p. 1438S–1448S, 2006.
- COATES, J. Build it back better: Deconstructing food security for improved measurement and action. **Global Food Security**, v. 2, n. 3, p. 188–194, 2013.
- COOMES, O. T.; GRIMARD, F.; BURT, G. J. **Tropical forests and shifting cultivation: secondary forest fallow dynamics among traditional farmers of the Peruvian Amazon** *Ecological Economics*. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/ecocon>. Acesso em: 19 nov. 2018.
- CORDEIRO, M. DE M. **Excesso de Peso em Estudantes Quilombolas e a Insegurança Alimentar em Seus Domicílios**. [s.l.] Universidade Federal de Goiás, 2013.
- CORREIA, J. R.; LIMA, H. C. Inovações técnicas e suas relações com inovações sociais e institucionais no Norte de Minas: experiências com agricultores familiares em Rio Pardo de Minas, MG. **Sustentabilidade em Debate**, v. 6, n. 1, p. 138–154, 2015.
- COSTA, M. S. Mandioca é comida de quilombola? Representações e práticas alimentares em uma comunidade quilombola da Amazônia brasileira. **Amazônica**, v. 3, n. 2, p. 408–428, 2011.
- COSTA, M. S. P. **Educação e Cultura: O olhar e o sentir no Chão do Mimoso**. [s.l.] Editora IMEPH, 2017.
- COSTA, V. S. **A Luta pelo território: histórias e memórias do povo Kalunga**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2013.
- CUNHA, A. F. DA. **Sustentabilidade Ambiental na Comunidade Kalunga Vão de Almas: Uma pesquisa na perspectiva ecolinguística**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2015.
- CUNHA, D. M. DA. **O programa BB educar: um estudo sobre o processo de alfabetização nas comunidades quilombolas Lagoa da Pedra e Kalunga Mimoso**. [s.l.] UFT, 2010a.
- CUNHA, M. C. DA. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 36, p. 147–163, 1999.
- CUNHA, M. C. Questões suscitadas pelo conhecimento tradicional. **Revista de Antropologia**, v. 55, n. 1, p. 439–464, 2010b.
- DIAMOND, J. **Armas, Germes e Aço**. 14° ed. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2012.
- DIAS, V. F. **Saberes e Fazeres Quilombolas da Comundiade Kalunga Prata: as benzedeiiras, seus benzimentos e suas contribuições para a educação do campo**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2016.
- DIAS, V. F. et al. Saberes e Fazeres Quilombolas da Comunidade Kalunga do Prata Goiás: As benzedeiiras, seus benzimentos e suas contribuições para a educação do campo. **Facit Business and Technology**, v. 2, n. 1, p. 55–83, 2017.
- DIEGUES, A. C. et al. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: Nupaub - USP, PROBIO - MMA, CNPq, 1999.

- DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V.; SILVA, VIVIANE CAPEZZUTO FERREIRA; FIGOLS, FRANCISCA AIDA BARBOZA; ANDRADE, D. **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. [s.l: s.n.].
- DURIGAN, G.; RATTER, J. A. The need for a consistent fire policy for Cerrado conservation. **Journal of Applied Ecology**, v. 53, n. 1, p. 11–15, 1 fev. 2016.
- ELOY, L. Diversidade alimentar e urbanização: o papel das migrações circulares indígenas no Noroeste Amazônico. **Anthropology of food [Online]**, dez. 2009.
- ELOY, L. et al. **Agricultura Tradicional na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins: Caracterização e avaliação agrônômica, econômica e socioambiental das roças de esgoto e das roças de toco de comunidades residentes**. Brasília, Brasil: [s.n.].
- ELOY, L. et al. On the margins of soy farms: traditional populations and selective environmental policies in the Brazilian Cerrado. **Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 494–516, 2015.
- ELOY, L. et al. Seasonal fire management by traditional cattle ranchers prevents the spread of wildfire in the Brazilian Cerrado. **Ambio**, 2018a.
- ELOY, L. et al. From fire suppression to fire management: advances and resistances to changes in fire policy in the savannas of Brazil and Venezuela'. **The Geographical Journal**, v. 185, p. 10–22, 2018b.
- ELOY, L.; BRONDIZIO, E. S.; DO PATEO, R. New Perspectives on Mobility, Urbanisation and Resource Management in Riverine Amazônia. **Bulletin of Latin American Research**, v. 34, n. 1, p. 3–18, 1 jan. 2015.
- ELOY, L.; BRONDIZIO, E. S.; PATEO, R. DO. New Perspectives on Mobility, Urbanisation and Resource Management in Riverine Amazônia. **Bulletin of Latin American Research**, v. 34, n. 1, p. 3–18, jan. 2015.
- ELOY, L.; CARVALHO, I. S.; FIGUEIREDO, I. Sistemas agrícolas tradicionais no Cerrado: caracterização, transformações e perspectivas. In: SANTILLI, J.; BUSTAMANTE, P. (Eds.). **Conservação e uso da agrobiodiversidade. Relatos de experiências locais**. Coleção Tr ed. Brasília - DF: Embrapa, 2017a. p. 129–164.
- ELOY, L.; CARVALHO, I. S.; FIGUEIREDO, I. Sistemas agrícolas tradicionais no Cerrado: caracterização, transformações e perspectivas. **Agrobiodiversidade e agroecologia**, p. 1–27, 2017b.
- ELOY, L.; EMPERAIRE, L. The circulation of Agrobiodiversity in the agricultural frontiers of the Amazon (The case of Cruzeiro do Sul region, Acre, Brazil). 2011.
- ELOY, L.; FERNANDES, C. R. **Manejo Integrado do Fogo (MIF) e sistemas agropastoris no Jalapão: primeiras considerações a partir de um trabalho de campo na comunidade quilombola de Mumbuca, Parque Estadual do Jalapão - Relatório de Pesquisa**. Brasília, Brasil: [s.n.].
- ELOY, L.; LASMAR, C. Urbanization and transformation of indigenous resource management: the case of upper Rio Negro (Brazil). **Acta Amazonica**, v. 41, n. 1, p. 91–102, 2011a.



- ELOY, L.; LASMAR, C. Urbanização e transformação dos sistemas indígenas de manejo de recursos naturais: o caso do alto rio Negro (Brasil). **Acta Amazonica**, v. 41, n. 1, p. 091-102, mar. 2011b.
- EMBRAPA SOLOS. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Brasília - DF: [s.n.]. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/93143/1/sistema-brasileiro-de-classificacao-dos-solos2006.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- EMBRATUR. **Embratur**. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br/>>. Acesso em: 1 mar. 2019.
- EMPERAIRE, L. A Agrobiodiversidade em Risco: O Exemplo das Mandiocas na Amazônia. **Ciencia Hoje**, v. 32, n. 187, p. 28–33, 2002.
- EMPERAIRE, L. A Biodiversidade Agrícola na Amazônia Brasileira - recurso e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 32, p. 31–44, 2005.
- EMPERAIRE, L. **La patrimonialización de un sistema agrícola en la Amazonia Brasileña**. Primer Encuentro Nacional de Patrimonio Vivo. **Anais...**Buenos Aires: 2015
- EMPERAIRE, L.; ELOY, L. A cidade, um foco de diversidade agrícola no Rio Negro (Amazonas, Brasil)? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 3, n. 2, p. 195–211, 2008.
- EMPERAIRE, L.; ELOY, L.; SEIXAS, A. C. Redes e observatórios da agrobiodiversidade, como e para quem? Uma abordagem exploratória na região de Cruzeiro do Sul, Acre. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, v. 11, n. 1, p. 159–192, 2016.
- EMPERAIRE, L.; VAN VELTHEM, L.; DE OLIVEIRA, A. G. Patrimônio Cultural Imaterial E Sistema Agrícola : O Manejo Da Diversidade Agrícola No Médio Rio Negro Amazonas. **26 Reuniao Brasileira de Antropologia**, p. 1–4, 2008.
- ESCHWEGE, W. L. VON. **Pluto Brasiliensis**. São Paulo: Ed. Itatiaia, USP, 1979.
- FAO. **Rome Declaration and Plan of Action**. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/003/w3613e/w3613e00.htm>>. Acesso em: 17 nov. 2018.
- FAO. **Indigenous Peoples' food systems and well-being: interventions and policies for healthy communities**. Roma : FAO, 2013.
- FAO. **Globally Important Agricultural Heritage Systems (GIAHS)**. Roma, Itália: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.fao.org/documents/card/fr/c/I9187EN>>. Acesso em: 10 nov. 2018a.
- FAO. **Globally Important Agricultural Heritage - Combining agricultural biodiversity, resilient ecosystems, traditional farming practices and cultural identity**. Roma - Italia: [s.n.].
- FAO. **Sistemas Agrícolas Tradicionais**. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1074042/>>. Acesso em: 10 nov. 2018c.
- FAO; IFAD; WFP. **The State of Food Insecurity in the World: Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress**. [s.l: s.n.].

- FASO, B. et al. Advances in Developing Country Food Insecurity Measurement Household Food Insecurity and Food Expenditure in. **J. Nutr**, v. 136, n. 3, p. 1431–1437, 2006.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 4º ed. São Paulo: EDUSP/FDE, 1996.
- FAUSTO, C. **Os Índios Antes Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- FELD, S.; BASSO, K. H. **Senses of Place**. Santa Fe - New Mexico: School of American Research Press, 1996.
- FELTRAN-BARBIERI, R. Outro Lado Da Fronteira Agrícola: Breve História Sobre a Origem E Declínio Da Agricultura Autóctone No Cerrado. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 331–345, 2010.
- FERGUSON, B. G. et al. Post-Agricultural Succession in El Petén, Guatemala. **Conservation Biology**, v. 17, n. 3, p. 818–828, 2003.
- FERNANDES, C. R. **Saberes e Sabores da Cultura Kalunga: Origens e consequências das alterações nos sistemas alimentares**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2014.
- FERNANDES, M. R. **Refazendo o sertão: o lugar do buriti (Mauritia flexuosa Linn.f.) na cultura sertaneja de Terra Ronca - GO**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2009.
- FIORAVANTI, M. C. S. et al. Reintrodução do Gado Curraleiro na Comunidade Quilombola Kalunga de Cavalcante, Goiás, Brasil: resultados Parciais. **Anais IX Simpósio Nacional Cerrado/ II Simpósio Internacional Savanas Tropicais**, 2008.
- FIORETI, A. P. **(In)Segurança alimentar e sua relação com pobreza e ações de proteção social em domicílios com crianças menores de cinco anos**. [s.l.] Unicamp, 2010.
- FLEXOR, G.; LEITE, S. P. **Análise De Políticas Públicas : Breves Considerações Teórico**, 2007a.
- FLEXOR, G.; LEITE, S. P. **Análise De Políticas Públicas :Breves Considerações Teórico- Metodológicas**. [s.l.: s.n.].
- FONTES, R. J. C. **Primavera Silenciosa (RESENHA)**, 2011.
- FRANÇA, H. **Os incêndios de 2010 nos parques nacionais do Cerrado. Relatório técnico**. Santo André, SP: [s.n.].
- FRANCO, R. D. **A Desapropriação e a Regularização dos Territórios Quilombolas**. [s.l.] Universidade Federal de Goiás, 2012.
- FREITAS, D. A. et al. Saude e Comunidades Quilombola - Uma revisão da literatura. **Revista CEFAC**, v. 13, n. 5, p. 937–943, 2011.
- FREITAS, M. B.; RODRIGUES, S. C. A. As consequências do processo de desterritorialização da pesca artesanal na Baía de Sepetiba (RJ, Brasil): um olhar sobre as questões de saúde do trabalhador e o ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 10, p. 4001–4009, 2014.
- FRIKEL, P. Agricultura dos índios Mundurukus. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, v. 4, 1958.

- FUJISAKA, S.; HURTADO, L.; URIBE, R. **A working classification of slash-and-burn agricultural systems***Agroforestry Systems*. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <[https://link-springer-com.ez54.periodicos.capes.gov.br/content/pdf/10.1007%2FBF00148159.pdf](https://link.springer.com.ez54.periodicos.capes.gov.br/content/pdf/10.1007%2FBF00148159.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2018.
- FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in Rural Europe. **Journal of Rural Studies**, v. 6, n. 4, p. 361–373, 1990.
- GIBBONS, A.; KERR, R. A. New View of Early Amazonia. **Science (New York)**, v. 248, n. 4962, p. 1488–1490, 1990.
- GIUSTINA, C. C. DELLA. **Degradação e conservação do cerrado: uma história ambiental do estado de Goiás**. [s.l.] Universidade de Brasília (UnB), 2013.
- GODINHO, T. M. **O Lugar da Mulher no Quilombo Kalunga**. [s.l.] Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.
- GOMES, Â. M. DA S. **Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana: Terreiros, Quilombos, Quintais da Grande BH**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- GOMES, F. DOS S. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- GONÇALVES, P. R. **O Território da Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso APA-TO**. Palmas - TO: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.apato.org.br/documentos/cartilha-quilombo-kalunga-mimoso.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2018.
- GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimentoemdebate.le.Ufrj.Br**, v. 1, n. 2, p. 82–111, 2010.
- GUARIGUATA, M. R.; OSTERTAG, R. Neotropical secondary forest succession: changes in structural and functional characteristics. **Forest Ecology and Management**, v. 148, p. 185–206, 2001.
- GUPTA, A. K. Shifting Cultivation and Conservation of Biological Diversity in Tripura, Northeast India. **Human Ecology**, v. 28, n. 4, p. 605–629, 2000.
- GUZMÁN CHÁVEZ, M. G. Biodiversidad y conocimiento local: del discurso a la práctica basada en el territorio. **Espiral, Estudios sobre Estado y Sociedad**, v. 13, n. 37, p. 145–176, 2006.
- HAMLIN, C. C.; SALICK, J. Yanessa agriculture in the upper Peruvian Amazon: Persistence and change fifteen years down the 'road'. **Economic Botany**, v. 57, n. 2, p. 163–180, 2003.
- HECHT, S. B. Kayapó savanna management: Fire, soils, and forest islands in a threatened biome. **Amazonian Dark Earths: Wim Sombroek's Vision**, p. 143–162, 2009.
- HECKENBERGER, M. J.; NEVES, E. G.; PETERSEN, J. B. De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central. **Revista de Antropologia**, v. 41, n. 1, p. 69–96, 1998.
- HECKLER, S.; ZENT, S. Piaroa manioc varieties: Hyperdiversity or social currency? **Human Ecology**, v. 36, n. 5, p. 679–697, 2008a.

- HECKLER, S.; ZENT, S. Piropa Manioc Varietals: Hyperdiversity or Social Currency? **Human Ecology**, v. 36, n. 5, p. 679–697, 8 out. 2008b.
- HELLEBRANDT, D.; ALLISON, E. H.; DELAPORTE, A. Segurança alimentar e pesca artesanal: análise crítica de iniciativas na América Latina. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 32, p. 7–27, 2014.
- HIRAI, W. G.; SILVA, É. V. DA; MAIA, J. L. B. **Segurança Alimentar e Nutricional: a cultura alimentar da população quilombola**. VII Jornada Internacional Políticas Públicas. **Anais...**São Luiz - Maranhão: 2015
- HODDINOTT, J.; YOHANNES, Y. Dietary Diversity as a Food Security Indicator. **International Food Policy Research Institute**, v. 24, n. 2–3, p. 163–180, 2002.
- HORNBORG, A.; HILL, J. D. **Introduction: Ethnicity in Ancient Amazonia**. [s.l.: s.n.].
- ISA. **Almanaque Brasil Socioambiental: uma nova perspectiva para entender o país e melhorar nossa qualidade de vida**. São Paulo - Brasil: [s.n.].
- ISA. **Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira**. São Paulo: [s.n.]. Disponível em: <www.socioambiental.org>. Acesso em: 19 nov. 2018.
- ISOLDI, I. A.; SILVA, C. O Espaço Territorial como Referência Para a Construção da Cidadania: Uma reflexão geográfica introdutória sobre o problema das demarcações de terras de populações “remanescentes”. **R.RA’E GA**, n. 16, p. 73–79, 2008.
- JESUS, M. R. DE. **Migração Quilombola: Território e Identidade - Estudo Preliminar de migrantes Kalungas Distrito Federal**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2007.
- JÚNIO, N. N. P. et al. A casa e a roça: socioeconomia, demografia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 3, n. 2, p. 227–252, 2008.
- KARASCH, M. Os quilombos de ouro na capitania de Goiás. In: REIS, J. J.; GOMES, F. DOS S. (Eds.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. 4. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996. p. 509.
- KATZ, E. Alimentação indígena na América Latina: Comida invisível, comida de pobres ou patrimônio culinário? **Espaço Ameríndio (Porto Alegre)**, v. 3, n. 1, p. 25–41, 2009a.
- KATZ, E. Alimentação Indígena na América Latina: Comida invisível, comida de pobres ou patrimônio culinário? **Espaço Ameríndio**, v. 3, n. 1, p. 25–41, 2009b.
- KEPPLE, A. .; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceptualizing and measuring food and nutrition security. **Ciência & Saúde Coletiva**, p. 187–199, 2011.
- KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORREA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 187–199, 2011.
- KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. Conservation of the Brazilian Cerrado. **Conservation Biology**, v. 19, n. 3, p. 707–713, 2005.

- KOHLER, F. et al. Globalization in the Brazilian Amazon Region: Conflicting Answers from “ Quilombo ” Communities. In: PACHURA, P. (Ed.). . **New Knowledge in a New Era of Globalization**. Rijeka, Croatia: Intech Open Access, 2011. p. 269–284.
- KOJWANG, H. O. Integrated Forest Fire Management ( IFFM ) in Namibia. **Basic education**, p. 1–3, 2000.
- KUHNLEIN, H. V.; ERASMUS, B.; SPIGELSKI, D. **Food and Agriculture Organization of the United Nations Centre for Indigenous Peoples’ Nutrition and Environment**. Roma: FAO, 2009.
- KUMAR, C. Rethinking community in community-based natural resource management. **Community Development**, v. 40, n. 3, p. 275–285, 2014.
- LARA, D. X.; FIEDLER, N. C.; DE MEDEIROS, M. B. Uso do fogo em propriedades rurais do cerrado em Cavalcante, go. **Ciencia Florestal**, v. 17, n. 1, p. 9–15, 2007.
- LEME, A. S. **Feijão, dono das tradições: representação identitária e consumo efetivo no Brasil (1973-2009)**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2015.
- LIMA, L. N. M. DE. **Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga: A emergência da identidade étnica Kalunga pelos direitos fundiários**. Anais do III Congresso Internacional de História da UFG. **Anais...Jataí**: 2012
- LIMA, P. C. A. DE. **As RPPNs da Chapada dos Veadeiros: disposições , motivações e práticas sociais**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2013.
- LINDERT, K. et al. **The nuts and bolts of Brazil’s Bolsa Família program: Implementing conditional cash transfers in a decentralized context**. World Bank Social Protection Discussion Paper. **Anais...Washington, DC**: World Bank, 2007
- LONDRES, F. **Semente Crioula : cuidar, multiplicar e partilhar**. 2009.
- LOVE, B.; SPANER, D. Agrobiodiversity: Its Value, Measurement, and Conservation in the Context of Sustainable Agriculture. **Journal of Sustainable Agriculture**, v. 31, n. 2, p. 53–82, 2007.
- LOVELL, N. **Locality and Belonging**. London: Taylor & Francis e-Library, 1998.
- MALASSIS, L. **Nourrir les hommes**. Paris: Flammarion, 1994.
- MALUF, R. S. **Segurança Alimentar e Fome no Brasil - 10 anos da Cúpula Mundial de Alimentação**. Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <[www.actionaid.org.br](http://www.actionaid.org.br)>. Acesso em: 17 abr. 2019.
- MARANHÃO, R. F. DE A.; BUENO, M. S. Gastronomia , Sustentabilidade e Turismo na Praia de Caçandoca , Ubatuba ( São Paulo-Brasil ). **Turismo em Análise**, v. 23, n. 3, p. 623–642, 2012.
- MARIN-LEON, L. et al. Bens de consumo e insegurança alimentar: diferenças de gênero, cor de pele autorreferida e condição socioeconômica. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 14, n. 3, p. 398–410, 2011.
- MARINHO, T. A. **TERRITORIALIDADE E CULTURA ENTRE OS KALUNGA : para além do culturalismo**. 1988.

- MARINHO, T. A. **Identidade e Territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque**. [s.l.] Universidade Federal de Goiás, 2008.
- MARINHO, T. A. **Subjetividade , Identidade e as Redes de Consumo Kalunga**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2013.
- MARINHO, T. A.; VALE, G. H. DOS S. **As Dinâmicas de Consumo entre os Kalunga: Identidade e cidadania**. XV Congresso Brasileiro de Sociologia - Consumo e Cidadania. **Anais...**Curitiba (PR): 2011
- MARLI, G. D. A. A comunidade remanescente de quilombo do Engenho Siqueira: territorialidade, identidade quilombola e potencialidade da agroecologia. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 21, n. 1+(enero-junio), p. 99, 2012.
- MAROCLO, A. C. et al. **Dimensão quantitativa da Segurança Alimentar em Território Kalunga**. Desenvolvimento Territorial e Ruralidade. **Anais...**[s.d.]
- MASSAROTTO, N. P. **Diversidade e Uso de Plantas Medicinais por Comunidades Quilombolas e Urbanas, no Nordeste Goiano do Estado de Goiás-GO, Brasil**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2008.
- MASSAROTTO, N. P. **Diversidade e Uso de Plantas Medicinais por Comunidades Quilombolas Kalungas e Urbanas no Nordeste do Estado de Goiás -Go**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2009.
- MATTOSO, K. Q. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. [s.l: s.n.].
- MDS. **Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/cestas-de-alimentos>>. Acesso em: 18 nov. 2018a.
- MDS. **Cesta de alimentos**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/cestas-de-alimentos>>. Acesso em: 18 nov. 2018b.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo religioso**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/component/tags/tag/263.html>>. Acesso em: 1 mar. 2019.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Cultural**. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/turismo/programas\\_acoes/regionalizacao\\_turismo/estruturaacao\\_segmentos/turismo\\_cultural.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estruturaacao_segmentos/turismo_cultural.html)>. Acesso em: 1 mar. 2019.
- MISTRY, J. Decision making for fire use among farmers in savannas: An exploratory study in the Distrito Federal, central Brazil. **Journal of Environmental Management**, v. 54, n. 4, p. 321–334, 1998.
- MISTRY, J. et al. Indigenous fire management in the cerrado of Brazil: The case of the Krahô of Tocantíns. **Human Ecology**, v. 33, n. 3, p. 365–386, 2005.
- MISTRY, J.; BIZERRIL, M. Por Que é Importante Entender as Inter-Relações entre Pessoas, Fogo e Áreas Protegidas? **Biodiversidade Brasileira**, v. 2, p. 40–49, 2011a.

- MISTRY, J.; BIZERRIL, M. Por Que é Importante Entender as Inter-Relações entre Pessoas, Fogo e Áreas Protegidas? **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**, v. 2, n. Número Temático: Ecologia e Manejo de Fogo em Áreas Protegidas, p. 40–49, 2011b.
- MOLINA, M. G. DE. **Introducción a la Agroecología**. [s.l.] Sociedad Española de Agricultura Ecológica (SEAE), 2011.
- MONTANARI, M.; FLANDRIN, J.-L. **História da Alimentação**. São Paulo - Brasil: Estação Liberdade, 1998.
- MOREIRA, P. O.; DALLABRIDA, V. R.; MARCHESAN, J. Processos De Territorialização, Desterritorialização E Reterritorialização (Tdr): Um Estudo Sobre A Realidade Socioeconômica No Planalto Norte Catarinense. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 6, n. 2, p. 88–103, 2016.
- MOURA, C. **Os Quilombos e a Rebelião Negra**. são Paulo - Brasil: Brasiliense, 1981.
- MOURA, M. . et al. Evolução de um Rebanho de Bovinos Curraleiros Reintroduzido em Cerrado Nativo na Região Nordeste do Estado de Goiás, Brasil. **Actas Iberoamericanas de Conservación Animal**, v. 1, p. 123–126, 2011.
- MYERS, N. et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **NATURE** , v. 403, n. 6772, p. 853–858, 2000.
- NASCIMENTO, D. **A resiliência do Sistema Agrícola Tradicional Kaingang Frente ao Avanço do Agronegócio: o caso da terra indígena Nonoai - RS**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2017.
- NASCIMENTO, E. C. DO; GUERRA, G. A. D. Do avortado ao comprado: práticas alimentares e a segurança alimentar da comunidade do baixo Acaraqui, Abaetetuba, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi:Ciencias Humanas**, v. 11, n. 1, p. 225–241, 2016.
- NASUTI, S. et al. Can Rural-Urban Household Mobility Indicate Differences in Resource Management within Amazonian Communities? **Bulletin of Latin American Research**, v. 34, n. 1, p. 35–52, 2015a.
- NASUTI, S. et al. Entre Urbanização e Regularização Fundiária: uma Geografia dos Novos Modos de Vida Quilombolas de Oriximiná. In: D.F. GRUPIONI; ANDRADE, L. M. M. DE (Eds.). . **Entre Águas Bravas e Mansas, índios & quilombolas em Oriximiná**. são Paulo - Brasil: Comissão Pró-Índio de São Paulo/lepé, 2015b.
- NEIVA, A. C. G. R. et al. **Caracterização socioeconômica e cultural da comunidade Quilombola kalunga de Cavalcante, Goiás, Brasil: dados preliminares**. [s.l: s.n.].
- NEIVA, A. C. G. R.; SERENO, J. R. B.; FIORAVANTI, M. C. S. Indicação Geográfica na Conservação e Agregação de Valor ao Gado Curraleiro da Comunidade Kalunga. **Archivos de Zootecnia**, v. 60, n. 231, p. 357–360, 2011.
- NETO, J. A. A Indústria de Máquinas Agrícolas no Brasil - Origens e Evolução. **Revista de Administração Empresarial**, v. 25, n. 3, p. 57–69, 1985.
- NEVES, W. Sociodiversity and biodiversity, two sides of the same equation. In: CLUSENER-GODT, M.; SACHS, I. (Eds.). . **Brazilian perspectives on**

**sustainable development of the Amazon Region. equation.** Paris: The Panteon Publishing Group, 1995. p. 91–124.

NEWING, H. Unpicking “Community” in Community Conservation: Implications of Changing Settlement Patterns and Individual Mobility for the Tamshiyacu Tahuayo Communal Reserve, Peru. In: ALEXIADES, M. N. (Ed.). . **Mobility and Migration in Indigenous Amazonia.** New York, Oxford: Berghahn Books, 2009. p. 97–114.

NIEMEYER, F. D. E. Resiliência e transformação do sistema agrícola krahô. 2011a.

NIEMEYER, F. D. E. CULTURA E AGRICULTURA Resiliência e transformação do sistema agrícola krahô. p. 189, 2011b.

No Title. 2012.

NOGUEIRA, M. C. R. Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre os Geraizeiros do Norte de Minas Gerais. p. 233, 2009.

O'DWYER, E. C. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, M. C. W. DE. **Memória e Identidade Quilombola em Tempos de Modernidade - O caso da comunidade Kalunda no estado de Goiás.** Disponível em: <[https://odonto.ufg.br/up/133/o/memória\\_e\\_identidade\\_cultural\\_quilombola.pdf](https://odonto.ufg.br/up/133/o/memória_e_identidade_cultural_quilombola.pdf)>. Acesso em: 6 mar. 2018.

OLIVEIRA, R. DE. **O Barulho da Terra: nem Kalunga nem Camponeses.** [s.l.] Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

OLIVER, J. R. The Archaeology of Forest Foraging and Agricultural Production in Amazonia. In: MCEWAN, C.; BARRETO, C. (Eds.). . **Unknown Amazon: Culture in Nature in Ancient Brazil.** [s.l.] British Museum Press, 2001. p. 50–85.

OLIVER, J. R. The Archaeology of Agriculture in Ancient Amazonia. In: SILVERMAN, H.; ISBELL, W. (Eds.). . **The Handbook of South American Archaeology.** Urbana, USA: Springer-Verlag New York, 2008. p. 184–216.

OSTROM, E. Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action. n. 6, 1990.

PADOCH, C.; PINEDO-VASQUEZ, M. Saving Slash-and-Burn to Save Biodiversity. **Biotropica**, v. 42, n. 5, p. 550–552, 1 set. 2010.

PALACÍN, L. **História de Goiás.** Goiás: Editora da UCG, 1986.

PAUTASSO, M. et al. Seed exchange networks for agrobiodiversity conservation. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 33, n. 1, p. 151–175, 2013.

PEDROSO, D. M. R. **A História de Resistência dos Avá-Canoeiro.** XVI Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...Caxambú - Minas Gerais: 1992** Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/16-encontro-anual-da-anpocs/gt-16/gt01-8/7130-dulcepedroso-a-historia/file>>. Acesso em: 1 fev. 2019



- PEDROSO JÚNIOR, N. N.; MURRIETA, R. S. S.; ADAMS, C. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 3, n. 2, p. 153–174, 2008a.
- PEDROSO JÚNIOR, N. N.; MURRIETA, R. S. S.; ADAMS, C. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 3, n. 2, p. 153–174, 2008b.
- PEÑA, C. R. et al. A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois do Programa Bolsa Família. **Rev. Adm. Pública-Rio de Janeiro**, v. 49, n. 4, p. 889–913, 2015.
- PEREIRA, B. M.; ALMEIDA, M. G. DE. O Quintal Kalunga como Lugar e Espaço de Saberes. **Geonordeste**, v. XXII, n. 2, p. 47–64, 2011.
- PEREIRA, C. A.; VIEIRA, I. C. G. A importância das florestas secundárias e os impactos de sua substituição por plantios mecanizados de grãos na Amazônia. **Interciencia**, v. 26, n. 8, p. 337–341, 2001.
- PEREIRA, L. M. L. Relatos orais em ciências sociais: limites e potencia. **Análise e conjuntura**, v. 6, n. 3, 1991.
- PERLÈS, C. As estratégias alimentares nos tempos pré-históricos. In: FLANDRIN, J.-L.; MONTANARI, M. (Eds.). **História da Alimentação**. São Paulo - Brasil: Estação Liberdade, 1998. p. 3653.
- PETRINI, C. **Slow Food: princípios da nova gastronomia**. São Paulo - Brasil: Editora Senac São Paulo, 2009.
- PETRINI, C. **Gastronomia, direito humano**. Disponível em: <<https://www.slowfoodbrasil.com/textos/slow-food-na-midia/367-gastronomia-direito-humano-artigo-de-carlo-petrini>>. Acesso em: 19 nov. 2018.
- PINTO, A. R. et al. **Quilombos do Brasil: Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios Titulados**. Brasília - DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014. v. 20
- PLOEG, J. D. VAN DER. Camponeses e empresários (Parma revisitado). In: **Camponeses e Impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008a. p. 133–171.
- PLOEG, J. P. VAN DER. **Camponeses e impérios alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**, 2008b.
- POSEY, D. A. Manejo da floresta secundária, capoeiras e campos cerrados (Kayapos). In: RIBEIRO, B. G. (Ed.). **Suma Etnológica Brasileira - Volume 1 - Etnobiologia**. Belém: UFPA, 1987. v. 1p. 173–185.
- PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Londrina: Editora Planta, 2001.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RIBEIRO, E. M. Vaqueiros, bois e boiadas – trabalho, negócio e cultura na pecuária do nordeste mineiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 6, n. 1, p. 135–164, 1998.

- RIBEIRO, J. F. & WALTER, B. M. T. As Principais Fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. DE; RIBEIRO, J. F. (Ed.). . **Cerrado: ecologia e flora v. 2**. Brasília - DF: EMBRAPA-CERRADOS, 2008. p. 876.
- RIBEIRO, R. F. **Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais**. [s.l.] Autêntica, 2005.
- RILA, M. H. **Educação do Campo: trajetórias individuais na coletividade**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2011.
- ROBERT, P. D. et al. A beleza das roças: agrobiodiversidade Mebêngôkre-Kayapó em tempos de globalização. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 7, n. 2, p. 339–369, 2012.
- ROCHA-COELHO, F. **O Uso das Plantas no Cotidiano da Comundiade Quilombola Kalunga do Mimoso - Tocantins: Um estudo etnobotânico**. [s.l.] Universidade Federal do Tocantins, 2009.
- ROCHA, A. P. DE C. **Entre Culturas: Quilombola e Indígena**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2009.
- ROSA, D. DA S. **O saber popular da Comunidade Kalunga Saco Grande sobre os usos de plantas medicinais**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2014a.
- ROSA, E. DOS S. **Os Costumes e as Tradições da Comunidade Vão de Almas, Cavalcante - GO**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2014b.
- ROSA, L. DOS S. **Rezas e Benzimentos na Visão de Jovens da Comunidade Kalunga do engenho II**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2016.
- ROSA, W. DOS S. **Rezas, rezadeiras e juventude na comunidade Vão de Almas, Cavalcante - GO**. [s.l.] Universidade de Brasília, dez. 2013.
- RUSSELL-SMITH, J. et al. Aboriginal Resource Utilization and Fire Management Practice in Western Arnhem Land, Monsoonal Northern Australia: Notes for Prehistory, Lessons for the Future. **Human Ecology**, v. 25, n. 2, p. 159–195, 1997.
- SÁ, M. L. B. **Saberes e práticas alimentares em uma comunidade quilombola no Ceará**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2010.
- SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SABOURIN, E. Manejo dos recursos comuns e reciprocidade: os aportes de Elinor Ostrom ao Debate. **Sustentabilidade em Debate**, p. 143–158, 2010.
- SABOURIN, E. Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 24–51, 2011.
- SANTILLI, J. Povos indígenas quilombolas e populações tradicionais: a construção de novas categorias jurídicas. In: RICARDO, F. (Ed.). . **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo - Brasil: Instituto Socioambiental, 2006. p. 42–49.
- SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e Direito dos Agricultores**. [s.l.] Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009a.
- SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. [s.l.: s.n.].

- SANTILLI, J. O Reconhecimento De Comidas, Saberes E Práticas Alimentares Como Patrimônio Cultural Imaterial. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 10, n. 3, p. 585–606, 2015.
- SANTOS, A. O Sabor da História: práticas alimentares e identidade quiombola. **Intratextos**, p. 54–71, 2012a.
- SANTOS, B. DE S. **Pela mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- SANTOS, H. G. DOS; ZARONI, M. J. **Embrapa - Plintossolos**. Disponível em: <[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos\\_tropicais/arvore/CONTAG01\\_15\\_2212200611542.html](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONTAG01_15_2212200611542.html)>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- SANTOS, M. D. F. DOS. **Mitos e Lendas na Comunidade de Diadema, Teresina - Goiás: apontamentos de trabalho para a escola do campo de língua Portuguesa 2º ano**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2015a.
- SANTOS, N. F. DOS. **Romaria de São Gonçalo: Festa e tradição na comunidade Vão do Moleque, Cavalcante - GO**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2013.
- SANTOS, N. P. DOS. **Memórias de Parteiras Kalungas na Escola do Campo do Vão de Almas, Cavalcante - GO**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2015b.
- SANTOS, R. C. DOS. **Saúde e Alimentação em Comunidades Quilombolas de Goiás**. [s.l.] Universidade Federal de Goiás, 2012b.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. DE (Eds.). **Territórios, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: ANPUR, 2002.
- SANTOS, M. P. DE O. **As Representações Sociais das Práticas Corporais na Comunidade Kalunga -GO**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2011.
- SANTOS, S. DE A. **Os Saberes e fazeres das Parteiras na Comunidade Kalunga, Ribeirão dos Bois, Teresina - GO**. [s.l.] Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, 2015c.
- SAUER, S. Rural Brazil during the Lula Administrations: Agreements with Agribusiness and Disputes in Agrarian Policies. **Latin American Perspectives**, v. XX, n. XXX, p. 1–19, 2017.
- SAUER, S. Soy expansion into the agricultural frontiers of the Brazilian Amazon: The agribusiness economy and its social and environmental conflicts. **Land Use Policy**, v. 79, p. 326–338, 2018.
- SAUER, S.; FRANÇA, F. C. DE. Código florestal, Função socioambiental da terra e soberania alimentar. **Caderno CRH**, v. 25, n. 65, p. 285–307, 2012.
- SAUER, S.; MÉSZÁROS, G. The political economy of land struggle in Brazil under Workers' Party governments. **Journal of Agrarian Change**, v. 17, n. 2, p. 397–414, 1 abr. 2016.
- SCHMIDT, I. B. et al. Fire management in the Brazilian Savanna: first steps and the way forward. **Journal of Applied Ecology**, p. 1–8, 2018.
- SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. DE. A Atualização do Conceito de Quilombo: Identidade e Território nas Definições Teóricas. **Ambiente e Sociedade**, v. V, n. 10, p. 1–6, 2002a.

- SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. DE. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & sociedade**, n. 10, p. 129–136, 2002b.
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 0, n. 16, p. 21, 2001.
- SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99–121, 2003.
- SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Resistance strategies and diversification of rural livelihoods: The construction of autonomy among Brazilian family farmers. **Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 2, p. 379–405, 2010.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - MEC. Uma história do Povo Kalunga. p. 120 p., 2001.
- SEGALL-CORRÊA, A. M. et al. Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil: Análise dos dados nacionais. **Revista de Nutricao**, v. 21, n. SUPPL., p. 39s–51s, 2008.
- SEGALL CORRÊA, A. M. **Acompanhamento e avaliação da Segurança Alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação. Urbano/Rural**. Campinas: [s.n.].
- SEPPPIR. **Plano de Ação do Quilombo Kalunga**. Brasília, Brasil: Seppir - Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, 2016.
- SHANKAR RAMAN, T. R. Effect of slash-and-burn shifting cultivation on rainforest birds in Mizoram, Northeast India. **Conservation Biology**, v. 15, n. 3, p. 685–698, 2001.
- SHIVA, V. **Biopirataria: a pilhagem do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- SHIVA, V. **Monoculturas da Mente: perspectivas de Biodiversidade e da Biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003a.
- SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia** São Paulo Gaia, , 2003b.
- SILVA, D. DA C. E. **Quilombola Kalunga do Mimoso: saberes, costumes e tradições (o caso da súa)**. [s.l.] UFT, 2016.
- SILVA, D. O. E et al. A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da. **Rev. Nutr. Campinas**, v. 21 (suplem, n. jul./ago., p. 83–98, 2008.
- SILVA, A. S. DA. **Uso de Plantas Medicinais do Cerrado na Comunidade Kalunga, Ribeirão dos Bois, Teresina - GO**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2013.
- SILVA, C. T. DA. **Os Kalungas: das Minas Goyazes à Remanescente de Quilombo Contemporânea**. [s.l: s.n.].
- SILVA, C. T. DA. **Os Kalungas: das Minas Goyazes à Remanescente de quilombo Contemporânea (CAPA)**. [s.l.] Universidade Federal de Alagoas, 1999b.

- SILVA, E. K. P. DA et al. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 4, p. 1–14, 2017.
- SIQUEIRA, R. C. DE M. **Instrumentos Jurídicos para a Organização das Atividades Agrárias da Comunidade Kalunga do Engenho II**. [s.l.] Universidade Federal de Goiás, 2012.
- SLOW FOOD. **A Arca do Gosto - Como criar o maior catálogo de sabores do mundo: um patrimônio para descobrir e salvar** Stampatello (Itália), 2014.
- SLUYTER, A.; DUVALL, C. African Fire Cultures, Cattle Ranching, and Colonial Landscape Transformations in the Neotropics. **Geographical Review**, v. 106, n. 2, p. 294–311, 2016.
- SOUSA, M. L. J. DE. **Práticas Culturais nas Comunidade Dieadema e Ribeirão dos Bois**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2014.
- SOUSA, M. L. DOS A. **Sementes Crioulas: Segurança e Soberania Alimentar na comunidade Kalunga Prata - Cavalcante - GO**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2017.
- SOUSA SOBRINHO, J. DE. **O camponês geraizeiro no Oeste da Bahia : as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2012.
- SOUZA, B. O. **Aquilombar-se: Panorama Histórico e Político do Movimento Quilombola Brasileiro**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2008.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Political Science**, v. 8, n. 2003, p. 20–45, 2006.
- SOUZA, F. S.; RICARDO, S. **O Estado de Goiás**. São Paulo - Brasil: Habra, 2005.
- SOUZA, L. DOS S. **Transformações do sistema agrícola da Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso (Tocantins): a agricultura de corte e queima em questão**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2018.
- SOUZA, M. L. DOS A. **Sementes Crioulas: Segurança e Soberania Alimentar na Comunidade Kalunga Prata - Cavalcante - GO**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2017.
- STEWART, A. M.; DE MAGALHÃES LIMA, D. “We Also Preserve”: Quilombola Defense of Traditional Plant Management Practices Against Preservationist Bias in Mumbuca, Minas Gerais, Brazil. **Journal of Ethnobiology**, v. 37, n. 1, p. 141–165, 1 mar. 2017.
- STEWART, A. M.; LIMA, D. DE M. We Also Preserve: Quilombola Defense of Traditional Plant Management Practices Against Preservationist Bias in Mumbuca, Minas Gerais, Brazil. **Source: Journal of Ethnobiology**, v. 37, n. 1, p. 141–165, 2017.
- STYGER, E. et al. Influence of slash-and-burn farming practices on fallow succession and land degradation in the rainforest region of Madagascar. **Agriculture, Ecosystems & Environment**, v. 119, n. 3/4, p. 257–269, 2007.
- SWAINE, M. D.; HALL, J. B. Early Succession on Cleared Forest Land in Ghana. **The Journal of Ecology**, v. 71, n. 2, p. 601, jul. 1983.

- THRUPP, L. A. Linking Agricultural Biodiversity and Food Security: The Valuable Role of Sustainable. **International Affairs (Royal Institute of International Affairs Special Biodiversity Issue**, v. 76, n. 2, p. 265–281, 2000.
- TRALDI, D. R. C.; ALMEIDA, L. M. DE M. C.; FERRANTE, V. L. S. B. Repercussões do Programa Bolsa Família no município de Araraquara , SP : um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários. **Interações**, v. 13, n. 1, p. 23–37, 2012.
- TÚLIO, S. **Justiça contabiliza 4 casos de abusos contra crianças kalunga em Goiás**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/04/justica-contabiliza-4-casos-de-abusos-contra-criancas-kalunga-em-goias.html>>. Acesso em: 13 nov. 2018.
- UHL, C.; JORDAN, C. F. Succession and Nutrient Dynamics Following Forest Cutting and Burning in Amazonia. **Ecology**, v. 65, n. 5, p. 1476–1490, out. 1984.
- UNGARELLI, D. B. A Comunidade Quilombola Kalunga do Engenho II: Cultura, produção de alimentos e ecologia de saberes. **Ecologia**, p. 83, 2009.
- VALENTE, A. L. Descompasso, desencontros e desconhecimento: as políticas públicas em território kalunga. In: TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. (Eds.). . **Agricultura Familiar - Interação entre Políticas Públicas e Dinâmicas Locais**. Porto Alegre - RS: Editora UFRGS, 2007a. p. 187–209.
- VALENTE, A. L. E. F. **(In) Segurança alimentar em Território Kalunga**. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais...Recife (PE)**: 2007b
- VAN ANDEL, T. R. et al. Tracing ancestor rice of Suriname Maroons back to its African origin. **Nature Plans**, v. 2, n. 3, p. 1–5, 2016.
- VARGAS, D. L. DE; BORBA, S. N.; GODOY, C. M. T. [In]Sustentabilidade, Desenvolvimento e Segurança Alimentar. **Revista Eletrônica do Curso de Direito - UFSM**, v. 8, n. Edição Especial-I Congresso Internacional de Direito Ambiental e Ecologia Política-UFSM, p. 172–184, 2013.
- VASCONCELOS, F. D. A. G. DE. Josué de Castro and The Geography of Hunger in Brazil. **Cadernos de saude publica / Ministerio da Saude, Fundacao Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saude Publica**, v. 24, n. 11, p. 2710–2717, 2008.
- VASCONCELOS, F. D. A. G. DE et al. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. **Revista de Nutrição**, v. 32, 2019.
- VELLOSO, A. D. **Mapeando Narrativas: Uma Análise do Processo Histórico-espacial da Comunidade do Engenho II - Kalunga**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2006.
- VELLOSO, A. D. ' A. **Populações Tradicionais e Turismo: diferentes olhares sobre o meio ambiente**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2004.
- VENDRAMINI, A. L. DO A.; OLIVEIRA, J. C. DE; CAMPI, M. A. Segurança Alimentar: Conceito, Parâmetros e História. **Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidade**, p. 1–7, 2012.
- VIA CAMPESINA. **Qué significa soberanía alimentaria?** Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/quignifica-soberanalimentaria/>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

- VIEIRA DA SILVA, C.; MIGUEL, L. Extrativismo e Abordagem Sistêmica. **Novos Cadernos do NAEA**, v. 17, n. 2, p. 189–217, 2014.
- VINHAS, A. L. F. (In)segurança alimentar no Brasil: uma análise das políticas públicas dos governos de Lula. **CUADERNOS DE GEOGRAFÍA**, v. 19, p. 177–186, 2010.
- VIZOLLI, I.; SANTOS, R. M. G.; MACHADO, R. F. Saberes quilombolas: Um estudo no processo de produção da farinha de mandioca. **Bolema - Mathematics Education Bulletin**, v. 26, n. 42 B, p. 589–608, 2012.
- VOEKS, R. Traditions in Transition: Afrocan Diaspora Ethnobotany in Lowland South America. In: ALEXIADES, M. N. (Ed.). . **Mobility and Migration in Indigenous Amazonia**. New York, Oxford: Berghahn Books, 2009. p. 275–294.
- WANDERLEY, M. DE N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. suppl 1, p. 25–44, 2014.
- WELCH, J. R. et al. Indigenous burning as conservation practice: Neotropical savanna recovery amid agribusiness deforestation in Central Brazil. **PLoS ONE**, v. 8, n. 12, 2013.
- WILSON, E. O. A situação atual da diversidade biológica. In: WILSON, E. O. (Ed.). . **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997. p. 3–26.
- WOOD, D.; LENNÉ, J. M. The conservation of agrobiodiversity on-farm: Questioning the emerging paradigm. **Biodiversity and Conservation**, v. 6, n. 1, p. 109–129, 1997.
- YIBARBUK, D. et al. Fire ecology and Aboriginal land management in central Arnhem Land, northern australia: A tradition of ecosystem management. **Journal of Biogeography**, v. 28, n. 3, p. 325–343, 2001.
- YOTEBIENG, K. A.; FORCONE, T. The Household in Flux: Plasticity Complicates the Unit of Analysis. **Anthropology in Action**, v. 25, n. 3, p. 13–22, 2018.
- YUYAMA, L. K. O. et al. Percepção e compreensão dos conceitos contidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, em comunidades indígenas no estado do Amazonas, Brasil. **Revista de Nutricao**, v. 21, n. SUPPL., p. 53–63, 2008.
- ZARONI, M. J.; SANTOS, H. G. DOS. **Embrapa - Neossolos**. Disponível em: <[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos\\_tropicais/arvore/CONTAG01\\_16\\_2212200611542.html](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONTAG01_16_2212200611542.html)>. Acesso em: 12 nov. 2018.